

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGADM)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA

JAQUELINE MIRIAN ALVES CARVALHO

**A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) - *CAMPUS* IVAIPORÃ NA FORMAÇÃO DO
CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**

GUARAPUAVA
2022

JAQUELINE MIRIAN ALVES CARVALHO

**A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) - *CAMPUS* IVAIPORÃ NA FORMAÇÃO DO
CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) - Mestrado Profissional em Administração na área de concentração Estratégia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Lara

**GUARAPUAVA
2022**

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

- C331i Carvalho, Jaqueline Mirian Alves
A importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) - Campus Ivaiporã na formação do capital humano para o desenvolvimento local e regional / Jaqueline Mirian Alves Carvalho. – – Guarapuava, 2022.
xii, 166 f. : il. ; 28 cm
- Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Administração. Área de Concentração: Estratégia, 2022.
- Orientador: Luiz Fernando Lara
Banca examinadora: Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Édina Schimanski
- Bibliografia
1. IFPR Campus Ivaiporã. 2. Capital humano. 3. Educação profissional, científica e tecnológica. 4. Desenvolvimento local e regional. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Administração.

CDD 658

AGRADECIMENTOS

Todos que passam por um programa de mestrado conhecem os desafios enfrentados durante a jornada. Há dias de realizações e de grandes aprendizados. Contudo, há dias difíceis em que conciliar estudos, trabalho e família se torna um fardo pesado. Reconheço que, durante esta jornada, muitas vezes pensei em desistir por acreditar que não conseguiria e por me sentir incapaz. Todavia, na maior parte do tempo me sentia realizada e quando conseguia concluir com êxito uma etapa ficava motivada a seguir em frente. Assim, neste momento em que chego à conclusão do mestrado, quero agradecer a cada pessoa que contribuiu para esta conquista, talvez elas não tenham noção de quanto fizeram a diferença nesta fase tão significativa em minha vida. Assim, em especial, quero agradecer...

Ao meu orientador, Professor Dr. Luiz Fernando Lara, pela dedicação, paciência, companheirismo e, principalmente, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) pelos incentivos, correções e conhecimentos compartilhados.

Aos avaliadores, Professores Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e Dra. Édina Schimanski, pela participação e contribuições na pesquisa.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus Ivaiporã*, pela oportunidade de realizar a pesquisa e pelo afastamento concedido, os quais foram fundamentais para a minha participação no PPGADM.

Aos colegas da Diretoria de Planejamento e Administração do IFPR *Campus Ivaiporã*, pelo incentivo e compreensão durante o meu período de afastamento.

Aos egressos do IFPR *Campus Ivaiporã* e às lideranças entrevistadas, pela disponibilidade, participação e dados compartilhados na pesquisa.

À minha mãe, Maria Dirce, pelo incentivo e compreensão de quanto o mestrado era importante para mim.

Ao meu esposo, Adalberto, por acreditar no meu potencial e pelo incentivo e compreensão durante a realização do mestrado.

Ao meu filho, Leonardo, pela compreensão da minha ausência durante os períodos de estudo e por ser a minha “força” para superar cada obstáculo.

A Deus, por permitir nascer em mim o “gosto” pelos estudos, para que eu não desistisse e compreendesse que esses eram o meu caminho.

RESUMO

CARVALHO, J. M. A. **A importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) - *Campus* Ivaiporã na formação do capital humano para o desenvolvimento local e regional.** 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, PR, 2022.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus* Ivaiporã foi implantado em 2009, pouco tempo depois da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) ocorrida em dezembro de 2008. O IFPR *Campus* Ivaiporã está vinculado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e possui a atribuição de ofertar a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) com foco no desenvolvimento local e regional. Isto posto, o objetivo da pesquisa visa compreender a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno. Assim, além de Ivaiporã, optou-se por pesquisar os seguintes municípios: Arapuã; Ariranha do Ivaí; Jardim Alegre; Lidianópolis; Lunardelli; São João do Ivaí e Manoel Ribas. Considerando que o capital humano, no caso em questão formado por meio da EPCT, é utilizado como estratégia de desenvolvimento local e regional, destaca-se que a pesquisa está condizente com a linha de pesquisa em estratégia do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Diante da complexidade da pesquisa e dos objetivos propostos, optou-se pelo estudo de caso e pela abordagem mista, utilizando instrumentos de coleta de dados quantitativos (questionário) e qualitativos (pesquisa documental e entrevista). Para a coleta de dados, inicialmente foi realizada a pesquisa documental, a qual se estendeu durante toda a realização da pesquisa. Concomitantemente, foi aplicado questionário a 72 egressos do IFPR *Campus* Ivaiporã e realizadas 7 entrevistas com lideranças locais envolvidas direta ou indiretamente na implantação da instituição. Na análise dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário, optou-se pela utilização de técnicas estatísticas não paramétricas como Análise de *Cluster*, Alfa de *Cronbach*, Teste de *Mann-Whitney*, entre outros. Também foram criadas 3 categorias compostas por 34 variáveis mensuradas por meio da Escala *Likert*. Para a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, optou-se pela Análise de Conteúdo, selecionando unidades de contexto e criando unidades de registros agrupadas em 5 categorias. Posteriormente, com o intuito de verificar a convergência, a divergência ou a combinação dos dados quantitativos e qualitativos foram selecionados dados obtidos por meio dos diferentes instrumentos de coleta de dados e realizada a Triangulação Concomitante. Dentre os resultados da pesquisa destaca-se que, de maneira geral, os egressos as lideranças locais possuem boa imagem do IFPR *Campus* Ivaiporã e reconhecem a importância da instituição para o desenvolvimento local e regional. Observou-se a predominância da agricultura e a incipiência do setor industrial em Ivaiporã e demais municípios pesquisados. Nesse sentido, notou-se o alinhamento da instituição às competências econômicas, posto que desde os primeiros cursos sempre esteve fortemente alinhada à agricultura. Evidenciou-se que uma das potenciais formas de fortalecimento do setor industrial é por meio da criação de agroindústrias, e que o IFPR *Campus* Ivaiporã apresenta capacidade para ofertar cursos técnicos voltados para a área. Os resultados revelam ainda a forte influência e mobilização política no processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã.

Palavras-Chave: IFPR *Campus* Ivaiporã; Capital Humano; Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Desenvolvimento local e regional.

RESUMEN

CARVALHO, J. M. A. **La importancia del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Paraná (IFPR) - Campus Ivaiporã en la formación del capital humano para el desarrollo local y regional.** 2022. Disertación (Maestría Profesional en Administración) - Programa de Posgrado en Administración en la Universidad Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, PR, 2022.

El Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología del Paraná (IFPR) Campus Ivaiporã fue creado en 2009, poco después de la creación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología (IFs) en diciembre de 2008. El IFPR Campus Ivaiporã está vinculado a la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (RFEPCT) y tiene la atribución de ofrecer Educación Profesional, Científica y Tecnológica (EPCT) con enfoque en el desarrollo local y regional. Dicho esto, el objetivo de la pesquisa es comprender la importancia del IFPR Campus Ivaiporã en la formación de capital humano para el desarrollo de Ivaiporã y municipios circundantes. Así, además de Ivaiporã, se optó por pesquisar los siguientes municipios: Arapuã; Ariranha do Ivaí; Jardim Alegre; Lidianópolis; Lunardelli; São João do Ivaí y Manoel Ribas. Considerando que el capital humano, en el caso en cuestión, formado a través de la EPCT, es utilizado como estrategia de desarrollo local y regional, se destaca que la pesquisa es congruente con la línea de pesquisa en estrategia del Programa de Posgrado en Administración (PPGADM) de la Universidad Estatal del Medio-Oeste (UNICENTRO). Dada la complejidad de la pesquisa y los objetivos propuestos, se optó por el estudio de caso y el abordaje mixto, utilizando instrumentos de recolección de datos cuantitativos (cuestionario) y cualitativos (pesquisa documental y entrevista). Para la recolección de datos, inicialmente se realizó una pesquisa documental, que se prolongó durante toda la realización de la pesquisa. Al mismo tiempo, se aplicó cuestionario a 72 egresados del IFPR Campus Ivaiporã y se realizaron 7 entrevistas con líderes locales involucrados directa o indirectamente en la creación de la institución. En el análisis de los datos obtenidos mediante la aplicación de lo cuestionario, se optó por el uso de técnicas estadísticas no paramétricas como el Análisis de *Cluster*, el Alfa de *Cronbach*, el Test de *Mann-Whitney*, entre otros. También creamos 3 categorías compuestas por 34 variables medidas con la Escala de *Likert*. Para el análisis de los datos obtenidos a través de las entrevistas se optó por el Análisis de Contenido, seleccionando unidades de contexto y creando unidades de registro agrupadas en 5 categorías. Posteriormente, para verificar la convergencia, divergencia o combinación de datos cuantitativos y cualitativos, se seleccionaron los datos obtenidos a través de los diferentes instrumentos de recolección de datos y se realizó una Triangulación Concomitante. Entre los resultados de la pesquisa, se destaca que, en general, los egresados y los líderes locales tienen una buena imagen del IFPR Campus Ivaiporã y reconocen la importancia de la institución para el desarrollo local y regional. Se observó el predominio de la agricultura y el inicio del sector industrial en Ivaiporã y otras ciudades pesquisadas. En ese sentido, se notó el alineamiento de la institución con las competencias económicas, ya que desde los primeros cursos siempre ha estado fuertemente alineada con la agricultura. Se evidenció que una de las vías potenciales de fortalecimiento del sector industrial es a través de la creación de agroindustrias, y que el IFPR Campus Ivaiporã tiene capacidad para ofrecer cursos técnicos enfocados en el área. Los resultados también revelan la fuerte influencia y movilización política en el proceso de implementación del IFPR Campus Ivaiporã.

Palabras-Clave: IFPR Campus Ivaiporã; Capital Humano; Educación Profesional, Científica y Tecnológica; Desarrollo local y regional.

ABSTRACT

CARVALHO, J. M. A. **The importance of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraná (FIPR) - Campus Ivaiporã into the human capital formation for local and regional development.** 2022. Dissertation (Professional Master's degree in Administration) - Post-Graduation Program in Administration of the State University of the Midwest, Guarapuava, 2022.

The Federal Institute of Education, Science, and Technology of Paraná (FIPR) Campus Ivaiporã was established in 2009, shortly after the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (FIs) in December 2008. The FIPR Campus Ivaiporã is linked to the Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education (FNPSTE) and is responsible for offering Professional, Technological and Scientific Education (PTSE) focusing on local and regional development. Therefore, this research aims to comprehend the importance of FIPR Campus Ivaiporã into the human capital formation for Ivaiporã and other surrounded towns development. Thus, beyond Ivaiporã, others towns were also researched: Arapuã; Ariranha do Ivaí; Jardim Alegre; Lidianópolis; Lunardelli; São João do Ivaí, and Manoel Ribas. Considering that human capital, in the case, formed through the PTSE, is used as a local and regional development strategy, it is emphasized that this research is related to the strategy research line of the Graduate Program in Administration (GPADM) from the State University of the Midwest (UNICENTRO). Facing the complexity of the research and the proposed goals, a case study and a mixed approach were chosen, using quantitative (questionnaire) and qualitative (documentary research and interview) data collection instruments. Initially, for collecting the data was made documental research, which lasted throughout the research. At the same time, questionnaire was applied to 72 egressed of the FIPR Campus Ivaiporã and 7 interviews were done with local leaders directly or indirectly involved in the institution establishment. In the data analysis obtained through the application of the questionnaire, it has opted for the use of non-parametric statistical techniques such as Cluster Analysis, Cronbach's Alpha, Mann-Whitney Test, among others. It was also created 3 categories composed of 34 variables measured using the Likert Scale. The data analysis obtained through the interviews, Content Analysis was chosen, selecting context units and creating record units grouped into 5 categories. Subsequently, to verify the convergence, divergence, or combination of quantitative and qualitative data, some data collection were selected obtained through the different data collection instruments and Triangulation was performed Concomitant. Among the research results, it is highlighted that, in general, the graduates and local leaders have a good image of the FIPR Campus Ivaiporã and recognize the importance of the institution for local and regional development. It was observed the predominance of agriculture and initial phase of the industrial sector in Ivaiporã and other towns surveyed. Thus, it was noticed that the institution is alignment to economic competencies, since the first courses it has always been strongly aligned with agriculture. It was evidenced that one of the potential ways of strengthening the industrial sector is through the creation of agro-industries and that the FIPR Campus Ivaiporã can offer technical courses focused on the area. The results also reveal the strong influence and political mobilization in the process of implementing the FIPR Campus Ivaiporã.

Keywords: FIPR Campus Ivaiporã; Human Capital. Professional, Technological and Scientific Education. Local and regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Estrutura da dissertação	18
Figura 2 -	Mapa de expansão da RFEPCCT pelo território nacional	31
Figura 3 -	Distribuição dos <i>campi</i> do IFPR	44
Figura 4 -	Projeto de Triangulação Concomitante	91
Figura 5 -	Modelo teórico	93
Figura 6 -	Nuvem de palavras	106
Figura 7 -	Triangulação Concomitante dos dados quantitativos e qualitativos	137
Quadro 1 -	Linha do tempo da EPCT no Brasil	28
Quadro 2 -	Linha do tempo dos cursos ofertados pelo IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	49
Quadro 3 -	Projetos desenvolvidos pelo IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã em 2020	56
Quadro 4 -	Ações realizadas pelo IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã durante a pandemia da Covid-19	57
Quadro 5 -	Fontes consultadas para a caracterização dos municípios	59
Quadro 6 -	Documentos consultados na pesquisa documental	83
Quadro 7 -	Síntese da metodologia da pesquisa	92
Quadro 8 -	Caracterização dos entrevistados	105
Quadro 9 -	Categorias de análise	107
Gráfico 1 -	Renda <i>per capita</i> domiciliar por tipo de discentes	39
Gráfico 2 -	Renda <i>per capita</i> familiar dos egressos dos cursos técnicos e não técnicos	40
Gráfico 3 -	Faixa etária	94
Gráfico 4 -	Comparação: faixa etária e sexo	95
Gráfico 5 -	Nível de escolaridade atual	95
Gráfico 6 -	Comparação: nível de escolaridade atual e faixa etária	96
Gráfico 7 -	Curso concluído no IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	96
Gráfico 8 -	Comparação: nível de escolaridade atual e curso concluído no IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	97
Gráfico 9 -	Município de residência enquanto discente do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã ...	97
Gráfico 10 -	Comparação: faixa etária e atuação na área de formação	98
Gráfico 11 -	Comparativo: <i>clusters</i> e categorias	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Número de egressos do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã desde 2010.....	49
Tabela 2 -	Discentes matriculados no IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã em março de 2022 ...	52
Tabela 3 -	Número de discentes residentes em Ivaiporã e municípios do seu entorno	52
Tabela 4 -	Bolsa/auxílio estudantil - período de 2015 a 2021.....	54
Tabela 5 -	Recursos orçamentários do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã - período de 2012 a 2021	54
Tabela 6 -	Distância dos municípios em relação ao IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	59
Tabela 7 -	IDHM, IFDM e IPDM de Ivaiporã	61
Tabela 8 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de Ivaiporã	61
Tabela 9 -	Produção Agrícola de Ivaiporã de 2009 e 2020	62
Tabela 10 -	Ivaiporã: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	62
Tabela 11 -	Resultados do IDEB em 2017 e 2019	63
Tabela 12 -	IDHM, IFDM e IPDM de Arapuã	65
Tabela 13 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de Arapuã	65
Tabela 14 -	Produção Agrícola de Arapuã de 2009 e 2020	66
Tabela 15 -	Arapuã: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	66
Tabela 16 -	IDHM, IFDM e IPDM de Ariranha do Ivaí	67
Tabela 17 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de Ariranha do Ivaí	67
Tabela 18 -	Produção Agrícola de Ariranha do Ivaí em 2009 e 2020	68
Tabela 19 -	Ariranha do Ivaí: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	68
Tabela 20 -	IDHM, IFDM e IPDM de Jardim Alegre	69
Tabela 21 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de Jardim Alegre	69
Tabela 22 -	Produção Agrícola de Jardim Alegre em 2009 e 2020	70
Tabela 23 -	Jardim Alegre: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	70
Tabela 24 -	IDHM, IFDM e IPDM de Lidianópolis	71
Tabela 25 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de Lidianópolis	71
Tabela 26 -	Produção Agrícola de Lidianópolis em 2009 e 2020	72
Tabela 27 -	Lidianópolis: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	72
Tabela 28 -	IDHM, IFDM e IPDM de Lunardelli	73
Tabela 29 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de Lunardelli	73
Tabela 30 -	Produção Agrícola de Lunardelli em 2009 e 2020	74
Tabela 31 -	Lunardelli: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	74
Tabela 32 -	IDHM, IFDM e IPDM de São João do Ivaí	75
Tabela 33 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de São João do Ivaí	75
Tabela 34 -	Produção Agrícola de São João do Ivaí em 2009 e 2020	76
Tabela 35 -	São João do Ivaí: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	76
Tabela 36 -	IDHM, IFDM e IPDM de Manoel Ribas	77
Tabela 37 -	IFDM - Educação e IPDM - Educação de Manoel Ribas	78
Tabela 38 -	Produção Agrícola de Manoel Ribas em 2009 e 2020	78
Tabela 39 -	Manoel Ribas: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019	78
Tabela 40 -	Número de egressos por município	82
Tabela 41 -	Categoria I: fatores que contribuíram com a decisão de estudar na instituição	100
Tabela 42 -	Categoria II: possibilidades ao estudar e concluir um curso na instituição	101
Tabela 43 -	Categoria III: importância do capital humano formado pela instituição para o desenvolvimento local e regional	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
ATLAS BRASIL	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU	Controladoria-Geral da União
CNE	Conselho Nacional de Educação
CTG	Centro de Tradição Gaúcha
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Ensino a distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
ET-UFPR	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFO	Portal de Informações do IFPR
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IPARDES de Desempenho Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGADM	Programa de Pós-graduação em Administração
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINCOIVALI	Sindicato dos Empregados no Comércio de Ivaiporã e Região
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TAEs	Técnicos administrativos em educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCP	Faculdades do Centro do Paraná
UCP UNIVALE	Faculdades Integradas do Vale do Ivaí
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICESUMAR	Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VAB	Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.3.1	Objetivo geral	16
1.3.2	Objetivos específicos	16
1.4	JUSTIFICATIVA	16
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (EPCT) NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM A TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	19
2.1.1	Teoria do Capital Humano	19
2.1.1.1	Relação da Teoria do Capital Humano com a Teoria Organizacional	26
2.1.2	A evolução da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) no Brasil	27
2.1.3	A Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e o desenvolvimento local e regional	32
2.2	A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFs)	40
2.3	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) <i>CAMPUS</i> IVAIPORÃ	43
2.3.1	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	43
2.3.2	Histórico e evolução do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	44
2.3.3	O IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã na atualidade	51
2.4	CARACTERIZAÇÃO DE IVAIPORÃ E MUNICÍPIOS DO SEU ENTORNO ATENDIDOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) <i>CAMPUS</i> IVAIPORÃ	58
2.4.1	Ivaiporã	60
2.4.2	Arapuã	64
2.4.3	Ariranha do Ivaí	67
2.4.4	Jardim Alegre	69
2.4.5	Lidianópolis	71
2.4.6	Lunardelli	73
2.4.7	São João do Ivaí	75
2.4.8	Manoel Ribas	77
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	80
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	80
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	81
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	82
3.3.1	Pesquisa documental	83
3.3.2	Questionário	87
3.3.3	Entrevista	88
3.4	ANÁLISE DE DADOS	90
3.4.1	Análise Estatística Descritiva	90
3.4.2	Análise de Conteúdo	90
3.4.3	Triangulação Concomitante	91
3.5	SÍNTESE DA METODOLOGIA DA PESQUISA	92

3.6	MODELO TEÓRICO	92
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	94
4.1	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS	94
4.1.1	Caracterização dos egressos do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	94
4.1.2	Apresentação e análise dos dados por meio da Escala <i>Likert</i>	99
4.2	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS	105
4.2.1	Caracterização dos entrevistados	105
4.2.2	Apresentação dos dados por meio da Análise de Conteúdo	106
4.2.2.1	Categoria I: implantação da instituição	108
4.2.2.2	Categoria II: competências econômicas de Ivaiporã e região	113
4.2.2.3	Categoria III: consonância do papel da instituição com a aspiração inicial da criação dos IFs	116
4.2.2.4	Categoria IV: importância da instituição na formação de capital humano para o desenvolvimento local e regional	119
4.2.2.5	Categoria V: direcionamentos futuros da instituição	126
4.3	DISCUSSÃO DOS DADOS UTILIZANDO A TRIANGULAÇÃO CONCOMITANTE	131
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICES	161

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Refletir sobre a importância da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) como força impulsionadora de desenvolvimento local e regional é entender que a educação e o conhecimento perpassam os muros das instituições de ensino e afetam a sociedade em que as instituições estão inseridas. Nesse sentido, esta pesquisa inicia-se com a seguinte indagação realizada por Menezes (2010, p. 4), “[...] qual o sentido da escola se aqueles que a circundam não se beneficiam dela, se sua presença tornar-se uma não presença, se não houver significado prático? [...]”. Desse modo, não há sentido na existência de uma instituição de ensino profissional, científica e tecnológica se a comunidade não usufruir da educação e dos conhecimentos proporcionados por ela, bem como não compreender sua importância, enquanto geradora de capital humano, para desenvolvimento local e regional.

Na presente pesquisa, a EPCT e sua relação com o desenvolvimento local e regional será pautada pela Teoria do Capital Humano. Essa teoria, que tem como principais precursores Schultz (1960), Becker (1964) e Mincer (1958), pressupõe que investimentos na educação, treinamento e saúde possibilitam a qualificação dos indivíduos para o trabalho, e uma vez qualificados possuem maiores conhecimentos, estão propensos a ser mais produtivos, a receber melhores ganhos financeiros e, conseqüentemente, a influenciar o desenvolvimento local e regional. Destarte, dentro do enfoque desta pesquisa, pode-se dizer que a EPCT promove o capital humano uma vez que possibilita a ampliação do conhecimento e a formação profissional dos indivíduos, o que impacta sua produtividade, por conseguinte, sua renda e desenvolvimento local e regional.

Uma das formas de investir em capital humano é por meio da educação, e uma das formas de investir em educação é por meio da EPCT que, ao longo dos anos, apresentou um papel essencial na formação técnica e na qualificação profissional dos indivíduos. No Brasil a EPCT é regulada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que, em 2021, completou 112 anos, e ao longo desses anos passou por profundas transformações, em alguns momentos recebeu maior atenção dos governos que se alternaram no poder, já em outros ficou em segundo plano, passando até mesmo a ser responsabilidade dos estados e da iniciativa privada. A partir do Governo Lula (2003-2010), a RFEPCT evoluiu e se expandiu para todas as unidades federativas, inclusive para o interior do país.

Uma das instituições que faz parte da RFEPCCT, criada pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e presente em todo o território nacional, é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, popularmente conhecido como IF. Os IFs possuem um papel basilar na comunidade e região onde estão inseridos, não se limitando apenas a difundir o conhecimento, mas atuando estrategicamente no desenvolvimento local e regional.

Esta pesquisa se insere neste contexto, destacando a importância do capital humano formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus Ivaiporã* para o desenvolvimento local e regional. A implantação da instituição, ocorrida em 2009, representou para a comunidade ivaiporãense e região, a possibilidade de formação profissional e tecnológica sem a necessidade de deslocar-se para outras regiões. Apesar de ser uma instituição jovem, durante esses mais de 10 anos de atuação o *campus* evoluiu em estrutura física e em número de cursos, de discentes e de servidores. No entanto, ainda possui grandes desafios e um longo caminho a ser percorrido até sua consolidação.

A EPCT ofertada pelo IFPR *Campus Ivaiporã* estimula o capital humano em Ivaiporã e região. Mas afinal quais são os municípios selecionados que compõem essa “região”? Dos 26 municípios que fazem parte do Território do Vale do Ivaí, optou-se por analisar 8 municípios, primeiramente Ivaiporã, e os demais do seu entorno: Arapuã; Ariranha do Ivaí; Jardim Alegre; Lidianópolis; Lunardelli e São João do Ivaí. Também o município de Manoel Ribas, apesar de não pertencer ao Território do Vale do Ivaí, foi selecionado para fazer parte desta pesquisa, uma vez que é atendido diretamente pela instituição e faz divisa com Ivaiporã.

Cabe destacar que, historicamente, a economia do Território do Vale do Ivaí girou em torno da produção agropecuária, da mesma forma que a região apresentava diferenças econômicas e sociais comparadas às demais regiões do Estado do Paraná. Isto posto, é imprescindível conhecer alguns fatos históricos que contribuíram para essas diferenças. A cultura do café avançou por Ivaiporã somente em 1949, enquanto chegou a Londrina em 1934. O Vale do Ivaí foi o último reduto a ser colonizado no Estado. Na década de 1960, o Vale do Ivaí sofreu com a geada e um grande incêndio, o que contribuiu com o aumento da pobreza e com a queda da produtividade das plantações. Em 1975 sofreu com a geada negra, o que gerou o mais longo êxodo rural registrado. Na década de 1980, foram construídas rodovias e escolas na região. Porém, os investimentos foram ineficientes no sentido de barrar a migração para os grandes centros. Na década de 1990, a produção de pequenas empresas e pequenas propriedades rurais era voltada para hortifrutigranjeiros; no entanto, a produção era considerada inviável, já que não havia como realizar a distribuição para os grandes centros (IVAIPORÃ, 2009).

Neste ponto, cabe outra indagação: por que Ivaiporã foi escolhida para ter um *campus* do IFPR? Primeiro, porque Ivaiporã era, e ainda é, considerada polo regional com grande potencial de desenvolvimento, além de apresentar perfil compatível com os propósitos dos IFs que, para a definição das cidades-polo, levava em conta a cobertura do maior número possível de mesorregiões¹, a afinidade com os arranjos produtivos locais (APLs), além do compromisso da EPCT com o desenvolvimento local e regional (SETEC/MEC, 2010a). Segundo, havia interesse da comunidade e forte influência política para que fosse implantada em Ivaiporã uma instituição de ensino superior gratuita. No caso, o interesse político fez grande diferença no processo de implantação da instituição. Terceiro, a RFEPCT estava em expansão, e a aspiração de Ivaiporã por uma instituição de ensino coincidiu com a criação dos IFs em 2008.

Logo, a presente pesquisa irá adotar a argumentação de que o capital humano formado por meio da EPCT pelo IFPR *Campus* Ivaiporã é importante para o desenvolvimento local e regional, uma vez que no processo de desenvolvimento a EPCT não pode ser ignorada, pois possibilita a formação profissional, promove pesquisas e inovações, transmite conhecimentos, e impacta a economia local e regional. Assim, busca-se analisar a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno.

Ainda, destaca-se que a presente pesquisa está em consonância com a linha de pesquisa em estratégia do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGADM), tendo em vista que investimentos estratégicos em capital humano, neste caso investimentos na EPCT, posicionam a educação em um patamar estratégico como recurso de alavancagem de desenvolvimento local e regional, influenciando na administração pública do município sede que passa a pensar seu planejamento estratégico levando em consideração, também, o *campus* do IFPR ali instalado, bem como na própria gestão do IFPR, que deverá desenvolver seu planejamento estratégico considerando as potencialidades econômicas local e regional.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Dentre as finalidades e características dos IFs elencadas na Lei n. 11.892/2008, art. 6º, pode-se destacar o investimento em capital humano alcançado por meio da formação e qualificação dos indivíduos para o trabalho com foco no desenvolvimento socioeconômico

¹ Em 2010, Ivaiporã e os municípios do seu entorno pertenciam à mesorregião Norte Central Paranaense. No entanto, a partir de 2017, foi realizada uma nova divisão geográfica regional, e Ivaiporã e os municípios do seu entorno passaram a pertencer à Região Geográfica Intermediária 05 (RGInt-05) (IBGE, 2017a).

local, regional e nacional, assim como o estímulo à pesquisa e à produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

I - ofertar educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional, científica e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; [...]; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; [...]; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; (BRASIL, 2008b, n.p.).

Assim, consonante com o disposto na Lei n. 11.892/2008, buscar-se-ão respostas para o seguinte problema de pesquisa: **qual a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno?**

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo geral

Compreender a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Entender como se deu o processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã;
- b) Analisar as competências econômicas de Ivaiporã e região, confrontando-as com a proposta inicial de implantação do *campus*;
- c) Investigar a consonância do papel do IFPR *Campus* Ivaiporã com a aspiração inicial na criação dos IFs;
- d) Identificar a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã, enquanto instituição especializada em ensino profissional, científico e tecnológico na formação de capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento de Ivaiporã e região.

1.4 JUSTIFICATIVA

Considerando que nenhum país consegue alcançar o desenvolvimento sem uma educação básica e tecnológica democrática e de qualidade, a EPCT exerce um papel

fundamental no crescimento do país. As políticas públicas direcionadas para a EPCT simbolizam uma grande batalha pela construção de uma nação que procura sua soberania, e passar da categoria de mero consumidor para o de produtor de ciência e tecnologia (LIMA, 2014). Na condição de política pública, a educação deve ser compreendida como recurso imprescindível para o desenvolvimento, não somente para o crescimento econômico, mas como uma ferramenta que possibilita melhores condições de vida para a população (MORAIS; PENNA, 2020).

Neste contexto, os IFs na busca pelo desenvolvimento procuram ter um diálogo vivo e próximo com a realidade local e regional. Para a instituição, a EPCT não diz respeito apenas à qualificação do indivíduo para o trabalho, mas à possibilidade de o indivíduo obter conhecimentos por meio da prática integrativa com a realidade. Um dos preceitos que justifica a ação dos IFs é o diálogo próximo da instituição com a realidade local e regional, que visa encontrar soluções por meio da educação aos problemas da localidade e região onde está inserida (SETEC/MEC, 2010a). Os IFs são instituições comprometidas com o combate da diminuição das desigualdades sociais e regionais, uma vez que buscam atender as demandas do mercado de trabalho local por meio da qualificação profissional, além de propiciar maior possibilidade de trabalho, emprego e renda (FRIGOTTO *et al.*, 2018).

Complementando, cabe ponderar que a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) levou para várias regiões brasileiras um perfil de pessoal qualificado, como especialistas, mestres e doutores, o que reflete na elevação do capital intelectual local (CECHELLA, 2019).

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela relevância de compreender a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã nesses mais de 10 anos de atuação na formação de capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento local e regional. A pesquisa visa ainda contribuir com a instituição no sentido de poder mensurar sua atuação na comunidade, assim como reavaliar e/ou alinhar o seu papel enquanto instituição de ensino formadora de capital humano, possibilitando o desenvolvimento do seu planejamento estratégico para suas ações futuras.

A pesquisa também se justifica pelo fato de os IFs não realizarem pesquisas considerando a realidade regional. Conforme pesquisa divulgada pela Fundação Joaquim Nabuco, ligada ao Ministério da Educação (MEC), coordenada por Adriano Baptista Dias, os *campi* dos IFs não realizam pesquisa tecnológica, e os que realizam não consideram a realidade regional onde estão inseridos. Entre os motivos para não realizarem pesquisas estão a dedicação dos docentes nas atividades de ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão; o atendimento ao ensino básico, superior e profissional, tornando complexo o trabalho dos profissionais da

educação; e principalmente em razão de que são medidos e avaliados com as mesmas métricas aplicadas às universidades federais, apesar dessas instituições terem realidades diferentes (SOUZA, 2016).

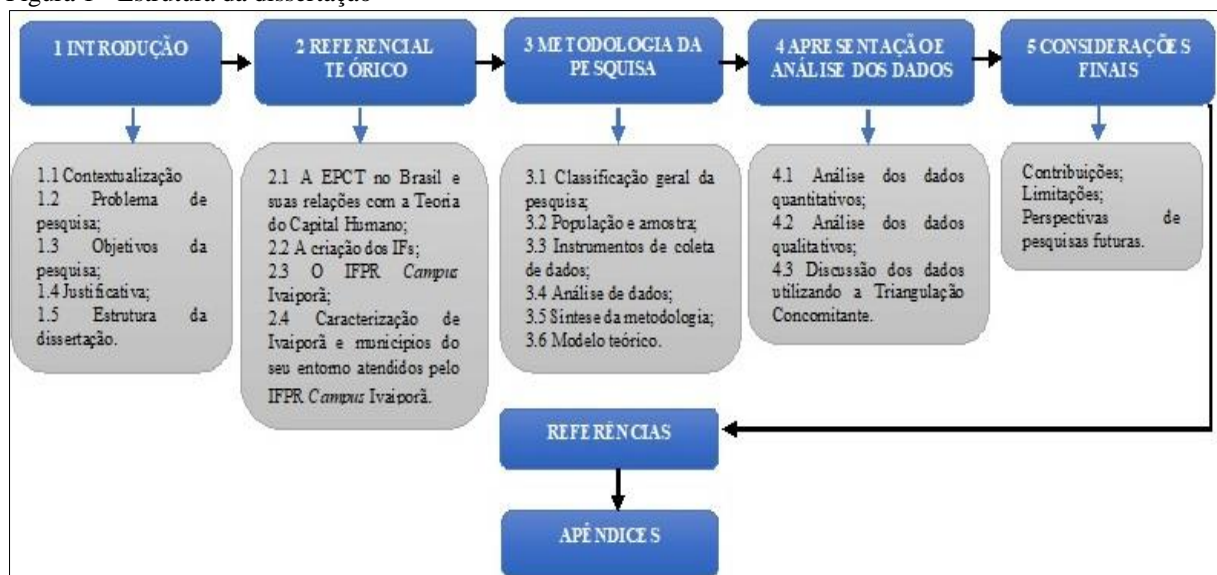
É interessante mencionar que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFPR, especificadamente nos objetivos estratégicos, há planejamento para a instituição começar a criar mecanismos de acompanhamento e monitoramento do capital humano formado pela instituição, bem como possibilitar a inserção dos discentes no mercado de trabalho, além de promover uma maior integração do IFPR com as comunidades regionais, visando à melhoria das condições socioeconômicas (IFPR, 2018a).

Ainda, cabe destacar que já houve um estudo introdutório sobre as contribuições do IFPR *Campus Ivaiporã* para o desenvolvimento socioeconômico. O artigo intitulado “Educação federal: as contribuições do ensino básico, técnico e tecnológico para o desenvolvimento socioeconômico de Ivaiporã/PR e região” apresentou uma visão geral e fez uma análise preliminar e introdutória sobre as contribuições do IFPR *Campus Ivaiporã* no desenvolvimento socioeconômico de Ivaiporã e região (PEREIRA; HAHN; BOVO, 2019). No entanto, em suas considerações finais, os autores enfatizaram a necessidade de uma investigação mais detalhada dessas contribuições, o que se procura empreender por meio desta pesquisa.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Visando atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa está estruturada em 5 capítulos, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 - Estrutura da dissertação



Fonte: A autora (2022)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (EPCT) NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

2.1.1 Teoria do Capital Humano

São apontados como principais precursores da Teoria do Capital Humano os economistas neoclássicos oriundos da Universidade de Chicago, Schultz (1960), Becker (1964) e Mincer (1958), sendo o primeiro considerado o pai da teoria, e os demais, seus seguidores. Os precursores compartilhavam o mesmo ideal de capital humano, todavia, cada um concentrou suas pesquisas em diferentes questões acerca da teoria (HOLDEN; BIDDLE, 2017).

Schultz (1960), Becker (1964) e Mincer (1958) transformaram o capital humano em um programa de pesquisa. Para os precursores, o capital humano passou a ser uma explanação para várias questões de investigação econômica. O trabalho de Schultz era voltado à economia agrícola e apresentava a preocupação com o entendimento da economia de ser pobre, buscava compreender o estímulo das famílias rurais a melhorar a vida de seus filhos. Schultz acreditava que a educação era responsável por boa parte da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, sobretudo nos países considerados pobres (MONTEIRO, 2016).

Schultz (1960) começou a escrever o artigo intitulado “*Capital Formation by Education*”, sendo considerado um dos primeiros produtos do programa de pesquisa que ele desenvolvia desde meados dos anos de 1950. Schultz desempenhou um papel crucial na transformação da Teoria do Capital Humano, deixando de ser considerada uma metáfora para passar a ser um programa de pesquisa. A teoria defendida por Schultz foi rapidamente adotada por economistas e profissionais de outras áreas que perceberam a oportunidade de repensar o papel da educação como uma ciência social. Logo, a educação passou a ser motivo de discussões nos Estados Unidos, que a utilizou sob o enfoque do capital humano para motivar a política econômica do país (HOLDEN; BIDDLE, 2017).

Em 1962, Schultz, ao escrever o artigo “*Reflections on Investment in Man*”, criou 3 hipóteses sobre a Teoria do Capital Humano e o crescimento econômico. A primeira considera o capital humano diferente dos outros capitais (bens de produção, equipamentos e estoques) uma vez que não declina, ou seja, sua evolução é constante. A segunda é que a estrutura dos salários e os salários são determinados principalmente por investimentos em educação, saúde, treinamento no trabalho, busca de informações sobre oportunidades de emprego e por

investimentos em migração. A terceira é que mudanças no investimento em capital humano reduzem a desigualdade na distribuição de renda (SCHULTZ, 1962).

Becker (1964) publicou a obra denominada *“Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education”*, que discutia sobre investimentos na educação e o contexto econômico. Conforme pondera Monteiro (2016), Becker, dentre outros temas, se preocupava com a parte social, estudava o retorno direto e indireto da educação.

Mincer (1958) em sua obra *“Investment in Human Capital and Personal Income Distribution”* estudou o capital humano sob a perspectiva econométrica. De acordo com Soares (2018), Mincer relacionou o investimento em capital humano e seu impacto sobre a produtividade. Assim, estabeleceu que a diferença de salários está relacionada ao volume de investimento em capital humano empregado, ou seja, o investimento realizado se torna a explicação pelas diferenças salariais. Mincer acreditava que após a formação profissional construída na escola, ao ingressar no mercado de trabalho o capital humano ainda continua a se desenvolver, com tendência de diminuição ao longo do tempo.

Nos Estados Unidos, no Governo Kennedy (1961-1963), o capital humano passou a ser visto como fator motivador de crescimento econômico. Kennedy tinha como influente conselheiro Walter Heller. Foi Heller que trouxe para o Governo Kennedy o conceito de que o governo tinha responsabilidade estatutária e constitucional em promover a educação centrada na Teoria do Capital Humano. Assim, Heller justificou o aumento de gastos do governo com a educação, utilizando os seguintes argumentos: a educação está ligada ao capital humano, e a formação do capital humano está ligada ao crescimento econômico; a educação é responsabilidade do governo federal; a educação possibilita a elevação dos ganhos, trazendo benefícios para os indivíduos, bem como contribui para o aumento da produtividade, e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento econômico; a educação proporciona taxa de retorno tão alta ou maior que as taxas de investimentos convencionais (HOLDEN; BIDDLE, 2017).

Nessa perspectiva, Sweetland (1996) apresenta 2 motivos que contribuíram para que a Teoria do Capital Humano se tornasse um campo de investigação no início da década de 1960. O primeiro motivo seria o crescimento econômico significativo dos Estados Unidos não explicado pelas medições econômicas convencionais na época. O segundo está relacionado ao crescimento significativo da renda pessoal explicada pelo aumento do nível de escolaridade.

De maneira complementar, Gillies (2015) pondera que existem 2 aspectos relacionados à Teoria do Capital Humano. O primeiro trata das diferenças salariais e da distribuição de renda ligadas aos níveis de escolaridade, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior o salário

recebido. O segundo trata do retorno financeiro obtido por meio dos investimentos em educação, isto é, os investimentos são justificados uma vez que promovem o crescimento econômico (este é o que teve maior efeito político).

Becker (2006) argumenta que o capital não deve ser compreendido somente como ativos tangíveis que geram renda, ao contrário, investimentos na educação, treinamento e saúde também são considerados capital, nesse caso chamados de capital humano, uma vez que os indivíduos não conseguem se desligar dos conhecimentos e habilidades adquiridas da mesma forma que podem se desligar dos ativos financeiros e físicos. Logo, Cabral; Silva e Silva (2016) destacam que o capital humano alcança as aptidões e habilidades pessoais dos indivíduos que podem ter sido obtidas ao longo do tempo ou podem ser atributos naturais intrínsecos. Em ambos os casos, o capital humano possibilita que os indivíduos obtenham vantagens e se tornem mais produtivos. A Teoria do Capital Humano pondera que habilidades inerentes ou adquiridas devem ser aprimoradas por meio de ações específicas que desenvolvam o capital intelectual.

A Teoria do Capital Humano é considerada uma das teorias mais importante da economia moderna. O crescimento do conceito de economia de conhecimento contribuiu para que aumentasse a ligação entre educação e crescimento econômico. Assim, as atividades econômicas estão centradas no conhecimento, valoriza-se o trabalho intelectual em vez do braçal. A Teoria do Capital Humano estabelece que a educação é o meio pelo qual os indivíduos adquirem vantagem material, o que afeta o crescimento da economia. Resumindo, quanto maior o nível educacional de um indivíduo, maior será o seu retorno financeiro e sua contribuição para o crescimento da economia (GILLIES, 2015).

Nesse sentido, Cabral, Silva e Silva (2016, p. 37) descrevem como o investimento na educação pode impactar no desenvolvimento econômico,

[...] um acréscimo marginal de escolaridade corresponderia a um acréscimo marginal de produtividade; a renda é função da produtividade - uma dada produtividade marginal corresponde a uma renda marginal; a educação é um eficiente instrumento de distribuição de renda e de equalização social; o cálculo da rentabilidade estaria vinculado à diferença da renda provável das pessoas que se escolarizaram e das outras que não o fizeram.

No que tange à relação da Teoria do Capital Humano e à Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), cabe destacar que a teoria foi norteadora das reformas educacionais que ocorreram no Brasil (OLIVEIRA, 2001), e que antecederam a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) ocorrida em 2008. Logo, a criação dos IFs também sofreu a influência da teoria, posto que os ajustes que ocorreram ao longo dos anos na EPCT - que serão apresentados no tópico 2.1.2 - sofreram influência da Teoria do Capital Humano. Ramos (2014) acrescenta que as reformas educacionais realizadas no período

da ditadura militar (década de 1970), as quais tinham como objetivo criar condições para o país enfrentar a competição econômica e as novas tecnologias, contribuíram com o endividamento do país, que para crescer buscou capital com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Diante do novo cenário produtivo e com a possível expansão dos empregos, surgiu uma nova preocupação: a formação dos trabalhadores, exigindo formação não somente para os trabalhos mais simples, mas também em nível intermediário por meio da capacitação de técnicos. Acerca da Teoria do Capital Humano, a autora destaca que em 1978, ano em que ocorreu transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) foi o período em que a teoria foi mais difundida, e que os princípios de educação e economia ganharam mais força.

Complementando, Filho (2003) pondera que no Brasil no período da ditadura, a Teoria do Capital Humano foi utilizada nos estudos econômicos que conduziam o projeto nacional-desenvolvimentista. Nesse período, as reformas realizadas na educação foram influenciadas pelos estudos econômicos conceituados pela teoria. No caso da EPCT, a orientação tecnicista e funcionalista fazia parte das Escolas Técnicas Federais, além dos programas de treinamento de qualificação de mão de obra realizados pelo Sistema S e pelas organizações.

Na atualidade, a Teoria do Capital Humano ressurgiu na proposta de alterações para o novo Ensino Médio, que apresenta no Ensino Médio regular um viés de formação técnica e profissional. O Guia de Implementação do novo Ensino Médio apresenta os itinerários formativos que possibilita que os discentes do Ensino Médio regular possam aprimorar seus conhecimentos e se preparar para o mercado de trabalho por meio da formação técnica e profissional, assim como já ocorre na EPCT (MEC, 2021b).

Neste ponto, é importante destacar que a Teoria do Capital Humano continua sendo essencial e passou a ser adotada na conceituação da empregabilidade, que é considerada um novo aspecto da teoria, posto que indivíduos qualificados apresentam mais condições de se tornar empregáveis e de se manter no mercado de trabalho. Nesse caso, é relevante apresentar o conceito de empregabilidade adotado por Oliveira (2008, p. 198) como a “[...] capacidade de o indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, denotando a necessidade de o mesmo agrupar um conjunto de ingredientes que o torne capaz de competir com todos aqueles que disputam e lutam por um emprego”.

A educação não é a única forma de investir em capital humano, dado que o capital humano compreende também investimentos em treinamento e em saúde. Destaca-se que o enfoque desta pesquisa não é o retorno financeiro obtido pelas organizações ao investir em treinamento para seus colaboradores, nem mesmo os investimentos realizados em saúde dos

indivíduos. Não menosprezando a importância desses dois tipos de investimentos, o foco é a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus Ivaiporã* na formação de capital humano realizada por meio da EPCT, assim como, a relação da EPCT com o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno. Desse modo, Sweetland (1993) argumenta que embora o capital humano não se limite aos investimentos em educação, este é o principal investimento da Teoria do Capital Humano para a análise empírica. Cabe salientar que se a instituição de ensino não estiver preparada para ofertar ensino de qualidade, o investimento na educação não gerará os retornos esperados.

Gillies (2015) evidencia o importante papel dos docentes na Teoria do Capital Humano, posto que são eles que desenvolvem o capital humano. Dessa forma, os docentes passam a ser protagonistas ao desenvolver o capital humano necessário para o crescimento econômico. Portanto, os indivíduos só alcançarão o capital humano desejável para o crescimento econômico se encontrarem docentes preparados e comprometidos com a educação.

A Teoria do Capital Humano atribuiu à decisão individual aspectos qualitativos e quantitativos, inerentes à visão neoclássica de ver o mundo. Qualitativo no sentido de o indivíduo ter o poder de qualificar sua própria força de trabalho, contribuindo para elevação do capital humano; e quantitativo no sentido de decidir trabalhar mais ou menos tempo ou até mesmo não trabalhar (FILHO, 2003). No aspecto qualitativo, a educação e o treinamento são considerados as formas mais importantes de aprimoramento da força de trabalho. Dessa maneira, aqueles que possuem maior escolaridade não são mais bem remunerados por acaso, mas pela qualidade do trabalho realizado (GILLIES, 2015). Logo, é o aspecto qualitativo da Teoria do Capital Humano que concede valor para o conhecimento (SOARES, 2018).

[...], o investimento em educação está relacionado com o crescimento econômico porque o mesmo afere níveis de produtividade, desenvolvimento tecnológico e uma população mais instruída e capacitada para o mercado de trabalho em função de seu caráter endógeno. Pois enquanto os modelos de crescimento econômico neoclássicos observam as variações dos fatores de produção – capital e trabalho – como sendo os únicos instrumentos capazes de mover a economia, a Teoria do Capital Humano vai além, uma vez que o progresso tecnológico de uma nação depende da qualificação profissional e do nível de instrução da população (SOARES, 2018, p. 40).

Destaca-se que o crescimento da renda *per capita* de muitos países no decorrer dos séculos XIX e XX esteve atrelado ao capital humano, já que o conhecimento científico e técnico alcançado por meio da educação e treinamento aumentou a produtividade. Isso contribuiu para a valorização da educação e do treinamento por parte desses países. O crescimento econômico necessita da combinação de novas aprendizagens e de capital humano, ou seja, investimentos em educação e treinamento produzem grandes avanços tecnológicos, o que pode promover crescimento expressivo (BECKER, 2006). Nesse sentido, os investimentos em capital humano

são realizados visando obter retornos futuros e são determinantes para superar atrasos econômicos e aumentar a produtividade (CABRAL; SILVA; SILVA, 2016).

A explicação para alguns países serem mais desenvolvidos que outros pode estar atrelada aos altos níveis de tecnologia e escolaridade. Assim, para que um país se desenvolva ou mantenha seu desenvolvimento é necessário investimento em capital humano (SOARES, 2018). Nesse ponto, é importante apontar os investimentos públicos e privados dos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE²) com educação. Em 2018, os países pertencentes à OCDE que mais investiram na educação primária, secundária e pós-secundária não superior em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) foram Islândia, Israel, Noruega e Nova Zelândia. No que tange ao Ensino Superior, em 2018, os países que mais investiram em porcentagem do seu PIB foram Canadá, Chile, Estados Unidos e Reino Unido (OCDE, 2021).

O crescimento econômico dos países asiáticos a partir da década de 1980 demonstra o valor do capital humano para o crescimento de um país (BECKER, 2006). Diferentemente do que ocorreu no Brasil que ficou estagnado e não conseguiu concluir seu processo de desenvolvimento, a educação é priorizada por vários países desenvolvidos, sobretudo pelos países asiáticos que conseguiram ultrapassar os estágios iniciais do desenvolvimento (PEIXOTO; GODOY, 2018). São considerados bons exemplos a China, o Japão e a Coreia do Norte. Na China, a educação e a pesquisa tecnológica são peças fundamentais no processo de desenvolvimento do século XXI. O país aprimorou suas políticas públicas voltadas à educação após superar alguns de seus erros históricos, utilizando programas gradualistas e focando na solução de obstáculos exurgentes em cada fase de seu desenvolvimento (PEIXOTO; GODOY, 2018).

A China progrediu rapidamente investindo na confiança de possuir grande população trabalhadora e ambiciosa (BECKER, 2006). No Japão, as transformações ocorridas na segunda metade do século XX possibilitaram seu rápido desenvolvimento econômico e social. A transformação tecnológica, a expansão econômica e o desenvolvimento social analisados nesse intervalo de tempo são espantosos, já que o país ficou devastado após a II Guerra Mundial. O Japão protagonizou grandes esforços na educação, na ciência e na tecnologia para alcançar seu posicionamento mundial (BOF, 2021). A Coreia do Sul atingiu a universalização da Educação Básica no final da década de 1960, do Ensino Médio em 1980, e o aumento de matrículas no

² Organização voltada ao desenvolvimento econômico e à busca do bem-estar social por meio da cooperação entre seus países-membros (SOUSA, s.d.).

Ensino Superior entre 1980 a 1990. Assim, o país alcançou um nível elevado de qualificação por meio da educação formal (MILTONS, 2007).

Quanto à migração de profissionais qualificados, esses tendem a migrar de um local com economia fraca para um de economia mais forte, já que economias fracas não ofertam as recompensas esperadas em termos de ganhos financeiros (GILLIES, 2015).

Em relação às críticas à Teoria de Capital Humano, Filho (2003, p.70-71) pondera que na década de 1970 começaram ocorrer críticas à teoria, assim, “[...] na elaboração da teoria do capital humano, o trabalho se converte em capital e os trabalhadores em capitalistas. Os condicionantes das relações sociais trabalho e educação são elididos e estas são levadas ao terreno da suposta decisão independente e autônoma dos indivíduos”. O autor defende ainda que a teoria não explica o motivo de alguns indivíduos investirem em capital humano, e outros não.

[...] a única explicação seria o índice de impaciência, ou preferência temporal, inata a cada indivíduo e que, portanto, escaparia do campo da análise econômica. Os pobres e desempregados, por esta teoria, assim o são por seu inadequado nível de capital humano, situação que resulta de sua natureza, gosto e escolha.

Fonseca e Ferreira (2020) acrescentam que a Teoria do Capital Humano ignora o antagonismo das classes sociais. Logo, os indivíduos que não conseguem o reconhecimento e posição almejada no mercado de trabalho são autorresponsabilizados pelo fracasso, já que não possuem as aptidões necessárias para conquistar tal desempenho. Nessa perspectiva, Frigotto (2008) pondera que o credo da liberdade de escolha individual transfere para o indivíduo o ônus de estar empregado ou desempregado.

Gillies (2015) também teceu críticas à Teoria do Capital Humano, enfatizando que a teoria se preocupa em ver a educação somente em termos econômicos estreitos, não considerando propósitos e práticas mais amplas e abundantes. O autor também enfatiza que reduzir o indivíduo a um mero bem de capital, não considerando o que é ser um ser humano, é restritivo. Outra questão levantada pelo autor é no sentido de que enxergar na educação a solução para os problemas econômicos cria vários desafios para o sistema educacional.

Complementando, Fonseca e Ferreira (2020) acrescentam que nas instituições de ensino imperam as relações de produção e prevalece o interesse de capital, fazendo com que a prática educativa deixe de ser essencial e passe para o segundo plano.

Oliveira (2001) defende que no Brasil a desigualdade social não pode ser explicada somente por uma distribuição desigual de conhecimento, mas pelas próprias características do modelo econômico que concentra de maneira desigual, historicamente, a riqueza produzida no país. Assim, a educação não conseguiria corrigir o que a própria estrutura econômica do país

instituiu. Nesse sentido, Frigotto (2008) ressalta um questionamento que a Teoria do Capital Humano não consegue responder, destacando a importância da análise histórica para o entendimento do contexto que envolve a baixa escolaridade.

[...] os países subdesenvolvidos e os pobres e de baixa renda assim o são porque têm pouca escolaridade ou têm pouca escolaridade porque são subdesenvolvidos e pobres? Somente uma análise histórica da escravidão, do colonialismo e do imperialismo, por um lado, nos evidenciaria que os países que têm menos escolaridade são aqueles que foram submetidos a um ou a todos estes processos. Por outro lado, quando examinamos quem, no Brasil, por exemplo, é analfabeto ou não atingiu mais que quatro anos de escolaridade, vemos que é a grande massa de trabalhadores de baixa renda (FRIGOTTO, 2008, p. 70, grifo nosso).

Frigotto (2008) argumenta que o acesso ao conhecimento ocorre de maneira desigual entre as classes sociais, e que a desigualdade é oriunda da renda e das condições sociais. Dessa forma, os filhos da classe trabalhadora possuem maiores desafios para ter acesso à educação. O autor ainda enfatiza, contrapondo a tendência de aumento de escolaridade, surge o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, principalmente em países como o Brasil, que oferece trabalho mais simples e com baixa remuneração.

Isto posto, conclui-se que a principal forma de investir em capital humano é por meio da educação, e que, no Brasil, as reformas educacionais que envolvem a EPCT sofreram influência direta da Teoria do Capital Humano. Na próxima subseção será analisada a relação da Teoria do Capital Humano com a Teoria Organizacional.

2.1.1.1 Relação da Teoria do Capital Humano com a Teoria Organizacional

Para compreender a relação da Teoria do Capital Humano com a Teoria Organizacional é imprescindível considerar os recursos humanos como um recurso estrategicamente importante para as organizações. A Teoria Organizacional apresenta a estrutura organizacional, a qual está relacionada com os recursos humanos e com o capital humano (NEMETH, 2017). Nas organizações atuais, os recursos humanos deixaram de ser considerados mero recurso de produção e passaram a participar ativamente do processo produtivo, ou seja, saiu de cena a figura do operário e surgiu o sujeito empresa, que realiza seu trabalho a partir dos indicadores de gestão. Nesse novo cenário, a Teoria do Capital Humano emergiu e se tornou relevante no contexto organizacional (BEYER; VIVAR Y SOLER, 2019). Logo, pode-se dizer que a Teoria do Capital Humano impacta diretamente as organizações, influenciando na gestão organizacional e no processo de tomada de decisões que envolvem os recursos humanos, além de influenciar as estratégias organizacionais.

No campo organizacional, os indivíduos levam para o mercado de trabalho seus níveis de educação, conhecimentos e habilidades, assim como suas expectativas quanto ao local de

trabalho. Desse modo, a Teoria do Capital Humano é amplamente aceita no aumento do desempenho organizacional, uma vez que as organizações necessitam das habilidades e conhecimentos dos indivíduos para agregar valor (WUTTAPHAN, 2017). A autora ainda acrescenta que o investimento em capital humano pode ser considerado uma vantagem competitiva e sustentável no meio organizacional. Todavia, Oliveira (2001) pondera que no desempenho organizacional, o aumento da produtividade não ocorre somente pelo aumento da qualificação do trabalhador, é necessário considerar também a evolução do processo produtivo.

A Teoria do Capital Humano trouxe para as organizações a valorização e o reconhecimento da importância do capital humano (NEMETH, 2017). Nesse sentido, Buta (2015) enfatiza a valorização do conhecimento como estratégia organizacional e apresenta os seguintes questionamentos acerca da importância do conhecimento no contexto organizacional: “[...] que conhecimento temos? De que conhecimento precisamos agora e no futuro? Como podemos criar um ambiente e uma cultura que encoraje a aprendizagem individual e organizacional? [...]” (BUTA, 2015, p. 155). A autora ainda complementa destacando que para as organizações alcançarem vantagem competitiva por meio do conhecimento é necessário que o capital humano existente saiba criar e explorar o potencial do conhecimento.

De acordo com a Teoria do Capital Humano, o acúmulo de capital humano de um país seria a explicação para o desenvolvimento social, o avanço tecnológico e a concorrência econômica. Assim, as organizações deveriam considerar os benefícios dos investimentos em capital humano para aumentar a produtividade e a lucratividade. Em relação aos indivíduos, é recomendável que invistam no seu próprio capital humano, posto que isso possibilita conquistar melhores empregos e, desse modo, melhores salários, bem como melhorar sua qualidade de vida (FILHO, 2003).

Diante do exposto, percebe-se que a Teoria do Capital Humano colocou em evidência a importância do capital humano e do conhecimento nas organizações. Logo, a Teoria do Capital Humano não pode ser ignorada pela Teoria Organizacional, que estuda a estrutura organizacional e as suas relações, inclusive com o capital humano. Dando continuidade, na próxima subseção será analisada a evolução da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) no Brasil, apresentando um resgate histórico da evolução da EPCT.

2.1.2 A evolução da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) no Brasil

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) completou 112 anos em 2021. Desse modo, é imprescindível destacar que a EPCT

desempenhou um papel expressivo no enfrentamento aos desafios surgidos ao longo do desenvolvimento econômico no Brasil (SETEC/MEC, 2010a). As mudanças que ocorreram na RFEPCT foram correspondentes às mudanças da sociedade, do setor produtivo e do mercado de trabalho (GUERRA *et al.*, 2020).

Os primeiros registros de oferta da EPCT estão relacionados à formação profissional dos indivíduos menos favorecidos social e economicamente (SANTOS, N., 2018). A EPCT, historicamente, sofreu influência de diferentes conceituações de formação, dentre elas destaca-se a formação voltada ao desenvolvimento econômico com perspectiva tecnicista com foco no mercado de trabalho e a formação profissional humanista com perspectiva de politécnia³ com foco no trabalhador. Discrepâncias estiveram presentes durante toda a evolução da EPCT, sendo influenciada por agentes diversos que fizeram parte da sua história (AFONSO; GONZALEZ, 2016a).

Destaca-se que o crescimento da RFEPCT inicialmente não acompanhou a expansão econômica e a diversificação da estrutura produtiva, o que colaborou com a estabilidade das atividades ocupacionais, devido à baixa escolarização da classe trabalhadora. O *deficit* educacional da classe trabalhadora levou, a partir de 2008, a EPCT a um patamar estratégico, como recurso de alavancagem de desenvolvimento socioeconômico (SANTOS, N., 2018). Logo, conhecer a evolução da RFEPCT possibilita compreender por meio da história as ações realizadas pelo governo federal em diferentes contextos e prioridades, assim como a importância dada para a EPCT enquanto formadora de capital humano, e sua relação com o desenvolvimento, passando do papel assistencialista para o de formação técnica e de qualificação profissional com foco na qualidade social.

Isto posto, foi realizado um resgate histórico da evolução da EPCT, que pode ser compreendido por meio da análise da linha do tempo apresentada no quadro 1.

Quadro 1 - Linha do tempo da EPCT no Brasil

ANO/ PERÍODO	GOVERNO FEDERAL	EVENTO	OBJETIVO/ JUSTIFICATIVA	FONTES
1909	Nilo Peçanha	Início da EPCT no Brasil: Criação das 19 Escolas de Aprendizizes Artífices. A escola passou a ser considerada um valioso instrumento de caráter moral e assistencialista.	Garantir a sobrevivência das classes proletárias por meio da qualificação dos filhos dos proletariados.	SETEC/MEC (2010a) Pacheco (2012) Frigotto (2018) Guerra <i>et al.</i> (2020)
1927	Washington Luís	Sancionamento do Projeto de Fidélis Reis.	Oferecer obrigatoriamente o ensino profissional.	MEC (s.d.)

(continua)

³ Politécnica se refere “[...] ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno [...]” (SAVIANI, 1989, p. 17).

(continua)

ANO/ PERÍODO	GOVERNO FEDERAL	EVENTO	OBJETIVO/ JUSTIFICATIVA	FONTES
1930 - 1945	Getúlio Vargas	Alteração no eixo econômico brasileiro.	Mover o país da atividade agroexportadora para a industrial.	SETEC/MEC (2010a)
1937		As Escolas de Aprendizizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais.	Destinar o ensino profissional a todos os ramos e graus.	Pacheco (2012) Lima (2014) Guerra <i>et al.</i> (2020) MEC (s.d.)
1942		Os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas.	Ofertar a educação profissional em nível secundário, financiada pelo governo federal e alguns governos estaduais, como Rio Grande do Sul e São Paulo.	SETEC/MEC (2010a) Schwartzman (2016) Guerra <i>et al.</i> (2020) MEC (s.d.)
1959	Juscelino Kubitschek	As Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias, sendo denominadas Escolas Técnicas Federais, possuindo autonomia didática e de gestão.	Intensificar a formação técnica e acelerar do processo de industrialização do país.	SETEC/MEC (2010a) Pacheco (2012) Lima (2014) MEC (s.d.)
1961	João Goulart	A educação profissional foi equiparada à acadêmica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) manifestou uma articulação inédita entre o ensino secundário e profissional, possibilitando o ingresso de alunos do ensino secundário ou profissional no ensino superior.	Atestar que o ensino secundário e o técnico-profissional possuíam o mesmo padrão, apesar de apresentarem propostas curriculares diferenciadas.	Lima (2014) Schwartzman (2016) MEC (s.d.)
1964 - 1985	Ditadura Militar	Nova fase produtiva do país, que exigia mão de obra qualificada.	Transformar o país em uma potência econômica mundial por meio da modernização da estrutura produtiva, o que acarretou no endividamento externo do país.	SETEC/MEC (2010a) Lima (2014) Guerra <i>et al.</i> (2020) Ramos (2014)
1971	Emílio Garrastazu Médici	A LDB tornou, obrigatoriamente, técnico-profissional todo currículo do segundo grau. Aumento expressivo no número de matrículas nas Escolas Técnicas Federais. Criação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).	O segundo grau passou a ter a obrigação de formar profissionais em diferentes especialidades solicitadas pelo mercado de trabalho. O PND tinha entre suas prioridades a manutenção do alto nível PIB e uma melhor distribuição de renda.	MEC (s.d.) SETEC/MEC (2010a) Saviani (2003)
1978	Ernesto Geisel	As três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).	Contribuir para que as instituições atuassem em um nível mais elevado de formação, sendo uma exigência na época, devido ao padrão de produção.	SETEC/MEC (2010a) Pacheco (2012) Schwartzman (2016) MEC (s.d.)
1975 - 1979		Criação do II PND.	Acelerar o crescimento econômico.	SETEC/MEC (2010a)
Década de 1980	João Figueiredo/ José Sarney	Alta da inflação, redução do crescimento e descontrole da economia, contrariando expectativas de grande volume de formação técnica.	As políticas de desenvolvimento visavam atender as imposições dos organismos financeiros internacionais.	SETEC/MEC (2010a)
Início da década de 1990	Fernando Collor/ Itamar Franco			
1994	Itamar Franco	Criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando várias Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas em CEFETs.	Atender a demanda por formação profissional.	SETEC/MEC (2010) Pacheco (2012) MEC (s.d.)

(continua)

ANO/ PERÍODO	GOVERNO FEDERAL	EVENTO	OBJETIVO/ JUSTIFICATIVA	FONTES
A partir da metade da década de 1990	Fernando Henrique Cardoso	Movimento inédito das instituições federais de EPCT.	Alinhar as políticas e ações das instituições ao cenário atual, visando atender demandas sociais locais e regionais e debater as necessidades dos territórios onde as instituições estavam inseridas.	SETEC/MEC (2010)
1996		A LDB dispôs um capítulo próprio sobre educação profissional.	Reconhecer o papel e a importância da EPCT.	Brasil (1996)
1997		Criação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Separação do ensino técnico do médio com a exigência que os CEFETs garantissem 50% das vagas para a EPCT. Criação do Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.	Reformular e regulamentar a EPCT.	Schwartzman (2016) MEC (s.d.) Moraes e Albuquerque (2019)
1998		Proibição de construção de novas escolas federais.	Passar a responsabilidade da oferta de cursos técnicos para os estados e a iniciativa privada.	Pacheco (2012)
1999		Retomada do processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFETs.	Retomar o processo iniciado em 1978.	MEC (s.d.) SETEC/MEC (2010a)
A partir de 2003	Luiz Inácio Lula da Silva	As instituições federais se depararam com uma política governamental com essência na responsabilidade social, o foco dessas instituições passou a ser a qualidade social.	Desenvolver um trabalho mais contributivo orientado para o desenvolvimento local e regional.	SETEC/MEC (2010a)
2004		Reorientação das políticas federais para a EPCT. A RFEPT ganhou autonomia para criar e implantar cursos em todos os níveis da EPCT. Criação do Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.	Retomar a oferta de cursos técnicos integrados com o Ensino Médio. Formalizar os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores. Estender a EPCT ao nível de pós-graduação.	SETEC/MEC (2010a) Pacheco (2012) Brasil (2004)
2005		A redação do art. 3º, parágrafo 5º da Lei n. 8.948/1994 foi alterada pela Lei n. 11.195/2005, alterando a expressão “[...] somente poderá ocorrer [...]” por “[...] ocorrerá, preferencialmente, [...]”. Ampliação da EPCT no país. Foi lançada a 1ª fase do Plano de Expansão da RFEPT. O CEFET PR foi transformado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).	Possibilitar que o governo federal aumentasse o raio de atuação no setor, trazendo para si a responsabilidade de criação de novas escolas públicas direcionadas para formação profissional.	Santos, J. (2018) MEC (s.d.)
2007		Foi lançada a 2ª fase do Plano de Expansão da RFEPT.	Possibilitar a interiorização da RFEPT, colaborando com uma nova geografia da rede.	Santos, J. (2018) MEC (s.d.)

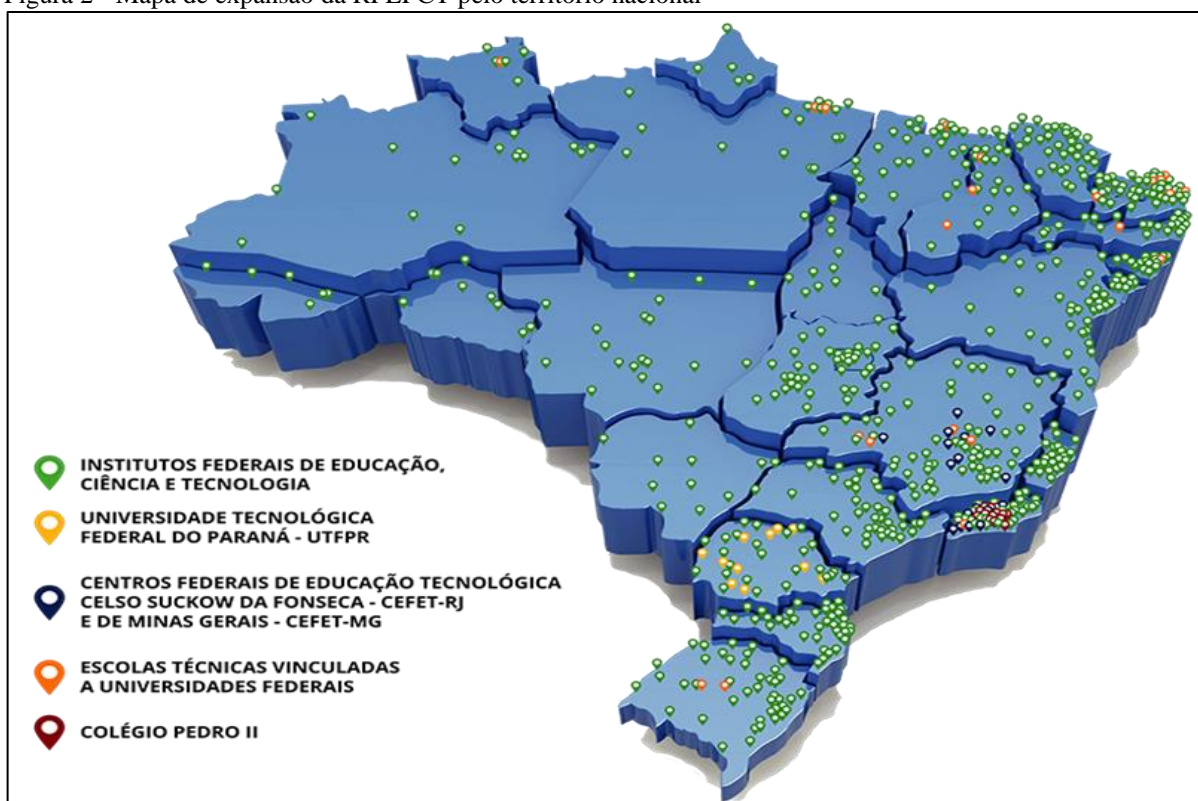
(conclusão)

ANO/ PERÍODO	GOVERNO FEDERAL	EVENTO	OBJETIVO/ JUSTIFICATIVA	FONTES
2008		Criação das leis n. 11.741, de 16 de julho de 2008 e 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Nova era de formação profissional fundamentada na tríade ensino, pesquisa e extensão. A maior parte dos CEFETs foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).	Alterar dispositivos da LDB. Instituir a RFEPCT vinculada ao Ministério da Educação (MEC), compreendendo um conjunto de instituições de ensino como os IFs, UTFPR, CEFETs RJ e MG, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II. Concretizar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).	Brasil (2008a, 2008b) Guerra <i>et al.</i> (2020) MEC (s.d.) Lima (2014)
2011	Dilma Rousseff	Foi lançada a 3.ª fase do Plano de Expansão da RFEPCT.	Superar as desigualdades regionais e viabilizar as condições para acesso a cursos EPCT como ferramenta para melhoria de vida da população.	MEC (2018a)
2021	Jair Bolsonaro	A RFEPCT conta com 38 IFs, 2 CEFETs, UTFPR, 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. 670 unidades em funcionamento no país.	-	MEC (2021a)

Fonte: A autora (2022)

Para melhor compreensão da dimensão da RFEPCT pelas unidades federativas, o mapa de expansão da RFEPCT pelo território brasileiro pode ser verificado na figura 2.

Figura 2 - Mapa de expansão da RFEPCT pelo território nacional



Fonte: MEC (2019)

Isto posto, após a compreensão da evolução da EPCT, procurou-se realizar na próxima subseção a explanação acerca da EPCT e analisar a importância da EPCT para o desenvolvimento local e regional.

2.1.3 A Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e o desenvolvimento local e regional

Apesar da importância da EPCT na formação para o trabalho e na produção da vida material, ela ainda está culturalmente relacionada à pobreza e à escravidão. Assim, na busca por combater essa visão histórica relacionada à EPCT, o Ministério da Educação (MEC) estimulou um conjunto de políticas públicas que têm levado a EPCT a um lugar de destaque na agenda educacional por diversas ações realizadas, tal como a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019). Todavia, apesar de enaltecer as ações do MEC relacionadas à EPCT, os autores fazem uma crítica à pouca atenção dada pelo Estado à formação profissional,

[...] em um país marcado pela desvalorização do trabalho e pela mitificação do bacharel e do doutor, a EPCT recebe pouco destaque. A pouca atenção do Estado à formação de trabalhadores pode ser percebida desde a estrutura formal da educação brasileira, na qual a EPCT aparece de forma apartada, até a carência de suas estatísticas oficiais, necessárias para o acompanhamento e avaliação das políticas educacionais (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 43).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996 dedicou um capítulo específico para a EPCT (Capítulo III, arts. 39 a 42),

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. [...]. Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. [...]. Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996, n.p.)

No entanto, conforme apontam Afonso e Gonzalez (2016a), a LDB definiu a EPCT de maneira simplista e superficial, carecendo de muitas definições que não estavam presentes na norma. Assim, tais definições foram realizadas por meio de leis complementares ou por meio de decretos, portarias e resoluções. Os autores destacam que tais documentos muitas vezes foram utilizados como “atalhos” para efetivação de políticas governamentais de maneira urgente, favorecida e momentânea.

Apesar de estar prevista na LDB, a EPCT foi deixada de lado no art. 21 da norma, como parte da composição da educação escolar brasileira. No artigo consta apenas a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) e a educação superior (BRASIL, 1996). Cabe observar que embora a EPCT estivesse prevista na LDB, sua regulamentação só ocorreu com a publicação do Decreto n. 2.208/1997, o qual definiu a educação profissional no nível básico, técnico e tecnológico (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019). De acordo com o Decreto n. 2.208/1997, art. 3º, a educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, [...]; III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997, n.p.)

O Decreto n. 2.208/1997 ratificou a existência de uma estrutura educacional paralela, posto que o termo “básico” não se refere à educação básica retratada no art. 21 da LDB, sequer os termos técnico e tecnológico se referem à descrição semântica dessas palavras. Contrariamente, o decreto separou a relação necessária entre técnica e tecnologia, ordenando em seu lugar uma ordem teórica inapropriada, na qual o tecnológico está comparado com a oferta de educação superior (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019). A alusão ao nível tecnológico do decreto não equiparou os cursos superiores de curta duração com os cursos superiores existentes na época, isso possibilitou uma interpretação errônea de que os cursos superiores tecnológicos eram intermediários e com terminalidade, ou seja, se tratavam de um nível intermediário à graduação (AFONSO; GONZALEZ, 2016b). Ademais, o decreto fez uma imposição de formação técnica apenas de maneira concomitante ou subsequente, extinguindo a possibilidade de formação técnica integral. Assim, reiterou a política do Governo de Fernando Henrique Cardoso de formação tecnicista focada no mercado de trabalho e nos interesses econômicos, e exterminou a oportunidade de uma formação mais humanística e unitária (AFONSO; GONZALEZ, 2016a).

O Decreto n. 2.208/1997 permaneceu vigente por 7 anos, sendo revogado no Governo Lula pelo Decreto n. 5.154/2004, que trouxe para a formalidade os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, retomando a oferta dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e estendendo a educação profissional ao nível de pós-graduação.

Art. 1.º A educação profissional, [...], será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004, n.p.).

O Decreto n. 5.154/2004 representou a possibilidade de ofertar a EPCT voltada para a formação humana de maneira ampla, além de ofertar a formação tecnicista orientada para o

ingresso no mercado de trabalho (AFONSO; GONZALEZ, 2016a). Também representou o início da valorização e da reorganização da EPCT no Brasil. Um ponto que merece destaque no documento é a organização por premissas, que organizou a EPCT por áreas profissionais e articulou os esforços da educação com o trabalho e emprego, ciência e tecnologia, envolvendo a atuação de diferentes ministérios (AFONSO; GONZALEZ, 2018).

Seguindo a nomenclatura utilizada pelo Decreto n. 5.154/2004, a Resolução n. 1, de 3 de fevereiro de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE), atualizou a nomenclatura dos cursos e programas de EPCT definidas na Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

I. “Educação Profissional de nível básico” passa a denominar-se “formação inicial e continuada de trabalhadores”; II. “Educação Profissional de nível técnico” passa a denominar-se “Educação Profissional Técnica de nível médio”; III. “Educação Profissional de nível tecnológico” passa a denominar-se “Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação” (BRASIL, 2005, n. p.)

A Lei n. 11.741/2008, alterou dispositivos da LDB, principalmente os artigos específicos sobre a EPCT (arts. 39, 41 e 42).

Art. 39. A educação profissional, científica e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. [...]. § 2º A educação profissional, científica e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - de educação profissional técnica de nível médio; III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. [...]. Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, científica e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. [...]. Art. 42. As instituições de educação profissional, científica e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 2008a, n.p.).

A Lei n. 11.741/2008 também criou a Seção IV- A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como, revogou o Decreto n. 5.154/2004. Afonso e Gonzalez (2016b) ressaltam que essas alterações na LDB foram um marco significativo para a EPCT, posto que acrescentou definições claras e objetivas no tocante à EPCT.

Ainda em 2008, foi criada a Lei 11.892, a qual instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), e garantiu maior autonomia administrativa, patrimonial, financeira e pedagógica para as instituições de ensino que fazem parte da RFEPCT (AFONSO; GONZALEZ, 2018). Nesse ponto, cabe evidenciar o trabalho realizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), responsável pela manutenção, supervisão e fortalecimento das instituições de ensino que fazem parte da RFEPCT, e pelas políticas públicas que envolvem a EPCT (MEC, 2018b).

Afonso e Gonzalez (2015) ponderam que no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 foram traçadas poucas metas e estratégias relacionadas à EPCT. No PNE, a EPCT está presente na Meta 10 “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional [...]”, e na Meta 11 “Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2014, n.p.). Apesar das metas e estratégias serem limitadas, os objetivos eram desafiadores e extensos, como o apresentado na Meta 11 que previa a triplicação do número de matrículas na EPCT mantendo a qualidade do ensino, mesmo existindo evidências do comprometimento da qualidade (AFONSO; GONZALEZ, 2015). Afonso e Gonzalez (2016b) acrescentam que há ausência de metas e estratégias específicas para os cursos superiores de tecnologia, que garantam o crescimento e a qualidade dos cursos superiores de tecnologia, bem como, o fortalecimento e a ampliação de suas estratégias. Também acrescentam a ausência de fontes de recursos necessárias para custear as metas e estratégias relacionadas à EPCT previstas no PNE, o que pode provocar grandes prejuízos e atrasos para a educação em todos os níveis.

A nova Resolução do CNE (Resolução n. 1, de 5 de janeiro de 2021), considerou a reforma do Ensino Médio ao definir novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a EPCT, que passou a ser organizada por itinerários formativos condizentes com os eixos tecnológicos, que devem orientar as tecnologias contempladas em cada caso. A resolução acrescenta que os eixos tecnológicos precisam estar ligados aos conhecimentos, habilidades e atitudes, os quais devem orientar a formação profissional com foco nas competências humanas. Os eixos tecnológicos devem ainda possibilitar a construção de itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, de acordo com as reais necessidades e dentro das possibilidades das instituições de ensino públicas e privadas (BRASIL, 2021).

No que tange à EPCT de nível superior, o Brasil transformou o modelo copiado dos Estados Unidos, defendendo a formação tecnológica equivalente à graduação. Assim, não promoveu um nível intermediário de formação entre o Ensino Médio e o superior como ocorre nos Estados Unidos (AFONSO; GONZALEZ, 2016b). Objetivando delimitar a EPCT em nível superior, a Resolução n. 1/2021 do CNE apresenta 3 capítulos específicos sobre a educação tecnológica em nível superior (graduação e pós-graduação), abrangendo a qualificação profissional tecnológica, o curso superior de graduação em tecnologia, o aperfeiçoamento tecnológico, a especialização profissional tecnológica e o mestrado e doutorado profissional

(BRASIL, 2021). De acordo com a resolução os cursos tecnológicos de graduação e pós-graduação devem:

I - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a produção de bens e serviços e a gestão estratégica de processos; II - incentivar a produção e a inovação científica e tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; III - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; IV - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos; [...]; VII - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos (BRASIL, 2021, n. p.).

Em relação à preparação nos discentes para o mercado de trabalho, a Resolução n. 1/2021 do CNE destaca que os cursos tecnológicos de graduação podem ser dispostos por unidades curriculares, etapas ou módulos, de acordo com as qualificações profissionais necessárias no mercado de trabalho (BRASIL, 2021).

Após uma breve explanação acerca da EPCT, é essencial discutir sobre a importância da EPCT para o desenvolvimento local e regional. No entanto, primeiramente cabe apresentar a definição da palavra desenvolvimento, seguida de desenvolvimento local e regional.

[...] desenvolvimento é muito mais do que o mero crescimento econômico de um país ou de uma região, seja ele apontado de forma total ou *per capita*. O desenvolvimento é também bem mais do que a simples ampliação da renda de sua população, pois ele não é um processo puramente quantitativo e mecânico passível de ser medido estatisticamente ano a ano. O desenvolvimento é um processo qualitativo de mudança estrutural; histórico em sua essência, pois configura a evolução entre duas ou mais situações estruturalmente diversas (SINGER; SZMRECSÁNYI, 1991 Apud RIPPEL; LIMA, 2012, p. 2).

O desenvolvimento, além de ser relativo à melhoria da qualidade de vida, também é relativo à liberdade, no sentido de propiciar uma vida mais rica, digna e desimpedida, além de permitir que os indivíduos sejam mais completos, interajam e influenciem o mundo a sua volta (SEN, 2000). Assim, uma das formas de privação de liberdade é privar o indivíduo do acesso à educação, que pode ser uma ferramenta de transformação social e, por consequência, impactar o desenvolvimento da sociedade. Investir em capital humano, possibilitar o acesso à educação, viabilizar o conhecimento e qualificação profissional localmente, podem gerar resultados significativos, agregar valor ao trabalho e estimular o desenvolvimento local e regional. Shikida *et al.* (2017) acrescentam que uma região pode se desenvolver economicamente, porém, isso não significa aumento do bem-estar da população, já que existem bens que não são derivados da riqueza como a coesão social, os laços familiares e o lazer, por exemplo.

Boisier (2001) apresenta 5 dimensões do desenvolvimento elaboradas por Boutros-Gali em 1995, são elas: a paz como fundamento; o crescimento econômico como o motor; o meio

ambiente como base para a sustentabilidade; a justiça como o pilar da sociedade e a democracia como boa governança.

Fajardo e Cunha (2021, p. 2) defendem que o conceito de desenvolvimento deve levar em consideração a questão escalar. “[...] as escalas local, regional, nacional e global representam muito mais que recortes, mas sim espaços materializados como focos de interesses econômicos, políticas públicas e investimentos”. Neste ponto, é relevante ponderar que, nesta pesquisa, o conceito de desenvolvimento local é considerado sinônimo de desenvolvimento municipal, enquanto o desenvolvimento regional é compreendido como o agrupamento de vários municípios desenvolvidos, pertencentes a uma mesma região. Logo, cabe destacar que no desenvolvimento local não deve ser avaliado somente indicadores econômicos. Nesse sentido, Frigotto *et al.* (2018, p. 106) acrescenta que

[...] o conceito de desenvolvimento local não está diretamente ligado a indicadores econômicos, mas possui íntima relação com os aspectos socioculturais da população, de um grupo social que se empodera de seu local, tornando-se um lugar de “possíveis ações” transformadoras, cujos significados tenham perspectivas amplas e componentes de suas identidades pessoais e de grupo: qualidade de vida, bem-estar etc.

Boisier (2001) acrescenta que existe confusão na literatura acerca do desenvolvimento local, e isso ocorre por 2 motivos. Primeiro, porque desenvolvimento local é considerado uma prática sem teoria. Segundo, o conceito de desenvolvimento local reconhece pelo menos 3 matrizes de sua origem: regulação horizontal, que reflete a dialética centro e periferia; resposta à crise macroeconômica; e estímulo mundial pela globalização e dialética global e local.

O desenvolvimento regional não ocorre somente por meio de estímulos nacionais realizados em determinada localidade, mas por meio da junção de conjuntos de desenvolvimentos locais (SOUSA; FREIESLEBEN, 2018). Assim,

[...] o desenvolvimento regional consiste em um processo de mudança estrutural localizada (em uma área territorial chamada "região") que está associada a um processo permanente de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade que o habita e de cada membro individual dessa comunidade e habitante desse território (BOISIER, 2001, p. 7).

A educação contribui para o desenvolvimento de diversas maneiras, uma delas é por meio da melhoria da qualidade da força de trabalho, posto que um profissional qualificado possui mais propensão de absorver, reproduzir e desenvolver novas tecnologias, além de ser mais produtivo, o que possibilita um aumento da produtividade do trabalho, o crescimento da organização, e por conseguinte, o crescimento da economia (MILTONS, 2007). Embora seja um processo moroso, a educação contribui para o desenvolvimento por meio da aquisição de conhecimentos, o que colabora para o aumento de renda e qualidade de vida, e, por conseguinte com o crescimento da nação (SOUSA; FREIESLEBEN, 2018).

Cabe destacar que a EPCT, enquanto formadora de capital humano, de maneira isolada não resolve todos os problemas relacionados ao desenvolvimento local e regional, mas contribui significativamente. Nesse sentido, Menezes (2010, p. 4), enfatiza que

[...] as respostas que a sociedade espera obter dos investimentos do governo nas diferentes áreas perpassam a educação de maneira significativa. Não significa, no entanto, colocar a educação como a redentora de todos os problemas da sociedade, ou, ao contrário, sua falta como a responsável pelos problemas sociais. Porém, evidencia-se que a carência da mesma é um complicador significativo dentro da estrutura social complexa da contemporaneidade, permeada por abissais desigualdades na distribuição de renda, das riquezas do país, materiais e imateriais.

A capacidade técnica e o conhecimento alteram as competências humanas. Portanto, os investimentos em qualificação são compensados quando a produtividade aumenta, gerando uma taxa de retorno positiva. Logo, os investimentos em qualificação são um forte aliado na redução das desigualdades de renda (MILTONS, 2007). Com a evolução da sociedade, o conhecimento científico e técnico passou a ser percebido como um fator estratégico, que impacta o desempenho e o desenvolvimento da sociedade (SAGIORO, 2004). Assim, a educação não é planejada ao acaso, mas conforme as necessidades econômicas, sociais e culturais de um país. Todavia, apesar dos esforços do governo federal, nem sempre há uma conexão ideal entre a educação e as reais necessidades (BOF, 2021).

A EPCT não é uma condição necessária para o ingresso e permanência do indivíduo no mercado de trabalho, isto é, não há uma relação causal entre a EPCT e a empregabilidade (LIMA, 2014). Porém, a existência de profissionais capacitados estimula a ampliação e a criação de novas organizações, colaborando com o crescimento do PIB e da renda *per capita* (SANTOS, N., 2018). Nesse sentido, Schwartzman (2016) acrescenta que quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, maior é a probabilidade de ter acesso ao mercado de trabalho e de obter maior renda.

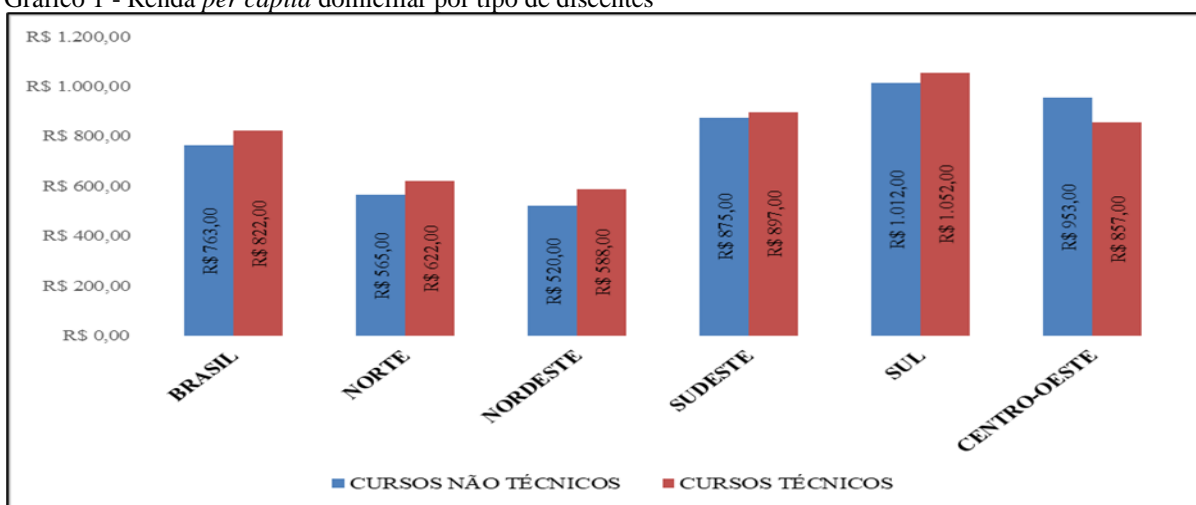
Schwartzman (2016), faz uma crítica à qualidade da educação brasileira, reforçando que o país teria avançado na educação nos 30 anos antes da sua publicação, o que teria facilitado o acesso à educação para a maior parte da população. No entanto, houve frustração de milhões de jovens que se depararam com uma educação de baixa qualidade, dificultando o acesso a uma sociedade digna e melhor posição no mercado de trabalho. Todavia, o autor nota que o problema da educação também afeta outros países, em virtude de existir questões gerais que impactam a todos, como o posicionamento dos jovens na sociedade, a entrada no mercado de trabalho, as diferenças de oportunidades, e os conteúdos que devem ser ministrados.

Conforme pondera Bof (2021), embora a EPCT tenha ganhado destaque na agenda educacional brasileira, ainda está em desvantagem se comparada ao modo como os países

desenvolvidos tratam a educação. A autora apresenta dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontando que em 2017 nos países que fazem parte da OCDE, a média de jovens de 15 a 24 anos matriculados em cursos de educação profissional era de 18%, enquanto no Brasil a média era apenas 3%, índice mais baixo dentre os países participantes da pesquisa. Moraes e Albuquerque (2019) ressaltam que frente à realidade internacional, o Brasil ocupa uma das últimas posições do mundo na oferta de educação profissional. Os autores apresentam outros dados da OCDE, destacando que, em 2017, a média de jovens entre 15 a 19 anos matriculados em cursos técnicos nos países que fazem parte da OCDE era de 43%, já a média brasileira era somente 8%. Para os autores, o Brasil contrariando as tendências internacionais continua apostando na educação básica regular, o que não gera a profissionalização esperada.

Os resultados da EPCT no desenvolvimento brasileiro podem ser averiguados na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), a qual investigou elementos referentes à educação e qualificação profissional. Segundo a PNAD realizada em 2014, os discentes que frequentavam os cursos técnicos “[...] residiam em domicílios cujo rendimento domiciliar *per capita* era mais alto do que o dos estudantes de ensino médio de cursos não técnicos. Isso foi observado em quase todas as Grandes Regiões, com exceção do Centro-Oeste. A Região Sul apresentou os maiores valores [...]” (IBGE, 2017b, n.p.). O rendimento mais alto pode ser considerado vantagem econômica entre as famílias que optaram pela EPCT (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019). A renda *per capita* domiciliar por tipo de discentes pode ser visualizada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Renda *per capita* domiciliar por tipo de discentes

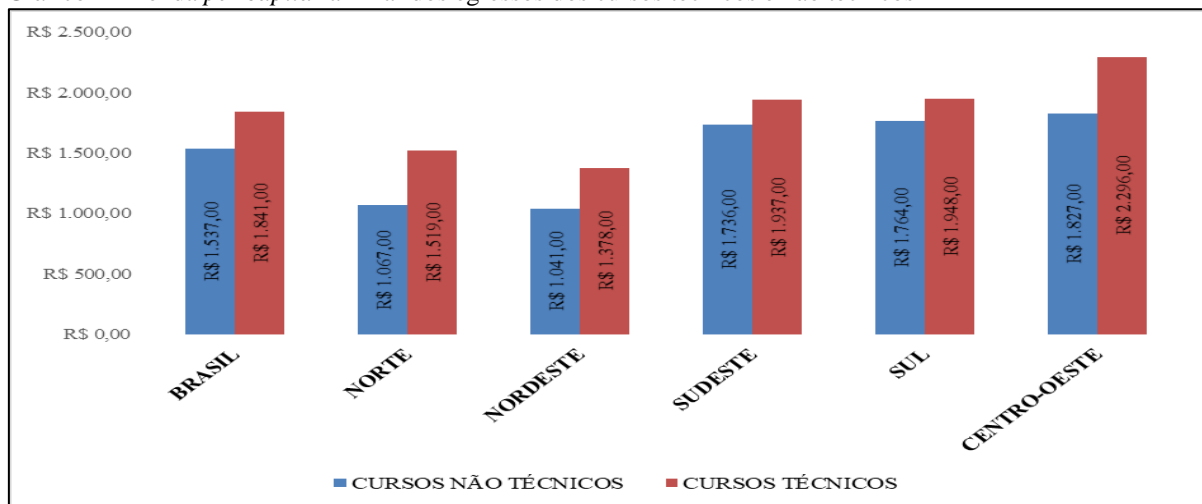


Fonte: Adaptado do IBGE (2017)

Em 2014, a renda média mensal domiciliar dos egressos dos cursos técnicos de nível médio era de R\$1.841,00, enquanto a renda daqueles que não frequentaram um curso técnico

era de R\$1.537,00. A diferença na renda foi verificada nas 5 regiões brasileiras, sendo maior no Centro-Oeste e no Norte e menor no Sul (IBGE, 2017b). Os resultados da pesquisa podem ser observados no gráfico 2.

Gráfico 2 - Renda *per capita* familiar dos egressos dos cursos técnicos e não técnicos



Fonte: Adaptado do IBGE (2017)

Desse modo, ao Brasil caberia o desafio de repensar e fortalecer a EPCT, pois o desenvolvimento econômico e social do país não ocorrerá por meio de ações meticulosas ou soluções apressadas, ao contrário, é necessário planejamento, criar perspectivas futuras, buscar consonância com os setores econômicos, sociais e educacionais, além de prover fortes investimentos e focar na educação, ciência e tecnologia (BOF, 2021).

Diante do exposto, notam-se os ajustes realizados para que a EPCT tivesse maior abrangência e atingisse sua finalidade, assim como, a contribuição da EPCT para o desenvolvimento local e regional. Em continuidade, na próxima seção será analisada a criação dos IFs, instituições especializadas na oferta da EPCT e presentes em todo o território nacional.

2.2 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFs)

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) nasceram de um debate democrático que contou com a participação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e Agrotécnicas Federais, coordenado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e pelo ministro da educação na época, Fernando Haddad. Os IFs são apontados como a mais importante iniciativa da educação do governo federal (PACHECO, 2019). Retratam um novo padrão de instituição de ensino, estruturados a partir de vários modelos existentes e nas capacidades instaladas nos CEFETs e nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (MEC, 2019). A criação

dos IFs representou a materialização de um novo projeto e deu mais destaque para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) (SETEC/MEC, 2010a). Os IFs foram projetados para suprir uma lacuna presente na educação brasileira (SANTOS, N., 2018). Logo, “[...] os IFs surgem com o objetivo de promover uma política de educação ampla, abarcando todo o território nacional. Não é sem motivo, haja vista o passado sociocultural brasileiro marcado pela exclusão de vários setores da sociedade dos direitos de cidadania” (FRIGOTTO *et al.*, 2018, p. 102). A Lei n. 11.892/2008, a qual criou os 38 IFs em todas as unidades federativas, define os IFs como,

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, [...] (BRASIL, 2008b, n.p.).

Os IFs são autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, que atuam na educação básica, profissional, superior, pluricurricular e multicampi (SETEC/MEC, 2010a). O papel dos IFs é propiciar aos indivíduos qualificação e competência técnica nos níveis de ensino ofertados pela instituição, que ocorrem a partir da formação inicial e continuada até a formação profissional de nível médio e formação superior (GOMES, 2017).

A missão dos IFs é promover justiça social, equidade e desenvolvimento sustentável objetivando a inclusão social e buscar soluções técnicas e novas tecnologias (PACHECO, 2012). A missão está dividida em 2 dimensões, de um lado a qualificação e escolarização dos trabalhadores, de outro a contribuição no desenvolvimento científico-tecnológico regional e nacional (LIMA, 2014). Os IFs são considerados “[...] portadores da transformação e organização do espaço, concentrando ensino médio técnico, subsequente e superior, o que mobiliza por sua demanda recursos humanos, técnicos e financeiros e, por consequência, dinamizando as economias locais e regionais” (SOUSA; FREIESLEBEN, 2018, p. 170).

Os IFs possuem a obrigatoriedade legal de garantir no mínimo 50% das suas vagas para a oferta dos cursos técnicos de nível médio, priorizando o ensino integrado, e 20% para a oferta de cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica para a educação básica nas áreas de ciências, matemática e educação profissional, além de possuir a atribuição legal de desenvolver soluções técnicas e tecnológicas mediante pesquisas aplicadas e ações de extensão, visando ao crescimento econômico e social local e regional (MEC, 2019).

A exigência legal de reservar 50% das vagas para a oferta dos cursos técnicos de nível médio foi criada com o objetivo de impedir apostas em cursos superiores em detrimento da oferta de cursos técnicos (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019). As pesquisas e as ações de extensão realizadas pela instituição promovem a interação entre os IFs e a comunidade,

contribuindo para a difusão dos conhecimentos adquiridos pelos discentes. Desse modo, ensino, pesquisa e extensão favorecem a interação e a cooperação local, possibilitando a troca de conhecimentos, informações e inovações (CEHELLA, 2019). Contudo, o conhecimento desenvolvido nas instituições de ensino ainda está distante de ser aplicado nas comunidades, somado a isso, as comunidades ainda precisam lidar com as burocracias de programas impostas pelo governo. As parcerias entre as instituições de ensino e as comunidades, apesar de muito discutidas, ainda são pouco exploradas na prática (MENEZES, 2010).

Para efeito de regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de nível superior, de acordo com a Lei n. 11.892/2008, os IFs são equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008b). A estrutura acadêmica e administrativa dos IFs também é similar ao das universidades federais, considerando que em cada *campus* há um diretor geral responsável pela administração acadêmica e pedagógica da unidade (SANTOS, J., 2018). O *status* de universidade dado aos IFs atende tanto aos interesses do governo federal como à característica da cultura bacharelesca da sociedade brasileira (FRIGOTTO, 2018).

De acordo com Costa e Marinho (2018), houve pouca profundidade e certo desleixo na construção da normativa que criou os IFs, já que não foi dada maior importância a esse sistema como instituição, assim como ao seu tamanho. Em concordância com SETEC/MEC (2010a), a concepção dos IFs possibilitou que a EPCT fosse considerada uma política pública. Assim, enquanto política pública, os IFs “[...] não se caracterizam somente pelo caráter de educação gratuita, custeada por recursos públicos, mas também por apresentarem uma relação direta com o território no qual estão inseridos, com a proposta de transformação socioeconômica da região de abrangência” (PEREIRA; HAHN; BOVO, 2019, p. 26).

No que se refere à contribuição da instituição para o desenvolvimento local e regional, os IFs desenvolvem um trabalho que visa melhorar o padrão de vida da população nas regiões onde estão inseridos (SETEC/MEC, 2010a). Logo, é importante acrescentar que,

[...] a razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional, científica e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência (SETEC/MEC, 2010a, p. 23).

Por meio dos IFs, objetiva-se o desenvolvimento do país, investindo na formação profissional nas mais variadas áreas de atuação e níveis de ensino (GUERRA *et al.*, 2020). Complementando, Gouveia (2016) ressalta que os IFs estão articulados a um projeto real de

desenvolvimento nacional que visa superar as desigualdades sociais e diferenças regionais. No entanto, a autora faz uma crítica à instituição, no sentido de sua difícil construção identitária, a fragilidade das parcerias construídas e os objetivos não atingidos, destacando sua condição periférica perante a divisão social do trabalho.

Para que os IFs sejam considerados instituições alavancadoras de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda, devem conhecer a região que estão inseridos, e buscar responder aos anseios da sociedade, bem como alavancar a inclusão social e a distribuição de renda. Além disso, é necessário estabelecer um vínculo entre o local e o global (SETEC/MEC, 2010a). Dessa forma, visando cumprir sua missão na construção dos projetos pedagógicos, os IFs mantêm como orientação a educação como um mecanismo de transformação e crescimento do conhecimento (PACHECO, 2012).

Após essa breve contextualização da criação dos IFs, na próxima seção será apresentado o lócus desta pesquisa, iniciando-se pela breve explanação acerca do IFPR e posteriormente discutindo o histórico, evolução e atualidade do IFPR *Campus Ivaiporã*.

2.3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) *CAMPUS IVAIPORÃ*

2.3.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)

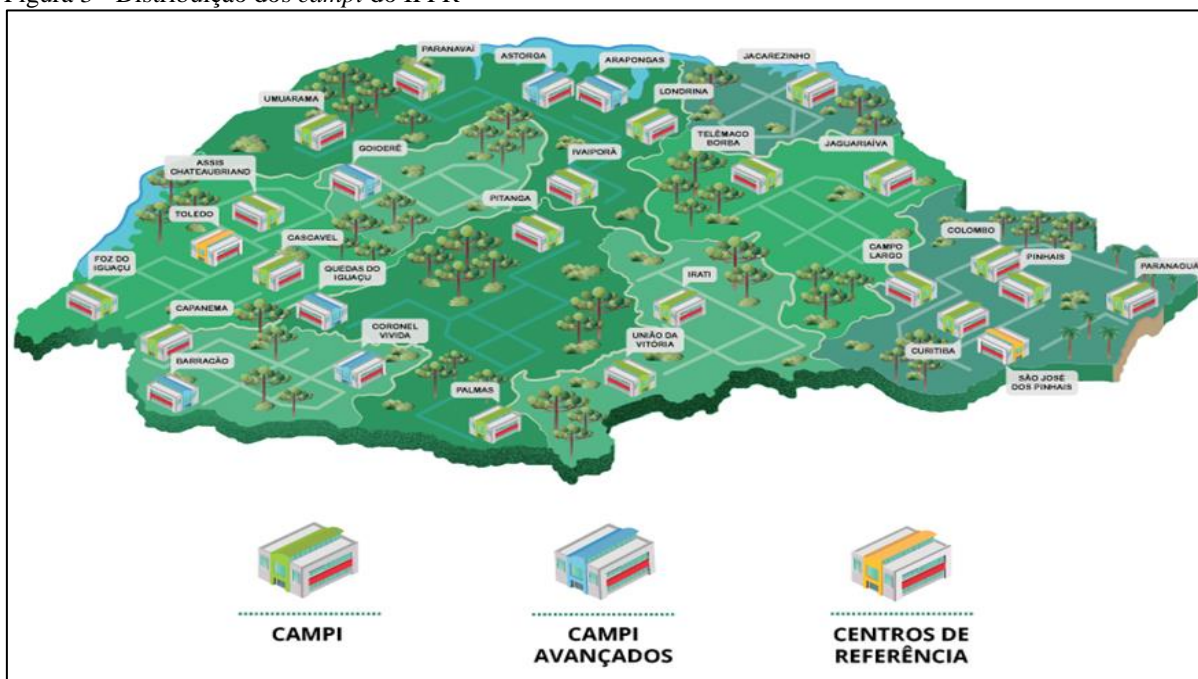
Antes de contextualizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus Ivaiporã*, é importante acrescentar que o *campus* é um dos 26 *campi* do IFPR, presentes em diversos municípios do Estado do Paraná (Assis Chateaubriand; Arapongas; Astorga; Barracão; Coronel Vivida; Goioerê; Quedas do Iguaçu; Campo Largo; Capanema; Cascavel; Colombo; Curitiba; Foz do Iguaçu; Irati; Ivaiporã; Jacarezinho; Jaguariaíva; Londrina; Palmas; Paranaguá; Paranaíba; Pinhais; Pitanga; Telêmaco Borba; Umuarama e União da Vitória). O IFPR também possui 3 centros de referência localizados em São José dos Pinhais, Toledo e o mais recente, inaugurado em Ponta Grossa (IFPR, 2021a).

O IFPR originou-se da transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) (BRASIL, 2008b; IFPR, s.d.). O fato de o IFPR ter surgido por meio da transformação da ET-UFPR é significativo, já que a instituição possuía uma longa história de 139 anos (ZANATTA, 2019). O IFPR se caracteriza como uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Seu foco é a educação superior, básica e profissional,

especializada na oferta gratuita da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) nas diferentes modalidades e níveis de ensino (IFPR, s.d.).

Para melhor compreensão da abrangência do IFPR, a figura 3 apresenta o mapa do Estado do Paraná com a distribuição dos *campi* e centros de referência do IFPR.

Figura 3 - Distribuição dos *campi* do IFPR



Fonte: IFPR (2021)

Em março de 2022, O IFPR possuía, somando o quantitativo de todos os *campi*, 26.929 discentes, com 19.832 no ensino presencial e 7.097 no ensino a distância (EaD). O quantitativo de egressos é de 69.181 discentes nos variados cursos que contemplam a formação inicial, continuada, profissional, de nível médio e superior. Em janeiro de 2022, o IFPR contava com 2.244 servidores públicos ativos permanentes, com 1.286 docentes e 958 técnicos administrativos em educação (TAEs) (IFPR, 2022).

Isto posto, após essa breve contextualização do IFPR, na próxima subseção será apresentado o histórico e evolução do IFPR *Campus* Ivaiporã.

2.3.2 Histórico e evolução do IFPR *Campus* Ivaiporã

O IFPR *Campus* Ivaiporã iniciou suas atividades na primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que teve início em 2005. Nessa primeira fase, a escolha dos municípios que seriam contemplados com os *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pautou-se nos seguintes critérios:

A proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; a importância do município para a microrregião da qual faz parte; os valores

assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; e a existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade. [...]. Além da análise [...], um outro parâmetro de avaliação - este mais diretamente ligado às estratégias de desenvolvimento territorial - foi tomado para fins de estabelecimento do conjunto de municípios que seriam contemplados com instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica: toda e qualquer unidade do Plano de Expansão – Fase I deveria atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: 1) estar localizada em uma unidade da Federação que ainda não possuísse instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica instaladas em seu território; 2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; 3) nos casos em que o município selecionado pertencesse a uma região metropolitana, a escola deveria estar situada nas áreas de periferia (SETEC/MEC, 2010b, p. 35).

Logo, é importante conhecer a história do IFPR *Campus* Ivaiporã para compreender os motivos que contribuíram para que Ivaiporã fosse contemplada com um *campus* da instituição, bem como conhecer a mobilização política e da comunidade para que Ivaiporã fosse escolhida como um município que teria um *campus* do IFPR. A história do *Campus* Ivaiporã é marcada por desafios, foi um longo período até que a instituição tivesse uma infraestrutura própria e conseguisse oferecer condições físicas adequadas para o ensino e a pesquisa.

O sonho da comunidade ivaiporãense sempre foi a implantação de uma instituição pública de ensino superior. Ivaiporã já possuía, desde 1987, uma instituição de ensino superior privada, porém, havia a necessidade de instalar no município uma instituição pública. Na década de 1990 houve várias tentativas de implantar, primeiramente um *campus* da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e posteriormente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ambas sem êxito. Depois de vários anos, o assunto voltou a ser discutido durante a campanha eleitoral de 2006 (SCHRAIBER *et al.*, 2019).

Em 31 de julho de 2007, o deputado federal Moacir Micheletto (*in memorian*) encaminhou um ofício ao MEC, requerendo instruções acerca da implantação de uma instituição de ensino na região do Vale do Ivaí. Na época, foi enviado à Controladoria Municipal de Ivaiporã um modelo de projeto da instituição que havia sido implantada em Paranavaí (IFPR, 2017c). Ainda em 2007, foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Vereadores de Ivaiporã, com a participação dos deputados federais André Vargas, Alex Canziani e Moacir Micheletto, do representante do MEC Irineu Mário Colombo, do reitor do IFET-PR (antiga denominação do IFPR) Alípio Santos Leal Neto, do prefeito municipal Célio Pereira, entre outros representantes da comunidade. Na ocasião, o prefeito foi instruído a encaminhar ao MEC um projeto solicitando a implantação do *campus* do IFET-PR (SCHRAIBER *et al.*, 2019).

O Plano Diretor Municipal de Ivaiporã, instrumento de política de desenvolvimento e expansão urbana, instituído pela Lei municipal n. 1.517, de 26 de maio de 2008, era compatível

com o desejo de instalar em Ivaiporã uma instituição de ensino superior. No entanto, o documento não fez menção à educação como política de promoção do desenvolvimento, como pode ser observado no Capítulo II, arts. 6º e 7º. O art. 6º trata dos objetivos para a política de promoção do desenvolvimento econômico, evidenciando a maximização do potencial produtivo, a promoção do trabalho, emprego e renda, e a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação e recuperação ambiental. O art. 7º trata das diretrizes para a política de promoção do desenvolvimento econômico do município, destacando o estímulo ao desenvolvimento do setor secundário e terciário, bem como, a assistência às atividades ligadas ao desenvolvimento do potencial agropecuário (IVAIPORÃ, 2008).

Ainda no Capítulo II, os arts. 14 e 15 estabelecem os objetivos e diretrizes para a política de educação, diretamente compatíveis com a implantação de uma instituição de ensino superior. O art. 14 define os objetivos da política de educação que visam assegurar condições adequadas para o exercício das atividades educacionais, a expansão de programas de atendimento e o fortalecimento e democratização da gestão das atividades educacionais. O art. 15 define as diretrizes para a política da educação que visam à reforma e ampliação das instalações físicas, a garantia das atividades de apoio pedagógico e complementares de ensino, e o aperfeiçoamento dos programas educacionais, a modernização da gestão administrativa e a participação da população na política educacional (IVAIPORÃ, 2008).

Cabe observar que o Plano Diretor Municipal instituído em 2008 ainda está em vigor. A revisão do Plano Diretor começou em 2021 e está em fase de finalização (IVAIPORÃ, 2021). Sabe-se que a revisão deveria ter ocorrido até 2018, já que segundo a Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, a revisão do Plano Diretor deve acontecer pelo menos a cada dez anos (BRASIL, 2001).

Com a criação da Lei n. 11.892/2008 e a equiparação dos IFs às universidades federais, “[...] o perfil da instituição ia exatamente ao encontro dos anseios dos moradores da região do Vale do Ivaí” (SCHRAIBER *et al.*, 2019, p. 205). Assim, o objetivo da implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã era atender não somente a comunidade ivaiporãense, mas a região do Vale do Ivaí.

Em 2009, a Prefeitura de Ivaiporã, por meio do Departamento Municipal de Projetos, tendo como responsável o Sr. Sérgio Ribeiro da Silva, elaborou o projeto de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã. O Projeto destacava que Ivaiporã havia se tornado um divisor de águas, circundada de pobreza e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), tendo que tratar de todos os interesses político-administrativos da região central do Paraná, e

ainda dividir suas ações segundo interesses de cidades como Londrina, Maringá, Guarapuava e Ponta Grossa (IVAIPORÃ, 2009).

Na justificativa do projeto, constava que a economia do Vale do Ivaí era formada por pequenas e médias propriedades rurais, onde prevalecia a agricultura familiar, o que diferenciava a região das demais regiões do estado (IVAIPORÃ, 2009). A justificativa apresentava os seguintes questionamentos: **“Como desenvolver a região com um quadro tão complexo? Como criar alternativas de desenvolvimento sendo sufocados pelo interesse de outras regiões? [...]”** (IVAIPORÃ, 2009, p. 5, grifo nosso). Nota-se no documento a expectativa de desenvolvimento local e regional em termos econômicos, sociais e culturais, com a implantação de uma instituição como o IF.

Em 04 de setembro de 2009, foi realizada uma nova audiência pública, com a participação do reitor do IFET-PR, Alípio Santos Leal Neto; prefeito municipal, Cyro Fernandes Corrêa Junior; presidente da Câmara de Vereadores, Ademar Soares de Souza; vice-governador, Orlando Pessutti; deputado federal, André Vargas; deputado estadual, Professor Lemos, além de representantes de entidades locais e representantes políticos. Na ocasião, o reitor esclareceu que, naquele momento, não havia orçamento da União e do município de Ivaiporã para custear a implantação do *campus*. Dessa forma, os recursos deveriam provir da população, além de estar previstos no ano seguinte nas emendas dos deputados e no orçamento do município (IVAIPORÃ, 2009). Nessa audiência foi oficializado o primeiro curso do *campus* “Tecnologia em Gestão Pública em EaD”, previsto para iniciar em outubro daquele ano, e assinado um protocolo de intenções acerca da implantação do IFPR em Ivaiporã (IVAIPORÃ, 2009; SCHRAIBER *et al.*, 2019).

Apesar de a escolha do curso inicial não ter relação direta com a agricultura, a intenção da implantação do *campus* foi fortalecer o eixo agrícola, conforme evidenciou o Jornal Paraná Centro (2009, p. 13) com a publicação de um trecho do discurso do reitor na ocasião da audiência pública, “[...] Ivaiporã terá o IFPR polivalente e ensino a distância/presencial. Vamos atuar na área mais forte, que é o eixo agrícola, principalmente com a agroecologia e o setor industrial”. Nesse sentido, o IFPR (2017c, p. 13) complementa:

[...] os presentes concluíram que uma unidade na cidade teria como “objetivo desenvolver não só a parte agrícola, mas oferecer cursos de qualidade e de capacitação profissional para os jovens e assim mantê-los em nossas cidades, pois muitos buscam estudos em grandes centros por falta de qualidade de ensino na região”.

Como não havia orçamento para o início das atividades do *campus*, o decreto municipal n. 7.919 de 13 de outubro de 2009, designou o Conselho Municipal de Implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã, composto por empresários locais; servidores públicos municipais; presidente

do SINCOIVALI; e presidente da Câmara de Vereadores de Ivaiporã. O conselho era formado por Silvestre Daufenbach, Antonio Manuel Marques Ferreira, Luiz Tiburcio da Silva, Edesio Maioli, Antonio Carniato, José Carlos Pinto, Afonso Sochodolak, David Soares Ruas, Sergio Ribeiro da Silva e Ademar Soares de Souza (IVAIPORÃ, 2009). A responsabilidade do conselho era visitar empresários, arrecadar recursos e doações, e apresentar os benefícios da implantação do *campus*.

Para definir o local da futura instalação do *campus*, em 2009 uma comitiva visitou alguns locais para verificar o que melhor atenderia as necessidades da instituição. O local escolhido foi o parque de exposição de Ivaiporã (IFPR, 2017c; SCHRAIBER *et al.*, 2019). A Lei municipal n. 1.709, de 29 de outubro de 2009, autorizou a doação do parque de exposição ao IFPR, com área total de 138.856,00 m² (IVAIPORÃ, 2009; SCHRAIBER *et al.*, 2019).

Ainda em 2009, foi realizado o primeiro processo seletivo para ingresso de discentes nos novos cursos previstos para iniciar em março de 2010. Também ocorreu a nomeação dos primeiros servidores (SCHRAIBER *et al.*, 2019).

Em 2010, o início das aulas ocorreu nas instalações do Polo UAB de Ivaiporã. Posteriormente, as aulas foram transferidas para a Escola Municipal de Ivaiporã. No entanto, as atividades administrativas e de manutenção de ensino eram realizadas em uma sala do prédio da Controladoria Municipal (IFPR, 2017c). Inicialmente, o *Campus* Ivaiporã era uma unidade avançada do *Campus* Telêmaco Borba, uma equipe de apoio desse *campus* era responsável pela direção geral; de ensino, pesquisa e extensão; e de planejamento e administração do *Campus* Ivaiporã (IFPR, 2017c; SCHRAIBER *et al.*, 2019; PEREIRA; HAHN; BOVO, 2019).

Em 2011, ocorreu a ampliação do número de contratação de servidores e das atividades de ensino e administração (IFPR, 2017c). O *Campus* Ivaiporã se tornou unidade independente, com equipe diretiva local e orçamento próprio (SCHRAIBER *et al.*, 2019; PEREIRA; HAHN; BOVO, 2019). Nesse ano foi nomeado o primeiro diretor geral local do *campus*, o professor Mateus José Falleiros da Silva, e as atividades da instituição passaram a ser desenvolvidas provisoriamente no prédio das Faculdades do Centro do Paraná (UCP), e as aulas do Curso Técnico em Agroecologia foram iniciadas na sede própria, com instalações improvisadas (IFPR, 2017c).

É relevante destacar que, até o final de 2012, a expansão do *campus* foi prejudicada devido à precariedade da estrutura física. Nessa época, a instituição ainda utilizava espaços cedidos pela Prefeitura Municipal de Ivaiporã (SCHRAIBER *et al.*, 2019).

A Portaria n. 993 de 07 de outubro de 2013 autorizou o funcionamento do *Campus* Ivaiporã (BRASIL, 2013). Em 2013, as obras do primeiro bloco didático e do bloco de

laboratórios foram concluídas, possibilitando que a instituição deixasse os espaços provisórios e ocupasse a sede própria, o que contribuiu para a consolidação dos cursos já existentes, a ampliação das pesquisas e ações de extensão, além de facilitar o planejamento para abertura de novos cursos e ampliação dos espaços (SCHRAIBER *et al.*, 2019; IFPR, s.d.). Nesse sentido, para melhor compreensão da evolução dos cursos ofertados pela instituição, foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 2 - Linha do tempo dos cursos ofertados pelo IFPR *Campus* Ivaiporã

INÍCIO	CURSO	MODALIDADE	TIPO	OBJETIVO
2009	Tecnologia em Gestão Pública	EaD	Subsequente ao Ensino Médio	Iniciar as atividades do novo <i>campus</i> .
2010	Agroecologia e Eletrotécnica	Presencial	Subsequente ao Ensino Médio	Desenvolver a produção agrícola em propriedades rurais familiares; atender a necessidade da Subestação de Furnas e Eletrosul; fomentar o mercado da construção civil.
2011	Agroecologia	Presencial	Subsequente e concomitante ao Ensino Médio	Desenvolver a produção agrícola em propriedades rurais familiares.
	Técnico em Logística e Segurança no Trabalho	EaD	Subsequente ao Ensino Médio	Incentivar o relacionamento entre o IFPR e parceiros ligados aos arranjos produtivos locais (APLs).
2012	Técnico em Informática	Presencial	Integrado ao Ensino Médio	Atender a necessidade de trabalhadores qualificados.
2013	Eletrotécnica	Presencial	Integrado ao Ensino Médio	Atender a necessidade da Subestação de Furnas e Eletrosul; fomentar o mercado da construção civil.
2014	Agroecologia	Presencial	Integrado ao Ensino Médio	Desenvolver a produção agrícola em propriedades rurais familiares.
2015	Licenciatura em Física	Presencial	Superior	Formar profissionais capacitados para o ensino-aprendizagem de física.
2017	Tecnólogo em Agroecologia	Presencial	Superior	Desenvolver a produção agrícola em propriedades rurais familiares.
2018	Engenharia Agrônoma	Presencial	Superior	Desenvolver a produção agrícola em propriedades rurais familiares; atender uma necessidade da comunidade local e regional.
	Sistemas de Informação	Presencial	Superior	Formar profissionais aptos a trabalhar com tecnologia da informação.

Fonte: A autora, com base em Schraiber *et al.* (2019), Pereira, Hahn e Bovo (2019) e IFPR (2017c, s.d.).

Considerando o período desde 2010, 796 egressos já concluíram algum curso na instituição, 661 no ensino presencial e 135 no ensino a distância (EaD) (IFPR, 2022). Esses dados podem ser visualizados na tabela a seguir, na qual foi considerado o ano de ingresso e não o ano de conclusão dos cursos.

Tabela 1 - Número de egressos do IFPR *Campus* Ivaiporã desde 2010

(continua)

ANO DO INGRESSO	TIPO	SUBTIPO	CURSO	EGRESSOS		
				PRESENCIAL	EaD	TOTAL
2010	Outros	Formação continuada	Eletricidade Pred.	13	-	13
			Inclusão Digital	2	-	2
	Subsequente	Técnico	Eletrotécnica	20	-	20
			Agroecologia	9	-	9
Subtotal				44	-	44

(conclusão)

ANO DO INGRESSO	TIPO	SUBTIPO	CURSO	EGRESSOS		
				PRESENCIAL	EaD	TOTAL
2011	Subsequente	Formação Inicial	Hortas pedagógicas	75	-	75
	Subsequente	Técnico	Eletrotécnica	19	-	19
	Subsequente		Agroecologia	7	-	7
	Concomitante		Agroecologia	1	-	1
Subtotal				102	-	102
2012	Outros	Formação Inicial	Agr. Familiar	26	-	26
	Subsequente	Técnico	Eletrotécnica	19	-	19
	Integrado		Informática	14	-	14
	Subsequente		Agroecologia	12	-	12
	Concomitante		Agroecologia	2	-	2
Subtotal				73	-	73
2013	Subsequente	Técnico	Eletrotécnica	20	-	20
	Integrado		Informática	17	-	17
	Subsequente		Agroecologia	6	-	6
	Concomitante		Agroecologia	7	-	7
Subtotal				50	-	50
2014	Integrado	Técnico	Eletrotécnica	26	-	26
	Subsequente		Eletrotécnica	13	-	13
	Integrado		Informática	31	-	31
	Concomitante		Agroecologia	14	-	14
Subtotal				84	-	84
2015	Subsequente	Formação inicial	Espanhol	-	25	25
			Inglês	-	13	13
	Superior	Licenciatura	Física	8	-	8
	Subsequente	Técnico	Administração	-	49	49
	Subsequente		Seg. do Trabalho	-	40	40
	Subsequente		*Meio Ambiente	-	8	8
	Integrado		Eletrotécnica	28	-	28
	Subsequente		Eletrotécnica	19	-	19
	Integrado		Informática	22	-	22
	Integrado		Agroecologia	14	-	14
Concomitante	Agroecologia		7	-	7	
Subtotal				98	135	233
2016	Subsequente	Formação Inicial	Hortas pedagógicas	10	-	10
	Superior	Licenciatura	Física	3	-	3
	Integrado	Técnico	Eletrotécnica	22	-	22
	Subsequente		Eletrotécnica	7	-	7
	Integrado		Informática	18	-	18
	Integrado		Agroecologia	25	-	25
	Concomitante		Agroecologia	11	-	11
Subtotal				96	-	96
2017	Superior	Tecnologia	Agroecologia	12	-	12
	Integrado	Técnico	Eletrotécnica	27	-	27
	Subsequente		Eletrotécnica	14	-	14
	Integrado		Informática	20	-	20
	Integrado		Agroecologia	21	-	21
Subtotal				94	-	94
2018	Subsequente	Técnico	Eletrotécnica	13	-	13
	Subsequente		Agroecologia	7	-	7
Subtotal				20	-	20
TOTAL				661	135	796

Fonte: A autora, com base em dados do IFPR (2022)

Nota: *Acredita-se que houve um equívoco no registro da denominação do curso Técnico em Logística no Portal de Informações do IFPR (INFO), uma vez que em 2015 não havia turma do curso de Técnico em Meio Ambiente, mas havia turma do curso Técnico em Logística, que não apareceu na consulta.

É importante ressaltar que a pandemia da Covid-19 causou impactos diretos nos números de egressos da instituição, posto que houve atrasos na finalização do calendário acadêmico de 2020 e 2021.

Após a compreensão acerca do histórico e evolução do IFPR *Campus* Ivaiporã, na próxima subseção serão apresentados alguns dados da instituição na atualidade.

2.3.3 O IFPR *Campus* Ivaiporã na atualidade

Desde 2013 o IFPR *Campus* Ivaiporã está localizado na Rua Max Arthur Greipel, n. 505 - Parque Industrial (Marginal a PR 466), situado a 5,8 km da região central de Ivaiporã. Por estar situado em uma rodovia estadual, sua localização facilita o acesso para os discentes da região, porém se torna um empecilho para os discentes residentes em Ivaiporã, devido à distância da área central e à necessidade de transporte público.

Sua atual estrutura física é composta por 3 blocos didáticos, 1 bloco de laboratórios, 1 bloco administrativo, 1 usina fotovoltaica e 1 ginásio poliesportivo. A área total construída é de 8. 977,66 m². Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, estava prevista para 2021, a construção de 1 refeitório, contudo, não foi executada. Ainda estão previstas para 2022 e 2023, a construção de 1 auditório e de 1 prédio para fazenda escola (IFPR, 2018a). Recentemente, a Prefeitura Municipal de Ivaiporã realizou a doação de 5 alqueires para a implementação da fazenda escola, que será utilizada pelo curso de Engenharia Agrônômica. A efetivação da doação está prevista para ocorrer ainda em 2022 (TNONLINE, 2021).

A instituição oferta 8 cursos presenciais, 4 de ensino superior (Engenharia Agrônômica, Sistemas de Informação, Licenciatura em Física e Tecnólogo em Agroecologia), 3 técnicos integrados ao Ensino Médio (Eletrotécnica, Agroecologia e Informática), e 1 técnico subsequente ao Ensino Médio (Eletrotécnica) (IFPR, 2022). Apesar da modalidade EaD constar no diagnóstico institucional como oportunidade para o IFPR, de acordo com o PDI 2019-2023, não há previsão de oferta de cursos EaD (IFPR, 2018a). A instituição possui autonomia para criar, ampliar, remanejar vagas discentes, organizar e extinguir cursos. Entretanto, a criação de cursos não ocorre ao acaso, deve-se atender características de desenvolvimento sustentável, local e regional, além de ser aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e existir previsão orçamentária (IFPR, 2011).

Em março de 2022, o *Campus* Ivaiporã possuía 574 discentes, com 305 no ensino superior e 269 nos cursos técnicos de nível médio (IFPR, 2022). Nesse ponto, cabe mencionar novamente os impactos da pandemia da Covid-19, que colaborou para o aumento da evasão

escolar e provocou atrasos na finalização do calendário acadêmico de 2020 e 2021, além de provocar atraso no início do calendário de 2022, iniciado em abril, refletindo diretamente no número de discentes matriculados na instituição.

Tabela 2 - Discentes matriculados no IFPR *Campus* Ivaiporã em março de 2022

TIPO	SUBTIPO	CURSO	DISCENTES MATRICULADOS MARÇO/2022
Ensino superior	Bacharelado	Engenharia Agrônômica	107
		Sistema de Informação	102
	Licenciatura	Física	85
	Tecnologia	Agroecologia	11
Subtotal			305
Integrado	Técnico	Eletrotécnica	81
		Agroecologia	96
		Informática	79
Subsequente	Técnico	Eletrotécnica	13
Subtotal			269
TOTAL			574

Fonte: A autora, com base em dados do IFPR (2022)

Ainda que o IFPR esteja instalado em Ivaiporã, há vários discentes residentes em municípios da região, principalmente no entorno de Ivaiporã. A tabela 3 apresenta o número de discentes residentes em Ivaiporã e nos municípios do seu entorno, não considerando o quantitativo de discentes residentes em outros municípios. Para a sua elaboração foram utilizadas informações repassadas pela secretaria acadêmica da instituição, tendo como referência o número de discentes matriculados em abril de 2021.

Tabela 3 - Número de discentes residentes em Ivaiporã e municípios do seu entorno

(continua)

MUNICÍPIO	TIPO	CURSO	DISCENTES MATRICULADOS ABRIL/2021
Ivaiporã	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	39
		Sistema de Informação	40
		Licenciatura em Física	44
		Agroecologia	30
	Integrado	Eletrotécnica	36
		Agroecologia	33
		Informática	45
Subsequente	Eletrotécnica	7	
Subtotal			274
Arapuã	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	7
		Sistema de Informação	0
		Licenciatura em Física	4
		Agroecologia	8
	Integrado	Eletrotécnica	14
		Agroecologia	11
		Informática	3
Subsequente	Eletrotécnica	0	
Subtotal			47
Ariranha do Ivaí	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	0
		Sistema de Informação	1
		Licenciatura em Física	0
		Agroecologia	1
	Integrado	Eletrotécnica	3
		Agroecologia	2
		Informática	0
Subsequente	Eletrotécnica	0	
Subtotal			7

(conclusão)

MUNICÍPIO	TIPO	CURSO	DISCENTES MATRICULADOS ABRIL/2021
Jardim Alegre	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	06
		Sistema de Informação	12
		Licenciatura em Física	12
		Agroecologia	11
	Integrado	Eletrotécnica	10
		Agroecologia	14
		Informática	26
Subsequente	Eletrotécnica	1	
Subtotal			92
Lidianópolis	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	2
		Sistema de Informação	1
		Licenciatura em Física	1
		Agroecologia	2
	Integrado	Eletrotécnica	10
		Agroecologia	6
		Informática	4
Subsequente	Eletrotécnica	0	
Subtotal			26
Lunardelli	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	4
		Sistema de Informação	1
		Licenciatura em Física	3
		Agroecologia	3
	Integrado	Eletrotécnica	7
		Agroecologia	15
		Informática	10
Subsequente	Eletrotécnica	1	
Subtotal			44
Manoel Ribas	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	0
		Sistema de Informação	4
		Licenciatura em Física	6
		Agroecologia	1
	Integrado	Eletrotécnica	6
		Agroecologia	1
		Informática	0
Subsequente	Eletrotécnica	0	
Subtotal			18
São João do Ivaí	Ensino Superior	Engenharia Agrônômica	2
		Sistema de Informação	7
		Licenciatura em Física	1
		Agroecologia	2
	Integrado	Eletrotécnica	25
		Agroecologia	17
		Informática	7
Subsequente	Eletrotécnica	1	
Subtotal			62
TOTAL			570

Fonte: A autora, com base em dados da SA/IFPR (2021a)

Em janeiro de 2022, o *Campus Ivaiporã* possuía 79 servidores públicos ativos permanentes, com 46 docentes e 33 técnicos administrativos em educação (TAEs) (IFPR, 2022) e 14 terceirizados que atuam na manutenção, conservação e limpeza, e segurança. Cabe destacar que grande parte dos servidores que atuam na instituição não residiam em Ivaiporã antes da nomeação para o cargo. A mudança ou deslocamento destes profissionais para Ivaiporã fomenta a economia local, posto que investem no município uma vez que utilizam o comércio e os serviços, bem como precisam alugar ou adquirir um imóvel para fixar residência. De acordo o

Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU) (2021), em junho de 2021 os servidores ativos do *Campus Ivaiporã* receberam a título de remuneração básica o montante de R\$ 751.858,47. Complementando, segundo dados fornecidos da Coordenação Administrativa do *Campus Ivaiporã*, no mesmo mês, os terceirizados receberam de remuneração básica o montante R\$ 20.176,17, sem considerar benefícios como vale alimentação e vale café (CA/IFPR, 2021).

Desde 2015, o *Campus Ivaiporã* pagou mais de R\$ 2 milhões e 300 mil reais em bolsas de programas de assistência estudantil (IFPR, 2022). Os programas de assistência estudantil são voltados para os discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São ofertados programas que contemplam as áreas de alimentação, transporte, moradia, aquisição de materiais didáticos, projetos educacionais, monitoria, esporte e eventos; e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Para participar dos programas, é utilizada como critério a renda familiar dos discentes, que não pode, legalmente, ultrapassar um salário mínimo e meio (IFPR, s.d.). Os recursos da assistência estudantil “[...] além de alinhar a política de democratização social ao ensino e contribuir para a permanência do aluno na escola, possibilita ainda seu poder de compra, algo que impacta positivamente no desenvolvimento econômico da região” (SCHRAIBER *et al.*, 2019, p. 213-214). Para melhor compreensão, a tabela 4 apresenta os valores pagos pelo *Campus Ivaiporã* a título de assistência estudantil desde 2015.

Tabela 4 - Bolsa/auxílio estudantil - período de 2015 a 2021

ANO	VALORES EM R\$
2015	15.954,00
2016	393.525,00
2017	329.240,00
2018	345.300,00
2019	449.509,00
2020	467.680,00
2021	329.899,00
TOTAL	2.331.170,00

Fonte: A autora, com base em dados do IFPR (2022)

Em 2011, o *Campus Ivaiporã* se tornou unidade independente. Logo, desde 2012 passou a receber recursos orçamentários específicos para a unidade, conforme valores da tabela 5.

Tabela 5 - Recursos orçamentários do IFPR *Campus Ivaiporã* - período de 2012 a 2021

ANO	VALORES EM R\$
2012	1.095.254,00
2013	1.735.708,00
2014	2.710.659,00
2015	1.817.721,00
2016	2.064.230,00
2017	1.854.692,00
2018	1.988.814,00
2019	2.668.112,00
2020	2.422.643,00
	(*736.496,00 – Condicionado)

(conclusão)	
ANO	VALORES EM R\$
2021	1.692.301,00 (*861.318,00 – Condicionado)
TOTAL	20.050.134,00

Fonte: A autora, com base em dados do IFPR (2022)

Embora o *Campus Ivaiporã* tenha evoluído tanto em estrutura física, como em número de cursos, discentes e servidores, observa-se uma redução dos recursos orçamentários recebidos pela unidade no ano de 2021. Observa-se, também, que em 2020 e 2021 parte dos recursos orçamentários passaram a ser condicionados, o que torna a gestão do *campus* comprometida, podendo impactar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidas à comunidade.

No tocante aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos técnicos e superiores ofertados pela instituição, percebe-se que a geração de conhecimento e o desenvolvimento local e regional estão latentes nos projetos, como pode ser observado PPC do Técnico em Informática integrado, o qual evidencia que no planejamento do curso foi observada a realidade local, constatando que a sua oferta seria relevante para a sociedade e para o desenvolvimento da região (IFPR, 2012). O PPC do Técnico em Eletrotécnica integrado ressalta as características desejadas nos egressos, e enfatiza que o objetivo do curso é preparar os discentes para ingressar no mercado de trabalho. O curso visa proporcionar conhecimento técnico e humano, e tornar os discentes cidadãos responsáveis, críticos e conscientes da sua importância no desenvolvimento pessoal, tecnológico e social (IFPR, 2013a). O PPC do superior de Tecnologia em Agroecologia enfatiza o papel da educação enquanto política pública preocupada com o desenvolvimento local. O curso propõe a inclusão social sob a perspectiva de desenvolvimento local (IFPR, 2016). Nos PPCs de Agroecologia, tanto de nível técnico como superior, estão presentes diferentes eixos de desenvolvimento multidimensional com foco no empreendedorismo e na inovação (IFPR, 2013b, 2016).

Em consulta às matrizes curriculares dos atuais cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (Eletrotécnica, Agroecologia e Informática), foi possível verificar que em nenhuma consta a disciplina de empreendedorismo (IFPR, s.d.). No entanto, ao consultar os PPCs Técnicos Integrados em Informática e em Eletrotécnica, em ambos a disciplina empreendedorismo consta como optativa, cujas ementas destacam a contextualização da concepção de empreender, de liderança e de inovação tecnológica (IFPR, 2012, 2013a). No PPC técnico integrado de Agroecologia consta a disciplina de empreendedorismo rural como optativa, cuja ementa evidencia a conceituação e origem do empreendedorismo, liderança, empreendedorismo rural e social, inovação e criatividade, sustentabilidade e responsabilidade social, oportunidade de negócios, gestão de pequenos empreendimentos etc. (IFPR, 2016). É

fundamental que a disciplina de empreendedorismo integre as matrizes curriculares dos cursos do *Campus* Ivaiporã, já que pode contribuir num momento posterior para o desenvolvimento local e regional.

Acerca da disciplina de empreendedorismo nas matrizes curriculares dos cursos superiores, a disciplina de empreendedorismo não integra as matrizes dos cursos de Agroecologia, Licenciatura em Física e Engenharia Agrônômica (IFPR, s.d.; IFPR, 2018b). No PPC do Tecnólogo em Agroecologia, há informação de que o curso abrange os diferentes eixos de conhecimento com foco no desenvolvimento multidimensional, na inovação e no empreendedorismo (IFPR, 2016). Cabe observar que o único curso superior que possui a disciplina de empreendedorismo como obrigatória é Sistemas de Informação, denominada “desenvolvimento de novos negócios e empreendedorismo”, que possui em sua ementa empreendedorismo, características e comportamento do empreendedor, plano de negócios, e outros (IFPR, 2017c). É importante evidenciar que os cursos Engenharia Agrônômica e Sistemas de Informação possuem entre seus valores o empreendedorismo, a inovação e o respeito às características regionais (IFPR, 2017b, 2017c).

Investindo na continuidade dos estudos dos egressos dos cursos técnicos de nível médio, assim como dos estudantes de outras instituições, o *Campus* Ivaiporã realiza um trabalho de preparação para vestibulares e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os cursos são desenvolvidos voluntariamente pelos docentes e são abertos à comunidade. Nos anos anteriores, as aulas eram presenciais, já em 2020, as aulas foram ministradas no formato EaD. Após a participação no curso, vários estudantes alcançaram aprovação nos vestibulares e ENEM.

No que se refere às ações de extensão, pesquisa e inovação, o Estatuto do IFPR aponta que, “[...] as ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade” (IFPR, 2011, n.p.). A instituição tem procurado fazer seu papel em relação a aproximação com a comunidade local e regional, assim como fomentar a troca de conhecimentos, informações e inovações. Alguns dos projetos desenvolvidos pelo *campus* em 2020 podem ser visualizados no quadro 3.

Quadro 3 - Projetos desenvolvidos pelo IFPR *Campus* Ivaiporã em 2020

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO IFPR CAMPUS IVAIPORÃ
Astronomia para todos
O Campo no <i>Campus</i> : estratégia de comercialização para geração de renda aos agricultores familiares de Ivaiporã-PR e região
Horto medicinal relógio do corpo humano
"Pocket" Physics: desenvolvimento de conjuntos didáticos para o ensino científico
Células solares a partir de corantes naturais
Física nota 10
Estudo da imagem em processos de aprendizagem: arte por toda parte

Fonte: A autora, com base em dados do IFPR (2020)

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 está prevista para 2022 e 2023 uma pequena expansão em números de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Unidade (IFPR, 2018a). Cabe ponderar que uma ameaça às ações de extensão, pesquisa e inovação desenvolvidas pelo *Campus* Ivaiporã é a redução dos recursos orçamentários, que impacta diretamente o trabalho realizado.

Durante o quadro de pandemia da Covid-19, a instituição realizou diversas ações voltadas para a comunidade acadêmica e externa. O quadro 4 apresenta algumas dessas ações.

Quadro 4 - Ações realizadas pelo IFPR *Campus* Ivaiporã durante a pandemia da Covid-19

AÇÕES REALIZADAS PELO IFPR CAMPUS IVAIPORÃ DURANTE A PANDEMIA
Produção de vídeo para conscientizar alunos sobre a quarentena;
Acolhimento psicológico on-line aos discentes;
Produção de vídeo sobre coronavírus para crianças com versão em libras;
Produção de protetores faciais para os profissionais de saúde de Ivaiporã e região;
Desenvolvimento de uma App para estimular o comércio do Vale do Ivaí;
Produção de materiais de história - série grandes epidemias da história;
Orientação aos produtores e consumidores do Projeto "Apoio a formação do grupo de consumidores de produtos orgânicos, agroecológicos e coloniais em Ivaiporã" em relação a Covid-19 e as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de Alimentos;
Organização de doação de cestas básicas para famílias em condição de vulnerabilidade social de Ivaiporã;
Modelagem matemática para espalhamento da COVID no Vale do Ivaí.

Fonte: A autora, com base em dados do IFPR (2021b)

Cabe destacar que na revisão do Plano Diretor de Ivaiporã, algumas ações do município envolvem a participação direta ou indireta do IFPR *Campus* Ivaiporã, tais como: a motivação do IFPR no fortalecimento dos pequenos negócios, a instalação do parque de exposição do município próximo às instalações do IFPR, a construção de uma marginal ligando a Rodovia Marechal Cordeiro de Farias ao *Campus* do IFPR, a oferta de cursos de especialização em atrativos culturais e naturais pelo IFPR e o projeto de instalação do Polo Agrotech, que visa possibilitar a implantação de parques industriais de tecnologia, e necessitará da interação do governo, empresas e instituições de ensino (IVAIPORÃ, 2021).

No que se refere aos direcionamentos futuros da instituição, de acordo com PDI 2019-2023, no planejamento do *Campus* Ivaiporã está prevista para os próximos anos a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo 1 curso previsto para 2022 e 2 para 2023 (IFPR, 2018a). Caso o planejamento se concretize, será a primeira vez que a unidade ofertará programas de pós-graduação *lato sensu*.

Isto posto, diante do histórico, evolução e ações na atualidade do IFPR *Campus* Ivaiporã, cabe destacar que os objetivos iniciais da instituição foram materializados por meio dos primeiros cursos presenciais ofertados “Agroecologia e Eletrotécnica”, ou seja, por meio da oferta desses cursos buscou-se fortalecer as tendências locais e regionais. No entanto, após esse primeiro momento, o que ficou evidente foi que as propostas de abertura de novos cursos ocorreram conforme as necessidades e demandas apresentadas, não sendo realizado um

planejamento inicial, e nem um estudo dos possíveis impactos ocasionados por essas ações no desenvolvimento local e regional. Dando continuidade, na próxima seção será apresentada a caracterização de Ivaiporã e municípios do seu entorno, que são atendidos pelo IFPR *Campus* Ivaiporã.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DE IVAIPORÃ E MUNICÍPIOS DO SEU ENTORNO ATENDIDOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) *CAMPUS* IVAIPORÃ

Antes de iniciar a caracterização dos municípios, é importante realizar a definição das palavras “região” e “território”, já que os municípios estão localizados na mesma região, a maioria deles no Território do Vale do Ivaí e, no caso de Manoel Ribas, no Território Paraná Centro. Região e território estão ligados a dois conceitos essenciais da sociedade moderna, “desenvolvimento regional” e “organização do espaço” (FAISSOL, 1996). Cabe destacar que não há consenso sobre o conceito de região (LIMA, 2014; OLIVEIRA, 2017). Assim, optou-se por adotar as definições de Cunha (2000) e Scott e Storp (2003). Segundo Cunha (2000, p. 53), no contexto atual região pode ser compreendida como “[...] fração do espaço geográfico catalizadora de determinadas relações e convenções [...]”. Scott e Storp (2003) acrescentam que região tem o significado de qualquer área de extensão subnacional organizada em torno de um polo central interno. Nesta pesquisa, o polo central interno pode ser considerado Ivaiporã.

Boisier (2001) apresenta três características dos territórios: território natural, território equipado e território organizado. Nesta pesquisa, será adotado o conceito de território organizado como aquele que apresenta atividades mais complexas, com uma comunidade que o reconhece como seu território, regulado por dispositivo político-administrativo, o qual define as competências do território, sua localização e posição no sistema jurídico nacional. Cabe destacar que o território organizado é objeto de intervenções para promoção do desenvolvimento. Complementando, Faissol (1996, n.p.), acrescenta que

território é, ao mesmo tempo, instrumental no sentido de um conjunto de pré-requisitos político-administrativos para o desenvolvimento regional - a gestão do território - mas contém um elevado teor conceitual, pois este mesmo Território torna-se o objetivo do processo de desenvolvimento; e isto porque Território faz parte - o lugar onde a gente mora - de nossas percepções mais profundas de vida social ; é algo concreto , com contornos precisos e com uma dimensão política clara e objetiva e com consciência regional.

Por questões de delimitação da pesquisa, tal como pelo número de municípios que compõem o Território do Vale do Ivaí “26 municípios” (SDT/MDA, 2015), nesta pesquisa foram selecionados, além de Ivaiporã, apenas os municípios do seu entorno, localizados no máximo a 37,8 km de distância do IFPR *Campus* Ivaiporã e atendidos pela instituição. Além

dos municípios pertencentes ao Território Vale do Ivaí, também foi pesquisado o município de Manoel Ribas pertencente ao Território Paraná Centro e limítrofe de Ivaiporã.

Portanto, serão pesquisados os municípios de Ivaiporã, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, São João do Ivaí e Manoel Ribas. Para melhor entendimento, a tabela 6 apresenta a relação dos municípios pesquisados e a distância destes em relação ao IFPR *Campus* Ivaiporã.

Tabela 6 - Distância dos municípios em relação ao IFPR *Campus* Ivaiporã

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA DO IFPR <i>CAMPUS</i> IVAIPORÃ (KM)
Ivaiporã	5,8
Arapuã	14,4
Ariranha do Ivaí	27,1
Jardim Alegre	9,1
Lidianópolis	19,4
Lunardelli	22,7
São João do Ivaí	37,8
Manoel Ribas	37,6

Fonte: A autora, com base em dados do Google *Maps* (s.d.)

Nesta etapa, foram consultadas páginas da internet de órgãos institucionais com o propósito de coletar informações essenciais acerca das vertentes demográficas e socioeconômicas para a caracterização dos municípios pesquisados.

Quadro 5 - Fontes consultadas para a caracterização dos municípios

(continua)

FONTE	ANO(S)	INFORMAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	1980, 1991, 2000, 2011.	População de acordo com os Censos Demográficos realizados em 1980, 1991, 2000 e 2010.	O Censo Demográfico realizado em 1980 apresentou dados sobre a população de 1970.
	2011	População urbana e rural segundo o Censo Demográfico de 2010.	Não foi possível mensurar a evolução da população urbana ou rural após 2010, pois não foi realizado o Censo Demográfico previsto para 2020.
	2018	Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018.	O REGIC define o relacionamento entre os municípios, analisando o fluxo dos bens, serviços e gestão.
	2021	Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> - comparativo dos valores de 2010, 2014 e 2019.	Optou-se por analisar a evolução do PIB <i>per capita</i> a partir de 2010, por ser o ano em que se iniciaram as primeiras turmas do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã, bem como por não estarem disponíveis dados de 2009 do PIB <i>per capita</i> dos municípios. A pesquisa ficou limitada ao ano de 2019, por ser a última atualização do PIB <i>per capita</i> .
		Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (VAB) - comparativo dos valores de 2009 e 2019.	Optou-se por analisar a contribuição das atividades econômicas indústria, agropecuária e serviços nos municípios.
		Produção agrícola (lavoura temporária) - comparativo da produção de 2009 e 2020.	Optou-se por analisar a evolução dos principais produtos agrícolas em grãos (milho, soja, trigo e feijão) produzidos pelos municípios.
Área territorial em 2020.		-	
População estimada em 2021.	-		
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	2020	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2017 e 2019.	Não estavam disponíveis para consulta os resultados dos municípios no IDEB anterior a 2017.

(conclusão)

FONTE	ANO(S)	INFORMAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL)	2020	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 1991, 2000 e 2010.	Não foi possível mensurar a evolução do IDHM após 2010, pois o índice utiliza dados do Censo Demográfico.
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)	2018	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - comparativo dos índices de 2009 e 2016.	Optou-se por analisar a evolução do IFDM a partir de 2009, por ser o ano de implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã. A pesquisa ficou limitada ao ano de 2016, já que a última edição do IFDM foi realizada em 2018, utilizando o ano base 2016.
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	2019	Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) - comparativo dos índices de 2010 e 2018.	Última atualização do IPDM foi no período de 2010/2018.
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	2020	Nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos ativos (Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e completo) - comparativos dos dados de 2009 e 2019.	Optou-se por analisar os dados da RAIS a partir de 2009 por ser o ano de implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã. A pesquisa ficou limitada ao ano de 2019, por ser a última disponibilização de dados da RAIS. As informações do ano base 2020 ainda não estão disponíveis.
		Subsetores de atividades econômicas com trabalhadores com vínculos ativos - comparação dos dados de 2009 e 2019.	
PARANÁ	1955, 1995a, 1995b, 1960, 1964, 1979, 1990	Leis estaduais: 2.398, de 6 de julho de 1955; 11.219, de 8 de dezembro de 1995; 11.257, de 21 de dezembro de 1995; 4.245, de 25 de julho de 1960; 4.859, de 28 de abril de 1964; 7.267, de 19 de dezembro de 1979; 9.289, de 5 de junho de 1990.	Leis estaduais de criação e desmembramento dos municípios.
IVAIPORÃ	2022	Tabela de Alvarás residenciais - período de 2010 a 2022. Número de loteamentos residenciais autorizados - período de 2010 a 2022.	Optou-se por analisar a evolução do número de alvarás residenciais e de loteamentos a partir de 2010, por ser o ano em que se iniciaram as primeiras turmas do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã e por considerar que no final de 2009 ocorreu a nomeação dos primeiros servidores, muitos deles vindo de outras localidades.

Fonte: A autora (2022)

Isto posto, a seguir os municípios serão caracterizados, iniciando-se por Ivaiporã.

2.4.1 Ivaiporã

O município de Ivaiporã foi criado e desmembrado do município de Manoel Ribas pela Lei estadual n. 4.245/1960. Em 2020 o município possuía 431,502 km² de área territorial. Ivaiporã é considerado sede administrativa e polo regional do Território do Vale do Ivaí, o que contribui para que um grande fluxo de pessoas de outras localidades tenha a necessidade de se deslocar diariamente para o município para usufruir do comércio e/ou da prestação de serviços.

Em Ivaiporã estão instalados estrategicamente vários órgãos públicos estaduais e federais (IVAIPORÃ, s.d., 2009). Conforme a edição 2018 da REGIC, Ivaiporã possui ligações e influência com 25 municípios, inclusive com os municípios selecionados nesta pesquisa. As ligações e influência demonstram que Ivaiporã possui potencialidades que atraem visitantes de outras localidades.

Os Censos Demográficos apontaram redução significativa da população de Ivaiporã, passando respectivamente de 67.671 habitantes em 1970, para 62.768 em 1980, 45.564 em 1991, 32.245 em 2000, 31.816 em 2010, e com população estimada de 31.886 em 2021. A redução populacional pode ter sido acarretada pelos desmembramentos de Arapuã e Ariranha do Ivaí ocorridos em 1995, assim como, pelos fatores econômicos e climáticos verificados na década de 1980, os quais contribuíram para o êxodo rural da região (IVAIPORÃ, 2009). Quanto à população urbana e rural do município, em 2010, 27.438 habitantes residiam na área urbana e 4.378 na área rural.

No que tange ao crescimento urbanístico de Ivaiporã, no período de 2010 até o mês de março de 2022 foram expedidos 3.761 alvarás de construção residencial, e aprovados 15 novos loteamentos residenciais (IVAIPORÃ, 2022).

Ivaiporã apresentou evolução nos índices que medem o desenvolvimento municipal (IDHM, IFDM e IPDM), bem como, nos índices relativos ao desenvolvimento da educação (IFDM - Educação e IPDM - Educação), como pode ser observado nas tabelas a seguir:

Tabela 7 - IDHM, IFDM e IPDM de Ivaiporã

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING ESTADUAL	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
1991	0,486	Muito baixo	2009	0,6745	Moderado	262°	2010	0,6211	Médio
2000	0,623	Médio	2016	0,7169	Moderado	247°	2018	*0,7566	Médio
2010	*0,730	Alto							

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *maior índice dentre os municípios pesquisados.

Tabela 8 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de Ivaiporã

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	0,7623	Moderado	134°	2010	0,7229	Médio
2016	*0,8734	Alto	66°	2018	**0,9133	Alto

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *maior índice dentre os municípios pesquisados;

**Segundo maior índice dentre os municípios pesquisados.

Dentre os municípios pesquisados, Ivaiporã apresentou o maior IDHM em 2010, o maior IPDM em 2018, o maior IFDM - Educação em 2016, além do segundo maior IPDM - Educação em 2018.

O PIB *per capita* de Ivaiporã apresentou avanço no período de 2010 a 2019. Em 2010 o PIB *per capita* era de R\$ 11.305,64, ocupando a 256º no *ranking* estadual. Em 2014 evoluiu para R\$ 18.362,72, ocupando a posição 262º. Em 2019 evoluiu para R\$ 26.016,33, subindo para a posição 242º, o que representa um crescimento aproximado de 130,12% do PIB *per capita* de 2010 em relação ao de 2010. No entanto, ao comparar o PIB *per capita* de Ivaiporã com o dos demais municípios pesquisados fica evidente que desde 2011 Arapuã e Ariranha do Ivaí apresentam PIB *per capita* maior em relação ao de Ivaiporã.

O VAB de Ivaiporã apresentou crescimento no período de 2009 a 2019. Em 2009 o VAB era de R\$ 317.832.000,00, com contribuição da indústria correspondente a 8,05% desse valor, a contribuição da agropecuária correspondia a 10,63%, e a dos serviços correspondia a 76,05%. Em 2019, o VAB passou para R\$ 766.535.500,00, com 6% de contribuição da indústria, 9,56% da agropecuária e 65,54% dos serviços. Por meio da análise dos dados, nota-se que o setor industrial não está fortalecido e que os serviços apresentaram a maior contribuição no VAB.

Ao analisar a produção agrícola de Ivaiporã no período de 2009 e 2020, observa-se grande crescimento da produção da soja e do trigo, e queda da produção do milho e do feijão. A redução da produção do feijão foi ocasionada pelas mudanças das condições climáticas da região, e a redução da produção do milho ocorreu devido à migração da safrinha do milho para o trigo.

Tabela 9 - Produção Agrícola de Ivaiporã de 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	40.095	12.150	3.300	83.070	107,18%	19.500	4.260
Trigo	13.600	8.500	1.600	34.476	153,50%	13.000	2.652
Milho	13.250	2.950	4.491	7.059	- 46,73%	1.100	6.417
Feijão	7.420	5.200	1.426	1.465	- 80,25%	900	1.628

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

Objetivando verificar quais subsetores de atividade econômica mais empregaram em Ivaiporã em 2009 e 2019, foi elaborada a tabela 10 com a evolução do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos.

Tabela 10 - Ivaiporã: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

(continua)

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	1.637	1.873	14,42%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	902	956	5,98%
Alojamento e comunicação	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, TV, etc.	588	764	29,93%
Comércio atacadista	-	217	273	14,41%

(conclusão)

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Médicos odontológicos veterinários	Serviços médicos, odontológicos e veterinários.	205	493	140,49%
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, etc.	185	136	-36,03%
Ensino	-	146	380	160,27%
Construção civil	-	105	146	39,05%
Administração técnica profissional	Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, etc.	80	278	247,05%
Instituição financeira	Instituições de crédito, seguros e de capitalização.	77	177	129,87%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Percebe-se, por meio dos dados da tabela, que a maior evolução em números de trabalhadores com vínculo ativo ocorreu na categoria administração técnica profissional, seguida pelo ensino; instituição financeira; e serviços médicos, odontológicos e veterinários, o que representa a necessidade de capital humano cada vez mais qualificado e com maior grau de instrução. No caso em questão, a evolução da categoria administração técnica profissional demonstra o impacto do trabalho desenvolvido pelo IFPR *Campus* Ivaiporã, que oferta cursos técnicos voltados para as áreas agrícola, eletrotécnica e informática. Outro ponto que merece destaque é a evolução da categoria alojamento e comunicação, posto que a chegada de servidores para o IFPR *Campus* Ivaiporã pode ter contribuído para o crescimento da categoria. É importante observar que a redução de trabalhadores na agricultura pode ter sido ocasionada pela tecnologia empregada na produção agrícola, o que contribuiu para o aumento da capacidade produtiva e o declínio do trabalho braçal.

Como a formação do capital humano ocorre pelo aumento do nível de escolaridade, é significativo analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Médio de Ivaiporã, sendo considerada uma avaliação importante da qualidade da Educação Básica. A tabela 11 apresenta os resultados do IDEB do Ensino Médio nos anos 2017 e 2019 do Estado do Paraná, de Ivaiporã e dos demais municípios pesquisados.

Tabela 11 - Resultados do IDEB em 2017 e 2019

ESTADO OU MUNICÍPIO	REDE DE ENSINO	ANOS DE AVALIAÇÃO	
		2017	2019
Paraná	Todas	4.0	4.7
Ivaiporã	Federal e estadual	4.0	4.3
	Federal (IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã)	5.4	5.1
	Estadual	3.7	4.0
Arapuã	Estadual	*	*
Ariranha do Ivaí	Estadual	3.8	4.4
Jardim Alegre	Estadual	3.1	3.8
Lidianópolis	Estadual	3.7	4.0
Lunardelli	Estadual	*	3.9
São João do Ivaí	Estadual	2.7	3.8
Manoel Ribas	Estadual	3.7	4.6

Fonte: A autora, com base em dados do INEP (2020)

Nota: *Resultados não divulgados.

Observa-se que os resultados alcançados no IDEB pelo IFPR *Campus* Ivaiporã estão acima da média do Estado do Paraná, assim como dos resultados da rede estadual de ensino de Ivaiporã e dos demais municípios pesquisados.

Em 2009 Ivaiporã possuía 2.251 trabalhadores com Ensino Médio completo, 221 com Superior incompleto e 707 com Superior completo. Em 2019, após 10 anos da implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã, houve crescimento significativo do número de trabalhadores com Ensino Médio e Superior, 4.742 possuíam Ensino Médio completo, 206 Superior incompleto e 1.388 Superior completo. Logo, vale reforçar que na evolução do número de trabalhadores com maior escolaridade há participação direta do IFPR *Campus* Ivaiporã, que ao longo dos anos formou diversos profissionais residentes no município.

Atualmente, em Ivaiporã, estão concentradas algumas instituições de Ensino Superior públicas e privadas que atendem o município e região. Entre as instituições privadas pode-se citar a Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (FATEC) e as Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UCP UNIVALE), além das instituições que ofertam a modalidade de ensino a distância (EaD): Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. (UNICESUMAR), entre outras. As instituições públicas de Ensino Superior com *campus* instalados no município são o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), implantados respectivamente nos anos de 2009 e 2010. Ivaiporã conta ainda com um polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual possibilita que instituições públicas como: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre outras, possam ofertar cursos na modalidade EaD para atender a comunidade local e regional.

2.4.2 Arapuã

O município de Arapuã foi criado e desmembrado de Ivaiporã pela Lei estadual n. 11.219/1995. Em 2020 Arapuã possuía 217,371 km² de área territorial. A população de Arapuã também sofreu grande redução, no ano 2000 a população era de 4.176 habitantes, em 2010 passou para 3.561, e em 2021 a população estimada era de 2.951, ou seja, em duas décadas houve redução aproximada de 1.225 habitantes. Desse modo, é oportuno citar a matéria da Gazeta do Povo (2019), que divulgava a estimativa populacional realizada pelo IBGE, na qual Arapuã aparecia na 22ª colocação dentre os municípios paranaenses que perderam população

em 2019, com uma redução de -1,918% em relação à população estimada em 2018. Dentre os motivos para a perda de população, a matéria destacava que a migração dos habitantes dos municípios do interior para os polos urbanos continuava a ocorrer e que faltavam políticas de fixação de moradores. Cabe observar que em 2010 a maioria da população do município residia na área rural (2.227 habitantes), correspondendo a 59,90% da população.

No tocante aos índices que medem o desenvolvimento municipal, nos períodos analisados Arapuã apresentou crescimento no IDHM e no IPDM, bem como nos índices relativos ao desenvolvimento da educação municipal. O IFDM do município sofreu redução devido à diminuição dos fatores emprego e renda, e saúde, como pode ser observado na sequência.

Tabela 12 - IDHM, IFDM e IPDM de Arapuã

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING ESTADUAL	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
2000	0,543	Baixo	2009	*0,7116	Moderado	177°	2010	0,5289	Médio-baixo
2010	0,676	Médio	2016	**0,6787	Moderado	325°	2018	0,6445	Médio

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *maior índice dentre os municípios pesquisados;

**redução ocasionada pela diminuição dos fatores emprego e renda (-0,1506) e saúde (-0,0554).

Tabela 13 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de Arapuã

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	0,7264	Moderado	216°	2010	0,6626	Médio
2016	0,8336	Alto	146°	2018	0,8580	Alto

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

O PIB *per capita* do município apresentou grande avanço, dentre os municípios pesquisados Arapuã apresentou o segundo maior indicador no período de 2011 a 2019, ficando atrás apenas de Ariranha do Ivaí. É importante observar que Arapuã e Ariranha do Ivaí são os municípios com menor número de habitantes e que foram os últimos a serem criados e desmembrados de Ivaiporã. Em 2010 o PIB *per capita* de Arapuã era de R\$ 10.954,41, ocupando a posição 270° no ranking estadual. Em 2014, o indicador evoluiu para R\$ 25.878,49, passando para a posição 126°. Em 2019 evoluiu para R\$ 31.093,72, ficando na posição 165°, representando um crescimento aproximado de 183,85% do PIB *per capita* de 2010 em relação ao de 2010, sendo o maior percentual de crescimento dentre os municípios pesquisados.

O VAB de Arapuã apresentou aumento no período de 2009 a 2019, com grande contribuição das atividades econômicas agropecuária e serviços. Em 2009, o VAB era de R\$ 40.076.000,00, com contribuição da indústria correspondente a 5,59% desse valor, da agropecuária correspondente a 41,73%, e dos serviços correspondente a 45,80%. Em 2019

evoluiu para R\$ 89.528.250,00, com 9,90% de contribuição da indústria, 43,33% da agropecuária e 30,11% dos serviços.

No que se refere ao crescimento da produção agrícola do município, no período de 2009 a 2020 Arapuã apresentou evolução da produção da soja, do milho e do trigo, e queda da produção do feijão.

Tabela 14 - Produção Agrícola de Arapuã de 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	22.650	7.550	3.000	46.365	104,70%	11.000	4.215
Trigo	10.500	6.000	1.750	27.007	157,21%	9.900	2.728
Milho	5.950	1.350	4.407	7.526	26,49%	1.100	6.842
Feijão	1.407	980	1.435	132	- 90,61%	90	1.467

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

Visando identificar quais subsetores de atividade econômica mais empregaram em Arapuã em 2009 e 2019, foi elaborada a tabela 15 com a evolução do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos.

Tabela 15 - Arapuã: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	29	33	13,79%
Comércio atacadista	-	3	30	900%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	188	217	15,42%
Alimentos e bebidas	Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico.	26	9	-34,60%
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, etc.	62	77	24,19%
Administração técnica profissional	Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, etc.	1	31	3.000%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Nota-se que, apesar de Arapuã ser considerada um município pequeno, houve grande crescimento no quantitativo de trabalhadores nas categorias administração técnica profissional e no comércio atacadista. Assim como ocorreu em Ivaiporã, a evolução da categoria administração técnica profissional demonstra o impacto do trabalho desenvolvido pelo IFPR *Campus* Ivaiporã. As categorias comércio varejista e administração pública sofreram pequena evolução no período analisado. A agricultura manteve um ritmo de crescimento, apresentando o segundo maior número de trabalhadores em 2009 e 2019, ficando atrás apenas da administração pública.

Em relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculo ativo, em 2009, 122 trabalhadores possuíam Ensino Médio completo, 5 Superior incompleto e 47 Superior completo. Em 2019 houve evolução no nível de escolaridade dos trabalhadores, 195 possuíam Ensino Médio completo, 19 Superior incompleto e 67 Superior completo.

2.4.3 Ariranha do Ivaí

O município de Ariranha do Ivaí foi criado e desmembrado de Ivaiporã pela Lei estadual n. 11.257/1995. Em 2020 possuía 239,562 km² de área territorial. O município também sofreu redução populacional. No ano 2000, a população era de 2.882 habitantes, em 2010 caiu para 2.453, e em 2021 a estimativa populacional era de 2.026, o que representa em duas décadas uma redução aproximada de 856 habitantes. Nesse caso, cabe novamente citar a matéria da Gazeta do Povo (2019), na qual Ariranha do Ivaí aparecia na 20ª colocação dentre os municípios paranaenses que perderam população em 2019, com uma redução de -1,999% em relação à população estimada em 2018. Assim como ocorreu em Arapuã, em 2010 a maioria da população de Ariranha do Ivaí residia na área rural (1.549 habitantes), correspondendo a 58,36% da população.

No que tange aos índices que avaliam o desenvolvimento municipal, Ariranha do Ivaí apresentou evolução no IDHM e no IPDM. No entanto, o IFDM do município sofreu redução devido à diminuição dos fatores emprego e renda. Dentre os municípios pesquisados, Ariranha do Ivaí apresentou o menor IDHM em 2010 e o menor IPDM em 2018, como pode ser observado na tabela 16.

Tabela 16 - IDHM, IFDM e IPDM de Ariranha do Ivaí

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING ESTADUAL	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
2000	0,517	Baixo	2009	0,6670	Moderado	284°	2010	0,5099	Médio-baixo
2010	*0,670	Médio	2016	**0,6614	Moderado	354°	2018	*0,6094	Médio

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *menor índice dentre os municípios pesquisados;

**redução ocasionada pela diminuição do fator emprego e renda (-0,193).

No tocante ao desenvolvimento municipal relacionado à educação, Ariranha do Ivaí também evoluiu, passando a apresentar, em 2016, alto desenvolvimento no IFDM - Educação, e em 2018 apresentou médio desenvolvimento no IPDM - Educação, como pode ser visualizado a seguir.

Tabela 17 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de Ariranha do Ivaí

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	0,7720	Moderado	116°	2010	0,6759	Médio
2016	0,8399	Alto	131°	2018	0,7927	Médio

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Dentre os municípios pesquisados, Ariranha do Ivaí apresentou o maior PIB *per capita* no período de 2011 a 2019. Em 2010 o PIB *per capita* do município era R\$ 14.906,00, ocupando

a posição 142º no *ranking* estadual. Em 2014, passou para R\$ 30.626,12, subindo para a posição 74º. Em 2019 aumentou para R\$ 36.895,36, ficando na posição 108º, com crescimento aproximado de 147,52% do PIB *per capita* de 2019 em relação ao de 2010.

Acerca do crescimento do VAB de Ariranha do Ivaí, nota-se grande contribuição da agropecuária e dos serviços, e baixa contribuição da indústria. Em 2009, o VAB era de R\$ 28.280.000,00, com 4,43% de contribuição da indústria, 38,28% de contribuição dos serviços e 48,95% da agropecuária. Em 2019, o VAB passou para R\$ 74.921.230,00, com 4% de contribuição da indústria, 20,77% de contribuição dos serviços e expansão da contribuição da agropecuária para 53,86%.

No período de 2009 a 2020, houve grande expansão da produção agrícola do município, com aumento da produção da soja e do trigo, e queda da produção do feijão.

Tabela 18 - Produção Agrícola de Ariranha do Ivaí em 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	15.000	5.000	3.000	60.237	301,58%	13.500	4.462
Trigo	9.900	5.500	1.800	30.280	205,86%	11.500	2.633
Milho	7.492	1.720	4.355	7.850	4,78%	1.400	5.607
Feijão	1.256	1.005	1.249	760	- 39,49%	500	1.520

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

No que se refere a identificação dos subsetores de atividade econômica que mais empregaram no município em 2009 e 2019, foi elaborada a tabela 19 com a evolução do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos.

Tabela 19 - Ariranha do Ivaí: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	15	25	66,66%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	177	183	3,39%
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, etc.	50	43	-14%
Alojamento e comunicação	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, TV, etc.	2	23	1.050%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Nota-se que, em Ariranha do Ivaí, as categorias que mais empregaram em 2009 e 2019 foram administração pública e agricultura. No entanto, assim como ocorreu em Ivaiporã e Jardim Alegre, no município houve redução do número de trabalhadores da agricultura, mesmo assim a categoria apresentou o segundo maior número de trabalhadores em 2009 e 2019. Apesar do baixo número de trabalhadores, a categoria que apresentou maior aumento de trabalhadores em relação ao período analisado foi alojamento e comunicação, com o crescimento de 1.050%.

Em relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculo ativo, em 2009 o município possuía 77 trabalhadores com Ensino Médio completo, 10 com Superior incompleto

e 21 com Superior completo. Em 2019 houve aumento no número de trabalhadores com Ensino Médio completo (110) e Superior completo (68), mantendo o mesmo número de trabalhadores com Superior incompleto.

2.4.4 Jardim Alegre

O município de Jardim Alegre foi criado e desmembrado de Ivaiporã pela Lei estadual n. 4.859/1964. Em 2020, possuía 413,386 km² de área territorial. A população de Jardim Alegre sofreu grande redução, em 1970 a população era de 34.873 habitantes, em 1980 caiu para 28.853; em 1991, para 20.446; em 2000, para 13.677; em 2010, caiu novamente para 12.324; em 2021, a estimativa populacional era de 11.067 habitantes. A redução populacional pode ser parcialmente compreendida pelo desmembramento de Lidianópolis ocorrido em 1990, bem como, pelos fatores econômicos e climáticos ocorridos década de 1980, que provocaram o êxodo rural da região. Em 2010, 7.171 habitantes residiam na área urbana e 5.153 na área rural.

Quanto aos índices que medem o desenvolvimento municipal, Jardim Alegre apresentou crescimento no IDHM, no IFDM, no IPDM, no IFDM - Educação e no IPDM - Educação, como pode ser observado nas tabelas a seguir.

Tabela 20 - IDHM, IFDM e IPDM de Jardim Alegre

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING ESTADUAL	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
1991	0,406	Muito baixo	2009	*0,5717	Regular	383°	2010	*0,4314	Médio-baixo
2000	0,563	Baixo	2016	0,6795	Moderado	322°	2018	0,6672	Médio
2010	0,689	Médio							

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *menor índice dentre os municípios pesquisados.

Tabela 21 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de Jardim Alegre

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	0,7002	Moderado	271°	2010	0,6230	Médio
2016	0,7978	Moderado	240°	2018	0,7800	Médio

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

No que tange à evolução do PIB *per capita* do município, em 2010 o indicador era R\$ 8.786,12, ocupando a posição 352° no ranking estadual. Em 2014, evoluiu para R\$ 16.151,83, passando para a posição 317°. Em 2019, passou para R\$ 23.923,39, ocupando a posição 283°, representando um crescimento de 172,29% do PIB *per capita* de 2019 em relação ao de 2010.

A respeito do crescimento do VAB de Jardim Alegre, fica evidente a contribuição da agropecuária e dos serviços. Em 2009, o VAB era de R\$ 88.581.000,00, com 10,59% de contribuição da indústria, 68,35% de contribuição dos serviços e 23,15% da agropecuária. Em

2019, o VAB evoluiu para R\$ 248.346.180,00, com 7% de contribuição da indústria, 45,17% de contribuição dos serviços e 25,95% da agropecuária.

Ao analisar o histórico da produção agrícola de Jardim Alegre, nota-se, no período de 2009 a 2020, o aumento da produção da soja, do trigo e do milho, e queda da produção do feijão.

Tabela 22 - Produção Agrícola de Jardim Alegre em 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	23.100	7.000	3.300	43.026	86,26%	10.100	4.260
Trigo	8.100	4.500	1.800	21.656	167,36%	8.000	2.707
Milho	11.190	2.350	4.761	13.602	21,56%	2.450	5.552
Feijão	2.295	1.700	1.350	1.156	- 49,63%	700	1.651

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

Em relação à identificação dos subsetores que mais empregaram em Jardim Alegre em 2009 e 2019, foi elaborada a tabela 23 com a evolução do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos segundo os subsetores de atividade econômica.

Tabela 23 - Jardim Alegre: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	225	293	30,22%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	374	392	4,81%
Alojamento e comunicação	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, TV, etc.	56	79	41,07%
Comércio atacadista	-	78	152	94,87%
Produto mineral não metálico	-	1	34	3.300%
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, etc.	96	63	- 65,62%
Transporte e comunicações	-	61	131	114,75%
Construção civil	-	89	46	- 48,32%
Administração técnica profissional	Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, etc.	11	18	63,64%
Instituição financeira	Instituições de crédito, seguros e de capitalização.	15	45	200%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Nota-se que a maior evolução em número de trabalhadores com vínculos ativos ocorreu na categoria produto mineral não metálico, seguido da instituição financeira, do transporte e comunicações e do comércio atacadista. As categorias comércio varejista, alojamento e comunicação, e administração técnica profissional também sofreram evolução, porém em menor ritmo. Em Jardim Alegre também houve redução de trabalhadores na categoria agricultura, dessa vez em maior proporção (- 65,62%). Diferentemente do que ocorreu em Ivaiporã, a construção civil apresentou redução significativa de trabalhadores (- 48,32%).

Acerca do crescimento do nível de escolaridade dos trabalhadores ativos de Jardim Alegre nota-se a contribuição do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação dos profissionais

residentes no município. Em 2009, 385 trabalhadores possuíam Ensino Médio completo, 22 Superior incompleto e 163 Superior completo. Em 2019, 629 possuíam Ensino Médio completo, 60 Superior incompleto e 284 Superior completo.

2.4.5 Lidianópolis

O município de Lidianópolis foi criado e desmembrado de Jardim Alegre pela Lei estadual n. 9.289/1990. Dentre os municípios pesquisados, Lidianópolis é o que possui menor área territorial, com 151,456 km². O município sofreu uma redução populacional significativa. Em 2000, a população era de 4.781 habitantes, em 2010 caiu para 3.973, e em 2021 a estimativa populacional foi de 3.155, ou seja, em duas décadas houve redução aproximada de 1.626 habitantes, em torno de 34% da população. Na matéria da Gazeta do Povo (2019), Lidianópolis aparece na 10ª colocação dentre os municípios paranaenses que perderam população em 2019, com redução de -2,389% em relação à população estimada em 2018. Em 2010, a população urbana e rural do município apresentava distribuição homogênea, com 2.046 habitantes na área urbana e 1.927 na área rural.

Lidianópolis apresentou evolução nos índices que medem o desenvolvimento municipal (IDHM, IFDM e IPDM), como pode ser observado na tabela 24.

Tabela 24 - IDHM, IFDM e IPDM de Lidianópolis

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING ESTADUAL	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
1991	0,353	Muito baixo	2009	0,6411	Moderado	332°	2010	0,6337	Médio
2000	0,582	Baixo	2016	0,7272	Moderado	206°	2018	0,7137	Médio
2010	0,680	Médio							

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Lidianópolis também apresentou avanço nos índices que avaliam o desenvolvimento da educação (IFDM - Educação e IPDM - Educação). Dentre os municípios pesquisados, Lidianópolis apresentou o maior IFDM - Educação em 2009, e o segundo maior IFDM - Educação em 2016, além do maior IPDM - Educação em 2018. Para melhor entendimento, a tabela 25 apresenta a evolução dos índices do município.

Tabela 25 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de Lidianópolis

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	*0,7918	Moderado	76°	2010	0,7293	Médio
2016	**0,8655	Alto	82°	2018	*0,9323	Alto

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *maior índice dentre os municípios pesquisados;

**segundo maior índice dentre os municípios pesquisados.

O PIB *per capita* do município apresentou evolução. Em 2010, era R\$ 9.104,10, ocupando a posição 345º no ranking estadual. Em 2014, evoluiu para 14.980,56, passando para a posição 337º. Em 2019 evoluiu novamente para R\$ 25.421,03, ocupando a posição 256º. Vale ressaltar que em 10 anos o PIB *per capita* de Lidianópolis cresceu aproximadamente 179,23%.

O VAB de Lidianópolis apresentou crescimento no período de 2009 a 2019. Em 2009 o VAB era de R\$ 32.854.000,00, e a contribuição da indústria correspondia a 6,88% desse valor, a contribuição da agropecuária correspondia a 32,01%, e dos serviços correspondia a 55,82%. Em 2019, o VAB passou para R\$ 79.553.710,00, com 4,86% de contribuição da indústria, 32,63% da agropecuária e 37,04% dos serviços. Nota-se no período analisado, baixa contribuição da indústria e aumento da contribuição da agropecuária no VAB do município.

Ao analisar a produção agrícola de Lidianópolis no período de 2009 e 2020, nota-se o crescimento da produção da soja, do trigo e do milho, e a queda da produção do feijão.

Tabela 26 - Produção Agrícola de Lidianópolis em 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	12.180	4.200	2.900	28.098	130,69%	6.300	4.460
Trigo	4.930	3.400	1.450	12.953	162,74%	4.750	2.727
Milho	7.720	1.800	4.288	11.076	43,47%	1.920	5.769
Feijão	897	700	1.281	211	- 76,48%	150	1.407

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

Objetivando identificar quais subsetores de atividade econômica mais empregaram no município, foi elaborada a tabela a seguir com a evolução do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos de acordo com os subsetores.

Tabela 27 - Lidianópolis: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	49	65	32,65%
Comércio atacadista	-	27	40	48,15%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	225	207	-8%
Administração técnica profissional	Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, etc.	0	20	-
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal, pesca e agricultura.	28	60	114,28%
Alojamento e comunicação	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, TV, etc.	29	32	10,34%
Indústria têxtil	Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos.	22	0	-100%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Percebe-se que em Lidianópolis, assim como ocorreu em Arapuã, São João do Ivaí e Manoel Ribas, houve aumento no número de trabalhadores da agricultura. Também houve aumento de trabalhadores no comércio varejista e atacadista, e no alojamento e comunicação.

Em 2009, a categoria administração técnica profissional não possuía trabalhadores. No entanto, em 2019, a categoria surgiu com 20 trabalhadores. Nesse caso, o surgimento da categoria pode ter relação com a implantação e o trabalho desenvolvido pelo IFPR *Campus Ivaiporã*. A categoria indústria têxtil que em 2009 possuía 22 trabalhadores, em 2019 não possuía trabalhadores.

No que refere à evolução do nível de qualificação dos trabalhadores ativos do município, em 2009, 153 trabalhadores possuíam Ensino Médio completo; 18, Superior incompleto; e 88, Superior completo. Em 2019, 167 possuíam Ensino Médio completo; 19, Superior incompleto; e 134, Superior completo.

2.4.6 Lunardelli

O município de Lunardelli é conhecido como a capital paranaense da fé, recebendo anualmente milhares de fiéis que visitam o Santuário Santa Rita de Cássia. Lunardelli foi criado e desmembrado de São João do Ivaí pela Lei estadual n. 7.267/1979. Possui 199,213 km² de área territorial. Em 1991, a população do município era de 7.530 habitantes, no ano 2000 reduziu para 5.664, em 2010 reduziu novamente para 5.160, e em 2021 a estimativa populacional era de 4.695. Em 2010, 3.594 pessoas residiam na área urbana e 1.566 na área rural.

No que diz respeito aos índices que medem o desenvolvimento municipal, Lunardelli apresentou aumento no IDHM e no IPDM. Em 2016 o município apresentou redução do IFDM, ocasionado pela diminuição do fator emprego e renda, como pode ser visualizado a seguir.

Tabela 28 - IDHM, IFDM e IPDM de Lunardelli

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING ESTADUAL	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
1991	0,396	Muito Baixo	2009	*0,7030	Moderado	195°	2010	0,5827	Médio-baixo
2000	0,565	Baixo	2016	**0,6676	Moderado	342°	2018	0,6738	Médio
2010	0,690	Médio							

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *segundo maior índice dentre os municípios pesquisados;

**redução ocasionada pela diminuição do fator emprego e renda (-0,1923).

Quanto ao desenvolvimento educacional, Lunardelli apresentou evolução no IFDM - Educação e no IPDM – Educação, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 29 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de Lunardelli

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	0,7247	Moderado	224°	2010	*0,6041	Médio
2016	0,7667	Moderado	311°	2018	0,7947	Médio

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *menor índice dentre os municípios pesquisados.

No tocante a evolução do PIB *per capita* do município, em 2010 era de R\$ 8.467,04, ocupando a posição 371º no ranking estadual. Em 2014 evoluiu para R\$ 11.592,89, ficando na posição 388º. Em 2019 passou para R\$ 18.799,05, ocupando a posição 363º, representando um acréscimo aproximado de 122,03% do PIB *per capita* de 2010 em relação ao de 2010. Apesar do crescimento, foi o menor percentual de aumento dentre os municípios pesquisados.

O VAB de Lunardelli mostrou crescimento no período de 2009 a 2019, com grande contribuição da agropecuária e dos serviços. Em 2009 o VAB era de R\$ 38.242.000,00, e a contribuição da indústria correspondia a 7,35% desse valor, a contribuição da agropecuária correspondia a 30,24%, e dos serviços correspondia a 62,80%. Em 2019 o VAB passou para R\$ 85.328.390,00, com 5,18% de contribuição da indústria, 30,05% da agropecuária e 34,70% dos serviços.

Em relação à produção agrícola do município, em 2009 e 2020 nota-se evolução da produção agrícola da soja, do milho e do trigo, e queda da produção do feijão.

Tabela 30 - Produção Agrícola de Lunardelli em 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	11.600	4.000	2.900	24.530	111,47%	5.500	4.460
Trigo	1.950	1.500	1.300	7.635	291,54%	2.800	2.727
Milho	7.160	1.800	3.977	11.306	57,91%	2.120	5.333
Feijão	728	600	1.213	237	- 67,45%	140	1.693

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

Buscando verificar quais subsetores de atividade econômica mais empregaram em Lunardelli, foi elaborada a tabela 31 com a evolução do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos de acordo com os subsetores.

Tabela 31 - Lunardelli: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	63	90	42,86%
Comércio atacadista	-	25	34	36%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	272	244	-10,29%
Médicos odontológicos e veterinários	Serviços médicos, odontológicos e veterinários.	14	20	42,86%
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal, pesca e agricultura.	72	71	-1,39%
Alojamento e comunicação	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, TV, etc.	17	23	35,29%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Observa-se em Lunardelli que as categorias que apresentaram crescimento do número de trabalhadores foram comércio varejista; comércio atacadista; serviços médicos, odontológicos e veterinários; e alojamento e comunicação. No período analisado, a agricultura

praticamente não sofreu alteração no número de trabalhadores, apresentando redução de apenas -1,39%.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos ativos do município, em 2009, 199 trabalhadores possuíam Ensino Médio completo; 20, Superior incompleto; 95, Superior completo. Em 2019, 200 trabalhadores possuíam Ensino Médio completo; 24, Superior incompleto e 122, Superior completo.

2.4.7 São João do Ivaí

O município de São João do Ivaí, assim como Jardim Alegre, foi criado e desmembrado de Ivaiporã pela Lei estadual n. 4.859/1964. Em 2020, São João do Ivaí possuía 353,331 km² de área territorial. A população do município sofreu grande redução ao longo dos anos. Em 1970, possuía 47.730 habitantes; em 1980, reduziu para 41.365; em 1991, para 16.663; em 2000, para 13.194; em 2010, para 11.525, e com estimativa para 2021 de 9.897. A redução da população pode ser compreendida parcialmente pelos desmembramentos de Lunardelli, em 1979 e Godoy Moreira, em 1989. Assim como pode ter ocorrido com Ivaiporã e Jardim Alegre, o êxodo rural da região ocasionado pelos fatores econômicos e climáticos na década de 1980 também pode ter impactado no número de habitantes do município. Em 2010, 8.874 habitantes residiam na área urbana e 2.651 na área rural.

São João do Ivaí apresentou evolução nos índices que avaliam o desenvolvimento municipal (IDHM, IFDM e IPDM), assim como, nos índices que medem o desenvolvimento da educação (IFDM - Educação e IPDM - Educação). Dentre os municípios pesquisados, São João do Ivaí apresentou o menor IFDM em 2016. Para melhor compreensão, os índices podem ser observados nas tabelas 32 e 33.

Tabela 32 - IDHM, IFDM e IPDM de São João do Ivaí

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
1991	0,446	Muito baixo	2009	0,6311	Moderado	344°	2010	0,5865	Médio-baixo
2000	0,584	Baixo	2016	*0,6366	Moderado	382°	2018	0,6478	Médio
2010	0,693	Médio							

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *menor índice dentre os municípios pesquisados.

Tabela 33 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de São João do Ivaí

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	0,7639	Moderado	126°	2010	0,6819	Médio
2016	0,8222	Alto	179°	2018	0,8488	Alto

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

No que se refere ao PIB *per capita* do município, em 2010 era de R\$ 10.460,11, ocupando a posição 292º no *ranking* estadual. Em 2014, aumentou para R\$ 19.353,74, subindo sua posição para 240º. Em 2019, subiu para R\$ 25.658,82, ficando na posição 252º. No período de 2010 a 2019, o PIB *per capita* de São João do Ivaí cresceu 145,30%.

Acerca do crescimento do VAB de São João do Ivaí, fica evidente a contribuição da agropecuária e dos serviços. Em 2009, o VAB era de R\$ 115.960.000,00, com 6,45% de contribuição da indústria, 38,30% de contribuição dos serviços e 28,08% da agropecuária. Em 2019, o VAB evoluiu para R\$ 240.352.440,00, com 4,46% de contribuição da indústria, 52,08% de contribuição dos serviços e 22,67% da agropecuária.

Ao analisar a produção agrícola do município de 2009 e 2020, observa-se grande aumento da produção da soja e do milho, e queda da produção do trigo e do feijão.

Tabela 34 - Produção Agrícola de São João do Ivaí em 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	55.800	18.000	3.100	83.655	49,92%	19.500	4.290
Trigo	6.500	5.000	1.300	3.971	- 38,91%	1.500	2.647
Milho	32.740	9.700	3.375	84.170	157,09%	15.700	5.361
Feijão	455	350	1.300	448	- 1,54%	270	1.659

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

Visando identificar quais subsectores de atividade econômica mais empregaram em São João do Ivaí em 2009 e 2019, foi elaborada a tabela 35 com a evolução do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos de acordo com os subsectores.

Tabela 35 - São João do Ivaí: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	225	352	56,44%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	516	503	-2,52%
Alojamento e comunicação	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, TV, etc..	75	75	-
Comércio atacadista	-	90	149	65,55%
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal, pesca e agricultura.	73	97	32,87%
Administração técnica profissional	Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, etc.	23	64	178,26%
Instituição financeira	Instituições de crédito, seguros e de capitalização.	18	33	83,33%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Nota-se que a maior evolução no número de trabalhadores ocorreu na administração técnica profissional, seguida pela instituição financeira, comércio atacadista e comércio varejista. No caso em questão, a evolução da categoria administração técnica profissional

demonstra a contribuição do trabalho desenvolvido pelo IFPR *Campus* Ivaiporã. Cabe observar que a agricultura, assim como ocorreu com Arapuã, Lidianópolis e Manoel Ribas, também apresentou evolução no período.

Em relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos ativos do município, os números apresentaram crescimento, principalmente no ensino superior. Em 2009, 664 possuíam Ensino Médio completo; 70, Superior incompleto; e 90, Superior completo. Em 2019, 743 possuíam Ensino Médio completo; 103, Superior incompleto; e 242, Superior completo.

2.4.8 Manoel Ribas

Manoel Ribas é o único município dentre os pesquisados que não pertence ao Território Vale do Ivaí, uma vez que pertence ao Território Paraná Centro. Contudo, é limítrofe de Ivaiporã e é atendido pelo IFPR *Campus* Ivaiporã. Manoel Ribas foi criado e desmembrado de Pitanga pela Lei estadual n. 2.398/1955. Dentre os municípios pesquisados, Manoel Ribas é o que possui a maior área territorial, com 571,135 km². Contrariando os demais municípios pesquisados, Manoel Ribas sofreu redução da sua população verificada somente no Censo Demográfico realizado em 1991, nos demais, ainda que de forma limitada, apresentou aumento populacional. Em 1970, a população era de 12.544 habitantes; em 1980, aumentou para 16.135; em 1991, reduziu para 11.956; em 2000, aumentou para 13.066; em 2010, para 13.169 e, em 2021, a estimativa era de 13.517 habitantes. Em 2010, a população do município estava bem distribuída entre urbana e rural, com 6.805 habitantes na área urbana e 6.364 na área rural.

No que se refere aos índices que medem o desenvolvimento municipal, as tabelas a seguir apresentam o crescimento do IDHM, do IFDM, do IPDM, do IFDM - Educação e do IPDM - Educação de Manoel Ribas. Nota-se que dentre os municípios pesquisados, Manoel Ribas apresentou o segundo maior IDHM em 2010.

Tabela 36 - IDHM, IFDM e IPDM de Manoel Ribas

IDHM			IFDM				IPDM		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.	POSIÇÃO RANKING ESTADUAL	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENV.
1991	0,437	Muito baixo	2009	0,6314	Moderado	343°	2010	0,4718	Médio-baixo
2000	0,585	Baixo	2016	0,6639	Moderado	346°	2018	0,6338	Médio
2010	*0,716	Alto							

Fonte: A autora, com base em dados do ATLAS BRASIL (2020), da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Nota: *segundo maior índice dentre os municípios pesquisados.

Tabela 37 - IFDM - Educação e IPDM - Educação de Manoel Ribas

IFDM - EDUCAÇÃO				IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO	POSIÇÃO RANKING EST.	ANO	ÍNDICE	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
2009	0,7342	Moderado	195°	2010	0,6189	Médio
2016	0,7855	Moderado	272°	2018	0,7246	Médio

Fonte: A autora, com base em dados da FIRJAN (2018) e do IPARDES (2019)

Acerca do PIB *per capita*, o município apresentou evolução. Em 2010 era R\$ 11.024,74, ocupando a posição 266° do ranking estadual. Em 2014 passou para R\$ 21.795,95, ficando na posição 190°. Em 2019, evoluiu para R\$ 27.527,40, porém caiu para a posição 217°. Cabe observar que em 10 anos houve acréscimo aproximado de 149,69% do PIB *per capita*.

Acerca do crescimento do VAB de Manoel Ribas, fica evidente a contribuição da agropecuária e dos serviços. Em 2009, o VAB era de R\$ 130.172.000,00, com 4,64% de contribuição da indústria, 42,42% de contribuição dos serviços e 32,45% da agropecuária. Em 2019, o VAB evoluiu para R\$ 341.072.200,00, com 4,32% de contribuição da indústria, 46,73% de contribuição dos serviços e 29,93% da agropecuária.

Considerando a produção agrícola do município no período de 2009 a 2020, percebe-se o crescimento da produção da soja e do trigo, e queda da produção do milho e do feijão.

Tabela 38 - Produção Agrícola de Manoel Ribas em 2009 e 2020

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (LAVOURA TEMPORÁRIA)							
Produto em grãos	2009			2020			
	Toneladas (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Toneladas (t)	Evolução da produção	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Soja	45.900	15.300	3.000	102.000	122,22%	25.500	4.000
Trigo	16.000	10.000	1.600	22.750	42,19%	12.500	1.820
Milho	19.490	3.950	4.934	18.300	- 6,11%	2.500	7.320
Feijão	6.275	5.153	1.217	3.960	- 36,89%	2.400	1.650

Fonte: A autora, com base em dados do IBGE (2021)

Em relação à identificação dos subsetores de atividade econômica que mais empregaram em Manoel Ribas em 2009 e 2019, foi elaborada a tabela a seguir, com o avanço do quantitativo de trabalhadores com vínculos ativos segundo os subsetores.

Tabela 39 - Manoel Ribas: quantitativo de trabalhadores em 2009 e 2019

(continua)

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Comércio varejista	-	249	485	94,78%
Administração pública	Administração pública direta e autárquica.	412	425	3,15%
Alojamento e comunicação	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, TV, etc.	58	96	65,51%
Comércio atacadista	-	87	189	117,24%
Ensino	-	31	45	45,16%
Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal, pesca e agricultura.	108	111	2,77%
Transporte e comunicações	-	37	98	164,86%
Madeira e mobiliário	Indústria da madeira e do mobiliário	39	68	74,36%

(conclusão)

CATEGORIA	DESCRIÇÃO (*Se necessário)	QUANTITATIVO DE TRABALHADORES		EVOLUÇÃO
		2009	2019	
Administração técnica profissional	Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, etc.	21	69	228,57%
Serviço utilidade pública	Serviços industriais de utilidade pública.	26	141	442,30%
Instituição financeira	Instituições de crédito, seguros e de capitalização.	17	43	152,94%

Fonte: A autora, com base em dados da RAIS (2020)

Observa-se que o maior avanço em números de trabalhadores com vínculos ativos ocorreu nos serviços industriais de utilidade pública; administração técnica profissional; transporte e comunicações; e instituição financeira. A evolução da categoria administração técnica profissional demonstra o impacto do trabalho desenvolvido pelo IFPR *Campus Ivaiporã*. A categoria agricultura apresentou um pequeno aumento no número de trabalhadores, com um acréscimo de 2,77%.

No que se refere à evolução do nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos ativos de Manoel Ribas, em 2009, 496 trabalhadores possuíam Ensino Médio completo; 47, Superior incompleto e 143, Superior completo. Já em 2019, 1.013 possuíam Ensino Médio completo; 98, Superior incompleto e 429, Superior completo. Vale ressaltar que, na evolução do número de trabalhadores com maior escolaridade, há contribuição do IFPR *Campus Ivaiporã*, que ao longo dos anos formou diversos profissionais residentes no município.

Isto posto, cabe destacar que foram abordadas as temáticas consideradas relevantes e norteadoras para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, partindo da compreensão das temáticas, passa-se para o próximo capítulo, com a apresentação da metodologia da pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Primeiramente, cabe lembrar que esta pesquisa tem por objetivo geral compreender a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno. Assim, desde o referencial teórico que fundamenta o estudo, bem como diante da complexidade da pesquisa, optou-se pela utilização da abordagem mista, a qual combina abordagens qualitativas e quantitativas. A abordagem mista possibilita maior compreensão do problema de pesquisa (CRESWELL, 2010).

Neste estudo, optou-se pelo delineamento de pesquisa como um estudo de caso, o qual possibilita um conhecimento amplo e minucioso do objeto de pesquisa (GIL, 2008), além de ser considerado a principal modalidade de pesquisa nos estudos das políticas públicas (GIL; LICHT; OLIVA, 2005). O estudo de caso possui algumas características essenciais, como: delineamento da pesquisa; preservação do caráter único do fenômeno pesquisado; investigação de um fenômeno contemporâneo; não separação do fenômeno do contexto; estudo em profundidade; e utilização de variados instrumentos de coleta de dados (GIL, 2009). Desse modo, o estudo de caso precisa estar orientado para uma dada situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno objeto de investigação (GODOY, 2006).

O caso estudado nesta pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus* Ivaiporã e sua importância na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno, desde os primeiros cursos iniciados em 2010 até o corrente ano de 2022, o que caracteriza pouco mais de uma década de atuação na EPCT em Ivaiporã e região.

Cabe observar que o estudo de caso é adequado para pesquisas descritivas e exploratórias, posto que abrange múltiplas possibilidades (GIL; LICHT; OLIVA, 2005; GIL, 2009). Logo, o estudo de caso em questão classifica-se como descritivo, uma vez que procura apresentar um relato minucioso de um fenômeno social, não se guiando por hipóteses prévias e nem buscando formular hipóteses genéricas (GODOY, 2006). Também se classifica como exploratório, já que por meio do estudo de caso busca-se a ampliação do conhecimento acerca de um fenômeno pouco estudado, ou seja, busca-se uma visão mais acurada sobre o problema. O estudo de caso, do mesmo modo, também pode ser classificado como único, por se referir a uma única organização (GIL, 2009). Neste ponto, cabe um questionamento: por que o IFPR *Campus* Ivaiporã pode ser considerado um caso único? O que faz com que a instituição seja

considerada única é a sua história; suas finalidades e características; a mobilização política e da comunidade para que Ivaiporã conseguisse implantar uma instituição de ensino superior gratuita; sua evolução, importância e o que ela representa; e principalmente as expectativas de desenvolvimento que foram criadas com a implantação do *campus*. Destarte, após pouco mais de uma década de atuação, é fundamental compreender a importância da instituição, enquanto formadora de capital humano, para o desenvolvimento local e regional.

Partindo desta explanação acerca da classificação geral da pesquisa, na próxima seção serão apresentadas a população e a amostra.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população determina os grupos dos quais a amostra deve ser retirada. A escolha da população adequada auxilia no controle das variações externas e na definição dos limites de generalização dos resultados (EISENHARDT, 1989). “[...] população significa o número total de elementos de uma classe” (GIL, 2002, p. 98). Isto posto, para atender os objetivos da pesquisa, a população foi dividida de acordo com a escolha dos instrumentos de coleta de dados.

No caso das entrevistas, a população é composta por lideranças que participaram do processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã e/ou que possuam conhecimento sobre o processo de implantação, bem como, sobre o histórico de desenvolvimento de Ivaiporã e dos municípios do seu entorno. Assim, optou-se pelo critério de amostragem não probabilística intencional, uma vez que era o mais indicado para selecionar um pequeno número de entrevistados que possuem as características desejadas para compor uma amostra representativa (RICHARDSON *et al.*, 1999).

No caso do questionário, a população será composta pelos egressos do IFPR *Campus* Ivaiporã que concluíram seus estudos na instituição a partir de 2015. Logo, é relevante justificar este recorte temporal, que ocorreu devido à instituição não possuir os arquivos físicos das primeiras turmas iniciadas em 2010, e o sistema acadêmico utilizado na época era precário e improvisado, ou seja, não era eficiente para fornecer informações precisas sobre o município de residência dos egressos. Cabe justificar também que os atuais servidores que atuam na secretaria acadêmica da instituição foram nomeados após 2010, isto é, não possuem informações concretas sobre o município de residência dos primeiros egressos. Assim, optou-se pela utilização de dados das turmas a partir de 2015 e que já concluíram o curso na instituição. Segundo dados repassados pela secretaria acadêmica, pela coordenação do ensino a distância (EaD) e pela coordenação regional do Curso Técnico em Administração, a

população é composta por 248 egressos que residiam, enquanto discentes, em Ivaiporã, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, São João do Ivaí e Manoel Ribas (SA/IFPR, 2021b; CEAD/IFPR, 2021; CRCTA/IFPR, 2021), como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 40 - Número de egressos por município

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EGRESSOS
Ivaiporã	131
Arapuã	11
Ariranha do Ivaí	8
Jardim Alegre	34
Lidianópolis	7
Lunardelli	5
São João do Ivaí	22
Manoel Ribas	30
TOTAL	248

Fonte: A autora, com base em dados da SA/IFPR (2021b), CEAD/IFPR (2021) e CRCTA/IFPR (2021)

Nesse caso, optou-se pelo critério de amostragem probabilística aleatória, já que todos os egressos a partir de 2015 residentes nos municípios pesquisados tinham a mesma probabilidade de serem selecionados (RICHARDSON *et al.*, 1999).

Partindo do cálculo de amostragem, com um nível de confiança de 95% e margem de erro de 10%, verifica-se que dos 248 egressos, uma amostra representativa ideal seria de 69 egressos. Logo, o objetivo era a obtenção de pelo menos 69 questionários válidos respondidos pelos egressos residentes ou que residiam enquanto discentes nos municípios pesquisados.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Frente a tais particularidades e considerando a escolha do delineamento estudo de caso, cabe ponderar que o estudo de caso pode ser utilizado com a combinação de instrumentos de coleta de dados qualitativos e/ou quantitativos (EISENHARDT, 1989). O processo de coleta de dados em um estudo de caso é complexo e utiliza com frequência mais de um instrumento, o que contribui para a qualidade dos resultados obtidos e evita que a pesquisa fique subordinada à subjetividade do pesquisador (GIL, 2002). Assim, “[...] os estudos de caso requerem a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados. Isto é importante para garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados” (GIL, 2009, p. 55).

Como o estudo de caso necessita de profundidade, conservação do caráter único e não separação do contexto, é essencial que seja realizada a descrição e análise do local onde o fenômeno ocorre, tal como dos atores, eventos e processos. Porém, para obter essas informações, é necessária a utilização de múltiplas estratégias de pesquisa (GIL, 2009). Dessa

forma, visando atender aos objetivos propostos, tal como possibilitar maior confiabilidade a pesquisa, foram utilizados múltiplos instrumentos de coleta de dados quantitativo (questionário) e qualitativos (entrevista e pesquisa documental).

A coleta de dados ocorreu, primeiramente, com a realização da pesquisa documental, a qual se estendeu durante toda a realização desta pesquisa. Concomitantemente, foi aplicado o questionário e realizadas as entrevistas. Para melhor compreensão dos instrumentos de coleta de dados, nas próximas subseções serão descritos como ocorreu o processo de investigação, separação e organização do material para o processo de análise dos dados.

3.3.1 Pesquisa documental

Na pesquisa documental utilizam-se materiais que ainda não passaram por um processo analítico ou que ainda podem ser reproduzidos conforme os objetivos da pesquisa. As fontes de pesquisa documental são variadas e dispersas, podendo ser divididas em duas categorias, de “primeira” e de “segunda” mão. Na categoria de “primeira” mão estão inúmeros documentos mantidos pelos órgãos públicos e instituições privadas, como memorandos, regulamentos, gravações, etc. Na de “segunda” mão estão documentos que já foram analisados, como relatórios e tabelas estatísticas (GIL, 2002). Em um estudo de caso é fundamental consultar documentos, uma vez que a análise documental de uma organização pode auxiliar na coleta de dados nas entrevistas, por exemplo (GIL, 2009).

Nesta pesquisa, a pesquisa documental foi iniciada na construção do referencial teórico, no qual foram consultados diversos documentos tais como: projeto de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã; Estatuto do IFPR; leis; decretos; portaria; entre outros. Além de informações disponibilizadas pelas seguintes instituições: IFPR; INEP; MEC; SETEC/MEC; IBGE; FIRJAN; IPARDES; Prefeitura de Ivaiporã, entre outras. Destaca-se que os documentos utilizados são confiáveis e de domínio público, fornecendo informações essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Dessa forma, para melhor compreensão das fontes de pesquisa documental, foi elaborado o quadro 6, com a relação e as informações dos documentos consultados.

Quadro 6 - Documentos consultados na pesquisa documental

(continua)

DESCRIÇÃO/ TÍTULO	INSTITUIÇÃO	FORMATO	ANO DE PUBLICAÇÃO	INFORMAÇÕES
Estatuto do IFPR (Resolução n. 13/2011)	IFPR	Digital	2011	Estrutura dos <i>campi</i> ; autonomia na distribuição de vagas e cursos; ações de pesquisa e extensão.

(continua)

DESCRIÇÃO/ TÍTULO	INSTITUIÇÃO	FORMATO	ANO DE PUBLICAÇÃO	INFORMAÇÕES
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023	IFPR	Digital	2018a	Objetivos estratégicos; oferta de cursos EaD; planejamento de novos cursos; expansão de projetos de pesquisa; ampliação da estrutura física do <i>campus</i> .
O Instituto Federal	IFPR	Digital	2021a	Distribuição dos <i>campi</i> do IFPR.
Portal de Informações do IFPR (INFO)	IFPR	Digital	2022	Cursos ofertados; número de servidores ativos permanentes; número de discentes matriculados em março de 2022; número de egressos; valores pagos a título de assistência estudantil; recursos orçamentários recebidos pelo <i>Campus</i> Ivaiporã - período de 2012 a 2021.
O <i>Campus</i>	IFPR	Digital	s.d.	Evolução dos cursos ofertados pelo <i>Campus</i> Ivaiporã.
Sobre o IFPR	IFPR	Digital	s.d.	Informações sobre a criação do IFPR.
Assistência estudantil	IFPR	Digital	s.d.	Informações acerca dos programas de assistência estudantil.
Projetos desenvolvidos pelo <i>campus</i>	IFPR	Digital	2020	Projetos desenvolvidos pelo IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã em 2020.
Ações Durante a Pandemia da Covid-19	IFPR	Digital	2021b	Ações desenvolvidas pelo IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã durante a pandemia da Covid-19.
Discentes matriculados no <i>Campus</i> Ivaiporã - dados de abril de 2021	SA/IFPR	Digital	2021a	Número de discentes matriculados no <i>Campus</i> Ivaiporã residentes nos municípios pesquisados.
Turmas encerradas a partir de 2015	SA/IFPR	Digital	2021b	Relação dos egressos a partir de 2015.
Relação Alunos EaD	CEAD/IFPR	Digital	2021	Relação dos egressos no ensino a distância (EaD) a partir de 2015.
Situação alunos	CRCTA/IFPR	Digital	2021	Relação dos egressos do Curso Técnico em Administração a partir de 2015.
Remuneração dos colaboradores terceirizados IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	CA/IFPR	Digital	2021	Remuneração básica dos terceirizados em junho de 2021.
Matriz Curricular do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio	IFPR	Digital	s.d.	Verificação se os cursos ofertam a disciplina de empreendedorismo.
Matriz Curricular do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	IFPR	Digital	s.d.	
Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	IFPR	Digital	s.d.	
Matriz curricular Física novo PPC 2018	IFPR	Digital	2018b	
Estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia - IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã	IFPR	Digital	s.d.	

(continua)

DESCRIÇÃO/ TÍTULO	INSTITUIÇÃO	FORMATO	ANO DE PUBLICAÇÃO	INFORMAÇÕES
Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado em Informática	IFPR	Digital	2012	Planejamento para a abertura do curso; verificação se os cursos ofertam a disciplina de empreendedorismo.
PPC Técnico Integrado em Eletrotécnica	IFPR	Digital	2013a	
PPC Técnico Integrado em Agroecologia	IFPR	Digital	2013b	
PPC Superior de Tecnologia em Agroecologia	IFPR	Digital	2016	
PPC de Licenciatura em Física	IFPR	Digital	2017a	
PPC de Engenharia Agrônômica	IFPR	Digital	2017b	
PPC de Bacharelado em Sistemas de Informação	IFPR	Digital	2017c	
Decreto n. 2.208/1997	BRASIL	Digital	1997	Regulamentação da educação profissional.
Decreto n. 5.154/2004	BRASIL	Digital	2004	Retomada da oferta dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e extensão da educação profissional ao nível de pós-graduação.
Portaria n. 993/2013	BRASIL	Digital	2013	Autorização do funcionamento do <i>Campus Ivaiporã</i> .
Resolução n. 1/2005	BRASIL	Digital	2005	Atualização da nomenclatura dos cursos e programas de EPCT.
Resolução n. 1/2021	BRASIL	Digital	2021	Definição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
Lei n. 8.948/1994	BRASIL	Digital	1994	Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.
LDB (Lei n. 9.394/1996)	BRASIL	Digital	1996	Capítulo sobre educação profissional.
Lei n. 10.257/2001	BRASIL	Digital	2001	Prazo para a revisão do Plano Diretor Municipal.
Lei n. 11.741/2008	BRASIL	Digital	2008a	Alterou artigos específicos da LDB sobre a EPCT.
Lei n. 11.892/2008	BRASIL	Digital	2008b	Instituição da RFEPCT; definição das finalidades e características dos IFs; criação dos 38 IFs; equiparação dos IFs às universidades.
Lei n. 13.005/2014	BRASIL	Digital	2014	PNE 2014-2024 (Metas e estratégias relacionadas a EPCT).
Lei n. 4.245/1960	PARANÁ	Digital	1960	Criação e desmembramento de Ivaiporã.
Lei n. 2.398/1955	PARANÁ	Digital	1955	Criação e desmembramento de Manoel Ribas.
Lei n. 11.219/1995	PARANÁ	Digital	1995	Criação e desmembramento de Arapuã.
Lei n. 11.257/1995	PARANÁ	Digital	1995	Criação e desmembramento de Ariranha do Ivaí.
Lei n. 4.859/ 1964	PARANÁ	Digital	1964	Criação e desmembramento de Jardim Alegre e São João do Ivaí.
Lei n. 7.267/1979	PARANÁ	Digital	1979	Criação e desmembramento de Lunardelli.

(continua)

DESCRIÇÃO/ TÍTULO	INSTITUIÇÃO	FORMATO	ANO DE PUBLICAÇÃO	INFORMAÇÕES
Lei n. 9.289/1990	PARANÁ	Digital	1990	Criação e desmembramento de Lidianópolis.
Decreto n. 7.919/2009	IVAIPORÃ	Físico	2009	Criação do Conselho Municipal de Implantação do <i>Campus</i> Ivaiporã.
Plano Diretor Municipal - Lei n. 1.517/2008	IVAIPORÃ	Digital	2008	Objetivos e diretrizes para a política de promoção do desenvolvimento econômico; objetivos e diretrizes para a política de educação.
Projeto de implantação IFPR Ivaiporã Vale do Ivaí	IVAIPORÃ	Físico	2009	Caracterização de Ivaiporã e Vale do Ivaí; fatos históricos de Ivaiporã e Vale do Ivaí; informações sobre a economia do Vale do Ivaí; Conselho municipal de implantação do <i>Campus</i> Ivaiporã; atas de reuniões; atas das audiências públicas; recortes de matérias de jornais; termos de compromisso de doações; informações sobre a justificativa do projeto; leis; decretos; curso de Tecnologia em Gestão Pública.
Revisão do Plano Diretor de Ivaiporã	IVAIPORÃ	Digital	2021	Informações sobre a revisão do Plano Diretor.
História do Município de Ivaiporã	IVAIPORÃ	Digital	s.d.	Ivaiporã é considerada polo regional.
Tabela de alvarás 2010-2022 e número de loteamentos residenciais	IVAIPORÃ	Físico	2022	Informações acerca da evolução da urbanização de Ivaiporã, como número de alvarás expedidos e loteamentos autorizados no período de 2010 a março de 2022.
181 cidades do Paraná perderam habitantes no último ano	GAZETA DO POVO	Digital	2019	Municípios paranaenses que perderam população em 2019.
Panorama dos municípios	IBGE	Digital	2021	População estimada para 2021 dos municípios pesquisados; produção agrícola dos municípios pesquisados (lavoura temporária) - comparativo da produção de 2009 e 2020; área territorial dos municípios pesquisados; Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> dos municípios pesquisados - comparativo dos valores de 2010, 2014 e 2019; Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (VAB) - comparativo dos valores de 2009 e 2019.
Censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010	IBGE	Digital	1980, 1991, 2000, 2010	Evolução da população dos municípios pesquisados.
População urbana e rural	IBGE	Digital	2010	População urbana e rural dos municípios pesquisados
PNAD	IBGE	Digital	2017	Resultados da EPCT no desenvolvimento brasileiro.
REGIC	IBGE	Digital	2018	REGIC de Ivaiporã
Detalhamento dos Servidores e Pensionistas	CGU	Digital	2021	Remuneração básica dos servidores lotados no <i>Campus</i> Ivaiporã em junho de 2021.
Resultados do IDEB 2017 e 2019	INEP	Digital	2020	Comparativo dos resultados do IDEB de Ivaiporã rede estadual e federal, e do Estado do Paraná.

(conclusão)

DESCRIÇÃO/ TÍTULO	INSTITUIÇÃO	FORMATO	ANO DE PUBLICAÇÃO	INFORMAÇÕES
IDHM de 1991, 2000 e 2010	ATLAS BRASIL	Digital	2020	IDHM dos municípios pesquisados - comparativo dos índices de 1991, 2000 e 2010.
IFDM de 2009 e 2016	FIRJAN	Digital	2018	IFDM dos municípios pesquisados - comparativo dos índices de 2009 e 2016.
IPDM de 2010 e 2018	IPARDES	Digital	2019	IPDM dos municípios pesquisados - comparativo dos índices de 2010 e 2018.
Nível de escolaridade e subsetores de atividades econômicas	RAIS	Digital	2020	Nível de escolaridade dos trabalhadores com vínculos ativos (Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo) - comparativos dos dados de 2009 e 2019; Subsetores de atividades econômicas com trabalhadores com vínculos ativos - comparação dos dados de 2009 e 2019.

Fonte: A autora (2022)

Durante a pesquisa documental que ocorreu ao longo desta pesquisa, foi necessário diversas vezes reconsultar as fontes. Logo, é importante destacar que a pesquisa documental auxiliou e deu embasamento para a elaboração das perguntas do questionário e do roteiro semiestruturado da entrevista.

3.3.2 Questionário

O questionário é constituído por um conjunto de questões e tem por objetivo captar informações dos indivíduos pesquisados, acerca de conhecimentos, valores, crenças, comportamentos, entre outros. A escolha do questionário como um instrumento de pesquisa possui entre suas vantagens a possibilidade de atingir um maior número de indivíduos, e a não exposição dos pesquisados à influência de opiniões (GIL, 2008).

Nesta pesquisa, o questionário foi direcionado para os egressos do IFPR *Campus Ivaiporã*. O instrumento foi elaborado com o intuito de conhecer e compreender a visão dos egressos acerca dos fatores que contribuíram com a decisão de estudar no *Campus Ivaiporã*, com as possibilidades ao cursar e concluir um curso na instituição, e pôr fim à importância da instituição enquanto formadora de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno.

Para melhor compreensão do conteúdo do questionário, o apêndice A apresenta o modelo utilizado na aplicação. O questionário foi dividido em 4 partes. Na primeira parte, buscou-se a caracterização dos egressos, as perguntas eram de múltipla escolha. A partir da segunda parte, as perguntas eram fechadas e utilizaram a Escala *Likert*, composta por 5 pontos.

Antes da aplicação do questionário, optou-se por realizar sua validação para a verificação da compreensão do seu conteúdo, bem como verificar se era necessário realizar ajustes e correções. Assim, foi realizada a validação do questionário por meio da aplicação com 10 servidores do IFPR *Campus Ivaiporã*. A escolha em fazer a validação com servidores da instituição ocorreu pelo fato de possuírem conhecimento sobre o caso em estudo. Após a validação, o questionário foi considerado suscetível de aplicação. A aplicação ocorreu no período de 30 de novembro de 2021 a 17 de dezembro de 2021, sendo disponibilizado aos egressos por meio eletrônico, utilizando o *Google Forms*.

O convite para os egressos participarem da pesquisa foi realizado por meio das mídias sociais Facebook, Whatsapp e *e-mail*. Destaca-se que a secretaria acadêmica da instituição disponibilizou apenas a relação nominal dos egressos dos cursos presenciais. Assim, foi necessário realizar um mapeamento via Facebook para localizar os egressos, e após a aceitação em participar da pesquisa e quando apresentavam interesse em colaborar, os egressos eram indagados se tinham o contato de outros egressos. Logo, foi possível contatar vários egressos via Whatsapp. Neste caso, pode-se dizer que foi utilizado a amostragem Bola de Neve. Nesse sentido, Vinuto (2014) acrescenta que a amostragem Bola de Neve utiliza cadeias de referência e é recomendada quando os grupos pesquisados são de difícil acesso. No caso dos cursos ofertados no ensino a distância (EaD), o contato via *e-mail* foi possível pelo fato do coordenador do EaD e do coordenador regional do Curso Técnico em Administração disponibilizarem a relação e o *e-mail* dos egressos.

Cabe observar que em muitos casos o convite da pesquisa foi encaminhado em mais de uma mídia social e que durante todo o período de aplicação foram encaminhadas mensagens com lembrete de participação e também questionado aos egressos se possuíam dúvidas quanto ao conteúdo do questionário ou a forma de respondê-lo.

Os 248 egressos residentes nos municípios pesquisados, foram mapeados e encaminhado convite da pesquisa nas mídias sociais para 226 egressos. Desses, 72 responderam ao questionário, correspondente a 31,86% dos egressos localizados. Dos 72 respondentes, 43 (59,72%) foram contactados via Whatsapp, 24 (33,33%) via Facebook e 5 (6,95%) via *e-mail*.

3.3.3 Entrevista

A entrevista é considerada uma forma de interação social e apresenta um diálogo assimétrico, em que a primeira parte busca coletar dados e a segunda se mostra como fonte de informação (GIL, 2008). A entrevista é uma conversa a dois ou entre vários indivíduos,

elaborada por atitude do entrevistador (MINAYO, 2009). Nesta pesquisa, por se tratar de um estudo de caso é complexo imaginar o seu desenvolvimento sem a realização de entrevistas (GIL, 2009). Assim, optou-se pela entrevista semiestruturada, que visa entender os significados que os entrevistados conferem às indagações e situações referentes ao tema de interesse (GODOY, 2006). A entrevista semiestruturada é utilizada quando o entrevistador possui conhecimento sobre as perguntas que serão feitas ao entrevistado, porém, não consegue fazer previsão das respostas. Assim, a escolha da entrevista semiestruturada é a garantia de que o pesquisador conseguirá obter as respostas necessárias, além de dar ao entrevistado a liberdade de respostas (PARÉ, 2004).

Nesta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com o propósito de validar as percepções obtidas por meio da aplicação dos questionários e da pesquisa documental, dado que, conforme argumenta Gil (2009), os resultados obtidos por meio das entrevistas só têm valor quando for possível contrastar com a utilização de outros instrumentos de coleta de dados.

O roteiro semiestruturado da entrevista foi composto por perguntas essenciais que norteava o desenvolvimento desta pesquisa e visava atingir os objetivos propostos. Para a visualização das perguntas, o apêndice B apresenta o roteiro utilizado na pesquisa.

As entrevistas ocorreram no período de 10 de dezembro de 2021 a 02 de fevereiro de 2022. Antes da sua realização foi solicitado aos entrevistados a assinatura no termo de consentimento, o qual consta no apêndice C. Com a permissão prévia dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas e transcritas. O número de entrevistas foi definido utilizando o princípio da saturação teórica da categoria (GODOI; MATTOS, 2006). Dessa forma, foram realizadas 7 entrevistas que tiveram duração total em torno 11 horas. As entrevistas duraram, no mínimo, 54 minutos e, no máximo, 2 horas e 23 minutos.

A escolha de quem entrevistar não deve ser realizada ao acaso, deve-se entrevistar pessoas capazes de proporcionar respostas as perguntas da pesquisa (GIL, 2009). Logo, optou-se por entrevistar lideranças com diferentes percepções acerca da importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação do capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno. As entrevistas foram realizadas com lideranças que participaram do processo de implantação do *campus* e/ou que possuíam conhecimento sobre o processo, tal como também possuíam conhecimento sobre capital humano e desenvolvimento de Ivaiporã e região.

Logo, optou-se por entrevistar as lideranças na respectiva ordem: 1º - responsável técnico pela elaboração do projeto de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã; 2º - primeiro diretor geral do *Campus* Ivaiporã; 3º - prefeito de Ivaiporã na gestão 2009-2012; 4º - diretor geral atual *Campus* Ivaiporã; 5º - presidente do Conselho Municipal de Implantação do IFPR

Campus Ivaiporã; 6º - membro do Conselho Municipal de Implantação do IFPR *Campus Ivaiporã*; e 7º - Prefeito interino de Ivaiporã - gestão 2021-2024.

Após a apresentação dos instrumentos de coleta de dados, passa-se na próxima seção à explanação das técnicas de análise de dados adotadas nesta pesquisa.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

3.4.1 Análise Estatística Descritiva

Para a análise dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário, optou-se pela utilização de técnicas de estatística descritiva não paramétrica. Desse modo, após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados utilizando o *software* Excel®. Posteriormente, foi utilizado o *software* SPSS®. Na Análise Estatística optou-se pela utilização da média, da mediana, do desvio padrão, do Alfa de *Cronbach*, da Análise de *Cluster*, do Método de *Ward*, e do Teste de *Mann-Whitney*.

3.4.2 Análise de Conteúdo

Em relação aos dados obtidos por meio das entrevistas, optou-se pela utilização da técnica Análise de Conteúdo. Bardin (2016, p. 44), define Análise de Conteúdo como “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A Análise de Conteúdo é um procedimento que pode ser aplicado em qualquer comunicação escrita. Dessa forma, pode ser utilizado nas entrevistas e depoimentos, desde que devidamente transcritos (GIL, 2009).

Os dados obtidos a partir das transcrições das entrevistas foram analisados por meio da análise categorial, na qual é realizada a divisão do texto por categorias (BARDIN, 2016). Para a identificação das categorias de análise, foram seguidas as seguintes fases da organização da Análise de Conteúdo: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados; inferência; e interpretação (BARDIN, 2016). É importante considerar que a Análise do Conteúdo desenvolvida por meio da categorização possibilita uma análise mais profunda, além de complementar os dados obtidos por meio da aplicação do questionário.

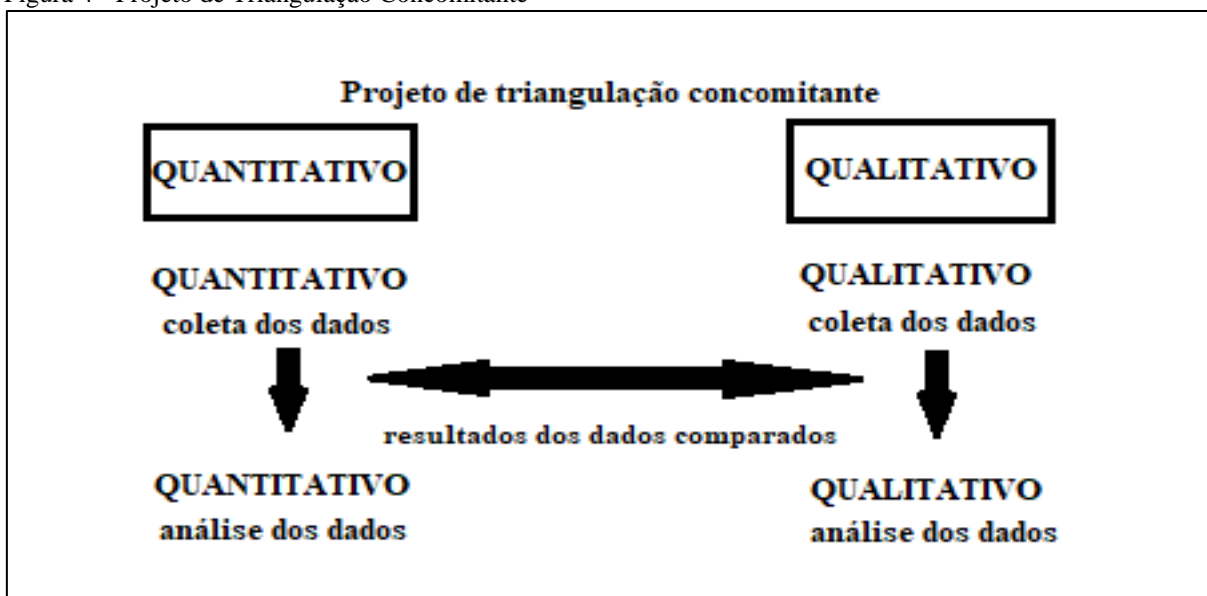
Inicialmente na Análise de Conteúdo, utilizou-se o *software* NVIVO® para criação da nuvem de palavras. Contudo, no desdobramento da análise optou-se por realizar a codificação, a definição das unidades de contexto e a criação das unidades de registro e das categorias de

análise de maneira manual, por apresentar maior viabilidade e pelo fato desta pesquisa necessitar de maior aprofundamento nas análises.

3.4.3 Triangulação Concomitante

Diante da complexidade da pesquisa e da escolha pelo estudo de caso, optou-se pela utilização da Triangulação Concomitante. Na Triangulação Concomitante, são coletados os dados qualitativos e quantitativos, e após a coleta, são comparados os bancos de dados para verificação de convergência, divergência ou combinação. Os dados qualitativos e quantitativos são utilizados de maneiras separadas, com o propósito de equilibrar os pontos fracos de uma abordagem com os pontos fortes da outra, ou inversamente (CRESWELL, 2010). Nesse sentido, conforme pondera Eisenhardt (1989), numa pesquisa a combinação de métodos pode promover sinergia, ou seja, cooperação entre os métodos. Assim, “[...] no âmbito das ciências sociais, a triangulação pode ser definida como uma estratégia de pesquisa baseada na utilização de diversos métodos para investigar um mesmo fenômeno” (VERGARA, 2005, p. 257).

Figura 4 - Projeto de Triangulação Concomitante



Fonte: Adaptado de Creswell (2010)

A utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados é o que possibilita a triangulação, constituindo o procedimento mais indicado para a validação de um fato ou fenômeno (GIL, 2009). Desse modo, apesar do estudo de caso ser considerado uno, compreende muitas variáveis relevantes, não sendo adequado utilizar somente um instrumento de coleta de dados, bem como, para validação dos resultados é fundamental a confrontação dos dados obtidos por fontes diversas (GIL; LICHT; OLIVA, 2005). No estudo de caso, a análise e a

interpretação ocorrem de maneira simultânea a coleta de dados. Assim, a análise inicia-se com a primeira entrevista, observação e/ou leitura de documento (GIL, 2009).

3.5 SÍNTESE DA METODOLOGIA DA PESQUISA

O quadro 7 possibilita uma visão geral dos principais tópicos abordados na metodologia da pesquisa.

Quadro 7 - Síntese da metodologia da pesquisa

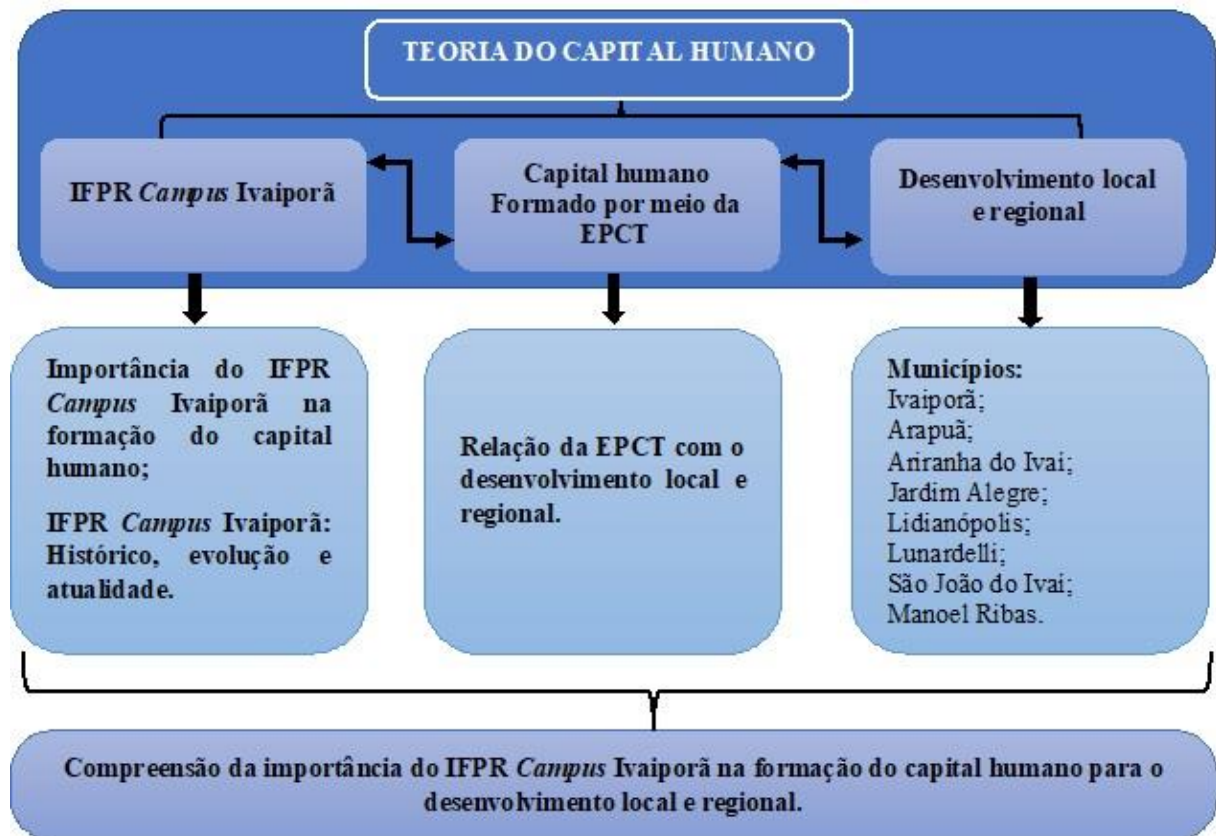
METODOLOGIA	CLASSIFICAÇÃO
Problema de pesquisa	Qual a importância do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno?
Objetivo geral	Compreender a importância do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno.
Objetivos específicos	a) Entender como se deu o processo de implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã; b) Analisar as competências econômicas de Ivaiporã e região confrontando-as com a proposta inicial de implantação do <i>campus</i> ; c) Investigar a consonância do papel do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã com a aspiração inicial na criação dos IFs; d) Identificar a importância do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã, enquanto instituição especializada em ensino profissional, científico e tecnológico na formação de capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento de Ivaiporã e região.
Características da pesquisa	Descritiva e exploratória; Abordagem mista (Qualitativa e Quantitativa); Delineamento Estudo de caso.
Dimensão do tempo	Transversal: período de coleta de dados de abril de 2021 a fevereiro de 2022.
Público-alvo	Questionário: Discentes egressos a partir de 2015; Entrevista: Responsável técnico pela elaboração do projeto de implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã; Membros do Conselho Municipal de Implantação do IFPR <i>Campus</i> ; ex-prefeito de Ivaiporã, prefeito atual de Ivaiporã; primeiro diretor geral do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã; e atual diretor geral do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã.
Instrumentos de Coleta de dados	Pesquisa documental; Questionário estruturado; Entrevista semiestruturada.
Técnicas de análise de dados	Análise estatística descritiva não paramétrica; Análise de Conteúdo; Triangulação Concomitante.

Fonte: A autora (2022)

3.6 MODELO TEÓRICO

O modelo teórico apresentado a seguir foi desenvolvido a partir do referencial teórico tendo em vista a Teoria do Capital Humano e sua relação com o desenvolvimento local e regional, o problema de pesquisa, e os objetivos propostos nesta pesquisa.

Figura 5 - Modelo teórico



Fonte: A autora (2022)

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

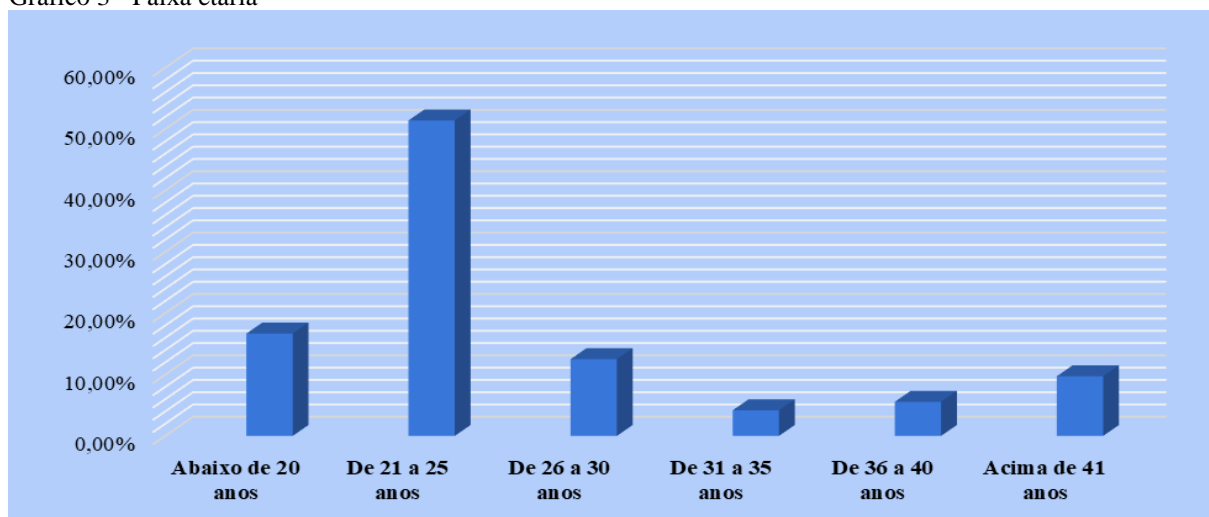
Conforme já explicitado anteriormente, considerando as particularidades do estudo de caso, optou-se pela utilização da abordagem mista, utilizando instrumentos de coleta de dados quantitativo (questionário) e qualitativos (pesquisa documental e entrevista). Isto posto, a análise dos dados ocorreu em 3 etapas, primeiramente, foi realizada a análise estatística descritiva não paramétrica a partir dos dados coletados na aplicação do questionário; logo após, foi realizada a Análise de Conteúdo por meio das entrevistas. Por fim, foi realizada a Triangulação Concomitante com a combinação dos dados quantitativos e qualitativos. Diante do exposto, na próxima seção serão apresentados e analisados os dados quantitativos.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

4.1.1 Caracterização dos egressos do IFPR *Campus* Ivaiporã

A primeira parte do questionário tinha como objetivo realizar a caracterização dos egressos. Assim, optou-se por perguntas de múltipla escolha. Primeiramente, foi analisada a faixa etária, a qual evidenciou que a maior parte dos respondentes é de jovens de até 25 anos, equivalente a 68,06% da amostra.

Gráfico 3 - Faixa etária



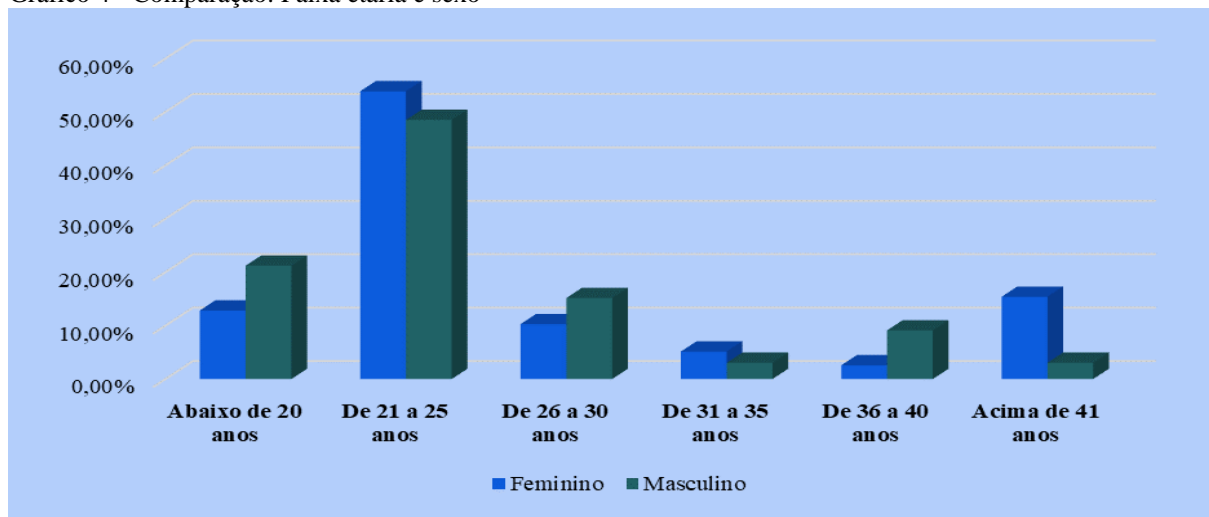
Fonte: A autora (2022)

Em relação ao sexo da amostra, 54,17% são do sexo feminino e 45,83% do masculino. Nota-se que apesar da predominância do sexo feminino, houve boa participação do sexo masculino.

Ao se comparar a faixa etária ao sexo dos respondentes, observa-se que 53,85% dos respondentes do sexo feminino possui de 21 a 25 anos e 48,49% do sexo masculino também

estão nesta faixa etária. A maior diferença está na faixa etária acima de 41 anos, o sexo feminino apresentou 15,38% dos respondentes nesta faixa, enquanto o sexo masculino apresentou apenas 3,03%, como pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Comparação: Faixa etária e sexo

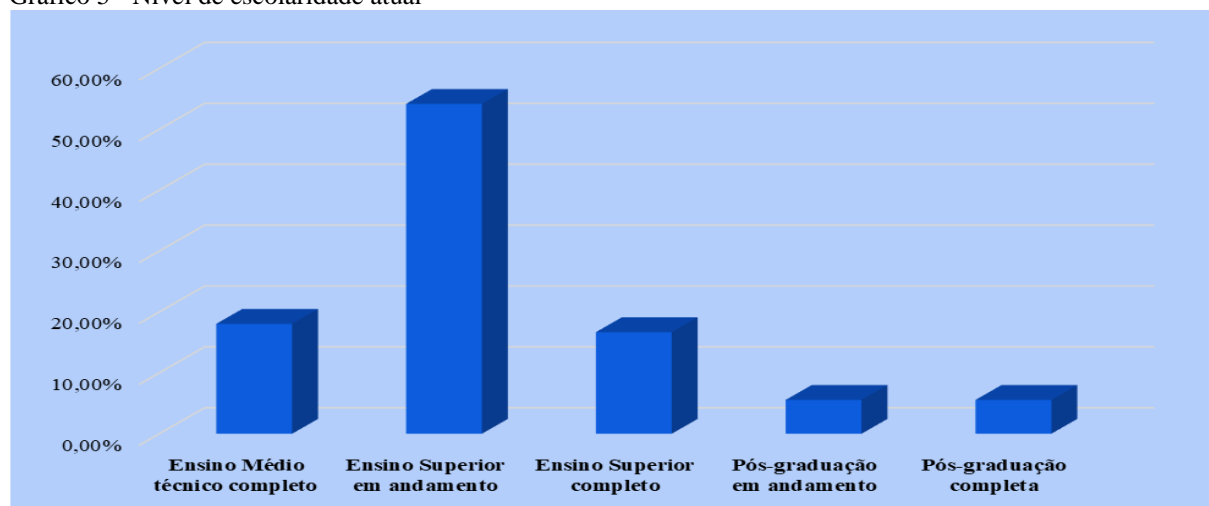


Fonte: A autora (2022)

No tocante ao atual estado civil da amostra, 73,61% são solteiros, 16,67% são casados, 5,55% estão em uma união estável e 4,17% são divorciados.

Em relação ao nível de escolaridade atual, apenas 18,05% dos egressos dos cursos técnicos de nível médio não deram continuidade aos estudos, enquanto 54,17% estão cursando Ensino Superior, 16,68% possuem Ensino Superior completo, 5,55% estão cursando pós-graduação e 5,55% já concluíram a pós-graduação.

Gráfico 5 - Nível de escolaridade atual

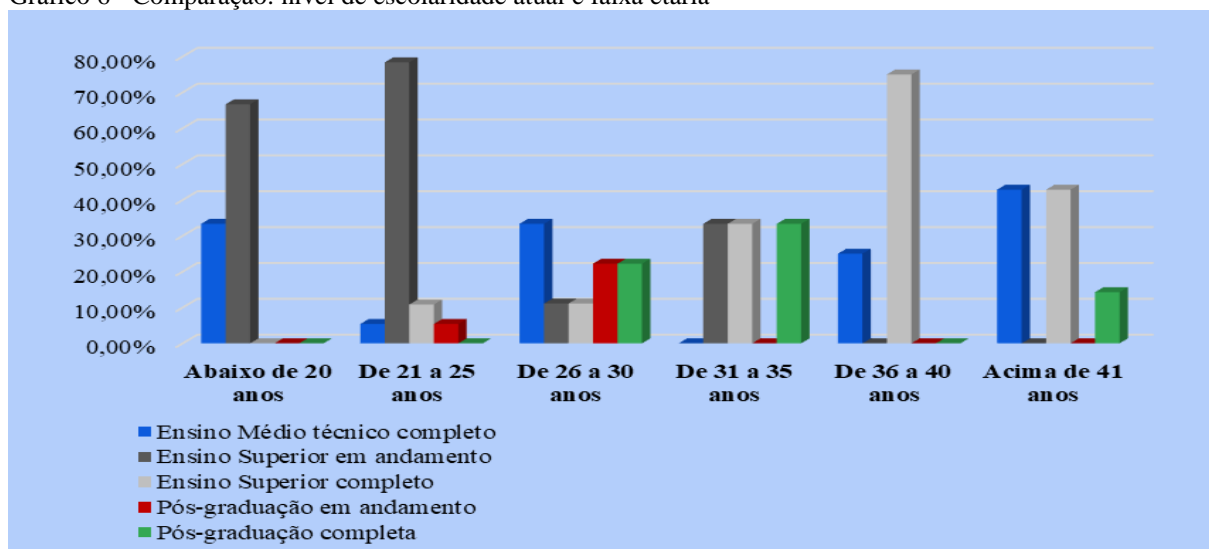


Fonte: A autora (2022)

Para melhor compreensão do que representa o nível de escolaridade atual dos respondentes, foi realizada a comparação entre o nível de escolaridade e a faixa etária dos egressos. Assim, observa-se que 66,67% dos egressos que estão na faixa etária abaixo dos 20

anos já estão cursando Ensino Superior, e dentre aqueles que estão na faixa etária de 21 a 25 anos esse percentual é ainda maior, representando 78,38% dos respondentes desta faixa.

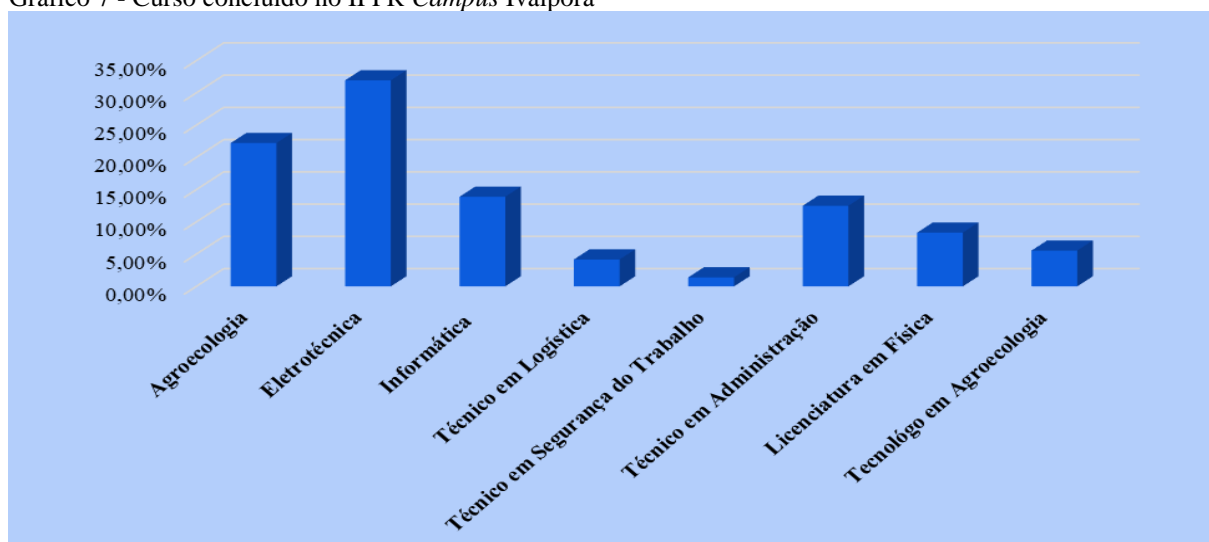
Gráfico 6 - Comparação: nível de escolaridade atual e faixa etária



Fonte: A autora (2022)

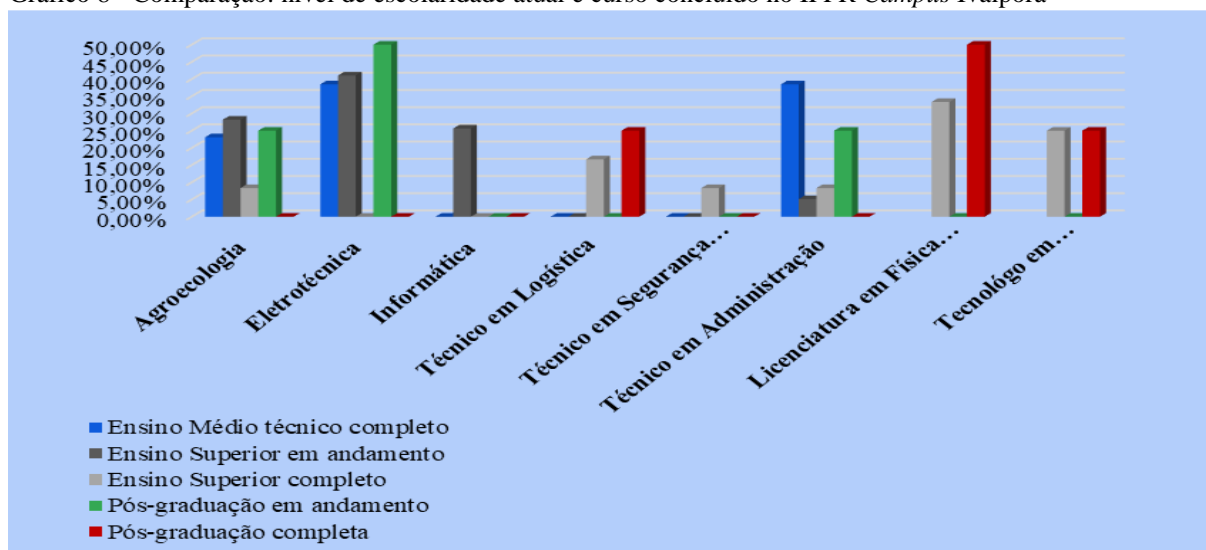
No que tange aos cursos concluídos no IFPR *Campus* Ivaiporã, dos respondentes 31,94% concluíram o Curso Técnico em Eletrotécnica, 22,22% o Curso Técnico em Agroecologia, 13,89% o Curso Técnico em Informática, e 12,50% o Curso Técnico em Administração. Esses e os demais cursos podem ser observados no gráfico a seguir.

Gráfico 7 - Curso concluído no IFPR *Campus* Ivaiporã



Fonte: A autora (2022)

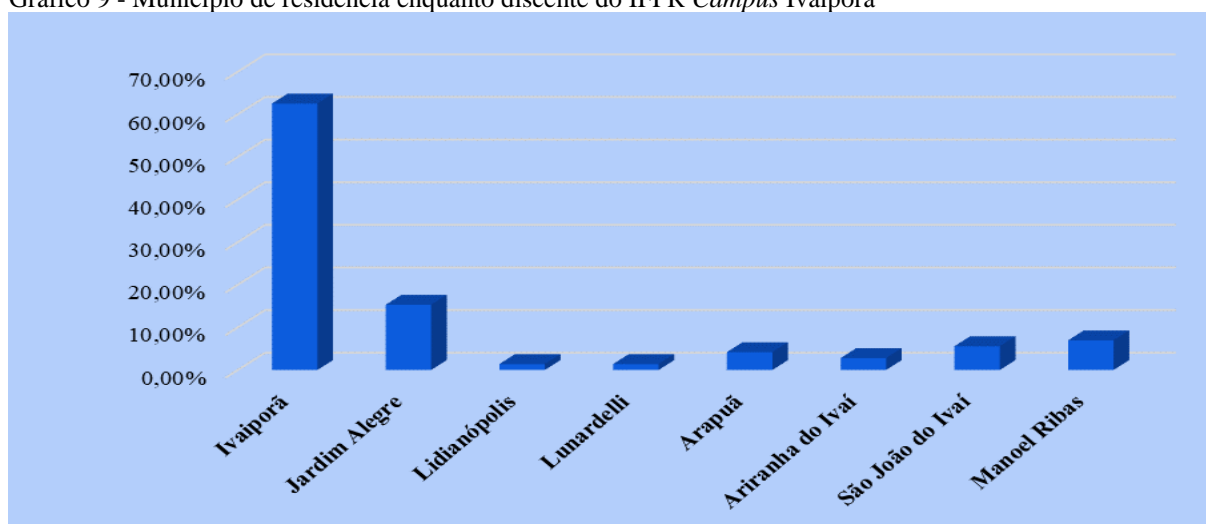
Ao se comparar o curso concluído na instituição ao nível de escolaridade atual dos respondentes, nota-se que a maioria dos egressos dos cursos técnicos de nível médio do IFPR *Campus* Ivaiporã deu continuidade aos estudos, uma vez que aqueles que estão com o Curso Superior em andamento são egressos dos Cursos Técnicos em Agroecologia, Eletrotécnica, Informática e Administração, como pode ser observado no gráfico 8.

Gráfico 8 - Comparação: nível de escolaridade atual e curso concluído no IFPR *Campus* Ivaiporã

Fonte: A autora (2022)

No que se refere ao ano de conclusão dos cursos na instituição, os respondentes concluíram os cursos em 2019 (45,83%), 2018 (36,11%), 2017 (8,34%), 2016 (4,17%) e 2015 (5,55%).

No tocante ao município de residência, enquanto os egressos eram discentes da instituição, a maioria da amostra residia em Ivaiporã (62,50%), seguido por Jardim Alegre (15,28%), Manoel Ribas (6,94%), São João do Ivaí (5,55%), Arapuã (4,17%), Ariranha do Ivaí (2,78%), e Lidianópolis e Lunardelli com 1,39% cada.

Gráfico 9 - Município de residência enquanto discente do IFPR *Campus* Ivaiporã

Fonte: a autora (2022)

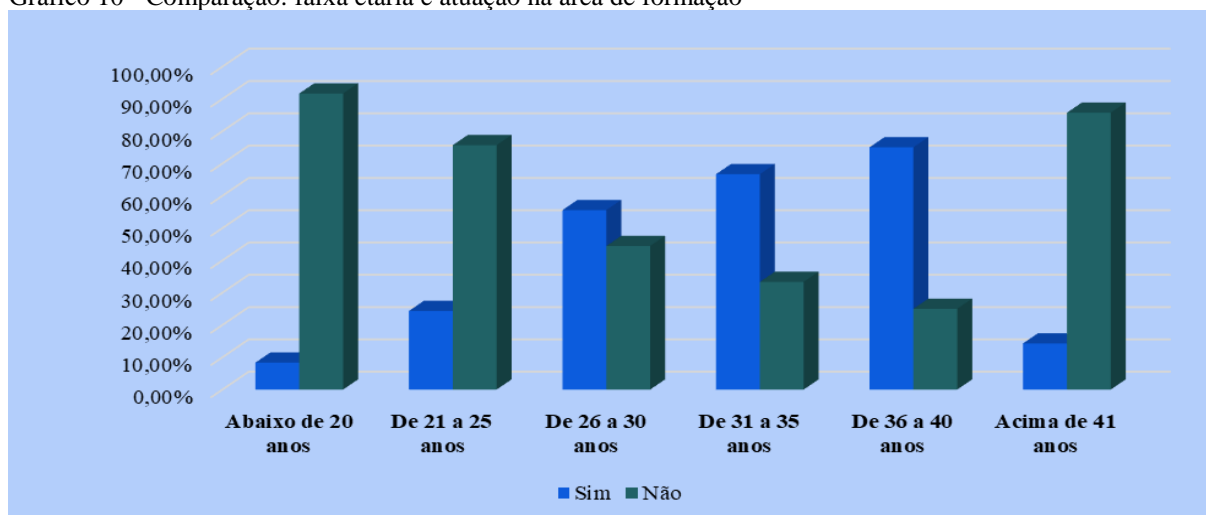
Quando questionado aos egressos se ainda residiam no mesmo município que residiam enquanto discentes, observa-se que 73,61% da amostra residem no mesmo município e 26,39% mudaram de município.

Aos egressos que mudaram de município foi questionado o(s) motivo(s) que levou(aram) a realizarem a mudança. Assim, percebe-se que 63,64% dos respondentes mudaram de município para dar continuidade aos estudos, 27,27% para trabalhar e 9,09% pela família.

Em relação à atuação profissional na área de formação obtida no IFPR *Campus* Ivaiporã, nota-se que a maior parte dos respondentes não estão atuando na área de formação, sendo que os que atuam representam 29,17%.

Ao se comparar a faixa etária da amostra com a atuação profissional na área de formação, constata-se que os egressos mais jovens (abaixo de 25 anos) não estão atuando na área de formação. Cabe observar que isso pode estar atrelado ao fato de que a maioria dos egressos mais jovens está cursando Ensino Superior, como pode ser observado no gráfico 6. Constata-se também que na faixa etária entre 26 a 40 anos a atuação profissional na área de formação é maior do que entre os mais jovens.

Gráfico 10 - Comparação: faixa etária e atuação na área de formação



Fonte: A autora (2022)

Para os egressos que atuam na área de formação, foi solicitado para que especificassem de que forma atuam na área. Logo, dos respondentes 24% deram continuidade aos estudos na mesma área de formação, 20% atuam como empregados, 20% como MEIs/empresários, 16% como autônomos, 12% outros (servidor público, aposentado e agricultor) e 8% como docentes.

Aos egressos que não atuam na área de formação foi solicitado para que especificassem o(s) motivo(s) de não atuarem na área. Quanto aos motivos apresentados, 44% dos respondentes deram continuidade aos estudos em outra área, 24% alegaram falta de oportunidade profissional, 18,66% não se identificaram com a área de formação, 6,67% por realização pessoal, 4% devido à baixa remuneração e 2,67% por outros motivos.

No que tange à forma de atuação em outra área de formação que não seja aquela obtida na instituição, 43,14% dos respondentes atuam como estudantes, 41,18% como empregados, 11,76% como autônomos/empresários e 3,92% nenhuma das alternativas apresentadas.

Partindo da caracterização dos egressos, na próxima subseção serão apresentados e analisados os dados utilizando a Escala *Likert*.

4.1.2 Apresentação e análise dos dados por meio da Escala *Likert*

Considerando o referencial teórico e os objetivos específicos “investigar a consonância do papel do IFPR *Campus* Ivaiporã com a aspiração inicial na criação dos IFs”, e “Identificar a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã, enquanto instituição especializada em ensino profissional, científico e tecnológico na formação de capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento de Ivaiporã e região”, a partir da segunda parte do questionário foram definidas as seguintes categorias: I. Fatores que contribuíram com a decisão de estudar na instituição; II. Possibilidades ao estudar e concluir um curso na instituição; e III. Importância do capital humano formado pela instituição para o desenvolvimento local e regional. Cada categoria foi composta por variáveis, elaboradas com base nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico. A categoria I possui 13 variáveis, a II possui 11 e a III possui 10, totalizando 34 variáveis. As variáveis foram mensuradas utilizando a Escala *Likert* composta por 5 pontos (1. discordo totalmente; 2. discordo parcialmente; 3. não concordo e nem discordo; 4. concordo parcialmente e 5. concordo totalmente).

Inicialmente, a intenção era utilizar a análise fatorial para analisar os dados coletados por meio da Escala *Likert*. Contudo, não foi possível utilizá-la considerando que a amostra era pequena pelo número de variáveis e os dados não tendiam à normalidade, o que inviabilizou sua utilização e impediu que fossem realizados outros tipos de agrupamentos. Dessa forma, optou-se por manter o padrão dos construtos que já haviam sido construídos previamente e utilizados na estruturação do questionário. Assim, para realizar a confirmação da consistência e a confiabilidade dos construtos foi utilizado o Alfa de *Cronbach*. Nesse sentido, cabe destacar que, de acordo com Field (2009), o Alfa de *Cronbach* é a medida mais frequente de confiabilidade.

As tabelas 41, 42 e 43 apresentam respectivamente as categorias I, II e III, as variáveis que compõem cada categoria, bem como, a média, a mediana e o desvio padrão das variáveis e, por fim, a média geral das variáveis e o Alfa de *Cronbach* das categorias.

Tabela 41 - Categoria I: fatores que contribuíram com a decisão de estudar na instituição

CATEGORIA	VARIÁVEIS	ESTATÍSTICA DESCRITIVA		
		MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
I. Fatores que contribuíram com a decisão de estudar na instituição	A instituição ofertava o curso que eu gostaria de fazer	4,25	4,00	0,900
	A distância da minha residência à instituição	3,28	3,00	1,494
	A instituição ofertava auxílio financeiro por meio de bolsas de assistência estudantil	3,94	5,00	1,373
	A qualidade do ensino ofertado pela instituição	4,76	5,00	0,617
	A qualificação dos docentes e demais servidores	4,79	5,00	0,529
	A instituição ser pública e federal	4,86	5,00	0,539
	A localização da instituição	3,49	3,00	1,245
	A estrutura física da instituição	4,35	5,00	0,906
	A possibilidade de participar de projetos de pesquisa e extensão	4,31	5,00	1,043
	O reconhecimento da qualidade da instituição	4,76	5,00	0,617
	A integração e cooperação da instituição com a comunidade local e regional	4,17	4,00	1,021
	A minha permanência no município onde residio ou residia na época que estudava no IFPR	3,94	5,00	1,331
	A falta de opção uma vez que não tinha o curso que gostaria de fazer	2,39	2,00	1,379
Média Geral das variáveis	4,10			
Alfa de Cronbach	0,799			

Fonte: A autora (2022)

As variáveis da categoria I que apresentaram maior coesão foram: a qualificação dos docentes e demais servidores (média 4,79, mediana 5,00 e desvio padrão 0,529); a instituição ser pública e federal (média 4,86, mediana 5,00 e desvio padrão 0,539); a qualidade do ensino ofertado pela instituição, bem como o reconhecimento da qualidade da instituição, ambas com média 4,76, mediana 5,00 e desvio padrão 0,617. Nota-se que houve concordância dos respondentes quanto à qualidade do ensino e da instituição, e a qualificação dos docentes e servidores da instituição.

As variáveis que apresentaram menor coesão, ou seja, aquelas em que houve maior diversidade de opinião, são: A distância da minha residência à instituição (média 3,28, mediana 3,00 e desvio padrão 1,494); a falta de opção, uma vez que não tinha o curso que gostaria de fazer (média 2,39, mediana 2,00 e desvio padrão 1,379); a localização da instituição (média 3,49, mediana 3,00 e desvio padrão 1,245); e a instituição ofertava auxílio financeiro por meio de bolsas de assistência estudantil (média 3,94, mediana 5,00 e desvio padrão 1,373). Justifica-se a menor coesão de opiniões nas variáveis “a distância da minha residência à instituição” e “a localização da instituição” devido às características da região e ao fato de a instituição atender discentes residentes em vários municípios. Logo, cabe lembrar que a distância da instituição em relação aos municípios pesquisados já foi apresentada anteriormente na tabela 6.

É importante destacar que a menor coesão na variável “a falta de opção uma vez que não tinha o curso que gostaria de fazer” neste caso é um fator positivo, considerando que 15 respondentes (20,83%) concordaram parcialmente ou totalmente com a variável, 18 (25%) não concordaram e nem discordaram e 39 (54,17%) discordaram parcialmente ou totalmente. O

resultado demonstra que a maioria dos egressos optou por estudar na instituição por escolha, não por falta de opção. Por meio da menor coesão da variável “a instituição ofertava auxílio financeiro por meio de bolsas de assistência estudantil” percebe-se que o auxílio financeiro ofertado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã não é um fator determinante para a escolha da instituição.

Isto posto, a categoria I apresentou média geral das variáveis de 4,10 e Alfa de *Cronbach* de 0,799, o que significa que as variáveis que compõem a categoria possuem consistência e confiabilidade, já que, conforme pondera Field (2009), para que uma escala indique confiabilidade seu valor tem que estar acima de 0,7 - 0,8. A seguir será apresentada a análise da Categoria II (tabela 42).

Tabela 42 - Categoria II: possibilidades ao estudar e concluir um curso na instituição

CATEGORIA	VARIÁVEIS	ESTATÍSTICA DESCRITIVA		
		MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
II. Possibilidades ao estudar e concluir um curso na instituição	Minha inserção no mercado de trabalho	2,92	3,00	1,461
	Minha qualificação profissional	4,12	5,00	1,150
	Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos	4,49	5,00	0,872
	Preparação e incentivo para empreender	3,96	4,00	1,093
	Ter uma renda financeira maior	3,38	3,00	1,305
	A construção de relacionamentos interpessoais	4,42	5,00	0,884
	Participar de ações de pesquisa e extensão internas e externas	4,22	5,00	1,129
	Ter novas aspirações e continuar os estudos	4,49	5,00	0,949
	Desenvolvimento pessoal	4,71	5,00	0,795
	Reconhecimento profissional	4,03	4,00	1,138
	Novas oportunidades profissionais	4,14	5,00	1,104
Média Geral das variáveis		4,08		
Alfa de Cronbach		0,899		

Fonte: A autora (2022)

Na categoria II observa-se que as variáveis que apresentaram maior coesão foram: desenvolvimento pessoal (média 4,71, mediana 5,00 e desvio padrão 0,795); aquisição de conhecimentos teóricos e práticos (média 4,49, mediana 5,00 e desvio padrão 0,872); e a construção de relacionamentos interpessoais (média 4,42, mediana 5,00 e desvio padrão 0,884). Na coesão presente nestas variáveis, percebe-se a valorização do desenvolvimento pessoal, dos relacionamentos interpessoais e dos conhecimentos adquiridos por meio da instituição.

As variáveis que apresentaram menor coesão na categoria são: minha inserção no mercado de trabalho (média 2,92, mediana 3,00 e desvio padrão 1,461); e ter uma renda financeira maior (média 3,38, mediana 3,00 e desvio padrão 1,305). Nota-se que a variável “minha inserção no mercado de trabalho” apresentou maior diversidade de opinião, apenas 37,5% concordaram parcialmente ou totalmente, 22,22% não concordaram e nem discordaram e 40,28% discordaram parcialmente ou totalmente. Cabe observar que isso pode estar atrelado ao fato de que os egressos mais jovens (abaixo de 25 anos) não estão atuando na área de formação e continuam seus estudos no Ensino Superior (gráficos 5, 6 e 10). Já a menor coesão da variável “ter uma renda financeira maior” justifica-se também pelo fato de muitos egressos

ainda estarem cursando o Ensino Superior ou até mesmo por considerarem que poderiam ter uma renda maior.

Logo, a categoria II apresentou média geral das variáveis de 4,08 e Alfa de *Cronbach* de 0,899, o que representa a consistência e a confiabilidade das variáveis da categoria. Em seguida será analisada a Categoria III (tabela 43).

Tabela 43 - Categoria III: importância do capital humano formado pela instituição para o desenvolvimento local e regional

CATEGORIA	VARIÁVEIS	ESTATÍSTICA DESCRITIVA		
		MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
III. Importância do capital humano formado pela instituição para o desenvolvimento local e regional	O curso realizado foi condizente com a realidade local e regional	4,03	4,00	1,048
	As ações de pesquisa e extensão atendem as necessidades local e regional	4,08	4,00	1,017
	Após a conclusão do curso, minhas expectativas iniciais foram atendidas	3,53	4,00	1,233
	As disciplinas ofertadas possuem conformidade com objetivo do curso	4,49	5,00	0,805
	Após a conclusão do curso não tive dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou abrir meu próprio negócio	2,79	3,00	1,331
	O curso e as ações de pesquisa e extensão são importantes para o desenvolvimento local e regional	4,44	5,00	0,870
	A instituição está cumprindo com seus propósitos iniciais	4,44	5,00	0,870
	A instituição por meio de seus cursos contribui para a geração de empregos	4,24	5,00	1,094
	Os cursos possibilitam a melhoria do conhecimento técnico e das práticas a eles relacionadas por meio da formação de seus egressos	4,54	5,00	0,804
	Os cursos contribuem para o desenvolvimento econômico local e regional por meio do estímulo aos egressos em abrir o seu próprio negócio	4,06	4,00	1,185
Média Geral das variáveis		4,06		
Alfa de Cronbach		0,885		

Fonte: A autora (2022)

As variáveis da categoria III que apresentaram maior coesão foram: os cursos possibilitam a melhoria do conhecimento técnico e das práticas a eles relacionadas por meio da formação de seus egressos (média 4,54, mediana 5,00 e desvio padrão 0,804); as disciplinas ofertadas possuem conformidade com objetivo do curso (média 4,49, mediana 5,00 e desvio padrão 0,805); o curso e as ações de pesquisa e extensão são importantes para o desenvolvimento local e regional, bem como, a instituição está cumprindo com seus propósitos iniciais, ambas com média 4,44, mediana 5,00 e desvio padrão 0,870. Constata-se que houve concordância dos respondentes quanto ao conhecimento técnico adquirido, a conformidade das disciplinas com o objetivo do curso, a importância das ações de pesquisa de extensão para o desenvolvimento de Ivaiporã e região, e o cumprimento dos propósitos iniciais da instituição.

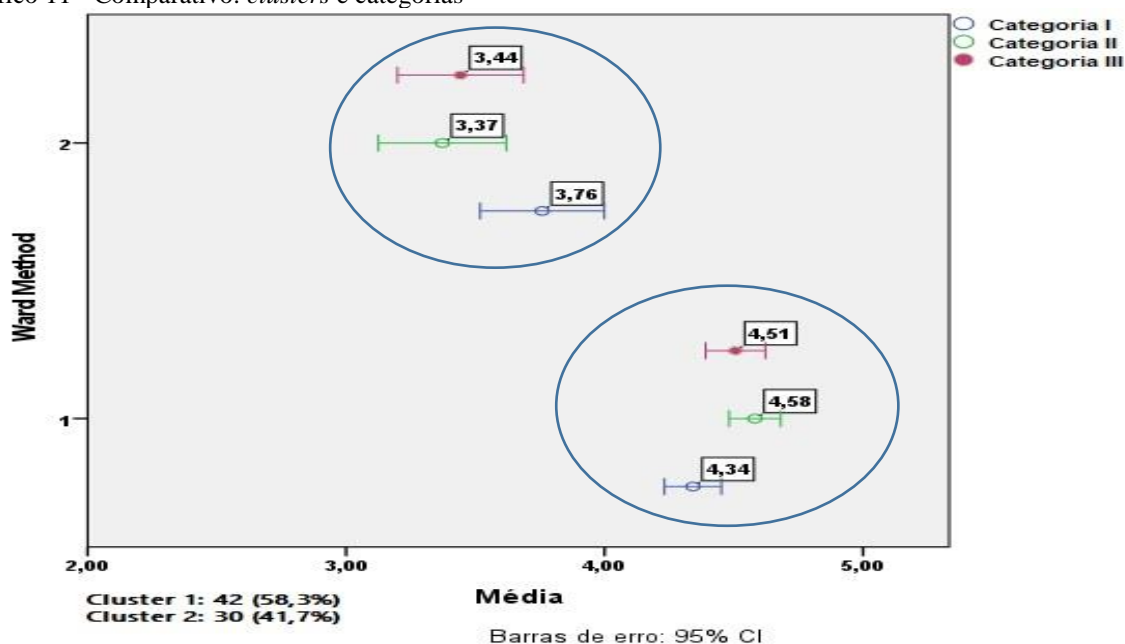
Quanto às variáveis que apresentaram menor coesão, são elas: após a conclusão do curso não tive dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou abrir meu próprio negócio (média 2,79, mediana 3,00 e desvio padrão 1,331); e após a conclusão do curso minhas

expectativas iniciais foram atendidas (média 3,53, mediana 4,00 e desvio padrão 1,233). Nota-se que a variável “após a conclusão do curso não tive dificuldades para ingressar no mercado de trabalho”, assim como ocorreu na variável “minha inserção no mercado de trabalho” da Categoria II, apresentou maior diversidade de opinião, apenas 27,78% concordaram parcialmente ou totalmente, 33,33% não concordaram e nem discordaram e 38,89% discordaram parcialmente ou totalmente, o que significa que, mesmo tendo formação técnica, parte dos egressos encontraram dificuldades em ingressar no mercado de trabalho. Justifica-se a menor coesão da variável “minhas expectativas iniciais foram atendidas” considerando que cada egresso possuía expectativas diferentes ao ingressar na instituição.

A categoria III apresentou média geral das variáveis de 4,06 e Alfa de *Cronbach* de 0,885, o que indica que as variáveis da categoria possuem consistência e confiabilidade.

Nesta pesquisa, optou-se por realizar a Análise de *Cluster*. O objetivo principal da Análise de *Cluster* é agrupar indivíduos ou objetos segundo suas características (HAIR JR *et al.*, 1998). Assim, para realizar a Análise de *Cluster* foram criadas 3 variáveis que representam as 3 categorias previamente elaboradas na estruturação do questionário. Primeiro, foi realizada a Análise de *Cluster* hierárquico para verificação do número de *cluster*, o qual identificou por meio do dendrograma a existência de 2 *clusters*. Em seguida foi utilizado o Método de *Ward*, que realiza o agrupamento de acordo com as similaridades dos grupos (HAIR JR *et al.*, 2005). Então, foi possível observar a boa distribuição da amostra, tendo em vista a existência de 2 *clusters* com números de elementos próximos, uniformes internamente, porém diversos entre si. Para melhor compreensão, os 2 *clusters* podem ser visualizados no gráfico 11.

Gráfico 11 - Comparativo: *clusters* e categorias



Fonte: A autora (2022)

O primeiro *cluster* é formado por 42 respondentes (58,3% da amostra). Esse grupo possui uma visão mais positiva em relação ao IFPR *Campus* Ivaiporã, posto que apresentou concordância com os construtos e as variáveis ficaram com médias acima de 4, o que significa que os respondentes pertencentes ao *cluster* optaram pelos pontos concordo parcialmente (4) ou concordo totalmente (5). Ao se analisar as médias das categorias do *cluster*, percebe-se que apresentou maior concordância com as categorias II (4,58) e III (4,51) e menos concordância com a categoria I (4,34).

O Segundo *cluster* é formado por 30 respondentes (41,7% da amostra). Esse grupo possui uma visão mais cética em relação ao IFPR *Campus* Ivaiporã, considerando que apresentou médias tendendo para a opção não concordo e nem discordo (3). Nota-se que a categoria I (3,76) é o ponto mais elevado do grupo, seguido pela categoria III (3,44) e II (3,37). Com base nos resultados das médias do *cluster*, cabe ponderar que nenhuma instituição de ensino pública é perfeita, em todas existem problemas, e neste caso, os problemas podem ter sido considerados pelos respondentes, tendo em vista que o segundo *cluster* apresentou opiniões menos positiva em relação ao primeiro.

Com o objetivo de verificar quais elementos da caracterização dos egressos poderiam ter contribuído com a divisão dos 2 *clusters*, foi realizado o cruzamento de dados da caracterização com os *clusters*. Dessa forma, foi possível verificar que a atuação dos egressos na área de formação pode ter contribuído para a visão positivista do primeiro *cluster*, já que dos respondentes que atuam na área de formação, 71,43% estão concentrados no primeiro grupo, ou seja, a maior parte dos egressos que não estão atuando na área de formação estão concentrados no segundo grupo. Logo, pode-se considerar que o fato de ter mudado de área pode ter gerado algum descontentamento ou certa frustração perante o IFPR *Campus* Ivaiporã. Quanto aos demais elementos da caracterização, eles tiveram distribuição homogênea nos 2 *clusters*, não havendo disparidades.

A partir das variáveis criadas para a Análise de *Cluster* foi realizado o Teste de *Mann-Whitney*, com o objetivo de verificar se as diferenças entre as médias das categorias eram estatisticamente significantes. O Teste de *Mann-Whitney* pode ser utilizado quando se deseja testar diferenças entre 2 condições com participantes diferentes em cada condição (FIELD, 2009). O teste confirmou que as médias das categorias são estatisticamente diferentes, apresentando sig. 0,000 e nível de confiança de 95%.

Diante do exposto, após a explanação e análise dos dados quantitativos, dando continuidade à pesquisa, na próxima seção serão apresentados e analisados os dados

qualitativos obtidos por meio das entrevistas, iniciando-se com breve caracterização dos entrevistados.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

4.2.1 Caracterização dos entrevistados

As perguntas da parte I do roteiro da entrevista tinham como objetivo realizar a caracterização das lideranças entrevistadas. Assim, a partir de dados obtidos por meio das entrevistas, pode-se afirmar que os entrevistados são homens, possuem entre 35 a 64 anos, e a maioria possui pós-graduação em nível de especialização, mestrado e/ou doutorado. Por questões éticas e visando preservar a identidade das lideranças entrevistadas, preferiu-se ocultar o nome dos entrevistados. Para melhor compreensão, o quadro 8 apresenta uma breve caracterização das lideranças entrevistadas.

Quadro 8 - Caracterização dos entrevistados

NOME	SEXO	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	CARGO / OCUPAÇÃO EM 2009 / 2010	CARGO/OCUPAÇÃO ATUAL
Entrevistado A	Masculino	51	Especialização	Servidor público municipal e responsável técnico pelo projeto de implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã.	Servidor público municipal - Analista em Administração Pública.
Entrevistado B	Masculino	50	Mestre em Sociologia	Prefeito de Ivaiporã (Gestão 2009-2012).	Servidor público federal - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário na Superintendência Regional do INCRA Paraná; Servidor público estadual - Docente na SEED Paraná.
Entrevistado C	Masculino	54	Doutorado em Agronomia	Servidor público estadual - Docente no Colégio Agrícola em Apucarana.	Servidor público federal - Docente no IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã.
Entrevistado D	Masculino	35	Mestrado em Engenharia Sanitária e Ambiental	Servidor público estadual temporário (PSS) - docente no Colégio Estadual Barbosa Ferraz; Docente na UNIVALE.	Servidor público federal - Docente no IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã; Diretor Geral do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã.
Entrevistado E	Masculino	63	Graduado em Administração	Empresário no ramo hoteleiro. Presidente do Conselho Municipal de Implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã.	Agricultor, entre outros.
Entrevistado F	Masculino	64	Ensino Fundamental	Empresário no ramo do comércio de tintas; Membro do Conselho Municipal de Implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã.	Empresário no ramo da fabricação e comércio de tintas.
Entrevistado G	Masculino	47	Mestre em Direito	Docente na UNIVALE; Advogado.	Vice-prefeito de Ivaiporã. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2022 prefeito interino de Ivaiporã.

Fonte: A autora (2022)

Partindo da caracterização dos entrevistados, na próxima subseção serão apresentados e analisados os dados utilizando a Análise de Conteúdo.

4.2.2 Apresentação dos dados por meio da Análise de Conteúdo

Para a realização da Análise de Conteúdo, inicialmente as entrevistas foram gravadas e na sequência foram transcritas na integralidade. O objetivo da transcrição foi transformar as gravações em textos que pudessem ser analisados, categorizados e interpretados. A duração total das entrevistas foi em torno de 11 horas, o que gerou mais de 140 páginas de transcrição.

Após a transcrição, foi elaborada a nuvem de palavras com as expressões que apresentaram maior frequência nas entrevistas. Na elaboração da nuvem foi limitado o número de 50 palavras e excluídas palavras que possuíam menos de 5 caracteres, além de impedir palavras como conjunções, advérbios, pronomes e preposições. Cabe observar que as palavras localizadas no centro da nuvem e em tamanho maior são aquelas que apareceram com maior frequência nos discursos.

Figura 6 - Nuvem de palavras



Fonte: A autora (2022)

Na realização da Análise de Conteúdo foram seguidas todas as fases citadas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e

interpretação. Primeiramente, foi realizada a leitura minuciosa e crítica das transcrições, sistematizando as ideias iniciais e organizando o *corpus* da pesquisa. Em seguida, foram realizadas codificações manuais nos textos, com o objetivo de verificar semelhanças e divergências. A partir das codificações, foram selecionadas unidades de contexto (fragmentos das entrevistas) e criadas unidades de registro, as quais posteriormente foram agrupadas em 5 categorias de análise, definidas a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico, considerando principalmente a Teoria do Capital Humano. Bardin (2016, p. 147) pondera que “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”. É importante salientar que as unidades de contexto selecionadas para compor a Análise de Conteúdo mantêm na íntegra as falas dos entrevistados. Contudo, em alguns casos objetivando sintetizar os pontos principais, foram suprimidas repetições ou dados irrelevantes para a análise.

Quadro 9 - Categorias de análise

(continua)

CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO	DEFINIÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
I. Implantação da instituição	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituição como segunda opção; 2. Mobilização e influência política; 3. Mobilização da comunidade; 4. Estrutura precária; 5. Doação do parque de exposição; 6. Motivações das lideranças; 7. Conselho Municipal de Implantação. 	<p>Buscar novos dados ou maiores detalhamentos acerca da implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã, que não foram apontados no Referencial Teórico.</p>	<p>a) Entender como se deu o processo de implantação do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã</p>
II. Competências econômicas de Ivaiporã e região	<ol style="list-style-type: none"> 1. Competências econômicas; 2. Escolha dos primeiros cursos; 3. Propósitos iniciais da instituição. 	<p>Conhecer as competências econômicas de Ivaiporã e região e analisar se os primeiros cursos do <i>Campus</i> Ivaiporã estavam alinhados com a realidade local e regional, bem como, se os propósitos iniciais da instituição estão se cumprindo na atualidade.</p>	<p>b) Analisar as competências econômicas de Ivaiporã e região confrontando-as com a proposta inicial de implantação do <i>campus</i>.</p>
III. Consonância do papel da instituição com a aspiração inicial da criação dos IFs	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escolha do município e região; 2. Benefícios com a implantação do <i>campus</i>; 3. Desconhecimento da comunidade. 	<p>Compreender se o papel do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã está condizente com as aspirações iniciais dos IFs, bem como, investigar se a escolha do município para a implantação do <i>campus</i> do IFPR estava alinhada com as finalidades e características dos IFs.</p>	<p>c) Investigar a consonância do papel do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã com a aspiração inicial na criação dos IFs</p>
IV. Importância da instituição na formação de capital humano para o desenvolvimento local e regional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Importância da instituição; 2. Capital humano; 3. Mercado de trabalho; 4. Relação do capital humano e o desenvolvimento local e regional; 5. Desenvolvimento econômico. 	<p>Compreender a importância do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã enquanto formadora de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e região.</p>	<p>d) Identificar a importância do IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã, enquanto instituição especializada em ensino profissional, científico e</p>

(conclusão)

CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO	DEFINIÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
V. Direcionamentos futuros da instituição	1. Perspectivas futuras; 2. Exportação de capital humano; 3. Atuação mais efetiva da instituição; 4. Revisão do Plano Diretor e a instituição; 5. Ausência de planejamento estratégico; 6. Ausência de indicadores estratégicos.	Identificar algumas situações e/ou problemas que o IFPR apresenta, para que, a partir deles, a instituição tenha condições de realizar estratégias para corrigir ou alinhar alguns pontos de sua atuação.	tecnológico na formação de capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento de Ivaiporã e região.

Fonte: A autora (2022)

Para melhor organização da Análise de Conteúdo, as categorias de análise e as unidades de registro serão especificadas e interpretadas nas subseções apresentadas a seguir. Para facilitar a visualização e a compreensão, as unidades de registro estarão destacadas em negrito.

4.2.2.1 Categoria I: implantação da instituição

Apesar da história do IFPR *Campus* Ivaiporã já ter sido explorada anteriormente na subseção 2.3.2, esta categoria visa acrescentar novos ou maiores dados acerca do processo de implantação da instituição. Para isso, na Categoria I foram agrupadas as seguintes unidades de registro: **instituição como segunda opção; mobilização e influência política; mobilização da comunidade; estrutura precária; doação do parque de exposição; motivações das lideranças e Conselho Municipal de Implantação.**

Logo, denota-se na fala do responsável técnico pelo projeto de implantação do IFPR que a implantação da instituição era considerada segunda opção. A primeira opção era a implantação de um *campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o que acabou ocorrendo em 2010, posteriormente a implantação do IFPR.

Eu era coordenador de projetos da prefeitura, eu corri atrás pra tentar trazer o Instituto Federal [...], nós tava na luta pra trazer a Universidade de Maringá e, uma certa altura, porque pra trazer o *campus* da Universidade de Maringá pra cá tava bem complicado e, aí o Pessuti [...] chamou eu para uma reunião na sala dele e falou [...], “olha vamos entra na luta pra trazer o Instituto Federal, se não der certo a UEM, o Instituto Federal é uma segunda opção” (ENTREVISTADO A⁴, 2021).

Observa-se em um fragmento da entrevista com o primeiro diretor geral do IFPR *Campus* Ivaiporã, uma situação ocorrida anos após a implantação do *campus*, a qual evidenciava que a comunidade ainda “considerava” a **instituição como segunda opção.**

Nós chegamos a fazer uma audiência pública num determinado momento, acho que foi [...] em 2015, 16, [...], foi muito curioso porque o pessoal da cidade trouxe pra nós um abaixo-assinado pedindo o curso de Agronomia, mas o cabeçalho tava riscado e por baixo do riscado dava pra você vê que eles tinham feito pra UEM. [...]. Só que daí

⁴ Entrevista concedida à autora, em 10 de dezembro de 2021.

como a UEM falou que não dava, eles riscaram o cabeçalho e colocaram IFPR no lugar (ENTREVISTADO C⁵, 2021).

É importante uma melhor compreensão dos motivos que levaram Ivaiporã ser contemplada com um *campus* do IFPR. Assim, cabe apresentar um fragmento da fala do ex-prefeito de Ivaiporã (gestão 2009-2012), que afirma que a implantação de uma instituição de ensino superior e pública foi utilizada durante algum tempo como bandeira política no município. “[...] se sonhava com uma instituição pública de ensino em Ivaiporã, muito, durante muito tempo se sonhou, se utilizou isso como, né? bandeira política [...]” (ENTREVISTADO B⁶, 2021).

O ex-prefeito detalhou ainda em 2 fragmentos da sua fala como foi idealizado a implantação do IFPR, primeiramente houve a **mobilização e influência política**, posteriormente foi analisado se Ivaiporã atendia os critérios para ser contemplado com a instituição. Assim, fica evidente que Ivaiporã naquele momento possuía importante representação política com interesses na instalação da instituição no município, o que contribuiu significativamente para a aprovação do projeto de implantação.

[...] em 2006 eu fui candidato a deputado estadual, eu tinha uma dobrada com o André Vargas [...] candidato a deputado federal naquela eleição. [...] Então, em 2006 nós fomos no Jornal [...] pra dar uma entrevista e falar das candidaturas do André Vargas a federal e a minha estadual, e o [...] ex-prefeito proprietário do jornal sempre foi meu adversário político, né? Mas ele faz uma pergunta capciosa pro André Vargas, [...] tentando desmerecer [...] porque o André Vargas até então era deputado estadual e ia pra federal, e também naquela eleição de 2006, o Pessutti, grande liderança local era candidato à reeleição como governador, [...]. Então, o Pessutti assumiria o governo e garantiria a maior bandeira que Ivaiporã sonhou até então, que era uma universidade, uma extensão de uma universidade estadual. Então, [...] fez o questionamento [...] “ah, mas o senhor vai ser candidato a deputado federal, né? E a grande bandeira pra Ivaiporã é uma extensão da UEM, né? Que que o senhor vai poder fazer por isso?” aí o André Vargas disse: “Não, mas nós vamos trazer pra cá uma instituição de ensino federal”, pra mim foi uma surpresa no meio da entrevista. Ao sairmos [...] eu repreendi o André: “[...] O povo de Ivaiporã sempre foi enganado com esse negócio de extensão de universidade, extensão da UEL, agora extensão da UEM, e agora você vem falar de instituição federal?” Ele disse “[...] nós vamos trazer uma instituição federal pra cá, de ensino”. E eu não tava sabendo, mas na semana seguinte na propaganda do Lula à reeleição 2006, começou a falar dos IFETs, dos Institutos Federais e Tecnológicos etc. e aí então em captei a coisa [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

[...] Ivaiporã tinha no momento uma importante representação política, não era só eu que era o prefeito de Ivaiporã, imagina, mas a gente tinha o vice-governador, né? é e a gente tinha vários deputados federais que atendiam Ivaiporã, né? é o caso do Alex Canziani, do Moacir Micheletto, do André Vargas [...], eu acho que isso foi importante (ENTREVISTADO B, 2021).

Nas falas de outros entrevistados nota-se também a “força” da **mobilização e influência política** na implantação da instituição, com ênfase no governo petista. “[...] a implantação dos *campi*, as localidades tem sido um viés muito político [...], ainda bem que a gente tinha um

⁵ Entrevista concedida à autora, em 14 de dezembro de 2021.

⁶ Entrevista concedida à autora, em 14 de dezembro de 2021.

prefeito na época que tava mais próximo, né? ao governo da época [...]” (ENTREVISTADO D,⁷ 2022). “[...] foi uma movimentação política, na época o município aqui era governado pelo PT, né? E por uma movimentação política então do prefeito, né? E de alguns deputados, [...]. Então, essa movimentação política garantiu que houvesse espaço pra trazer o Instituto Federal [...]” (ENTREVISTADO C, 2021).

Acreditando na importância e no que representava a implantação de uma instituição de ensino superior e gratuita para Ivaiporã e região, cabe ressaltar a **mobilização da comunidade** para que a implantação se concretizasse. “Foi um trabalho bem bonito [...], o pessoal todo mundo ajudando, parceiros [...], a gente não tinha carteira pra dar aula, porque a gente tava usando a Escola Ivaiporã, e as carteiras eram de criança, foi comprado, o Rotary doou as carteiras [...]” (ENTREVISTADO A, 2021). “[...] a mobilização da comunidade, né? também foi importante porque deu credibilidade, [...], o simples fato de a comunidade ter se envolvido lá atrás deu um pouco de credibilidade [...]” (ENTREVISTADO B, 2021).

O *Campus* Ivaiporã ao iniciar suas atividades não possuía, ainda, infraestrutura própria e adequada, contava com uma **estrutura precária**, o que impactava nas atividades dos servidores e na qualidade do ensino ofertado, como ficou realçado em alguns fragmentos das falas dos entrevistados.

[O IFPR] funcionou daí na FATEC, eu levei pra lá uma parte [...] o administrativo ficou na minha sala [na controladoria], tinha umas salinhas lá daí coloquei eles lá, o pessoal ficou um ano [...]. Uma mobilização social. [...]. Uma luta, né? teve percalços, não foi facinho [...]. Quando mudou pra lá, antes de sair as salas lá [na estrutura própria], os alunos sofreram lá bastante [...] (ENTREVISTADO A, 2021).

[...] a proposta foi utilizar o espaço da Escola Ivaiporã no contraturno, como a Escola Ivaiporã era diurna, no noturno a gente poderia fazer os cursos lá [...] e o administrativo funcionava na controladoria do município, [...], mas ali era uma beleza, né? quando no verão chegava a bater em 47, 48 graus lá (ENTREVISTADO C, 2021).

[...] dou os parabéns pra primeira turma, que a primeira turma foi muito importante, [...], tinha uns que desanimavam “Ah, aqui não dá não”, nós não tinha sala de aula, nós começou com a sala de aula lá no Colégio Ivaiporã, no Colégio Raul, né? ficou lá acho que um mês, dois mês e os piá, né? tudo animado e aí chegava lá não tinha professor, [...], “agora já não tem mais sala de aula, agora já mandaram nós pra outro colégio, mandaram lá pro Colégio Ivaiporã [...]” (ENTREVISTADO F⁸, 2022).

Em 2009 foi realizada a **doação do parque de exposição** de Ivaiporã para a implantação do IFPR. Contudo, somente em 2013 a instituição passou efetivamente a ocupar o espaço, já que antes não havia a infraestrutura necessária para as atividades administrativas e de ensino. Com a doação do espaço, houve grandes conflitos com a comunidade, pois muitos não concordavam e se sentiam afetados com a decisão. Dessa forma, observa-se na fala do ex-

⁷ Entrevista concedida à autora, em 5 de janeiro de 2022.

⁸ Entrevista concedida à autora, em 25 de janeiro de 2022.

-prefeito o dilema vivenciado com a doação do parque de exposição. Na sequência, o primeiro diretor geral do *campus* destaca a resistência que a instituição enfrentou ao se instalar no espaço.

[...] enfrentei um dilema, né? com um setor da sociedade ivaiporãense que era contra a doação do parque de exposições, [...] aquele era patrimônio público, mas ficava ocioso, quando chegava a hora de você fazer Expovale⁹, putz tinha um gasto de é de reforma mesmo, de limpeza. [...], era dispendioso demais pro município manter aquela estrutura [...]. Então, quais foram os argumentos que eu utilizei? “Oh, é não tá deixando de ser patrimônio público, só tá mudando do patrimônio público municipal pro patrimônio público federal, o cidadão é um só [...]”, nós vivemos numa república federativa, então os entes da federação têm que conjugar esforços pra atender o cidadão, e o melhor uso que podia se dar pra aquilo é imagino uma instituição de ensino [...]” (ENTREVISTADO B, 2021).

[...] tinha um CTG que funcionava lá dentro [...], o pessoal ligado ao pessoal do CTG eles tavam acostumados a ir lá dar os passeios de cavalo deles, né? levar as caminhonetes pra lavar no final de semana [...]. Era um espaço que era o espaço deles, e aí de repente o prefeito vai e doa o espaço deles para o Instituto Federal do Paraná, [...] na época falava assim o IFET, doa esse espaço pro tal do IFET “quem que é esse IFET? que vem aqui e toma nosso parque de exposições, toma o espaço do CTG, entendeu? Fecha o parque de exposição que é a única diversão que tem nessa cidade”. Então, assim, metade da cidade [...] não sabia quem a gente era e a outra metade odiava a gente, né? e alguns sabia qual que era a proposta do IFET (ENTREVISTADO C, 2021).

Dentre as **motivações das lideranças** para lutar pela implantação e/ou o desenvolvimento da instituição, identifica-se que os entrevistados possuíam o desejo de mudança no acesso à educação, assim como, o desenvolvimento de Ivaiporã e região. “[...] Quando eu era mais jovem [...], eu ficava assim triste na época porque pra estudar aqui você tinha que ir embora, ou tinha que sair de Ivaiporã ou mandar seus filhos [...]. Então, isso aí foi uma das coisas que a gente engajou na campanha [...]” (ENTREVISTADO E¹⁰, 2022).

[...] tínhamos uma dificuldade em capital social, uma dificuldade em capital humano, um desprezo pela natureza, dificuldade de capital empresarial e a gente foi trabalhando [...]. A luta de trazer o Instituto Federal foi pra fechar essa lacuna [...], pra gente poder ter aqui o maior número de capital humano [...] (ENTREVISTADO A, 2021).

[...] tem muitas crianças que não pode estudar fora, então nós temos que ter um curso do Instituto Federal. Nossa quando nós falava que Ivaiporã ia ter Instituto Federal os cara “nossa, não acredito que Ivaiporã vai ganhar instituto”, né? porque era só nos grandes centros que tinha (ENTREVISTADO F, 2022).

[...] o que me motiva é poder servir a população, sabe? poder principalmente assim com os mais simples, aqueles que são mais necessitados que as vezes tão lá e precisam da nossa atenção, né? e a gente pode fazer um bom trabalho pra eles, como também pode fazer um bom trabalho pra aqueles que são bem desenvolvidos ou tem, né? até um capital melhor intelectual, financeiro, mas que eles também possam buscar os objetivos [...] (ENTREVISTADO D, 2022).

Neste ponto, ressalta-se o trabalho do **Conselho Municipal de Implantação** do IFPR, que buscou recursos com a comunidade e participou do processo de doação do parque de exposição. Nesse sentido, o primeiro diretor geral do *campus* enalteceu o trabalho do conselho.

⁹ Feira Agropecuária e Industrial do Vale do Ivaí.

¹⁰ Entrevista concedida à autora, em 20 de janeiro de 2022.

“[...] o trabalho do Silvestre lá, do Formigão, é do pessoal que tava envolvido ali sempre com eles, né? esse suporte deles foi fundamental [...]” (ENTREVISTADO C, 2021).

[...] essa comissão de implantação [...] que se mobilizou quando foi feita a proposta do IF, e essa comissão conseguiu então carteiras, conseguiu computadores, fizeram uma doação significativa, né? pro *campus*, pra iniciar as atividades e a doação do espaço lá da do parque de exposições [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

De forma complementar, o presidente do conselho relatou como foi criado o grupo de trabalho e como se tornou o seu presidente. Outro membro do conselho evidenciou a importância do trabalho do grupo para a implantação do *campus*, e observou que o grupo procurava não se envolver com política, o que acabou dando maior credibilidade as ações realizadas pelo conselho.

[...] a gente [...] trabalhou junto porque eu [...] fazia parte da Associação Comercial, e a gente sempre tava metido em alguma coisa [...], fizeram uma [...] audiência pública, né? na Câmara, eu fui lá. Aquele dia tava muito cheio, veio o reitor [...]. Daí já marcaram uma reunião para o meio da semana, e nessa reunião foi [...] a gente aí, que nós temos aí um grupo que é composto aí de gente que sempre trabalhava junto aí, fomos lá e daí chegamos lá “não, tem que [...] formar aqui uma diretoria, uma diretoria do poder público e [...] outra de privado”. [...], daí o povo olhou e falou assim “não, você vai ser presidente”. Falei “eu?” “você vai ser presidente!” “Bom, se vocês tão falando, eu vou, né?” [...] (ENTREVISTADO E, 2022).

[...] a nossa [...] comissão foi importantíssima, né? porque nós fomos lá em 5, 6 e eu acho que quando chegava em 6, os comerciantes, os empresários que tinha aí eles botaram confiança em nós. Nós não misturamos com a política, né? [...]. “Não, aqui é separado da política” e eu acho que foi muito interessante [...] (ENTREVISTADO F, 2022).

A partir do exposto na Categoria I, conclui-se que a implantação do IFPR em Ivaiporã só foi possível devido ao momento político que o município, o estado e o país estavam vivenciando naquela época, o que contribuiu para a escolha do município, bem como, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) estava em expansão, e a aspiração de Ivaiporã por uma instituição de ensino coincidiu com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no final de 2008. Após a mobilização política para implantar o IFPR em Ivaiporã, a instituição só se tornou realidade devido aos esforços do Conselho Municipal de Implantação, que fez um trabalho de mobilização e articulação na comunidade, conseguindo arrecadar recursos e a doação do parque de exposição. Infere-se que os dados alcançados por meio das entrevistas são de suma importância para melhor compreensão do processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã. Denota, até mesmo, a resistência que alguns setores da sociedade demonstraram por não ter conhecimento do que se tratava a instituição federal que seria instalada no município. Em que pese o esforço dos pioneiros, do Conselho Municipal de Implantação e a realização das audiências públicas, nota-se que a implantação do IFPR em Ivaiporã deveria ter sido mais divulgada e debatida com a sociedade, o que contribuiria para a diminuição das resistências.

4.2.2.2 Categoria II: competências econômicas de Ivaiporã e região

Esta categoria visa compreender as competências econômicas de Ivaiporã e região, isto é, as atividades que geram desenvolvimento econômico, e confrontá-las com a proposta de implantação do IFPR. Nesta categoria foram agrupadas as seguintes unidades de registro: **competências econômicas; escolha dos primeiros cursos; e propósitos iniciais da instituição.**

No que tange às **competências econômicas** de Ivaiporã, nas falas dos entrevistados identifica-se principalmente o papel econômico da agricultura. Além de identificar o município como polo regional, com ênfase no comércio em geral e na prestação de serviços, especialmente na área da saúde e da educação. “[...] o forte nosso sempre foi a agricultura, né? sempre foi a agricultura [...]” (ENTREVISTADO F, 2022). “[...] a primeira é agronegócio, segundo eu acho que é prestação de serviço [...], a terceira é educacional [...]” (ENTREVISTADO E, 2022). “[...] a agricultura, [...] comércio, prestação de serviço, né? é forte, é muito forte [...] porque o comércio vem muita gente da região toda pra cá. [...], como Ivaiporã é uma cidade polo as pessoas vêm e utilizam do nosso comércio e das nossas prestações de serviço” (ENTREVISTADO G¹¹, 2022).

[...] primeiro, agricultura, [...], segundo, nós somos uma cidade administrativa, [...] um movimento grande de pessoas aí da região que vem aqui fazer compras no comércio [...]. E tem essa vocação na cidade pra saúde, vou colocar um terceiro ponto, porque você tem bons hospitais aqui, e vem muitas pessoas se tratar aqui em Ivaiporã, hospitais, clínicas, regionais (ENTREVISTADO A, 2021).

Ainda em relação às competências econômicas, o primeiro diretor geral do *campus* e o diretor geral atual além de destacar as competências, também ponderaram se o IFPR *Campus* Ivaiporã está alinhado com estas competências. “Eu penso o setor primário fortíssimo [...] bem alinhado com o que a gente tem hoje, comércio e serviços muito fortes também” (ENTREVISTADO D, 2022).

[...] a agricultura responde pela maior parte. [...]. E nós temos aí o setor de serviços que é muito forte, até porque somos um polo regional, né? Então, e a gente concentra aqui os serviços públicos estaduais, né? muitos federais, [...], no município além da agricultura, serviços é muito forte, é nós estamos em parte alinhados, [...] embora de forma precária com a questão dos serviços [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

Neste ponto, observa-se que apesar de ter sido ressaltado nas entrevistas a predominância da agricultura, e citado no referencial teórico (subseção 2.3.2) que a implantação do IFPR tinha como principal objetivo fortalecer o eixo agrícola em Ivaiporã e região, a escolha

¹¹ Entrevista concedida à autora, em 2 de fevereiro de 2022.

do primeiro curso da instituição em ensino a distância (EaD) “Tecnologia em Gestão Pública” não apresentava relação direta com a agricultura. Assim, evidencia-se que nas falas do responsável técnico pela implantação e do ex-prefeito não houve consenso sobre a escolha do curso, pois para o primeiro era considerada uma necessidade e para o segundo representava um desafio dado pelo reitor do IFPR. “[...] naquela época a gente expôs ao pessoal [...] se eles poderiam disponibilizar um curso de gestão pública, [...]. Nós tínhamos muitos servidores que estavam sem formação, eles tinham até o segundo grau, daí formou uma turma. [...], uma demanda do município” (ENTREVISTADO A, 2021).

[...] na primeira visita que nós fizemos ao professor [nome ocultado] [...] ele falou o seguinte “você tá interessado mesmo, prefeito?” eu disse “tô”. “Então nós já vamos começa lá agora, vamos começa lá com [...] um curso de nível superior pra gestão pública, um curso que vai interessar aos próprios servidores da prefeitura é enfim”. Eu disse “não, o senhor não está entendendo, professor, a gente quer um *campus*, a gente quer uma estrutura física, a gente não quer curso a distância”. E aí ele disse “não, mas uma coisa por vez, você quer ou não quer, prefeito?” meio que me desafiando [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

No que se refere aos primeiros cursos presenciais da instituição, em 2010 o *campus* iniciou com “Agroecologia e Eletrotécnica”. Logo, nas entrevistas buscou-se compreender os motivos da **escolha dos primeiros cursos** e se eles estavam alinhados à realidade local e regional. Nota-se nas falas do presidente e do membro do Conselho Municipal de Implantação que a escolha dos cursos considerou as características regionais. Consta-se que ambos concordaram com a escolha de Agroecologia e demonstraram certa hesitação quanto à Eletrotécnica. “[...] Agroecologia sim, né? por ser é pela região [...] Eletrotécnica é porque também era um curso novo, não tinha na região, sabe? E daí falava-se, usava-se muito ‘não porque aqui nós temos, por exemplo, Furnas e Eletrosul’, [...] foi mais ou menos assim a argumentação [...]” (ENTREVISTADO E, 2022). “[...] Foi analisando pela região [...] entrou Eletrotécnica por causa de Furnas [...] não sei o porquê, [...] na época quando falava Eletrotécnica combinava com o pessoal de Furnas [...], e depois na [...] outra parte da Agroecologia porque aqui é agrícola [...]” (ENTREVISTADO F, 2022).

Nesse sentido, o primeiro diretor geral apresentou uma informação importante que pode ter contribuído para a escolha do curso de Agroecologia.

[...] havia necessidade de justificar o projeto “por que estamos trazendo pra Ivaiporã?” Bom, olha [...] como foi a história “ah, não, mais em Ivaiporã tem Furnas, [...] e Furnas é concentra aqui a maior parte da energia elétrica que é distribuída no país [...] obviamente Técnico em Eletrotécnica”, pronto tá justificado o curso. “Que outro curso nós vamos trazer pra Ivaiporã? [...]”. “Bom, mas aqui na nossa região é região agrícola, então não tem jeito de abrir Agronomia aqui [...], ah, Técnico em Agropecuária?” “Não, Técnico em Agropecuária não!”. E aí tem outro fator histórico [...] nós viemos a partir da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, não é isso? É, esse pessoal que vem da base da Escola Técnica eles tinham uma relação próxima dos movimentos sociais, principalmente do MST, e eles tinham desenvolvido

recentemente o curso de Agroecologia, então “ah, então não pode ser Agroecologia?” “ah, pode ser Agroecologia, então, é agro, [...], é Agroecologia” (ENTREVISTADO C, 2021).

No que diz respeito ao alinhamento dos primeiros cursos do IFPR com as competências econômicas de Ivaiporã e região, na visão do primeiro diretor geral a instituição não está desalinhada com as competências econômicas locais e regionais, já que a concepção da instituição permite o alinhamento a realidade local. No entanto, é necessária uma revisão periódica do processo de alinhamento.

[...] a concepção do Instituto Federal enquanto Instituto Superior de Ciência, Educação e Tecnologia [...] permite um alinhamento as realidades locais. [...]. Então, do meu ponto de vista não está desalinhado, embora todo tipo de processo desse ele deve passar por uma revisão periódica, né? É a missão, a visão, os valores devem passar por uma revisão periódica, eu acho que já era hora (ENTREVISTADO C, 2021).

Assim, identifica-se na fala do prefeito interino de Ivaiporã que a escolha do Curso Técnico em Agroecologia estava alinhada com a realidade de Ivaiporã. No entanto, na mesma fala observa-se que a escolha de Eletrotécnica não estava condizente com a realidade local.

[...] Agroecologia a ideia foi perfeita, [...], a questão de Eletrotécnica nós temos que analisar, [...] Eletrotécnica propriamente dita é o pensamento foi legal, eles imaginam “ah, nós temos Eletrosul, nós temos tal”, utilizaram isso como *now how* pra abertura, mais pra você utilizar o Técnico em Eletrotécnica você precisa ter uma potencialidade maior industrial, você precisa [...] entrar no setor de produção de máquinas, que [...], ainda não é um potencial nosso, é um potencial que a gente precisa desenvolver [...]. Se a ideia central [do Curso de Eletrotécnica] for a manutenção dessas pessoas na própria região em que elas se formam, aí nós temos um erro grave, se fomos pensar na estrutura que daí você teria pra fazer estágio [...], você tem aonde o cara se capacitar, aí é totalmente diferente (ENTREVISTADO G, 2022).

Em relação aos **propósitos iniciais da instituição**, o presidente e o membro do Conselho Municipal de Implantação destacaram em suas falas que suas expectativas iniciais eram de que, na atualidade, o *Campus* Ivaiporã apresentasse uma maior estrutura e maior número de discentes. “Eu achei que ela ia acontecer, [...] eu achei que ela ia ser maior [...]” (ENTREVISTADO E, 2022). “[...] na visão nossa é que em 5 anos parece que iria passar de 1.000 alunos, né? e parece que não [...]” (ENTREVISTADO F, 2022).

Na visão do responsável técnico pelo projeto de implantação, os propósitos iniciais da instituição estão se concretizando. “[...] eu acho que o propósito do IFPR tem se cumprido [...]” (ENTREVISTADO A, 2021). Nesse sentido, o prefeito interino de Ivaiporã enalteceu o trabalho desenvolvido pela instituição e acrescentou que o IFPR está atingindo boa parte dos propósitos iniciais.

[...] a instituição tá conseguindo [...] atingir uma boa parte dos objetivos iniciais, [...], são 10 anos de trabalho, de construção, né? de [...] uma luta de diversas pessoas, diversos reitores que passaram, de parcerias [...] com pessoas, com empresas, com órgãos públicos pra conseguir atingir o objetivo [...] (ENTREVISTADO G, 2022).

A partir das evidências apresentadas na Categoria II e na caracterização dos municípios pesquisados (seção 2.4), não há dúvidas sobre o papel indispensável da agricultura na economia de Ivaiporã e municípios do seu entorno. Destaca-se a importância de Ivaiporã como polo regional no comércio em geral e na prestação de serviços, principalmente nos setores da saúde e educação. Quanto à escolha dos primeiros cursos da instituição, nota-se que a escolha de Agroecologia não foi contestada pelos entrevistados e estava fortemente alinhada à agricultura. No entanto, no caso de Eletrotécnica, apesar da importância do curso, ele não estava alinhado às necessidades e às competências econômicas do município e região. No que se refere aos propósitos iniciais da instituição, percebe-se que as expectativas da implantação do *campus* eram grandes, tanto em estrutura como em número de discentes. Neste ponto, cabe uma reflexão acerca desses propósitos, já que muitos fatores internos e externos, os quais a instituição não tem controle, podem interferir na concretização dos objetivos, como mudança de governo; foco em políticas voltadas à educação em geral e especificamente à Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT); crises econômicas recorrentes; necessidade de contratação de mais servidores; e cortes nos recursos orçamentários.

4.2.2.3 Categoria III: consonância do papel da instituição com a aspiração inicial da criação dos IFs

Esta categoria visa compreender se o papel do IFPR *Campus* Ivaiporã está de acordo com as aspirações iniciais do Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), bem como, investigar se a escolha de Ivaiporã para a implantação do *campus* do IFPR estava alinhada com as finalidades e características dos IFs. Para melhor organização, nesta categoria foram agrupadas as seguintes unidades de registro: **escolha do município e região; benefícios com a implantação do *campus*; e desconhecimento da comunidade.**

Neste ponto, é importante recapitular que no referencial teórico, na subseção 2.1.2, foi realizado o resgate histórico sobre a evolução da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), na subseção 2.1.3 foi discutida a relação da EPCT e o desenvolvimento local e regional, e na seção 2.2 foi fundamentada a criação dos IFs. Assim, nota-se que a EPCT, historicamente, está ligada ao setor produtivo e a formação tecnicista para o trabalho, e que os IFs nasceram para dar maior visibilidade e disseminar a EPCT por todo território brasileiro, inclusive no interior do país, além de contribuir para o desenvolvimento nacional. Logo, nas finalidades e características elencadas na Lei de criação dos IFs (Lei n. 11.892/2008) observa-

se o desejo de fortalecer os arranjos produtivos locais (APLs) e de impulsionar o desenvolvimento nos municípios e regiões contempladas com os IFs.

Nesse sentido, na busca pela compreensão da **escolha do município e região** para a implantação do *campus*, procurou-se conhecer os fatores que contribuíram para esta escolha. Desse modo, denota-se na fala do primeiro diretor geral que a instituição foi implantada em um município que não possuía o setor industrial fortalecido, ao contrário, o foco local e regional era a agricultura. Evidencia-se ainda a intervenção política na implantação do *campus*.

[...] os Institutos Federais buscando alinhar os arranjos produtivos, né? toda uma organização de formação técnica, tecnológica em nível médio, superior, qualificação profissional, formação inicial e continuada [...] alinhado com uma política de formação e qualificação pro desenvolvimento da indústria, especialmente, né? dos arranjos produtivos, criar essas condições justamente ter capital humano pra garantir um saldo tecnológico que o Brasil estava atrasado [...] e garantir que houvesse capital humano pra atender esse projeto de desenvolvimento. [...], aí as forças políticas trazem esse projeto para um município e para uma região, cuja principal atividade econômica é agricultura e serviços, e a indústria é incipiente (ENTREVISTADO C, 2021).

O ex-prefeito de Ivaiporã também citou a intervenção política, além de realçar o prejuízo causado pela intervenção no processo de escolha dos municípios contemplados com um *campus* da instituição.

[...] havia [...] uma disputa política para ver quem ia levar para cá ou para lá. [...] essa disputa política [...] estragou um pouco o projeto, [...] porque talvez se não tivesse essa interferência política se pudesse se fazer a coisa de uma forma melhor planejada, outros polos regionais como Ivaiporã poderiam ter garantido também os seus institutos [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

Na fala do diretor geral, destaca-se a importância da implantação da instituição em Ivaiporã, acrescentando que o IFPR faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e que a instituição oferta a EPCT em uma vertente diferenciada. Contudo, percebe-se inicialmente certa hesitação pela escolha de Ivaiporã, em seguida o diretor justifica seu posicionamento, ponderando que o município se desenvolveu após a implantação da instituição, e passou a apresentar melhores perspectivas futuras.

[...] olhando hoje [...] o processo que vem passando Ivaiporã e as perspectivas que Ivaiporã ainda tem, é ainda bem que o Instituto tá aqui, porque é um lugar que precisa, e é um lugar que merece, [...], talvez, se a gente conversasse sobre isso há uns 10 anos atrás, “Ivaiporã e tal”, mais Ivaiporã foi mudando muito, tá melhorando muito, e tem perspectivas muito boas. [...], em Ivaiporã eu acho que pela importância que tem no centro do Estado como polo regional [...] Ivaiporã precisava mesmo de uma instituição igual a nossa. Então [...] nesse contexto, né? de pode trazer essa perspectiva diferenciada, principalmente educação profissionalizante, né? e também da [...] vertente educação federal que a gente tem, é diferente, [...], e além de todo esse ganho econômico e social que a gente sabe que o Instituto Federal consegue trazer aqui para Ivaiporã e região (ENTREVISTADO D, 2022).

É importante conhecer os **benefícios** que a implantação do *campus* trouxe para Ivaiporã e região. Logo, nota-se nas falas dos entrevistados, benefícios como acesso à educação superior gratuita; acesso a EPCT; formação do capital humano; e capacitação para o mercado de

trabalho. “[...] trago sempre como benefício maior essa abertura pra educação do Ensino Superior, [...] o que agregou acima de tudo é oferecer a educação num nível de excelência, capacitar as pessoas pro mercado de trabalho” (ENTREVISTADO G, 2022). “[...] o benefício aí é formação, né? do jovem [...]” (ENTREVISTADO F, 2022).

Por conseguinte, o diretor geral do *campus* acrescenta como benefício a verticalização do ensino, como algo exclusivo da RFEPCT. “[...] trouxe o ensino profissionalizante [...] na sua essência [...]. A gente traz a possibilidade também dessa verticalização numa única instituição que é uma coisa que não temos aqui, não temos na região, né? algo muito próprio da Rede Federal [...]” (ENTREVISTADO D, 2022).

Conforme ficou patente nas entrevistas, apesar do IFPR ter sido implantado em Ivaiporã em 2009, ou seja, em atuação há mais de 10 anos no município e região, além das aspirações iniciais da instituição, dos benefícios que ela oferece na formação do capital humano e dos resultados alcançados pela instituição, ainda hoje o trabalho desenvolvido pelo IFPR *Campus* Ivaiporã continua sendo **desconhecido pela comunidade**. Nesse sentido, observa-se na fala do responsável técnico pelo projeto de implantação que “[...] é um trabalho silencioso, infelizmente não é enxergado isso, né? as pessoas não têm uma visão sistêmica de enxergar [...]” (ENTREVISTADO A, 2021).

Complementando, na visão do prefeito interino de Ivaiporã, diferente do que ocorre em Ivaiporã e região, em outras localidades há maior reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo IFPR e do capital humano formado pela instituição. Um fator positivo apresentado pelo prefeito é que a comunidade está começando a perceber a importância da instituição.

[...], as pessoas [...] não têm a mínima noção do Instituto Federal hoje, deles saberem o que que é você ter uma formação no Instituto Federal, se você sair daqui com um diploma e falar que você é formado no Instituto Federal se for pra qualquer outro estado do Brasil, “[...] você estudou numa instituição federal e tal, [...]”. [...]. Então, eu acho um pouco mais [...] das pessoas conhecerem, mas isso já vem melhorando muito, [...], já melhorou muito eu acho que nos últimos 3, 4, 5 anos aí, eu acho que melhorou muito, as pessoas começaram a conhecer [...] (ENTREVISTADO G, 2022).

Como meio de aproximar a instituição da comunidade, o presidente do Conselho Municipal de Implantação acrescentou que a instituição poderia ser mais aproveitada pela comunidade. “[...] ela podia ser mais utilizada pela comunidade, não só pela comunidade que que é cliente dela, mas a comunidade fora [...]” (ENTREVISTADO E, 2022).

Nesse sentido, observa-se na fala do diretor geral do *campus* que instituição poderia investir mais no relacionamento com a comunidade, se aproximando de outras instituições públicas locais e regionais. O diretor também ressalta a dificuldade de dar visibilidade e divulgar as ações da instituição.

[...] o Instituto Federal do Paraná [...] tem que [...] ter posição de destaque sim na comunidade, eu acho que isso a gente tem um pouco de dificuldade talvez de transcrever, né? talvez a comunicação, o *marketing* disso. [...] a gente precisa cada vez mais aproximar com os órgãos e autarquias públicas também, lá no início a gente conseguia fazer um pouquinho mais disso, e ultimamente tem ficado difícil, a pandemia atrapalhou mais ainda, mas é uma coisa que a gente tem tentado correr atrás [...] (ENTREVISTADO D, 2022).

Na visão do membro do Conselho Municipal de Implantação, o IFPR poderia melhorar sua visibilidade na comunidade, apresentando para as pessoas o que a instituição tem para oferecer. “[...] depois da pandemia tinha que fazer um trabalho assim mais focado assim pra trazer as pessoas pra conhecerem o Instituto Federal [...], tem uma estrutura e muitas [...] pessoas não conhecem [...]” (ENTREVISTADO F, 2022).

A partir do exposto, nota-se que o IFPR *Campus* Ivaiporã, ao contrário do que se espera dos IFs, foi implantado em um município que não possuía um setor industrial fortalecido. O setor industrial era incipiente e muito pouco se falava em arranjos produtivos locais (APLs). Isso indica que na implantação do *campus* não houve um planejamento inicial focado nas vocações, potencialidades e especificidades de Ivaiporã e região, como está previsto na proposta básica de implantação dos IFs. Logo, fica explícita a intervenção política direta na implantação da instituição. Porém, apesar dessa intervenção, a implantação do IFPR em Ivaiporã contribuiu para o desenvolvimento do município, possibilitando que tenha melhores perspectivas futuras. Não há o que se discutir sobre os benefícios da implantação para Ivaiporã e região, considerando que não há sentido na existência de uma instituição de ensino se não proporcionar benefícios para a sociedade onde está inserida. É importante ressaltar que a instituição após mais de 10 anos de atuação em Ivaiporã ainda é desconhecida pela comunidade, e talvez um dos motivos seja a sua localização distante da região central do município, que dificulta o acesso e a sua visibilidade.

4.2.2.4 Categoria IV: importância da instituição na formação de capital humano para o desenvolvimento local e regional

Esta categoria visa compreender a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã enquanto formadora de capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento de Ivaiporã e região. Assim, na Categoria IV foram agrupadas as seguintes unidades de registro: **importância da instituição; capital humano; mercado de trabalho; relação do capital humano e o desenvolvimento local e regional; e desenvolvimento econômico.**

Identifica-se nas falas dos entrevistados a **importância da instituição** para Ivaiporã e região. Assim, na visão do ex-prefeito de Ivaiporã, o *Campus* Ivaiporã impactou indiretamente

a qualidade do ensino de outras instituições do município. “[...] o Instituto Federal certamente já induziu outras instituições de ensino a se reformularem, a se repensarem, [...], há nuances quase imperceptíveis desse impacto do Instituto Federal, mas que pesam [...]” (ENTREVISTADO B, 2021). O ex-prefeito acrescentou ainda a importância da instituição na difusão do conhecimento.

[...] o capital humano ele é determinante na difusão do conhecimento, que o conhecimento é fundamental nesse tempo em que a gente vive [...]. Então, se eu acredito que o conhecimento [...] é um diferencial na vida contemporânea, o Instituto Federal que trabalha com pesquisa, que trabalha com ensino, né? é óbvio que ele tá na vanguarda dessa importância, né? é óbvio que ele é determinante na difusão do conhecimento [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

Desse modo, verifica-se na fala do primeiro diretor geral do *campus* a influência do IFPR nas ações das demais instituições de ensino de Ivaiporã.

[...] depois que o IFPR veio pra cá, o [nome ocultado] mudou totalmente o perfil dos professores que eles contrataram, por que isso? Porque eles tiveram que melhorar a qualidade do ensino deles [...]. Se você olhar as faculdades aqui, as faculdades começaram a correr num projeto diferenciado, por quê? Porque o Instituto Federal e a UEM vieram pra cá [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

Observa-se em 2 fragmentos das falas do prefeito interino de Ivaiporã a importância da formação ofertada pelo IFPR, além da instituição representar uma mudança de paradigma da educação, contribuindo na transformação de Ivaiporã em um polo educacional.

O Instituto Federal é uma instituição importante para Ivaiporã, que veio agregar [...] tanto na questão de formação, questão de capacitação técnica, na contribuição social na formação do cidadão, [...]. Através da educação você muda o paradigma de uma sociedade, você transforma, faz com que as pessoas mudem, a visibilidade aumenta, as pessoas começam a enxergar a vida de uma outra forma (ENTREVISTADO G, 2022).

O Instituto [...] foi [...] uma mudança é de estado, nós tínhamos as instituições privadas e ele veio é somar e agregar, possibilitando aquelas pessoas que não tem condição de pagar ou até mesmo aquelas pessoas que tem condição de pagar e que buscam uma possibilidade de [...] uma educação diferente, [...]. Então, [...] agregou muito, veio somar, veio fortalecer. Hoje Ivaiporã [...] é um polo educacional, e o Instituto Federal é uma das grandes mudanças de paradigmas que nós tivemos para que a gente se transformasse [...] nesse polo educacional (ENTREVISTADO G, 2022).

Na visão do diretor geral, o IFPR possui um enfoque diferenciado, que visa preencher uma lacuna da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) no município e região.

[...] penso que a importância é poder ofertar uma educação pública gratuita e com uma qualidade, né? uma boa qualidade, [...] com enfoque muito diferente do que qualquer outra escola, seja da rede pública ou particular [...]. Então, o enfoque é muito diferente, porque a maior parte das nossas matrículas é ensino profissionalizante, então a gente tem algo assim que preenche talvez uma lacuna que antes não tinha, não tava preenchida, [...]. Então, [...] a gente traz essa possibilidade de o estudante fazer algo bem diferente do que ele faria aí, né? em outro lugar (ENTREVISTADO D, 2022).

Em relação ao capital humano, cabe observar que a Teoria do Capital Humano foi discutida anteriormente na subseção 2.1.1. A Teoria do Capital Humano defende que investimentos em capital humano impactam o crescimento econômico. No que tange ao **capital**

humano formado pela instituição, na visão do primeiro diretor geral do *campus*, espera-se que os egressos tenham um perfil transformador, que sejam capazes de promover uma transformação social e política, além de estarem aptos para atuar na economia local e regional.

[...] espero que esse profissional, ele tenha um perfil transformador, né? de transformação social em primeiro lugar, [...] e uma atuação na economia, né? seja na economia formal ou informal, [...] de forma direta ou indireta, e também que ele tenha possibilidade de ser um agente de transformação política, não no termo como eu disse partidário, mas em termo de participação, pela formação que a gente deveria dar pra ele, tá dentro da nossa missão, [...] de ser justamente alguém [...] apto a discutir, a não aceitar as coisas como estão, mas promover mudanças [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

Complementando, infere-se na fala do diretor geral atual, que ele espera que os egressos tenham capacidade contributiva crítica, no sentido de realizarem ações transformadoras na sociedade.

[...] esses estudantes quando eles se formam também podem ter desenvolvido ao longo desse processo, [...] uma capacidade [...] contributiva, né? não é aquela crítica só por crítica, mas uma crítica transformadora [...], eles têm esse potencial, [...], os nossos estudantes eles precisam sim ter essa voz ativa, [...] e participar, né? dos eventos, das questões sociais, né? que tem em nossa comunidade, [...] (ENTREVISTADO D, 2022).

Na visão do responsável técnico pelo projeto de implantação do *campus*, nota-se o orgulho do capital humano ter estudado na instituição e a “marca” IFPR. “O aluno que estudou no Instituto Federal [...] tem um orgulho de ter estudado lá, [...] eles têm orgulho de dizer ‘eu estudei no Instituto Federal’, [...], parece que é uma marca [...]” (ENTREVISTADO A, 2021). Desse modo, o presidente do Conselho Municipal de Implantação destacou os ganhos que a região obteve a partir da formação de capital humano ofertada pelo IFPR. “[...] a região ganhou muito com [...] essa migração de conhecimento, de novas tecnologias [...]” (ENTREVISTADO E, 2022).

No que tange a absorção no **mercado de trabalho** do capital humano formado pelo IFPR, cabe novamente citar que profissionais qualificados tendem a migrar para locais que possuem economia forte, uma vez que esses locais oferecem melhores ganhos financeiros (GILLIES, 2015). Assim, observa-se na fala do prefeito interino de Ivaiporã que o capital humano formado pelo IFPR sai preparado para o mercado de trabalho, contudo, muitas vezes, o município e a região não conseguem absorver esse profissional, fazendo com que muitos procurem melhores oportunidades profissionais em outros locais.

[...] é isso que nós precisamos amadurecer muito e desenvolver muito, é fazer com que essas pessoas que se formam, elas fiquem aqui no mercado de trabalho, elas saem preparadas pro mercado de trabalho, mas, muitas vezes, o mercado de trabalho daqui [...] não tem capacidade de absorção, [...]. Então, o que acontece? Muitas vezes a pessoa tem que ir embora trabalhar [...] pra conseguir desenvolver [...] (ENTREVISTADO G, 2022).

Nesse sentido, infere-se na fala do primeiro diretor geral da instituição, que o capital humano formado pelo IFPR não está sendo empregado na perspectiva “chão de fábrica”, e que a empregabilidade dos egressos é baixa por não haver absorção local e regional.

[...] naturalmente que esse capital humano que tá sendo formado, ele tá sendo aproveitado de outras maneiras, ele tá sendo efetivo, mas não talvez dentro dessa perspectiva de chão de fábrica [...] do emprego e tal. Em termos de empregabilidade se a gente fizesse um indicador de empregabilidade do *campus* a gente ia ficar assustado, [...] a gente tá formando pro sujeito ou ele continuar estudando ou ele trabalhar como autônomo, mas empregabilidade é muito baixa. [...] por que é baixa? Porque a perspectiva nossa é de formação tecnológica e não encontra no setor produtivo arranjos produtivos uma colocação pra esse estudante, saturou, [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

Logo, o diretor geral atual também destacou a baixa empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, enfatizando que a instituição incentiva que os egressos continuem seus estudos no Ensino Superior.

[...] essa questão do ensino profissionalizante, nesse sentido, é qual que é a efetividade? Quantos saem trabalhando na área? pouquíssimos, quase nenhum [...] no Ensino Médio, porque [...] a gente quer que eles também façam Ensino Superior [...], agora, a gente sabe que [...] nem todos terão essa possibilidade de fazer um curso que quer, no lugar que quer [...] (ENTREVISTADO D, 2022).

Quanto a **relação do capital humano e o desenvolvimento local e regional**, nas visões do diretor geral do *campus* e do responsável técnico pelo projeto de implantação, o capital humano formado pelo IFPR pode ser considerado um agente de desenvolvimento. “[...] a gente tem potencial a partir da educação de transformar as pessoas pra que elas possam ser agentes de desenvolvimento local e regional” (ENTREVISTADO D, 2022).

[...] tão formando agentes de desenvolvimento, [...], gente que vai se preocupar com a qualidade de vida do próximo, gente que vai se preocupar com educação dos mais pobres, [...], vai fechando as lacunas que precisam para uma sociedade se desenvolver, [...], vai formando formadores de opiniões, pessoas com capacidade de ajudar na resolução de problemas [...] (ENTREVISTADO A, 2021).

Complementando, o responsável técnico pelo projeto de implantação ainda ponderou sobre a importância do capital humano para o desenvolvimento.

O capital humano é o pilar do desenvolvimento, uma sociedade onde se tem pessoas esclarecidas, pessoas que entendem, que saiba ler, saiba seus direitos, saiba seus deveres, é capacitada [...] pra trabalhar, [...] o desenvolvimento é natural. Por que nós temos atrasos? Nós temos atrasos porque se tem uma grande parcela da sociedade que não tem esse nível de conhecimento ainda, ela ainda tá no passado, ela não teve a mesma oportunidade que tem agora as pessoas que chegaram a terminar os estudos no IF (ENTREVISTADO A, 2021).

Evidencia-se nas falas do prefeito interino de Ivaiporã, que o desenvolvimento local e regional só pode ser alcançado por meio do fortalecimento da educação, e que a educação possibilita a transformação da vida das pessoas e a formação do cidadão. “[...] um bordão que eu utilizo [...] ‘não há transformação sem educação’, para você transformar uma região é só

com educação, senão você não transforma, [...], você pode trazer paliativos, né? mas transformação mesmo você não traz, tem que ter educação forte” (ENTREVISTADO G, 2022).

[...] esse curso técnico você dá a [...] a primeira oportunidade pra uma pessoa que, muitas vezes, não sabia nem o que ela queria da vida dela, muitas vezes, tá a margem da sociedade. Elas entram lá [no IFPR], elas começam a enxergar a vida de uma outra forma, elas começam a ter uma transformação. Então, a primeira transformação que eu vejo é a transformação de capacidade profissional técnica mesmo, [...], mas acima de tudo é formar cidadão [...] (ENTREVISTADO G, 2022).

No que se refere ao capital humano no campo organizacional, na visão do primeiro diretor geral da instituição, o capital humano formado pelo IFPR será absorvido pelas organizações, as quais poderão por meio deste profissional melhorar sua gestão e desempenho, o que impacta indiretamente o desenvolvimento local e regional.

[...] a importância desse capital humano que a gente tá colocando [no mercado], né? é justamente a gente possibilitar que as organizações, sejam elas da sociedade civil, públicas, privadas, que elas possam melhorar o grau de gestão, e o grau de utilização de seus recursos produtivos, né? Porque justamente [...] o resultado e desempenho dessas empresas ou [...] dessas organizações dependem desse capital humano. Então, se nós estamos colocando capital humano que tenham um diferencial de qualidade [...] no mercado, [...], nós estamos dando oportunidade pra que [...] essas organizações também subam o seu nível e cresçam [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

O membro do Conselho Municipal de Implantação lembrou que Ivaiporã e região ficaram fora do Anel de Integração do Estado. Assim, na sua visão só havia 2 maneiras para Ivaiporã se desenvolver, realizando investimentos na educação e na saúde. No caso da educação, o capital humano formado pelo IFPR possibilitou o desenvolvimento educacional.

[...] toda vez que fala em indústria os “caras” falam que aqui é fora do eixo, [...], não tem uma linha de ferro [...] e é verdade, depois quando o Jaime Lerner fez o Anel de Integração daí que nós ficamos fora. Daí quando surgiu [os IFs], eu falei [...] pra Ivaiporã crescer, tem duas coisas, na parte de saúde e na educação. Se investir na educação, a saúde ela vai ir, é o que aconteceu [...] (ENTREVISTADO F, 2022).

Em relação ao desenvolvimento local e regional, nota-se que o responsável técnico pelo projeto de implantação, dividiu o desenvolvimento de Ivaiporã em dois momentos distintos: antes e depois do IFPR.

[...] a gente consegue enxergar [Ivaiporã] em 2 momentos: antes do Instituto Federal, depois do Instituto Federal. Você enxerga o desenvolvimento, a mudança da “cara” da própria cidade [...] porque além de ter a formação desses alunos [...] que vocês formam [...], veio mais os professores [...], que tão aqui dentro ajudando [...] a desenvolver a cidade, e vem e traz o quê? traz capital humano, ajuda a gente a solucionar através de ideias [...] os problemas que a gente encontra [...] (ENTREVISTADO A, 2021).

Nota-se ainda na visão do responsável técnico, a influência dos servidores do IFPR no desenvolvimento local, e o impacto da instituição na qualidade do ensino ofertado pelo município.

A convivência com profissionais que o Instituto Federal disponibiliza, [...] muitos deles me influenciaram no pensamento de desenvolvimento da cidade, [...] dá uma regenerada nas lideranças da cidade, né? pensar diferente. [...] tem até um pensamento político diferente depois da vinda do Instituto Federal, mudou os pensamentos dos

prefeitos [...] na concepção de desenvolvimento do capital humano, todos tem procurado melhorar a educação do [...] Ensino Fundamental [...] (ENTREVISTADO A, 2021).

Acrescentando, percebe-se em 2 fragmentos da fala do primeiro diretor geral, que o IFPR serviu como impulsionador para Ivaiporã conseguir outros investimentos importantes, e que na atualidade há mais demandas por ações da instituição em outros municípios do que em Ivaiporã. Na visão do entrevistado, isso ocorre pelo fato de Ivaiporã possuir comércio e serviços fortes, já os outros municípios para se desenvolverem dependem mais da agricultura, sendo necessário o fomento da agricultura familiar.

[...] a vinda do Instituto Federal [...] serviu como uma alavanca inclusive pro próprio município [...] trazer outros investimentos importantes. [...]. A gente começou a perceber que passou haver um incremento de outros setores públicos vindo pra cá, e eu acredito que o Instituto Federal teve uma certa participação (ENTREVISTADO C, 2021).

[...] a gente tem conseguido menos ações transformadoras dentro do município de Ivaiporã do que em municípios da região, né? é engraçado, tem um ditado que diz que santo de casa não faz milagre, né? mas é quase isso, Ivaiporã por uma característica própria dela de ter comércio e serviços muito forte, né? e a agricultura praticamente é soja e o agronegócio [...]. Em outros municípios já, talvez justamente por eles não terem o comércio e serviços tão forte, [...] o município dependente da agricultura, a gente tem tido muito mais demanda (ENTREVISTADO C, 2021).

Logo, na visão do ex-prefeito o desenvolvimento de Ivaiporã e região deve ser pautado pela agricultura e pela valorização dos produtos locais. Desse modo, o IFPR pode colaborar fomentando a agricultura familiar por meio de capacitação dos profissionais no eixo agrícola.

[...] de 1970 pra cá nós perdemos muita população em Ivaiporã, [...] e a população que perdemos foi a população rural, né? Então, manter essa população, [...] manter a agricultura familiar é algo é muito importante pro desenvolvimento local em vários aspectos, primeiro porque é emprego e renda a partir da agricultura, segundo [...] essas famílias tão produzindo valor que vai incidir na economia local, nas receitas tributárias locais [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

[...] para Ivaiporã e Vale do Ivaí há uma busca do desenvolvimento local que passa por essa valorização do que realmente é local, [...], que é a ligação com a terra, com a agricultura, com a pecuária de pequena escala e de qualidade, porque há nichos de mercado para isso fora, né? primeiro pra própria segurança soberania alimentar local, mas também há nichos de mercado fora [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

No que tange especificamente sobre o **desenvolvimento econômico**, o ex-prefeito de Ivaiporã destaca o papel do capital humano no desenvolvimento econômico. “[...] esses profissionais que estão sendo formados pelo Instituto Federal [...] por si são também ativos de desenvolvimento econômico [...]” (ENTREVISTADO B, 2021). De maneira complementar, apresenta-se a visão do prefeito interino de Ivaiporã, que ressalta que profissionais capacitados estão propensos a receber melhores ganhos financeiros, e conseqüentemente influenciar no desenvolvimento econômico.

[...] quando você capacita a pessoa, a pessoa começa a usar sua criatividade. Então, [...] ou ela vai abrir o próprio negócio ou, muitas vezes, ela vai trabalhar em alguma empresa [...], ela deixa de ser uma pessoa sem capacitação para uma pessoa

capacitada, aí muda toda a faixa salarial. Então, [...], a influência é muito grande, né? do reflexo econômico isso é muito grande (ENTREVISTADO G, 2022).

Neste ponto, observa-se nas falas dos entrevistados a importância econômica da massa salarial dos servidores públicos contratados pelo IFPR para Ivaiporã. “[...] a massa salarial que representa hoje os servidores do Instituto Federal do Paraná dentro do município é bastante significativa, [...], isso tudo faz muita diferença [...]” (ENTREVISTADO C, 2021). “[...] o impacto econômico [...] da massa dos próprios funcionários [...], muitos vivem aqui, muitos que não vivem dormem aqui, comem aqui, compram roupas aqui, tudo isso já tem uma influência direta na vinda do Instituto Federal” (ENTREVISTADO G, 2022). “[...] essa massa salarial vai ser distribuída na forma de consumo de mercadorias e serviços para esses servidores do Instituto [...]” (ENTREVISTADO B, 2021).

[...] atrás disso ganha o posto de gasolina, ganha o mercado, [...], ganha a imobiliária, [...] todo mês é uma massa de dinheiro que vem para região, que é empregado, que fica por aí, né? e com isso vai melhorando, [...] se antes você vendia só pra aqueles que ganhavam menos, agora tem o pessoal que consome até alguma coisa a mais, melhor, né? pode pagar um pouquinho mais (ENTREVISTADO E, 2022).

Ainda sobre a massa salarial dos servidores, nota-se a influência desta massa salarial na expansão do mercado imobiliário de Ivaiporã, como no aumento do número de loteamentos, no número de construções residenciais e no número de imóveis para locação. Assim, cabe lembrar que em Ivaiporã, no período de 2010 até o mês de março de 2022, foram expedidos 3.761 alvarás de construção residencial e aprovados 15 novos loteamentos residenciais (IVAIPORÃ, 2022). Nesse sentido, destaca-se os seguintes fragmentos das entrevistas: “[...] olha quantos loteamentos estão saindo em Ivaiporã [...]” (ENTREVISTADO G, 2022). “[...] não sei quantos servidores investiram na construção das suas próprias casas tendo vindo de fora, [...], tá pagando aluguel de alguém que construiu pra alugar, [...] como consumidores esses servidores do Instituto Federal vão impactar em todos os setores da economia [...]” (ENTREVISTADO B, 2021).

[...] se não fosse o Instituto Federal eu garanto [...] que não tinha tanta quitinete [...], já contribui pro desenvolvimento de Ivaiporã, daí já tem o aluguel que eles pagam, [...], tem que ir no restaurante, tem que ir na farmácia, é queira ou não queira uma parte do salário deles fica em Ivaiporã, aí que é importante [...]. A pessoa que aluga [...] uma quitinete, e a vantagem disso que [...] se ele vai embora, vem outro também quer uma quitinete [...]. Então, sempre [...] a cidade tá ganhando [...] (ENTREVISTADO F, 2022).

O diretor geral da instituição acrescenta que além da importância econômica da massa salarial dos servidores, os recursos orçamentários e os contratos firmados pelo *Campus Ivaiporã* também influenciam no desenvolvimento econômico do município e região.

[...] orçamento no final das contas ajuda [...], a gente emprega [...] 15 colaboradores [terceirizados] [...]. Então, são contratos, né? que reverte, né? Assim, se pensar

mercado, mercado teve um impacto imenso, né? a gente consome nos mercados, a gente tem o salário que é pago pelo Instituto (ENTREVISTADO D, 2022).

Contribuindo, para demonstrar a importância econômica da massa salarial dos servidores do IFPR para o município, o ex-prefeito de Ivaiporã fez uma comparação do impacto dos salários dos servidores do IFPR com os salários dos trabalhadores de uma indústria.

[...] a massa salarial dessas dezenas de servidores do Instituto Federal tem um impacto muito importante no município como Ivaiporã, né? Então, você imagina trazer uma fábrica de 100 operários, mas esses 100 operários eles não teriam o salário tal qual se paga ao servidor público do Instituto Federal, [...], e tem essa coisa do capital intelectual, né? associado ao capital humano [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

A partir das evidências apresentadas na Categoria IV, percebe-se a importância da instituição enquanto formadora de capital humano para o desenvolvimento local e regional. O IFPR busca formar profissionais com capacidade contributiva, aptos a realizar ações transformadoras na sociedade e a promover o desenvolvimento. No entanto, nota-se que o capital humano formado pela instituição, muitas vezes, não está sendo devidamente absorvido por Ivaiporã e região, o que contribui para que estes profissionais busquem melhores oportunidades profissionais em outros locais, e conseqüentemente promovam o desenvolvimento fora do Vale do Ivaí.

Quanto à relação do capital humano com o desenvolvimento local e regional, nota-se a evolução de Ivaiporã e região, considerando que a implantação do IFPR possibilitou investimentos importantes em outras áreas e estimulou a instalação de outros órgãos públicos no município, além de influenciar a melhoria da qualidade de ensino de outras instituições e até mesmo do próprio município. É importante destacar que o IFPR também influenciou indiretamente no modo da sociedade pensar e tomar decisões. Por fim, o capital humano formado pelo IFPR pode ser considerado um indutor de desenvolvimento econômico, tendo em vista que profissionais qualificados estão aptos a receber melhores ganhos financeiros e a contribuir com o crescimento econômico. Assim, a implantação do *campus* possibilitou que novos servidores públicos oriundos de diversas regiões do país se deslocassem para Ivaiporã, trazendo para o município um novo perfil de consumidor com maior poder aquisitivo.

4.2.2.5 Categoria V: direcionamentos futuros da instituição

Esta categoria visa analisar algumas situações e/ou problemas que o IFPR apresenta, para que a partir deles, a instituição tenha condições de realizar estratégias para corrigir ou alinhar alguns pontos. Dessa forma, nesta categoria foram agrupadas as seguintes unidades de registro: **perspectivas futuras; exportação de capital humano; atuação mais efetiva da**

instituição; revisão do Plano Diretor e a instituição; ausência de planejamento estratégico; e ausência de indicadores estratégicos.

Primeiramente, na busca por conhecer a visão dos entrevistados sobre as **perspectivas futuras** da instituição, foi solicitado para que comentasse sobre o tema. Desse modo, o diretor geral do *campus* acrescentou que para 2022 está prevista a abertura da primeira pós-graduação *lato sensu* do *campus* na área da educação, além de estar prevista para os próximos anos a abertura de uma pós-graduação *lato sensu* na área agrícola. “[...] vamos ter uma pós que deve iniciar nesse ano, [...] na área de educação [...], e na área de especialização, mestrado, será que a gente tem perspectiva? talvez uma especialização no futuro na área da agro [...] para um daqui uns dois anos [...]” (ENTREVISTADO D, 2022).

Complementando, na visão do membro do Conselho Municipal de Implantação, como a instituição possui o curso de Eletrotécnica, para realizar a verticalização na área é necessário a abertura do curso de graduação em Engenharia Elétrica. “[...] na realidade o que vai ter que torcer é pra colocar [...] na parte elétrica que nem tem em Cornélio Procópio, [...] Engenharia elétrica [...]” (ENTREVISTADO F, 2022).

Evidencia-se na fala do prefeito interino de Ivaiporã a criação de uma incubadora tecnológica, que irá funcionar em parceria com o IFPR e outras instituições de ensino do município. Cabe ressaltar que a criação da incubadora tecnológica está prevista na revisão do Plano Diretor Municipal.

[...] tem um projeto do município da criação de uma incubadora tecnológica pra que a gente possa utilizar um pouco dos alunos do Instituto Federal, alunos de outras instituições é até privadas que nós temos aqui no município, né? Então, é essa ligação a busca também pelo mercado de trabalho, né? é contribuir com isso (ENTREVISTADO G, 2022).

Nas visões do presidente do Conselho Municipal de Implantação, do prefeito interino de Ivaiporã, do ex-prefeito e do diretor geral do *campus*, a instituição deveria investir em cursos voltados para a agroindústria. “Outro negócio que eu acho que tinha que ter, não sei como tá [...], é indústrias, pequenas indústrias de conservas, [...] de alimentos, eu acho que podia ser mais um, podia ser explorado isso aí [...]” (ENTREVISTADO E, 2022). “[...] nós precisamos potencializar mais, nós precisamos pensar na agroindústria, né? pensar o agronegócio como como um todo, essa grande transformação, eu acho que é assim que a gente consegue modificar [...]” (ENTREVISTADO G, 2022).

[...] o Instituto Federal como formador, né? de mão de obra, como indutor de desenvolvimento [...] tem que focar ou na agricultura e na transformação dessa produção agrícola pra agrega valor [...] ou na agricultura ou na indústria e aí se puder casar [...] melhor. Se puder ter uma agroindústria que transforma esse produto agrícola em algo de mais valor, né? acho que essa é a maior contribuição que se pode dar economicamente pra Ivaiporã [...] (ENTREVISTADO B, 2021).

[...] o nosso desenvolvimento local e regional ele também passa por isso, não adianta a gente só produzir, né? o grão, e não desenvolver algo a partir do grão, né? não adianta a gente só ter um setor de comércio que a gente traz toda a tecnologia de fora, a gente tem que tentar desenvolver localmente (ENTREVISTADO D, 2022)

Como ficou evidenciado na Categoria IV, especificadamente na unidade de registro “mercado de trabalho”, frequentemente os profissionais formados pela instituição não estão sendo absorvidos por Ivaiporã e região, ocasionando a **exportação de capital humano**. O grande problema é que geralmente a exportação ocorre com aqueles profissionais que apresentam grande potencial, e que poderiam permanecer no município e região e contribuir com o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, destaca-se nas falas dos entrevistados o problema da exportação de capital humano. “[...] as pessoas em vez de mudar, elas mudam de cidade, né? então, [...] o nosso capital humano daqui vai pra fora e poucos retornam [...] como é que vai exercer a profissão? é limitado [...]” (ENTREVISTADO E, 2022). “[...] muitos meninos que se formou [...] estão trabalhando fora, é uma pena que eles foram embora. Formam eles aqui e daí ‘poxa, eu me formei mais agora não tem serviço’, daí eles tem que ir embora [...]” (ENTREVISTADO F, 2022).

[...] chega um momento que [...] começa exportar capital, ao invés de você manter esse capital aqui é empreendendo, inovando, promovendo o desenvolvimento, [...] começa exportar as melhores cabeças, entendeu? os melhores começam a ir embora, vão promover desenvolvimento lá [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

Nesse sentido, acrescenta-se a visão do prefeito interino de Ivaiporã acerca do problema da exportação de capital humano, posto que a gestão pública pode auxiliar no processo de absorção desses profissionais.

[...] precisamos fazer com que as pessoas que se formem ali, acima de tudo sintam vontade de continuar em Ivaiporã, falem assim: “poxa vida, né? eu me formei e agora vou arrumar um emprego” ou de repente arruma numa empresa prestadora de serviço fala “mais minha casa vai ser aqui em Ivaiporã porque aqui é o local onde eu posso viver melhor [...]” (ENTREVISTADO G, 2022).

[...] nossa região ter capacidade pra suportar essa formação, aí nós vemos crescimento, porque a questão de formar e ele ir embora, nós podemos até resolver o problema dele, mas o que nós queremos é resolver o problema dele e que ele ajude a gente resolver o problema da empregabilidade, do crescimento do nosso município (ENTREVISTADO G, 2022).

No que tange à atuação da instituição em Ivaiporã e região, observa-se que como qualquer organização, é necessário realizar avaliações da sua atuação para verificar se está atingindo os objetivos propostos, e se é necessário corrigir possíveis falhas. Nesse sentido, com o intuito de compreender como o *Campus* Ivaiporã poderia ter uma **atuação mais efetiva** buscou-se conhecer a visão dos entrevistados sobre como a instituição poderia melhorar sua atuação. Assim, de acordo com os entrevistados, a instituição poderia ofertar cursos para a gestão municipal e alinhar suas ações segundo às demandas socioeconômicas locais e regionais.

[...] o Instituto Federal, ele entrelaçar mais com a sociedade assim, com a área pública, o nosso serviço público tem muita necessidade de capacitação, de repente aproveitar o capital intelectual que tem lá dentro do Instituto Federal, vocês fazer cursos pro desenvolvimento, pra prefeitura, pros servidores públicos [...] (ENTREVISTADO A, 2021).

[...] o Instituto Federal do Paraná teria que ter diretrizes e capacitações, né? É para criar justamente dentro do Instituto Federal do Paraná uma cultura [...] de trabalho, que nós não temos, de trabalho coletivo, de alinhamento das demandas socioeconômicas, né? locais e regionais, porque essa discussão ela não acontece interna, mas ela também não acontece na parte da reitoria (ENTREVISTADO C, 2021).

Contribuindo, o diretor geral da instituição ponderou sobre 2 fatores que prejudicam diretamente a atuação da instituição “falta de servidores e de recursos orçamentários”.

[...] além do orçamento, as vezes falta um veículo, [...], falta as vezes o combustível pra gente poder operacionalizar o trator, são coisas que às vezes faltam mesmo, mas é, aí não é só orçamento, [...], faltam pessoas pra gente poder ter uma equipe mais robusta e conseguir executar mais processos ao mesmo tempo [...] (ENTREVISTADO D, 2022).

Como foi citado no referencial teórico, na subseção 2.3.3, o Plano Diretor de Ivaiporã está passando por uma revisão. Dessa forma, foi questionado aos entrevistados que possuem conhecimento sobre o tema, de que forma a gestão municipal está considerando a participação do IFPR na **revisão do Plano Diretor**. Assim, nota-se nas falas dos entrevistados que na revisão do documento buscou-se o melhoramento da parte urbanística da instituição, o que não deixa de ser algo positivo para o IFPR, tendo em vista que está localizado no parque industrial do município, e que melhorias no seu acesso traria mais segurança à comunidade acadêmica. Contudo, a contribuição da instituição poderia ser melhor explorada pelo município, já que apresenta grandes potencialidades. “O que o Plano Diretor está prevendo pro Instituto Federal agora é a urbanização [...]” (ENTREVISTADO A, 2021). “[...] o Plano Diretor, ele contemplou um pensamento urbanístico, né? [...] pra essa inserção total do Instituto Federal quanto a questão urbana [...]” (ENTREVISTADO G, 2022).

Nas entrevistas com o atual diretor geral e com o primeiro diretor geral do IFPR *Campus* Ivaiporã, infere-se a **ausência de planejamento estratégico** da instituição, o que pode dificultar o processo de tomada de decisões e prejudicar os direcionamentos futuros da instituição, posto que não há parâmetros predeterminados para avaliar o seu desempenho. “[...] não teve [planejamento estratégico] em nível de *campus* assim nunca, [...], mas eu acho que é uma coisa que a gente precisava pensar [...]” (ENTREVISTADO D, 2022).

[...] nesse momento que a gente agora tá fechando aí uma década de atividades, momento muito oportuno e necessário pra você olhar e falar “e os próximos 10 anos?” [...] a gente [...] conversa muito sobre inovação, sobre desenvolvimento e tal, e projetos, propostas de inovação, incubadora tecnológica [...] tudo coisa que você começa construir hoje para você ver os resultados daqui a 10, 15, 20 anos [...] (ENTREVISTADO C, 2021).

Neste ponto, ressalta-se que a falta de planejamento acarreta a **ausência de indicadores estratégicos**, os quais são de suma importância para definir o futuro da instituição, uma vez que não há como avaliar se ela está atingindo os seus objetivos se não foram criadas estratégias para medir isso. Nesse sentido, nota-se em 2 fragmentos da fala do diretor geral do *campus* a necessidade da criação de indicadores estratégicos. “[...] o *Campus* Ivaiporã, ele tem potencial [...]. Eu sei que a gente tem muita dificuldade, às vezes, de enxergar esses dados, é difícil mesmo, né? até na instituição agora tem um, vai ter [...] um grupo de trabalho para trabalhar a questão dos egressos que a gente não tem isso [...]” (ENTREVISTADO D, 2022).

[...] hoje se for ver assim o corpo docente, né? que tá lá, né? lecionando, muitos doutores, mestres. Então, esses estudantes têm essa possibilidade, né? digamos assim, e além disso, economicamente quando a gente vê lá o orçamento que a gente tem por ano, fora a folha de pagamento, eu acho que faz uma transformação local aí bem considerável, então eu acho que são números aí que a gente precisava até ter um entendimento real [...] mais assim discriminado pra saber qual [...] que é o impacto que a gente tem de fato nisso (ENTREVISTADO D, 2022).

Dessa maneira, o primeiro diretor geral do *Campus* Ivaiporã demonstrou que a instituição não tem como medir sua atuação no desenvolvimento econômico e ambiental pela falta de indicadores. “[...] talvez estejamos contribuindo, mas não temos indicadores pra isso, econômico e ambiental [...]. No aspecto econômico [...] a gente não tem indicadores. Então, como é que eu vou avaliar como é que tem sido a nossa participação se a gente não tem indicadores? [...]” (ENTREVISTADO C, 2021).

A partir das evidências apresentadas na Categoria V, nota-se que a instituição precisa buscar um relacionamento mais próximo com a comunidade, assim como, conhecer o que a comunidade espera dela em termos de cursos e ações.

No tocante ao problema de exportação de capital humano, a instituição deve buscar estratégias para evitá-la. No entanto, neste caso observa-se que o problema não diz respeito apenas ao IFPR, é necessário envolvimento e engajamento das gestões públicas municipais, posto que quando ocorre a exportação de capital humano, o desenvolvimento que o profissional poderia trazer para o município e região passa a ocorrer em outro local. Em relação a ausência de planejamento estratégico e de indicadores estratégicos, é um problema que merece maior atenção, uma vez que pode afetar o rumo e o desempenho da instituição. Nesse sentido, destaca-se que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFPR *Campus* Ivaiporã está prevista a criação de indicadores de acompanhamento e monitoramento do capital humano formado pela instituição, e de inserção no mercado de trabalho.

Com relação ao direcionamento futuro do IFPR *Campus* Ivaiporã, há de se pensar estrategicamente em uma participação mais efetiva da instituição no desenvolvimento da

agroindústria na região, que como ficou ressaltado em algumas falas, é uma das preocupações da comunidade. A região tem uma vocação agrícola e ao pensar essa questão de forma estratégica, o IFPR poderia planejar cursos que viessem a fomentar o desenvolvimento da agroindústria tornando Ivaiporã e região um polo nessa área. A criação de uma incubadora tecnológica poderia, também, contribuir nesse sentido ao direcionar suas ações para a incubação de projetos de empresas com essa perspectiva.

Em termos de ensino, há de se destacar a preocupação com a sua verticalização por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu*, o que contribuiria para um aprofundamento profissional em nível superior. Quanto ao mestrado, *stricto sensu*, algo que já surge na fala do diretor geral atual, independente da sua modalidade (profissional ou acadêmico), contribuiria para a formação de “massa crítica”, o que promoveria um avanço na reflexão sobre o papel da área econômica e social à qual estiver vinculado, bem como, ao papel dessa área na região do Vale do Ivaí em que o IFPR está inserido. Combinando seus cursos de pós-graduação e um futuro mestrado, com a participação na incubadora tecnológica, uma das aspirações demonstrada na fala de alguns dos entrevistados, o *campus* alcançaria um novo *status* e seria uma forma de ser mais conhecido pela comunidade local.

Isto posto, após a apresentação da Análise de Conteúdo, dando sequência, na próxima seção serão comparados os dados quantitativos e qualitativos por meio da Triangulação Concomitante.

4.3 DISCUSSÃO DOS DADOS UTILIZANDO A TRIANGULAÇÃO CONCOMITANTE

Após a análise dos dados quantitativos e qualitativos, optou-se por realizar a interpretação dos dados utilizando a Triangulação Concomitante, que permite abordar o estudo de caso de uma maneira mais ampla e realizar combinações e confrontações dos dados, garantindo maior rigor metodológico. A triangulação permite a comparação dos resultados estatísticos quantitativos com os resultados qualitativos para verificação de sua comprovação ou contradição, podendo resultar na validação e na sintetização dos dados (CRESWELL, 2010).

Logo, é importante destacar que como alguns dados constam apenas em uma técnica de análise adotada, estes não foram considerados na triangulação, posto que se optou por utilizar dados com similaridades para realizar a comparação. Assim, foram selecionados dados obtidos por meio da aplicação do questionário, os quais foram comparados com os dados obtidos por meio das entrevistas e da pesquisa documental. Em alguns casos foram comparados somente dados qualitativos obtidos nas entrevistas e na pesquisa documental, já que estes dados não

apareceram na fase quantitativa desta pesquisa. Isto posto, a triangulação foi realizada a partir do Projeto de Triangulação proposto por Creswell (2010), que foi abordado na subseção 3.4.3.

A partir da triangulação dos dados selecionados, visando uma melhor compreensão, optou-se por estabelecer 13 relações entre os dados: **continuidade aos estudos; localização da instituição; empreendedorismo; reconhecimento da qualidade da instituição; instituição pública e federal; inserção no mercado de trabalho; ganhos financeiros; desenvolvimento local e regional; propósitos iniciais; assistência estudantil; ausência de planejamento estratégico e de indicadores; pós-graduação *lato sensu*; e questões urbanísticas.**

1. Continuidade aos estudos: nota-se na caracterização dos egressos que boa parte deles após a conclusão do curso técnico de nível médio continuou os estudos no Ensino Superior, dado que a maioria é jovem e possui até 25 anos. Observa-se que a continuidade dos estudos foi o principal motivo apresentado para a mudança de município. Dentre aqueles que atuam em área diferente da formação obtida no IFPR *Campus* Ivaiporã, 24% optaram em dar continuidade aos estudos em uma nova área de formação. De maneira complementar, na entrevista com o diretor geral do *Campus* Ivaiporã, evidencia-se a motivação por parte da instituição para que os egressos dos cursos técnicos de nível médio continuem os estudos no Ensino Superior, ou seja, o objetivo da instituição é fazer com que a formação profissional não se encerre no nível médio. A partir do exposto, identifica-se a convergência de dados, considerando que os egressos procuram dar continuidade aos estudos e a instituição incentiva para que isso ocorra.

2. Localização da instituição: as variáveis da Categoria I da fase quantitativa “A distância da minha residência à instituição” e “localização da instituição” apresentaram menor coesão, o que representa diversidade de opinião dos egressos acerca das variáveis. Nas entrevistas foi exposta a escolha do parque de exposição de Ivaiporã para a implantação do *campus*. Neste ponto, evidencia-se que a instituição foi instalada à margem da rodovia PR 466 e fora da área central de Ivaiporã. Assim, percebe-se a combinação dos dados, já que a localização da instituição pode ter influenciado no posicionamento dos egressos quanto as variáveis, considerando que na amostra da pesquisa quantitativa houve predominância de egressos residentes em Ivaiporã.

3. Empreendedorismo: dentre os egressos que estão atuando na área de formação, 36% estão empreendendo. Com relação àqueles que não atuam na área, o percentual de empreendedores é menor, correspondendo a 11,76%. Ainda na fase quantitativa, a variável da Categoria II “preparação e incentivo para empreender” apresentou média de 3,96, o que indica que os egressos optaram entre não concordar e nem discordar e/ou concordar parcialmente com a variável. Já a variável da Categoria III “após a conclusão do curso não tive dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou abrir meu próprio negócio” apresentou a menor coesão da

categoria, o que representa maior diversidade de opinião sobre o tema. Observa-se nas entrevistas que o capital humano formado pelo *campus* não precisa necessariamente ser absorvido como empregado, podendo optar pelo empreendedorismo, já que empreendendo também está contribuindo com o desenvolvimento local e regional. Complementando, nota-se na pesquisa documental que nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Informática e Eletrotécnica, a disciplina empreendedorismo consta como optativa, e no PPC técnico integrado de Agroecologia consta como optativa a disciplina de empreendedorismo rural. O único curso superior que possui a disciplina de empreendedorismo como obrigatória é Sistemas de Informação. Considerando-se a possibilidade de se pensar futuramente em Ivaiporã e região como um polo da agroindústria, seria interessante que a disciplina de empreendedorismo fosse repensada e ligada à futura incubadora tecnológica que se pretende implantar em Ivaiporã. Diante do exposto, nota-se a convergência de dados, já que o foco da instituição não está voltado para a prática do empreendedorismo, sendo refletido no posicionamento dos egressos ao avaliar as variáveis relacionadas ao tema. Apesar de 36% dos egressos que atuam na área de formação, estarem empreendendo, infere-se que o percentual é baixo, considerando que a maior parte dos egressos que compõem a amostra não estão atuando na área de formação (70,83%).

4. Reconhecimento da qualidade da instituição: na fase quantitativa, as variáveis da Categoria I “a qualificação dos docentes e demais servidores”; “a qualidade do ensino ofertado pela instituição” e “o reconhecimento da qualidade da instituição” e as variáveis da Categoria III “os cursos possibilitam a melhoria do conhecimento técnico e das práticas a eles relacionadas por meio da formação de seus egressos” e “as disciplinas ofertadas possuem conformidade com objetivo do curso” apresentaram maior coesão, o que indica maior concordância dos egressos nesses pontos que sinalizam a qualidade da instituição. Fica patente nas entrevistas, o reconhecimento da qualidade da instituição e do ensino ofertado, assim como, a qualidade da formação profissional, da estrutura física atual, do conhecimento disseminado e da qualificação dos docentes e demais servidores. Logo, percebe-se a convergência dos dados, posto que houve consenso nas fases quantitativa e qualitativa no que tange a qualidade da instituição.

5. Instituição pública e federal: na fase quantitativa, a variável da Categoria I “a instituição ser pública e federal” apresentou a maior coesão da categoria, o que significa que para os egressos, o fato de o IFPR ser público e federal foi um fator importante na escolha da instituição. Logo, nota-se nas entrevistas que a implantação de uma instituição pública era uma das motivações das lideranças locais para lutarem pela instalação do *campus*, além de ser considerada uma necessidade e uma demanda local e regional. Neste ponto, é importante acrescentar que o fato de ser pública e federal também foi citado como benefício e importância

da instituição. Assim, nota-se a convergência de dados, ponderando que os egressos levaram em consideração a instituição ser pública e federal no momento da escolha da instituição, bem como, os entrevistados destacaram “ser pública e federal” como motivação, benefício e importância da instituição.

6. Inserção no mercado de trabalho: evidencia-se na fase quantitativa que os egressos que mudaram de município, 27,27% mudaram em busca de oportunidades profissionais. Dos egressos que atuam na área de formação, somente 20% atuam como empregados. Dentre aqueles que mudaram de área, essa porcentagem é maior, 41,17% atuam em outras áreas como empregado. Nesse sentido, identifica-se maior inserção no mercado de trabalho em outra área de formação, e baixa empregabilidade do capital humano na área de formação obtida no IFPR. Complementando, ainda na fase quantitativa, a variável da Categoria II “minha inserção no mercado de trabalho” e a variável da Categoria III “após a conclusão do curso não tive dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou abrir meu próprio negócio” apresentaram a menor coesão das categorias II e III, indicando que os egressos optaram entre discordar parcialmente e não concordar e nem discordar com as variáveis, o que representa certa insatisfação quanto a inserção no mercado de trabalho, ou ainda, como muitos deram continuidade aos estudos, podem ter optado ou até mesmo não conseguido conciliar trabalho e estudo, influenciando no posicionamento frente as variáveis. De maneira complementar, nota-se nas entrevistas que a capacitação para o mercado de trabalho é um dos benefícios da implantação do *Campus* Ivaiporã. Contudo, nota-se também que Ivaiporã e região não conseguem absorver o capital humano formado pelo IFPR, o que pode ter contribuído com o problema da exportação de capital humano, considerando que muitos profissionais migram para outros locais em busca de oportunidades profissionais e melhores ganhos financeiros. Desse modo, observa-se a convergência e a combinação dos dados, pois ao se analisar os dados fica evidente a insatisfação dos egressos e das lideranças locais quanto a inserção do capital humano formado pelo IFPR no mercado de trabalho local e regional.

7. Ganhos financeiros: na fase quantitativa, a variável da categoria II “ter uma renda financeira maior” foi uma das que apresentou menor coesão na categoria, ou seja, a possibilidade de ter um ganho maior não foi um fator decisivo para os egressos optarem pelo IFPR. Contudo, infere-se nas entrevistas que os ganhos financeiros do capital humano formado pela instituição influenciam no desenvolvimento econômico de Ivaiporã e região. Desse modo, nota-se a divergência e a combinação de dados, ponderando que os egressos ao optarem pela instituição não consideraram possíveis ganhos financeiros futuros. No entanto, nas entrevistas ficou evidente a contribuição econômica do capital humano para o desenvolvimento local e regional.

8. Desenvolvimento local e regional: na fase quantitativa, a variável da Categoria III “o curso e as ações de pesquisa e extensão são importantes para o desenvolvimento local e regional” foi uma das variáveis que apresentou maior coesão, indicando maior concordância acerca da variável. De maneira complementar, evidencia-se nas entrevistas que pelo poder transformador, o capital humano pode ser visto como agente de desenvolvimento local e regional. Além disso há uma compreensão de que a massa salarial dos servidores do IFPR contribui diretamente para o desenvolvimento local, considerando que estes profissionais possuem maior poder aquisitivo e que, após a contratação, passam a consumir em Ivaiporã. Já na pesquisa documental, destaca-se a Lei n. 11.892/2008, que define as finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), ponderando que a instituição busca a formação do capital humano com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional. Ainda na pesquisa documental, acrescenta-se a evolução do número de alvarás residenciais expedidos e dos loteamentos aprovados no período de 2010 a março de 2022. Isto posto, conclui-se pela convergência de dados, posto que houve concordância da importância do capital humano formado pelo IFPR para o desenvolvimento local e regional.

9. Propósitos iniciais: na fase quantitativa, a variável da Categoria III “a instituição está cumprindo com seus propósitos iniciais” foi uma das que apresentou maior coesão, indicando concordância com a variável. Na compreensão dos entrevistados, o IFPR *Campus Ivaiporã*, de modo geral, está cumprido seus propósitos iniciais. No entanto, verifica-se nas entrevistas com o presidente e com o membro do Conselho Municipal de Implantação, que a expectativa inicial era de que, na atualidade, a instituição fosse maior em estrutura e número de discentes. Assim, apesar da expectativa por uma instituição maior, nota-se a convergência dos dados, considerando que nas fases quantitativa e qualitativa houve concordância quanto ao cumprimento dos propósitos iniciais da instituição.

10. Assistência estudantil: na fase quantitativa, a variável da Categoria I “a instituição ofertava auxílio financeiro por meio de bolsas de assistência estudantil” foi uma das que apresentou menor coesão, ou seja, apesar da importância do auxílio financeiro, as bolsas de assistência estudantil não são um fator decisivo para a escolha da instituição. Identifica-se na pesquisa documental, o programa de assistência estudantil e os critérios para os discentes serem beneficiados com o auxílio. Neste caso, ocorre a combinação dos dados, uma vez que o objetivo foi identificar que a assistência estudantil não é um fator decisivo na escolha da instituição, mas de grande importância para os discentes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.

11. Ausência de planejamento estratégico e de indicadores: fica patente nas entrevistas com o primeiro diretor geral e com o diretor geral atual da instituição, a ausência e a necessidade da

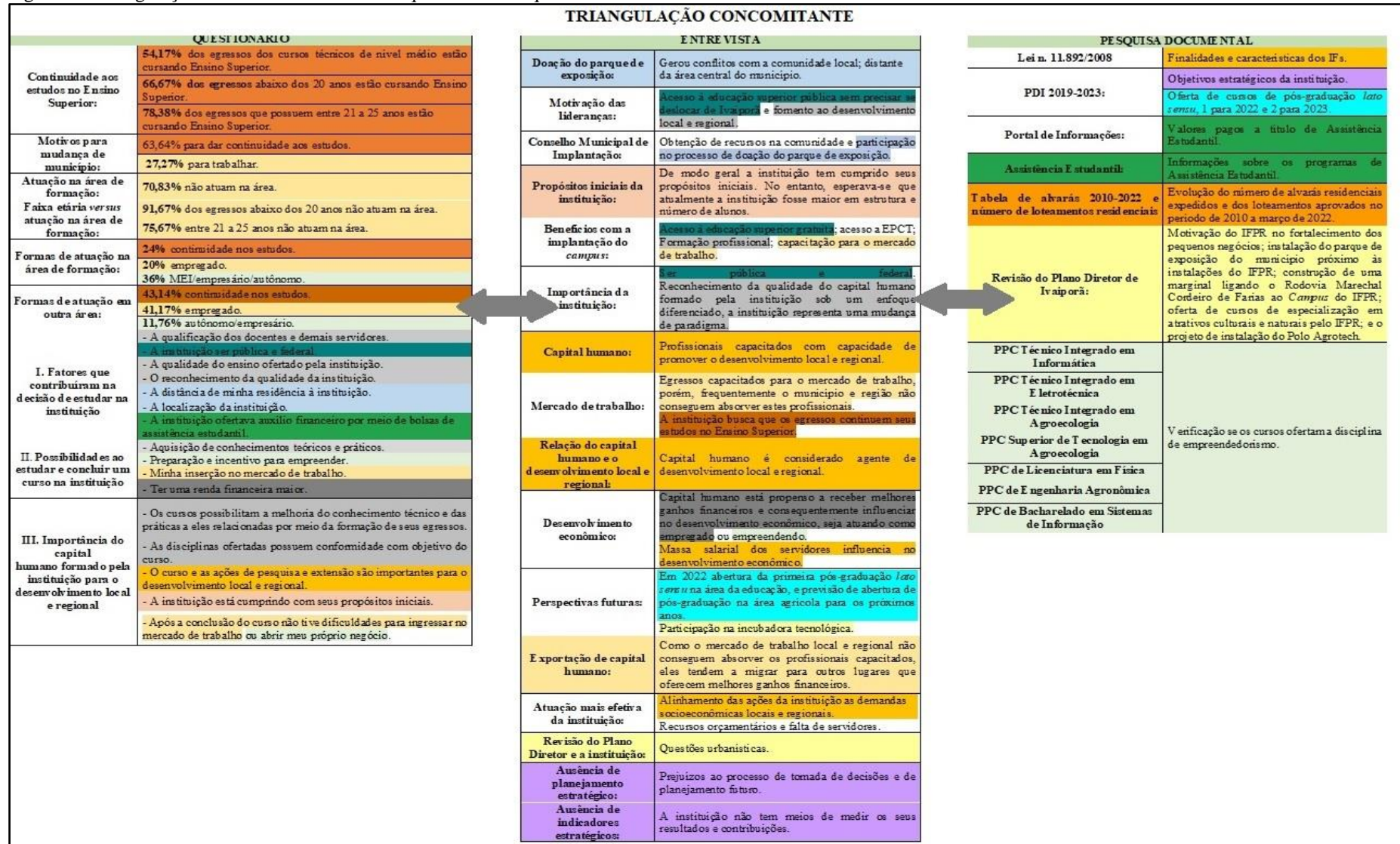
criação de planejamento estratégico e de indicadores, já que a falta destas ferramentas impacta diretamente o processo de tomada de decisões, as ações e os direcionamentos futuros da instituição. No entanto, na pesquisa documental foi possível verificar que nos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, existe a pretensão de se criar indicadores de acompanhamento e monitoramento dos egressos do IFPR no mercado de trabalho. A partir do exposto, nota-se a convergência e a combinação dos dados, uma vez que a instituição identificou a ausência de planejamento e de indicadores, e busca meios para realizar o acompanhamento do capital humano no mercado de trabalho, sinalizando uma possível mudança com relação ao planejamento estratégico futuro da instituição.

12. Pós-graduação *lato sensu*: observa-se na entrevista com o diretor geral do *campus* que está previsto para 2022 a primeira pós-graduação *lato sensu* da instituição, focada na área da educação. Observa-se também a previsão de abertura para os próximos anos de uma pós-graduação na área agrícola. Na pesquisa documental, no PDI 2019-2023 consta a oferta de 1 pós-graduação para 2022 e 2 para 2023. A partir do exposto, verifica-se a divergência de dados, considerando que está previsto no PDI 2 especializações para 2023, e na entrevista foi indicada 1 pós-graduação para os próximos anos, não especificando se ocorrerá em 2023.

13. Questões urbanísticas: Em relação ao IFPR *Campus* Ivaiporã inserido no Plano Diretor de Ivaiporã, foi possível verificar nas entrevistas que a revisão desse plano contempla apenas questões urbanísticas. Contudo, na entrevista com o prefeito interino, foi citada a criação de uma incubadora tecnológica que contará com a parceria do IFPR. Na pesquisa documental verifica-se que além das questões urbanísticas, a revisão contempla a motivação do IFPR no fortalecimento dos pequenos negócios; a instalação do parque de exposição do município próximo às instalações do IFPR; oferta de cursos de especialização em atrativos culturais e naturais pelo IFPR; e o projeto de instalação da incubadora tecnológica. Algo que merece destaque diz respeito à incubadora tecnológica que aparece na revisão do Plano Diretor, como uma das preocupações futuras. É importante que o IFPR participe direta e efetivamente da revisão do Plano Diretor de Ivaiporã, para que possa inserir essa variável em seu planejamento estratégico, projetando a instituição para um horizonte de tempo a ser determinado. Assim, nota-se a divergência de dados, dado que a revisão do Plano Diretor não contemplou apenas questões urbanísticas, apesar destas serem consideradas prioridade para o *campus*, uma vez que facilitará o acesso à instituição e trará mais segurança para a comunidade acadêmica.

Finalizando a análise dos dados, para sua melhor visualização, a figura 7 apresenta o resumo da Triangulação Concomitante. Logo após, passa-se para as considerações finais desta pesquisa.

Figura 7 - Triangulação Concomitante dos dados quantitativos e qualitativos



Fonte: A autora (2022)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de realizar as considerações finais, é importante recapitular alguns pontos fundamentais desta pesquisa. Assim, a presente pesquisa apresentou como objetivo geral a compreensão da importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno. Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) Entender como se deu o processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã; b) Analisar as competências econômicas de Ivaiporã e região confrontando-as com a proposta inicial de implantação do *campus*; c) Investigar a consonância do papel do IFPR *Campus* Ivaiporã com a aspiração inicial na criação dos IFs; d) Identificar a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã, enquanto instituição especializada em ensino profissional, científico e tecnológico na formação de capital humano e sua contribuição para o desenvolvimento de Ivaiporã e região. O problema de pesquisa buscou respostas para a seguinte questão “qual a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno?”.

Isto posto, esta pesquisa abordou a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação do capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno, destacando a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e sua relação com o desenvolvimento local e regional pautada pela Teoria do Capital Humano. A escolha pela Teoria do Capital Humano deu-se pelo fato dessa teoria pressupor que uma das formas de fomentar o desenvolvimento é investindo na educação, uma vez que indivíduos qualificados estão propensos a serem mais produtivos, a obterem melhores ganhos financeiros e, conseqüentemente, a influenciarem o desenvolvimento local e regional.

Assim, dentro do enfoque desta pesquisa, o capital humano foi trabalhado por meio da EPCT, a qual apresentou grande evolução a partir da Lei n. 11.892/2008, que criou e expandiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todas as unidades federativas. Contudo, observa-se no Governo Bolsonaro (2019-2022) que a expansão da EPCT ficou em segundo plano, sem grandes ampliações dos IFs. Uma das instituições federais que ofertam a EPCT no Estado do Paraná é o IFPR, neste caso específico, o IFPR *Campus* Ivaiporã atende Ivaiporã e região. Assim, buscando atender os objetivos propostos inicialmente nesta pesquisa, cabe apresentar as considerações finais, iniciando-se por alguns apontamentos acerca do desenvolvimento dos municípios pesquisados.

No que se refere aos resultados alcançados pelo IFPR *Campus* Ivaiporã no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos de 2017 e 2019, verifica-se que os

resultados estão acima da média do Estado do Paraná, assim como da rede estadual de ensino de Ivaiporã e dos demais municípios pesquisados.

Em relação ao Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), observa-se que, no período de 2010 a 2018, todos os municípios pesquisados apresentaram evolução do índice, passando a apresentar em 2018 médio desenvolvimento. Acerca do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), no período de 2009 a 2016, os municípios de Ariranha do Ivaí e Lunardelli apresentaram redução do índice ocasionado pela diminuição do fator emprego e renda, e Arapuã devido à diminuição dos fatores emprego e renda, e saúde. Os demais municípios pesquisados apresentaram evolução do IFDM. Assim, é válido acrescentar que apesar dos municípios de Ariranha do Ivaí, Lunardelli e Arapuã apresentarem redução do IFDM, em 2016 todos os municípios pesquisados apresentaram desenvolvimento moderado.

Quanto aos índices que medem o desenvolvimento da educação municipal, destaca-se que o IFDM - Educação dos municípios pesquisados, no período de 2009 a 2016, apresentou evolução. Os municípios de Ivaiporã, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Lidianópolis e São João do Ivaí deixaram de apresentar desenvolvimento moderado e passaram a apresentar em 2016 alto desenvolvimento na educação. Os demais municípios pesquisados mantiveram na educação um desenvolvimento moderado. É importante destacar que Ivaiporã apresentou o maior IFDM - Educação dentre os municípios pesquisados. Em relação ao IPDM - Educação nota-se que houve avanço do índice no período de 2010 a 2018, visto que Ivaiporã, Arapuã e São João do Ivaí deixaram de apresentar médio desenvolvimento e passaram a apresentar alto desenvolvimento. Os demais municípios pesquisados, apesar da evolução do índice em 2018, apresentaram médio desenvolvimento na educação.

No que tange ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos municípios pesquisados, observa-se que houve grande crescimento do indicador no período de 2010 a 2019. Ariranha do Ivaí apresentou o maior PIB *per capita* dentre os municípios pesquisados. Em relação ao crescimento do Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (VAB) dos municípios pesquisados, verifica-se no período de 2009 a 2019, a contribuição expressiva para o aumento do VAB das atividades econômicas “serviços” e “agropecuária”, e a baixa contribuição da “indústria”. Nesse sentido, é importante mencionar o crescimento da produção agrícola dos municípios pesquisados, que apresentou grande evolução no período de 2009 a 2020. Desse modo, cabe destacar que o IFPR *Campus* Ivaiporã oferta desde 2010 cursos voltados para a formação técnica na área agrícola, iniciando pela oferta do Curso Técnico de Agroecologia, e mais recentemente passou a ofertar os cursos de nível superior Tecnólogo em Agroecologia e

Engenharia Agrônômica, o que contribui para o crescimento da produção agrícola de Ivaiporã e região.

No que se refere aos subsetores de atividade econômica que mais empregaram nos municípios pesquisados no período de 2009 a 2019, nota-se em Ivaiporã o aumento de trabalhadores nas categorias administração técnica profissional (serviços técnicos profissionais e outros); serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; e alojamento e comunicação. Em relação ao aumento de trabalhadores na administração técnica profissional, além de Ivaiporã, observa-se também o crescimento do número de empregados na categoria em Arapuã; Jardim Alegre; Lidianópolis; São João do Ivaí e Manoel Ribas. Logo, cabe ponderar que o IFPR Campus Ivaiporã atua na formação de capital humano para que estejam aptos a prestarem serviços técnicos profissionais dentro da área de formação.

No tocante aos empregos gerados na agricultura, no período de 2009 a 2019 os municípios de Arapuã, Lidianópolis, São João do Ivaí e Manoel Ribas apresentaram crescimento do número de trabalhadores ligados à área agrícola. Nesse sentido, evidencia-se a importância do IFPR *Campus Ivaiporã*, uma vez que com o crescimento da produção agrícola, o declínio do trabalho braçal e a necessidade de profissionais com formação técnica, capaz de explorar novas tecnologias empregadas na agricultura, a instituição está contribuindo para essa mudança de perfil do trabalhador e atendendo uma nova demanda da agricultura. Assim, observa-se que a contribuição da instituição pode ser ainda maior após a conclusão da primeira turma do curso de Engenharia Agrônômica.

Acerca do nível de escolaridade dos trabalhadores ativos dos municípios pesquisados, nota-se que no período de 2009 a 2019 houve aumento do número de trabalhadores com Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo, o que indica atuação de profissionais mais qualificados no mercado de trabalho local e regional. Logo, é válido destacar que o IFPR *Campus Ivaiporã* contribuiu para o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores, considerando que a instituição já formou diversos profissionais nos cursos técnicos de nível médio e superior, residentes nos municípios pesquisados. Assim, cabe lembrar que na fase quantitativa desta pesquisa, foram utilizados dados das turmas a partir de 2015, totalizando 248 egressos que residiam nos municípios de Ivaiporã (131); Arapuã (11); Ariranha do Ivaí (8); Jardim Alegre (34); Lidianópolis (7); Lunardelli (5); São João do Ivaí (22); e Manoel Ribas (30).

No que diz respeito à compreensão do processo de implantação do IFPR *Campus Ivaiporã*, primeiramente, buscou-se conhecer a história da instituição a partir do referencial teórico, o qual apresentou grandes contribuições à pesquisa. Para aprimorar os conhecimentos

acerca da implantação, buscou-se por meio das entrevistas encontrar novos dados ou maiores detalhamentos sobre o processo. Assim, foi possível observar dados que não haviam sido discutidos no referencial teórico, mas que eram imprescindíveis para a compreensão do processo de implantação e para a escolha de Ivaiporã. Neste ponto, infere-se que o IFPR *Campus* Ivaiporã foi considerado inicialmente uma segunda opção, dado que as lideranças locais priorizavam a implantação de um *campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Destaca-se no processo de implantação, o relevante trabalho do Conselho Municipal de Implantação para que o IFPR *Campus* Ivaiporã se tornasse realidade. O conselho atuou na mobilização da comunidade, na arrecadação de recursos e participou do processo de doação do parque de exposição.

Outro ponto importante a se considerar no processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã é a forte influência política, que contribuiu substancialmente para a aprovação da implantação da instituição, considerando que Ivaiporã naquela época possuía importante representação política, não só localmente, mas também na esfera estadual e federal. Nesse sentido, deve-se acrescentar que Ivaiporã não possuía um setor industrial fortalecido, ou seja, a indústria local não foi um fator determinante para a escolha do município. Cabe ressaltar que na implantação do *campus* não houve um planejamento inicial focado nas vocações, potencialidades e especificidades de Ivaiporã e região, como está previsto na proposta básica de implantação dos IFs. Logo, fica explícita a intervenção política direta na implantação da instituição. Porém, apesar dessa intervenção, a implantação do IFPR em Ivaiporã contribuiu para o desenvolvimento local, possibilitando que tenha melhores perspectivas futuras.

Neste ponto, é importante evidenciar que a presente pesquisa não possui cunho político, posto que se busca apenas apresentar dados acerca do capital humano formado por meio da EPCT, além de um maior aprofundamento acerca das ações e posicionamento de diferentes governos relacionados a EPCT. No caso da explanação a respeito da intervenção política ocorrida na implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã, o intuito foi demonstrar que Ivaiporã foi escolhida não somente por ser considerada polo regional ou por suas características ou até mesmo pela necessidade local e regional, mas por interesses políticos, que fizeram grande diferença neste caso. Assim, não cabe nesta pesquisa fazer julgamentos sobre os posicionamentos dos governantes frente a EPCT, apenas apresentar e interpretar os dados de acordo com os objetivos propostos.

Em relação às competências econômicas de Ivaiporã e demais municípios pesquisados, de maneira geral, nota-se a predominância da agricultura, que possui grande contribuição no VAB dos municípios. Em Ivaiporã por ser polo regional, além da agricultura, verifica-se de

forma acentuada o fortalecimento das competências relacionadas ao comércio em geral e à prestação de serviços, principalmente nas áreas da educação e da saúde. No caso dos serviços, fica evidente sua contribuição no VAB de Ivaiporã, que em 2019 apresentou 65,54% de contribuição. Contudo, conclui-se que em Ivaiporã e região, o setor industrial ainda é incipiente, apesar da movimentação e de investimentos no fortalecimento do setor. Assim, evidencia-se que uma das propostas para o fortalecimento do setor industrial é por meio da criação de agroindústrias, investindo na transformação e agregação de valor da produção agrícola local e regional. Neste ponto, cabe evidenciar novamente a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã como uma instituição com potencial para ofertar cursos técnicos voltados para a agroindústria, contribuindo para o fortalecimento do setor. Ivaiporã e região possuem vocação agrícola e o IFPR *Campus* Ivaiporã ao pensar a questão da agroindústria de forma estratégica, poderia planejar cursos que viessem a fomentar o desenvolvimento da agroindústria tornando Ivaiporã e região um polo nessa área.

Acerca do alinhamento do IFPR *Campus* Ivaiporã com as competências econômicas de Ivaiporã e região, observa-se que a instituição desde os primeiros cursos presenciais está fortemente alinhada à agricultura. Agroecologia foi um dos primeiros cursos técnicos de nível médio da instituição, posteriormente foi ofertado no Ensino Superior o Tecnólogo em Agroecologia, e mais recentemente Engenharia Agrônoma. Na área ainda está prevista a abertura de uma pós-graduação *lato sensu* para os próximos anos. No que se refere à Eletrotécnica, apesar da importância do curso e do seu potencial transformador, o curso não está alinhado às competências econômicas de Ivaiporã e região. Assim, observa-se a utilização de Furnas e Eletrosul como argumento para a abertura do curso, mas não foi apresentada nenhuma relação do curso com as competências econômicas de Ivaiporã e região, ou seja, tal situação denota que as competências econômicas não foram consideradas no processo de escolha do curso. No entanto, o curso de Eletrotécnica pode contribuir com o desenvolvimento local e regional a partir da criação de projetos de inovação que envolvem docentes e discentes e que possam ser utilizadas em outras áreas, inclusive na agricultura familiar. Também é possível que o curso de Eletrotécnica seja reestruturado e busque atender as demandas locais e regionais, se adaptando a pequena economia.

No que se refere aos propósitos iniciais da instituição, percebe-se que as expectativas com a implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã eram grandes e que a instituição vem ao longo dos anos buscando a efetivação dos seus objetivos. As expectativas iniciais era de que, na atualidade, a instituição fosse maior tanto em estrutura como em número de discentes. Neste ponto, é importante ponderar que a instituição se deparou com fatores internos e externos, os

quais prejudicaram sua atuação de maneira mais efetiva, considerando que muitas vezes a instituição não tem controle desses fatores, podendo interferir na concretização dos seus objetivos. Dentre os fatores pode-se citar: servidores e recursos orçamentários insuficientes para atender a demanda; mudança de governo; crises econômicas recorrentes; e o quadro de pandemia da Covid-19 que assolou o país, fazendo com que a instituição adiasse algumas ações, adotasse de maneira não planejada o ensino remoto, além de provocar atrasos no calendário acadêmico de 2020, 2021 e 2022, aumentar a evasão escolar, e distanciar a instituição da comunidade.

Embora o IFPR *Campus* Ivaiporã esteja atuando em Ivaiporã e região desde 2009, nota-se que, de maneira geral, o trabalho desenvolvido pela instituição como formadora de capital humano continua desconhecido e não reconhecido pela comunidade. Como forma de melhorar sua imagem e buscar o reconhecimento do seu trabalho é necessário que a instituição invista na divulgação de suas ações e apresente os resultados alcançados e sua contribuição para a sociedade, buscando maior engajamento e aproximação com a sociedade. Desse modo, destaca-se que o problema do desconhecimento por parte da comunidade merece maior atenção dos gestores do IFPR *Campus* Ivaiporã, uma vez que impacta diretamente as suas ações, no planejamento estratégico, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como, os resultados da instituição no futuro.

Considerando que não há sentido na existência de uma instituição de ensino se a mesma não proporcionar benefícios para a sociedade onde está inserida, cabe evidenciar que dentre os benefícios da implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã está a possibilidade de ter acesso gratuitamente a EPCT, sem a necessidade de se deslocar para outras localidades, ou seja, a implantação possibilitou que Ivaiporã e região disponham de capital humano capacitado para atuar no mercado de trabalho ou abrir seu próprio negócio.

A implantação também possibilitou que Ivaiporã e região tivessem acesso a um novo perfil de instituição de ensino, que oferta a EPCT numa proposta verticalizada, como pode ser observado nos cursos de Agroecologia e Informática (nível médio) e Tecnólogo em Agroecologia, Engenharia Agrônoma e Sistemas de Informação (nível superior), em uma mesma área a instituição tem a possibilidade de ofertar cursos de nível médio e superior, além de ter a capacidade de atuar no nível de pós-graduação. Nesse sentido, é importante destacar que a verticalização por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu*, contribuiria para um aprofundamento profissional em nível superior. Quanto ao mestrado, *stricto sensu*, independente da sua modalidade (profissional ou acadêmico), contribuiria para a formação de “massa crítica”, o que promoveria um avanço na reflexão sobre o papel da área econômica e

social à qual estiver vinculado, bem como, ao papel dessa área no Território do Vale do Ivaí em que o IFPR está inserido. Ofertando cursos de pós-graduação e participando efetivamente da incubadora tecnológica, o *campus* alcançaria um novo *status* e seria uma forma de ser mais conhecido pela comunidade local.

Por meio dos resultados alcançados na aplicação dos questionários, verifica-se que, de maneira geral, os egressos do IFPR *Campus* Ivaiporã são jovens e a maioria dos que se formaram em cursos de nível médio, deram continuidade aos estudos ingressando no Ensino Superior. Nesse sentido, destaca-se que a instituição incentiva que os egressos deem continuidade aos estudos. A maior parte dos egressos ainda residem no mesmo município, ou seja, mesmo após a formação optaram por permanecer nos municípios. Aqueles que mudaram de município, fizeram isso principalmente para dar continuidade aos estudos e na busca por melhores oportunidades profissionais. Um dado importante que veio ao encontro dos dados obtidos nas entrevistas, é que a maior parte dos egressos não estão atuando na área de formação. Dentre aqueles que não atuam na área, optaram por mudar de área para dar continuidade aos estudos ou para atuar no mercado de trabalho.

De maneira geral, nota-se que os egressos possuem boa imagem do IFPR *Campus* Ivaiporã e reconhecem a importância da instituição, uma vez que na fase quantitativa houve maior concordância com as variáveis que compreendiam a qualidade da instituição, assim como, a qualidade do ensino, dos docentes e demais servidores. Os egressos também apresentaram concordância quanto à importância do curso e ações de pesquisa e extensão para o desenvolvimento local e regional, e quanto ao cumprimento dos propósitos iniciais da instituição. Contudo, apresentaram menor concordância com as variáveis relacionadas à inserção no mercado de trabalho, o que pode estar atrelado ao fato de que os egressos mais jovens não estão atuando na área de formação e ainda estão cursando o Ensino Superior.

Na Análise de *Cluster* foram identificados 2 *clusters*, o primeiro concentrava o maior número de egressos e possuía uma visão mais positiva da instituição, indicando concordância parcial ou total com os construtos apresentados. Nota-se que a maioria dos egressos concentrados no primeiro grupo atuam na área de formação, o que pode ter influenciado no resultado. O segundo *cluster* formado por um número menor de egressos possuía uma visão mais cética da instituição, indicando indecisão acerca dos construtos apresentados. Assim, cabe ressaltar que nenhuma instituição de ensino é perfeita, em todas existem problemas, e neste caso, esses problemas podem ter sido considerados pelos egressos do segundo grupo.

Quanto à absorção do capital humano no mercado de trabalho, nota-se que Ivaiporã e região não estão conseguindo absorver os profissionais capacitados pelo *Campus* Ivaiporã, o

que contribui para o problema de exportação de capital humano, uma vez que profissionais qualificados quando não conseguem atingir seus objetivos, tendem a migrar para outros locais em busca de melhores oportunidades profissionais e melhores ganhos financeiros. Fica evidente que o capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã não está conseguindo colocação no mercado de trabalho na perspectiva “chão de fábrica”, posto que conforme já foi evidenciado anteriormente, Ivaiporã e região não possuem um setor industrial fortalecido. Destarte, percebe-se baixa empregabilidade do capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã, o que serve de alerta à instituição no planejamento de novos cursos ou nas possíveis adequações dos cursos atuais segundo as demandas locais e regionais.

Acerca do problema de exportação de capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã, infere-se que é relevante a instituição, assim como, as gestões públicas municipais buscarem estratégias conjuntas para evitar a exteriorização desses profissionais, dado que o problema não atinge somente a instituição, mas também os municípios. Logo, evidencia-se que quando ocorre a exportação, a contribuição do capital humano para o desenvolvimento local e regional passa a acontecer em outro local, ou seja, os profissionais aptos para contribuir com o desenvolvimento do município e região, passam a contribuir em um novo local, desvirtuando, em tese, a proposta inicial da implantação do IFPR na região.

No que se refere ao perfil do capital humano formado pela instituição, observa-se que se espera dos egressos um perfil crítico transformador, com capacidade de transformação social, política e econômica, ou seja, capaz de contribuir com o desenvolvimento local e regional. Fica patente que o capital humano formado no IFPR *Campus* Ivaiporã possui orgulho de ter estudado na instituição e de possuir a “marca IFPR”. Conclui-se que para Ivaiporã e região, o capital humano formado pela instituição representou uma mudança de paradigma, a migração de conhecimento e a formação de agentes de desenvolvimento. Além de representar para as organizações locais e regionais, a oportunidade de possuírem em seu quadro funcional profissionais qualificados e aptos a contribuir com o crescimento organizacional. De maneira complementar, infere-se que o IFPR *Campus* Ivaiporã também influenciou no desenvolvimento e em investimentos na área educacional de Ivaiporã, considerando que houve evolução da qualidade do ensino, inclusive no Ensino Fundamental ofertado pelo município.

Nesse sentido, observa-se que a geração de conhecimento e o desenvolvimento local e regional estão latentes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) ofertados pela instituição. Assim, cabe novamente ressaltar que uma das formas apresentadas na Teoria do Capital Humano para fomentar o desenvolvimento é por meio da educação, e a educação se materializa na geração do conhecimento e na formação dos indivíduos. Logo, Ivaiporã foi dividida em 2

momentos distintos, antes e após a implantação do IFPR, já que apesar da instituição ser jovem, os frutos do seu trabalho começam a ser colhidos. Assim, destaca-se que a implantação do *campus* também contribuiu para que Ivaiporã conseguisse investimentos em outras áreas e outros órgãos públicos se instalassem no município.

A migração do conhecimento no IFPR *Campus* Ivaiporã é realizada por meio dos servidores públicos, sendo a maioria oriundos de outras localidades. Assim, a massa salarial desses servidores é significativa e contribui para o desenvolvimento econômico, representando um novo perfil de consumidor, com maior poder aquisitivo. Nota-se que muitos servidores fixaram residência em Ivaiporã, trazendo sua família e investindo na alocação ou aquisição de imóvel. Mesmo aqueles que não residem em Ivaiporã, acabam consumindo no município, movimentando o comércio e a prestação de serviços.

É válido acrescentar que embora o IFPR esteja implantado em Ivaiporã, fica evidente que há mais demandas dos trabalhos desenvolvidos pela instituição em outros municípios do que em Ivaiporã, talvez pelo fato da instituição ainda ser desconhecida pela comunidade, assim como, por Ivaiporã possuir comércio e prestação de serviços fortalecidos, e ainda pelo fato dos demais municípios do Vale do Ivaí possuírem maior dependência da agricultura, apresentando mais demandas relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Constata-se a ausência de planejamento estratégico no IFPR *Campus* Ivaiporã, o que dificulta o processo de tomada de decisões e causa imprecisão quanto aos direcionamentos futuros da instituição. Constata-se também a ausência de indicadores, os quais são de suma importância para medir os resultados alcançados pela instituição. A ausência de indicadores pode acarretar sérios problemas, uma vez que não há como mensurar resultados se não foi realizado planejamento prévio. Nesse sentido, nota-se preocupação da atual gestão da instituição quanto a ausência de planejamento estratégico e de indicadores, dado que tem percebido os reflexos da ausência de planejamento no processo de tomada de decisão.

No que diz respeito à revisão do Plano Diretor Municipal e suas considerações acerca do IFPR, verifica-se que a gestão municipal considerou melhorias nas questões urbanísticas que envolvem a instituição, o que não deixa de ser algo positivo, já que desde a mudança para a estrutura própria, ocorrida em 2013, o IFPR não conta com iluminação pública e com pavimentação adequada. Tais melhorias vão beneficiar e trazer maior segurança para a comunidade acadêmica, podendo até mesmo influenciar na decisão de novos discentes ao optar pela instituição. No entanto, o *Campus* Ivaiporã poderia ter sido melhor aproveitado estrategicamente, já que houve participação de representantes da instituição nos debates que antecedem a revisão do documento.

Como limitações da pesquisa, destaca-se primeiramente que na fase quantitativa, o objetivo inicial era abranger um número maior de egressos a partir dos primeiros cursos presenciais da instituição. No entanto, como não foi possível ter acesso aos dados das primeiras turmas, optou-se por utilizar os dados a partir de 2015, o que impossibilitou conhecer a visão dos primeiros egressos sobre a importância da instituição. Outra limitação diz respeito à baixa participação dos egressos dos municípios pesquisados, com exceção de Ivaiporã. Esperava-se uma maior participação dos egressos, entretanto, apesar dos inúmeros contatos, a participação não foi a esperada. Por fim, outra limitação está relacionada a falta do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) atualizado, já que não foi possível mensurar a evolução do IDHM dos municípios pesquisados após 2010, ou seja, após a implantação do IFPR, uma vez que o IDHM utiliza dados do Censo Demográfico realizado pela última vez em 2010. Contudo, é importante destacar que a utilização do IFDM e do IPDM minimizaram a limitação, garantindo maior confiabilidade a pesquisa.

Como sugestão de pesquisas futuras, propõe-se que entre 5 a 10 anos seja realizada pesquisa no IFPR *Campus* Ivaiporã no sentido de mensurar sua contribuição para o desenvolvimento econômico de Ivaiporã e região. Outra sugestão de pesquisa está relacionada ao estudo de viabilidade de novos cursos na instituição e a criação de estratégias para amenizar o problema da exportação de capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã. Por fim, propõe-se ainda pesquisa relacionada a criação de planejamento estratégico e indicadores estratégicos para o IFPR *Campus* Ivaiporã.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Educação Profissional, Científica e Tecnológica no PNE 2014-2024: questões para o debate. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, n. 36, p. 67-83, jan./abr. 2015.
- AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Educação Profissional, Científica e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. **Revista Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 719-742, jul./set. 2016a.
- AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. A graduação tecnológica no ensino superior brasileiro e no PNE 2014-2024. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 33, p. 199-216. out./dez. 2016b.
- AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. Formación de tecnólogos en Brasil: análisis de las políticas públicas educativas en las últimas décadas. *In*: CAO, E. R.; SALVADOR, M. P.; CASTRO, A. D. M.; ZUTA, P. M. (orgs.). **Escenarios educativos latinoamericanos. Una mirada desde las universidades**. 1 ed. Lima-Peru: Rede Educativa Mundial, 2018, p. 204-219. Disponível em: <http://www.reed-edu.org>. Acesso em: 04 nov. 2021.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 07 out. 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.
- BECKER, G. S. **Human capital**. Library of Economics and Liberty. The Concise Encyclopedia of Economics, 2006. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>. Acesso: 14 out. 2021.
- BEYER, A. L., VIVAR Y SOLER, R. D. de. O capital humano nas organizações: uma revisão bibliográfica. **Revista Cippus**. v. 7, n. 1, maio/2019.
- BOF, A. M. A educação profissional no Japão: configuração, desenvolvimento e sinalizações para o Brasil. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Cenários do Direito à Educação**. v. 3. n. 4. 2021.
- BOISIER, S. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? *In*: **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Editoria Homo Sapiens, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 1, de 03 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a educação profissional técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 2021.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**: Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Portaria n. 993, de 07 de outubro de 2013. Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos *campi* que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 08 out. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 09 dez. 1994.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico**: Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 jul. 2008a.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 30 dez. 2008b.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BUTA, S. Human capital theory and human resource management. Implications in development of knowledge management Strategies. **ECOFORUM**. v. 4, n. 6. p. 155-162. 2015. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CABRAL, A.; SILVA, C. L. de M.; SILVA, L. F. L. Teoria do Capital Humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Revista Principia**. n. 32, p. 35-41, dez. 2016.

CECHELLA, G. A interiorização do ensino público federal e o desenvolvimento local. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 618-630, jan. 2019.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. **Detalhamento dos Servidores e Pensionistas**. Brasília: CGU, 2021. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/consulta>. Acesso em: 02 ago. 2021.

COSTA, P. L. de A.; MARINHO, R. J. de A. Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos IFs. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o Ensino Médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 63-81.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**. v. 5, n. 2, p. 39-56, Inverno 2000.

DISTÂNCIA DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO IFPR *CAMPUS IVAIPORÃ*. **Google Maps**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 17 jun. 2021.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FAISSOL, S. Regionalização, conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira. In: **III Conferência Nacional de Geografia - CONFEGE**, 1996, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Sessões Temáticas: A organização do território, v. 7, tomo 2, sessões 53 a 55.

FAJARDO, S.; CUNHA, L. A. G. **Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais**. Ponta Grossa: Atena, 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em <http://www.firjan.org.br/ifdm>. Acesso em 08 out. 2021.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILHO, D. L. L. A “feliz aliança” entre educação, desenvolvimento e mobilidade social: elementos para uma crítica à nova roupagem do capital humano. **Revista Trabalho & Educação**. v. 12, n. 2, p. 61-80, jul./dez. 2003.

FONSECA, J. G. da; FERREIRA, M. A. dos S. A Teoria do Capital Humano e a noção de empregabilidade: um estudo comparativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 1, n. 18, p. 01-16, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FRIGOTTO, G. Capital humano. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 66-72.

FRIGOTTO, G.; NEVES, B. M.; BATISTA, E. G.; SANTOS, J. R. dos. O “estado da arte” das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da pós-graduação - de 2008 a 2014. *In: FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o Ensino Médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 83-112.

FRIGOTTO, G. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. *In: FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o Ensino Médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 125-149.

GAZETA DO POVO. **181 cidades do Paraná perderam habitantes no último ano.** Curitiba, 01 set. 2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 10 out. 2021.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Estudo de Caso:** Fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C.; LICHT, R. H. G; OLIVA, E. de C. A utilização do estudo de caso na pesquisa em administração. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos.** v. 2, n. 1, p. 47-56. jan./abr. 2005.

GILLIES, D. Human Capital Theory in Education. **Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory.** p. 1-5, jan. 2015.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. *In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos.* São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos.* São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-143.

GOMES, D. C. Desenvolvimento local e educação profissional: uma década do IFRN no Seridó Potiguar. *In: **Anais IV CONEDU.*** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br>. Acesso em: 05 maio 2021.

GOUVEIA, F. P. de S. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia [on-line].** ano 5. n. 9, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org>. Acesso em: 16 maio 2021.

GUERRA, C. A. F. de M.; NUNES, A. O.; PONTES, S. R. de; SANTOS, F. A. A. dos. De escola de aprendizes artífices aos Institutos Federais: a transformação na educação profissional brasileira. **Educação & Linguagem.** Ano 7. n. 1. p. 40-54. jan./abr. 2020.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. 7. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOLDEN, L.; BIDDLE, J. The introduction of human capital theory into education policy in the United States. **History of Political Economy**. v. 49, n. 4, p. 537-574, dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1980**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1991**: Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. n. 22 Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: educação e qualificação profissional: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **REGIC - Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Resolução n. 13/2011**. Aprova a mudança e consolida o Estatuto do IFPR. Curitiba: IFPR, 2011. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Informática**. Ivaiporã: IFPR, 2012. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Eletrotécnica.
Curitiba: IFPR, 2013a. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agroecologia de nível médio na forma de oferta integrada ao Ensino Médio. Curitiba: IFPR, 2013b. Disponível em:
<https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Ivaiporã: IFPR, 2016. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física. Ivaiporã: IFPR, 2017a.
Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica. Ivaiporã: IFPR, 2017b.
Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação. Ivaiporã:
IFPR, 2017c. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: 2019-2023. Curitiba: IFPR, 2018a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Matriz curricular Física novo PPC 2018. Ivaiporã: IFPR, 2018b. Disponível em:
<https://ivaipora.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Projetos desenvolvidos no campus. Ivaiporã: IFPR, 2020. Disponível em:
<https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **O Instituto Federal.** Curitiba: IFPR, 2021a. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br>. Acesso em: 19 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Ações Durante a Pandemia da Covid-19. Ivaiporã: IFPR, 2021b. Disponível em:
<https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 30 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ.
Portal de informações do IFPR - INFO. Curitiba: IFPR, 2022. Disponível em:
<http://info.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **O Campus**. Ivaiporã: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br>. Acesso em: 03 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Sobre o IFPR**. Curitiba: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br>. Acesso em: 10 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Matriz curricular do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio**. Ivaiporã: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Matriz curricular do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio**. Ivaiporã: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio**. Ivaiporã: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia - IFPR Campus Ivaiporã**. Ivaiporã: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://ivaipora.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 24 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Assistência Estudantil**. Curitiba: IFPR, [s.d.]. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br>. Acesso em: 07 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. Coordenação Administrativa. **Remuneração dos colaboradores terceirizados IFPR/IVAIPORÃ**. Destinatário: jaqueline.carvalho@ifpr.edu.br. CA/IFPR: Ivaiporã, 30 ago. 2021. E-mail.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. Coordenação de Ensino a distância. **Relação Alunos EaD**. Ivaiporã: CEAD/IFPR, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. Coordenação regional do Curso Técnico em Administração. **Situação alunos**. Ivaiporã: CRCTA/IFPR, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. Secretaria acadêmica. **Número de discentes matriculados em abril de 2021, distribuídos por município**. Ivaiporã: SA/IFPR, 2021a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. Secretaria acadêmica. **Turmas encerradas a partir de 2015**. Ivaiporã: SA/IFPR, 2021b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Índice Iparades de Desempenho Municipal**. Curitiba: IPARDES, 2019. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2021.

IVAIPORÃ. **Lei municipal n. 1.517, de 26 de maio de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Ivaiporã-PR e dá outras providências. Disponível em: <https://www.controlemunicipal.com.br>. Acesso em: 10 maio 2021.

IVAIPORÃ. **Projeto de implantação IFPR Ivaiporã Vale do Ivaí**. Ivaiporã: Departamento Municipal de Projetos, 2009.

IVAIPORÃ. **Revisão do plano diretor municipal de Ivaiporã 2021**. Ivaiporã: Prefeitura Municipal de Ivaiporã, 2021.

IVAIPORÃ. **Tabela de alvarás 2010-2022 e número de loteamentos residenciais**. Ivaiporã: Prefeitura Municipal de Ivaiporã, 2022.

IVAIPORÃ. **História do Município de Ivaiporã**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ivaipora.pr.gov.br>. Acesso em: 05 maio 2021.

LIMA, J. K. M. **A Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o desenvolvimento regional**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

MENEZES, M. A. de A. A contribuição da educação profissional para o desenvolvimento local e regional: cooperação técnica entre o Instituto Federal de Educação Baiano *campus* Catu e a agricultura familiar. Maceió, AL. n. p. *In: V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica - CONNEPI 2010*. 2010, Maceió, AL.

MILTONS, M. M. **Educação e crescimento econômico na Coreia do Sul após 1945**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In: MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**. v. 66, n. 4, University of Chicago Press, p. 281-302, 1958. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1827422>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um Novo Modelo em educação profissional, científica e tecnológica**. Concepção e Diretrizes. SETEC/MEC: Brasília, DF, 2010a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Processo de contas ordinária anual**: relatório de gestão do exercício 2009. SETEC/MEC: Brasília, DF, mar. 2010b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal**. MEC: Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. MEC: Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições da Rede Federal**. MEC: Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Rede Federal**. MEC: Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 29 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de implementação do novo Ensino Médio**. MEC: Brasília, DF, 2021b. Disponível em: <https://anec.org.br/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. MEC: Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 05 maio 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Linha do tempo Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. MEC: Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Caderno territorial 225 Vale do Ivaí - PR**. SDT/MDA: Brasília, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MONTEIRO, W. de F. A metodologia neoclássica da Teoria do Capital Humano: uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Rev. Econ. do Centro-Oeste**. v. 2, n. 1, p. 40-56, 2016.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. de. **As estatísticas da Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAIS, J. L. L. de; PENNA, N. A. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento territorial: a educação profissional tecnológica como política pública. In: FERREIRA, G. H. C. F. (org.). **Educação geográfica**: referencial de orientação ao processo educativo. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 11-19.

NEMETH, J. Human Capital Theory in the Framework of Organization Theory. **Strategic Management**. v. 22, n. 3, p. 29-35, 2017. Disponível em: <https://www.smjournal.rs/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

OLIVEIRA, R. de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2 abr. 2001.

OLIVEIRA, R. Empregabilidade. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 66-72.

OLIVEIRA, E. A. de. **Políticas de educação profissional e desenvolvimento regional: o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na região integrada de desenvolvimento econômico do Distrito Federal e entorno – Ride-DF**. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB. Brasília, DF, 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Indicateur C2. Quelle part de leur richesse nationale les pays consacrent à l'éducation?** OCDE: 2021. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

PACHECO, E. Institutos Federais: um futuro em aberto. In: SOUZA, E. C. L. de; CASTIONI, R. (orgs.). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 07-11.

PACHECO, E. Os institutos federais, 10 anos de uma trajetória vitoriosa: ousadia e criatividade. In: ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. dos S.; MENEZES, R. R. A. da C. N. (orgs.). **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR**. Curitiba: IFPR, 2019. p. 214-216. E-book.

PARANÁ. Lei n. 2.398, de 06 de julho de 1955. Cria o município de Manoel Ribas, desmembrado do município de Pitanga. **Diário Oficial**. Curitiba, edição n. 105, 8 jul. 1955.

PARANÁ. Lei n. 4.245, de 25 de julho de 1960. Cria no Quadro Territorial do Estado, os municípios que especifica. **Diário Oficial**. Curitiba, edição n. 119, 28 jul. 1960.

PARANÁ. Lei n. 4.859, de 28 de abril de 1964. Cria os municípios de Itapejara D'oeste, Capitão Leônidas Marques e Rio Bom e os distritos de Barra Grande, Bom Sucesso e Nova Esperança. **Diário Oficial**. Curitiba, edição n. 49, 2 maio 1964.

PARANÁ. Lei n. 7.267, de 19 de dezembro de 1979. Cria o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí. **Diário Oficial**. Curitiba, edição n. 702, 26 dez. 1979.

PARANÁ. Lei n. 9.289, de 5 de junho de 1990. Cria o Município de Lidianópolis, desmembrado do Município de Jardim Alegre, com as divisas que especifica. **Diário Oficial**. Curitiba, edição n. 3.279, 5 jun. 1990.

PARANÁ. Lei n. 11.219, de 08 de dezembro de 1995. Cria o Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã. **Diário Oficial**. Curitiba, edição n. 4.651, 8 dez. 1995a.

PARANÁ. Lei n. 11.257, de 21 de dezembro de 1995. Cria o Município de Ariranha do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã. **Diário Oficial**. Curitiba, edição n. 4.463, 28 dez. 1995b.

PARANÁ CENTRO. **IFPR é instalado em Ivaiporã**. Ivaiporã, ano 17. ed. 782. 7 a 13 set. 2009.

PARÉ, G. Investigating Information Systems with Positivist Case Study Research. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 13, n. 18, p. 233-264. 2004.

PEIXOTO, M. M. de F.; GODOY, A. S. de M. O papel essencial e futurista da educação e dos investimentos em ciência e tecnologia no aprimoramento e catalisação do modelo chinês de desenvolvimento. **Direito & Desenvolvimento**. v. 9. n. 1. Jan/jul. 2018.

PEREIRA, D. da C.; HAHN, F. A.; BOVO, M. C. Educação federal: as contribuições do ensino básico, técnico e tecnológico para o desenvolvimento socioeconômico de Ivaiporã/PR e região. In: GUILHERME, W. D. (org.). **Políticas públicas na educação brasileira: Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 23-35.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Coleção formação pedagógica, v. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Brasília: RAIS, 2020. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2021.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. de M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIPPEL, R.; LIMA, J. F. de. Indicadores populacionais. In: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de (orgs.). **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012. p. 02-13.

SAGIORO, R. Conhecimento, inovação e crescimento econômico - uma aplicação do modelo de Solow ao Brasil. In: **II Encontro científico da campanha nacional de escolas**. Varginha, 2004. Disponível em: <https://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social9.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SANTOS, J. A. dos. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o Ensino Médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 113-123.

SANTOS, N. de S. dos. **Fatores endógenos e exógenos que afetam o desempenho de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: os casos da Bahia e do Espírito Santo**. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Salvador, Ba, 2018.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde** [on-line]. v. 1, n. 1, p. 131-152. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SCHRAIBER, F. C.; JUNIOR, O. F.; PEREIRA, D. da C.; SOUZA, R. R. de; CARVALHO, F. L.de; SILVA, T. O. C. *Campus Ivaiporã: uma história de lutas e conquistas. In:* ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. dos S.; MENEZES, R. R. A. da C. N. (orgs.). **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR**. Curitiba: IFPR, 2019. p. 204-216. E-book.

SCHULTZ, T. W. Capital Formation by Education. **Journal of Political Economy**, v. 68, n. 6, University of Chicago Press, p. 571-583, 1960. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1829945>. Acesso em: 5 nov. 2021.

SCHULTZ, T. W. Reflections on Investment in Man. **Journal of Political Economy**, v. LXX, n. 5, University of Chicago Press, october 1962.

SCHWARTZMAN, S. **A educação média e profissional no Brasil: situação e caminhos**. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. Regions, globalization, development. **Regional Studies**. v. 37. p. 579 - 593. ago./out. 2003.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIKIDA, P. F. A.; PARRÉ, J. L.; CARMO, A. S. S. de; RAIHER, A. P.; HIGACHI, H. Y.; COELHO, M. H. A importância das universidades Estaduais no desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná: análise dos efeitos de médio e longo prazo. *In:* RAIHER, A. P. (org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017. p. 75-114. E-book.

SOARES, E. J. **Capital humano e desenvolvimento regional: o papel dos Institutos Federais para a qualificação profissional nos Territórios da Cidadania em Santa Catarina no período 2008- 2018**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

SOUZA, R. **OCDE**. Mundo Educação, [s.d.]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SOUZA, F. E. de; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista FAE**. v. 21. n. 02, p. 163-178, jul./dez. 2018.

SOUZA, M. **Maioria dos institutos federais não faz pesquisa tecnológica, diz estudo**. 04 jan. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 17 maio 2021.

SWEETLAND, S. R. Human capital theory: foundations of a field of inquiry. **Review of Education Research**. v. 66, n. 3, p. 341-359, 1996.

TNONLINE. **Ivaiporã doa 5 alqueires para o campus do IFPR**. Apucarana, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WUTTAPHAN, N. Human capital theory: the theory of human resource development, implications, and future. **Rajabhat J. Sci. Humanit. Soc. Sci.** v. 18, n. 2, p. 240-253, 2017.

ZANATTA, O. A. O Percurso da primeira década. *In*: ZANATTA, O. A.; ESTEVAM, M.; TAVARES, V. dos S.; MENEZES, R. R. A. da C. N. (orgs.). **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR**. Curitiba: IFPR, 2019. p. 214-216. E-book.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Parte I: perfil do respondente

1. Faixa etária:

- Abaixo de 20 anos De 21 a 25 anos De 26 a 30 anos
 De 31 a 35 anos De 36 a 40 anos Acima de 41 anos

2. Sexo: Feminino Masculino

3. Estado civil:

- Solteiro(a) Casado(a) União estável Divorciado(a) Viúvo(a)

4. Qual o seu nível de escolaridade atual?

- Ensino Médio técnico completo
 Ensino Superior em andamento
 Ensino Superior completo
 Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em andamento
 Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) completa

5. Qual curso concluiu no IFPR *Campus Ivaiporã*?

- Agroecologia (ensino técnico)
 Eletrotécnica (ensino técnico)
 Informática (ensino técnico)
 Técnico em Logística (ensino técnico)
 Técnico em Segurança no Trabalho (ensino técnico)
 Técnico em Administração (ensino técnico)
 Licenciatura em Física (Ensino Superior)
 Tecnólogo em Agroecologia (Ensino Superior)

6. Em que ano concluiu o curso no IFPR *Campus Ivaiporã*?

- 2015 2016 2017 2018 2019

7. Em qual município você residia na época em que concluiu o curso no IFPR *Campus Ivaiporã*?

- Ivaiporã Jardim Alegre Lidianópolis Lunardelli
 Arapuã Ariranha do Ivaí São João do Ivaí Manoel Ribas

8. Atualmente você reside no mesmo município que residia na época em que estudava no IFPR *Campus Ivaiporã*?

- Sim Não

9. Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, por qual(is) motivo(s) você mudou de município?

- Trabalho
 Família
 Dar continuidade os estudos
 Abrir o próprio negócio;
 Outro(s) _____

10. Atualmente você trabalha ou possui negócio próprio relacionado a sua área de formação concluída no IFPR *Campus Ivaiporã*?

- Sim Não

11. Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, você poderia especificar de que forma atua na área de sua formação no IFPR *Campus Ivaiporã*?

- () Empregado
 () Autônomo
 () MEI/empresário
 () Professor
 () Estudante (dei continuidade aos estudos na mesma área)
 () Outro(s) _____

12. Se sua resposta à pergunta 10 foi NÃO, você poderia especificar por qual(is) motivo(s) você não atua na área de sua formação no IFPR Campus Ivaiporã?

- () Falta de oportunidade profissional
 () Realização pessoal
 () Dei continuidade aos estudos em outra área
 () Baixa remuneração
 () Não me identifiquei com a área de formação
 () Outro(s) _____

13. Se sua resposta à pergunta 10 foi NÃO, atualmente você atua em outra área como:

- () Empregado
 () Autônomo/empresário
 () Estudante
 () Nenhuma das alternativas anteriores

Na sequência serão apresentadas algumas afirmações para que você expresse sua concordância em relação a elas. Dessa forma, considere os seguintes graus de concordância:

1. Discorda totalmente;
2. Discorda parcialmente;
3. Não concorda e nem discorda (indeciso)
4. Concorda parcialmente;
5. Concorda totalmente.

Parte II: fatores que afetaram positivamente a decisão de estudar no IFPR Campus Ivaiporã

Foi um fator positivo que contribuiu para a minha escolha de estudar no IFPR Campus Ivaiporã:	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A instituição ofertava o curso que gostaria de fazer	1	2	3	4	5
A distância da minha residência à instituição	1	2	3	4	5
A instituição ofertava auxílio financeiro por meio de bolsas de assistência estudantil	1	2	3	4	5
A qualidade do ensino ofertado pela instituição	1	2	3	4	5
A qualificação dos docentes e demais servidores	1	2	3	4	5
A instituição ser pública e federal	1	2	3	4	5
A localização da instituição	1	2	3	4	5
A estrutura física da instituição	1	2	3	4	5
A possibilidade de participar de projetos de pesquisa e extensão	1	2	3	4	5
O reconhecimento da qualidade da instituição	1	2	3	4	5
A integração e cooperação da instituição com a comunidade local e regional	1	2	3	4	5
A minha permanência no município onde residio ou residia na época que estudava no IFPR	1	2	3	4	5
A falta de opção uma vez que não tinha o curso que gostaria de fazer	1	2	3	4	5

Parte III: possibilidades ao cursar e concluir um curso no IFPR *Campus* Ivaiporã

Ter estudado e concluído um curso no IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã possibilitou:	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Minha inserção no mercado de trabalho	1	2	3	4	5
Minha qualificação profissional	1	2	3	4	5
Aquisição de conhecimentos teóricos e práticos	1	2	3	4	5
Preparação e incentivo para empreender	1	2	3	4	5
Ter uma renda maior	1	2	3	4	5
A construção de relacionamentos interpessoais	1	2	3	4	5
Participar em ações de pesquisa e extensão internas e externas	1	2	3	4	5
Ter novas aspirações e continuar os estudos	1	2	3	4	5
Desenvolvimento pessoal	1	2	3	4	5
Reconhecimento profissional	1	2	3	4	5
Novas oportunidades profissionais	1	2	3	4	5

Parte IV: importância do capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã para o desenvolvimento local e regional

Sob seu ponto de vista, o capital humano formado pelo IFPR <i>Campus</i> Ivaiporã é importante para o desenvolvimento do município onde reside (ou residia na época que estudava no IFPR) em razão de que:	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
O curso realizado foi condizente com a realidade local e regional	1	2	3	4	5
As ações de pesquisa e extensão atendem as necessidades local e regional	1	2	3	4	5
Após a conclusão do curso minhas expectativas iniciais foram atendidas	1	2	3	4	5
As disciplinas ofertadas possuem conformidade com o objetivo do curso	1	2	3	4	5
Após a conclusão do curso, não tive dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou abrir meu próprio negócio	1	2	3	4	5
O curso e ações de pesquisa e extensão são importantes para o desenvolvimento local e regional	1	2	3	4	5
A instituição está cumprindo com seus propósitos iniciais	1	2	3	4	5
A instituição, por meio de seus cursos, contribui para a geração de empregos	1	2	3	4	5
Os cursos possibilitam a melhoria do conhecimento técnico e das práticas a eles relacionadas por meio da formação de seus egressos	1	2	3	4	5
Os cursos contribuem para o desenvolvimento econômico local e regional por meio de estímulo aos egressos para abrir o seu próprio negócio	1	2	3	4	5

Se desejar receber uma cópia da pesquisa, deixe seu *e-mail*: _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Parte I: caracterização do entrevistado

Nome do(a) entrevistado(a):

Contato (telefone e *e-mail*):

Idade:

Sexo:

Endereço/cidade:

Nível de escolaridade:

Ocupação na época da implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã:

Ocupação atual:

Parte II: implantação e importância do IFPR *Campus* Ivaiporã

1. Qual a imagem que o (a) Senhor (a) tem do IFPR *Campus* Ivaiporã?
2. Na sua percepção, qual a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã para Ivaiporã e região?
3. Qual era sua ocupação ou cargo público na época da implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã (2009/2010)?
4. Participou direta ou indiretamente do processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã?
 - 4.1 Se sim, poderia contar como foi sua participação no processo de implantação?
 - 4.2 Se sim, qual o(s) motivo(s) que o levou a lutar pela implantação do IFPR em Ivaiporã?
5. Poderia descrever como se deu o processo de implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã e o que poderia destacar como relevante?
6. Acredita que a implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã trouxe benefícios para Ivaiporã e região, principalmente para os municípios do seu entorno?
 - 6.1 Se sim, poderia especificar quais benefícios?
 - 6.2 Se não, poderia justificar sua resposta?

Parte III: importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento local e regional

7. Na sua percepção, o que é desenvolvimento local e regional?
8. Na sua percepção, qual o papel do capital humano formado por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente pelo IFPR de Ivaiporã, no desenvolvimento local e regional?
9. Acredita que o capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã está contribuindo para o desenvolvimento de Ivaiporã e região?
 - 9.1 Se sim, de que maneira o capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã está contribuindo para o desenvolvimento de Ivaiporã e região?

- 9.2 Se não, o que falta para o capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã contribuir para o desenvolvimento de Ivaiporã e região?
10. Na sua percepção, qual a importância do capital humano formado pelo IFPR *Campus* Ivaiporã para o desenvolvimento de Ivaiporã e região?
11. Quais práticas/ações realizadas pelo IFPR *Campus* Ivaiporã são relevantes para o desenvolvimento de Ivaiporã e região?
12. Saberria contar quais segmentos do comércio e/ou serviços foram beneficiados com a implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã?
13. Na sua percepção, quais são os impactos econômicos que a implantação do IFPR *Campus* Ivaiporã trouxe para Ivaiporã e região?

Parte IV: Confrontação com as expectativas iniciais

14. Na sua percepção, quais são as competências econômicas de Ivaiporã (atividades em que Ivaiporã se destaca como cidade produtora de riqueza)?
15. Conforme o seu entendimento, os propósitos iniciais do IFPR estavam de acordo com as competências econômicas de Ivaiporã e região?
16. De acordo com a sua visão, os cursos ofertados e as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IFPR *Campus* Ivaiporã são condizentes com a realidade local e regional?
17. Acredita que o IFPR *Campus* Ivaiporã está cumprindo com os propósitos iniciais de sua implantação?
18. Acredita que os investimentos realizados pelo governo federal desde o início do funcionamento do IFPR *Campus* Ivaiporã em infraestrutura, aquisição de materiais e equipamentos, e contratação de servidores trouxeram impactos para o desenvolvimento de Ivaiporã e região?
19. Na sua percepção, qual(is) fator(es) interfere(m) para que o IFPR *Campus* Ivaiporã tenha uma atuação mais efetiva em Ivaiporã e região?
20. O (a) Senhor (a) está participando ou tem acompanhado as discussões e audiências públicas da revisão do Plano Diretor do município de Ivaiporã?
- 20.1 Se sim, sob seu ponto de vista, em termos de planejamento futuro, de que maneira o IFPR *Campus* Ivaiporã deverá ser considerado na revisão do Plano Diretor que está sendo elaborado para o município de Ivaiporã?
21. Comentários finais.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) - CAMPUS IVAIPORÃ NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.

Prezado (a) Senhor (a);

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada “**A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR) - CAMPUS IVAIPORÃ NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**”, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) e será realizada pela pesquisadora Jaqueline Mirian Alves Carvalho sob orientação do Prof. Dr. Luiz Fernando Lara da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

O objetivo da pesquisa é analisar a importância do IFPR *Campus* Ivaiporã na formação de capital humano para o desenvolvimento de Ivaiporã e municípios do seu entorno (Arapuã, Ariranha do Ivaí, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, São João do Ivaí e Manoel Ribas). Para isto, sua participação na pesquisa é muito importante, e ela se dará por meio de entrevista que será gravada e transcrita.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo se recusar a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto **sigilo e confidencialidade**, de modo a preservar a sua identidade. Neste caso, os registros gravados, em sua destinação final, serão utilizados apenas para o trabalho de conclusão de curso (TCC) e eventuais publicações advindas dele.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa realizada pela pesquisadora Jaqueline Mirian Alves Carvalho, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Lara.

Assinatura do participante

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme informações a seguir:

Nome: **Jaqueline Mirian Alves Carvalho**

Telefone: 43 9 9950-0647

E-mail: jakelline.mirian@gmail.com